



Álvaro Borralho (coordenador)

Gilberta Pavão Nunes Rocha

Osvaldo Silva

A ABSTENÇÃO ELEITORAL NOS AÇORES

Relatório Final

2019

Álvaro Borralho (coordenador)

Gilberta Pavão Nunes Rocha

Oswaldo Silva

A ABSTENÇÃO ELEITORAL NOS AÇORES

Relatório Final

Ponta Delgada. 2019

Ficha Técnica

Referência bibliográfica:

Borrvalho, Álvaro (coord.); Rocha, Gilberta Pavão Nunes; Silva, Osvaldo (2019), *A Abstenção Eleitoral nos Açores. Relatório Final*, Ponta Delgada, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores – Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Universidade dos Açores (CICS.UAc)

Universidade dos Açores

Edifício das Ciências Humanas e Sociais

Rua da Mãe de Deus

Ponta Delgada

Propriedade:

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Rua Marcelino Lima

Horta

Data: 17 de Abril de 2019

Equipa de Investigação

Álvaro Borralho – Investigador coordenador

Sociólogo e Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Departamento de Sociologia) da Universidade dos Açores (desde 2010), sendo docente da UAc desde 1997. É Investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, grupo 2: Cidadania, Trabalho e Tecnologia – Participação Política, Ativismo e Liderança, e Universidade dos Açores – CICS.NOVA/CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc – alvaro.ag.borralho@uac.pt. Registo ID Ciência: 361B-ACA4-77CE.

Doutor em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia, pela Universidade dos Açores (2010). Defendeu Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Sociologia, na UAc (2002). Concluiu a parte letiva do Mestrado em Ciências Sociais (pós-graduação) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1996). Licenciado em Sociologia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL) (1993).

É membro do Conselho Nacional da Educação, em representação da Região Autónoma dos Açores, e membro do Conselho Coordenador do Sistema Educativo dos Açores, desde março de 2017. É Presidente do Conselho Nacional do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) desde 2016. Fundador do Núcleo Regional dos Açores da Associação Portuguesa de Sociologia, foi seu coordenador (2011-2018).

Área de especialidade: Sociologia, Sociologia do Poder e da Política.

Áreas de investigação: Política, Estado e igreja, participação política, cidadania, políticas públicas.

Gilberta Pavão Nunes Rocha – Investigadora

Demógrafa, Professora Catedrática Aposentada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Departamento de Sociologia) da Universidade dos Açores. Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores – CICS.NOVA/CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc – gilberta.mm.rocha@uac.pt.

Doutora em Ciências Sociais, especialidade de Demografia pela Universidade dos Açores (1989). Licenciada em Finanças, pelo Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa (1976).

É membro do Conselho Económico e Social, em representação da Região Autónoma dos Açores, e membro do Conselho Regional de Concertação Estratégica, desde de janeiro de 2013.

É Presidente do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Demografia desde 2001 e membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Sociologia desde 2010.

Área de especialidade: Demografia.

Áreas de investigação: Dinâmica Demográfica, Migrações, Envelhecimento Populacional, Família e Género

Oswaldo Silva – Investigador

Estatístico, Professor Auxiliar no Departamento de Matemática e Estatística da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores (UAc). Investigador integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores – CICS.NOVA/CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc – osvaldo.dl.silva@uac.pt.

Doutor em Matemática, especialidade de Probabilidade e Estatística pela Universidade dos Açores (2012). Defendeu Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Matemática, na UAc (2003). Licenciado em Estatística e Gestão de Informação, pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI) da Universidade Nova de Lisboa (1996). Bacharel em Engenharia Alimentar pela Universidade do Algarve (1992).

Área de especialidade: Probabilidades e Estatística, Análise de Dados Multivariados.

Áreas de investigação: Estatística Multivariada. Comparação de Estruturas Classificatórias. Desenvolvimento Local e Regional. Monitorização das Políticas Sociais. Análise de Dados Aplicados às Ciências Sociais e Humanas.

Maria Luís Rocha Pinto – Consultora

Professora Associada Aposentada – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, membro da UI GOVCOPP da Universidade de Aveiro – mluispinto@ua.pt.

Licenciada em Economia pelo ISEG, UTL, Mestre em Demografia Histórica e Social, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e Doutorada em Sociologia, especialidade Demografia, pela UNL.

Integra a Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro. Lecionou e investiga na área da demografia e das políticas sociais e de população.

Fez carreira técnica em diversos organismos públicos de 1970 a 1980.

Docente da FCSH da UNL de 1980 a 2001. Integrou a Universidade de Aveiro desde esse ano. Sócia fundadora e primeira presidente do Conselho Nacional do SNESup.

Paralelamente à carreira académica foi Subdiretora-geral do Ensino Superior de 1996 a final de 1999. Integrou em 2000 a equipa que assegurou na área da Educação a presidência da União Europeia de 2000. Foi adjunta do Secretário de Estado do Ensino Superior no XIV Governo constitucional.

Paula Oliveira – Bolseira de investigação

Bolseira de Investigação Científica de Sociologia no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores – CICS.NOVA/CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc – paula.cm.oliveira@uac.pt.

Licenciada em Sociologia pela Universidade dos Açores (2017). A frequentar o mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade dos Açores.

É Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do NESUA - Núcleo de Estudantes de Sociologia da Universidade dos Açores desde 2018. E foi secretária do Concelho Fiscal do NESUA - Núcleo de Estudantes de Sociologia da Universidade dos Açores (2015 – 2017).

É Coordenadora do Núcleo Regional dos Açores da Associação Portuguesa de Sociologia desde 2018.

ÍNDICE

Página

Índice de Figuras
Índice de Gráficos
Índice de Tabelas

INTRODUÇÃO 1

Parte I – ABSTENÇÃO ELEITORAL: COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

1. Participação política e abstenção: algumas considerações teóricas	5
1.1. A participação política	5
1.2. As modalidades de participação	6
1.3. A abstenção eleitoral	9
1.3.1. A abstenção técnica e a abstenção real	11
2. Evolução da abstenção nos atos eleitorais realizados nos Açores: 1975-2017.....	15
2.1. Eleição da Assembleia da República	15
2.2. Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	17
2.3. Eleição do Presidente da República	19
2.4. Eleição das Autarquias Locais	21
2.5. Eleição do Parlamento Europeu	23

Parte II – POPULAÇÃO E ABSTENÇÃO TÉCNICA

3. Evolução da população inscrita nos atos eleitorais	28
3.1. Eleição da Assembleia da República	28
3.2. Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	33
3.3. Eleição do Presidente da República	37
3.4. Eleição das Autarquias Locais	40
3.5. Eleição do Parlamento Europeu	44
4. Aprofundamento da análise da população inscrita nos atos eleitorais de 2001 a 2013.....	48

5. Evolução da população dos Açores com 18 e mais anos, por ilhas, 1981 e 2007....	52
5.1. Análise da população nos anos censitários	53
5.2. Análise comparativa da população censitária e das estimativas anuais	55
6. Análise comparativa da população censitária estimada e inscrita nos atos eleitorais de 2001 a 2013	61
6.1. Análise comparativa da população.....	62
6.2. Ensaio para determinação da abstenção técnica	67

Parte III – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ABSTENÇÃO E VALORES SOCIOPOLÍTICOS

7. Participação política e abstenção: aplicação de um inquérito	72
7.1. O Inquérito por questionário	72
7.2. Meios técnicos de aplicação	73
7.3. A aplicação do questionário: questões éticas e deontológicas	75
7.4. População e amostra	78
8. Participação política e abstenção: caracterização social e associativismo	81
8.1. Caracterização social da população inquirida	81
8.1.1. Sexo e idade	81
8.1.2. Escolaridade	82
8.1.3. Profissão e ocupação	83
8.1.4. Classe social e recursos económicos	86
8.2. O associativismo	88
8.2.1. A pertença associativa	89
8.2.2. A importância do associativismo	90
9. Interesse político e informação política	93
9.1. Interesse político e atitudes	93
9.2. Informação política	100
9.3. Conhecimento político	104
9.3.1. Identificação dos protagonistas políticos	105
9.3.2. Confiança nos protagonistas políticos	109
9.3.3. Confiança nas instituições políticas	111
9.3.4. Percepções sobre a esfera de ação do poder político	114
10. Participação eleitoral, abstenção e atitudes	119
10.1. Recenseamento eleitoral.....	119
10.2. Participação eleitoral e abstencionismo	121

10.2.1. Participação eleitoral subjetiva	122
10.2.2. Participação eleitoral objetiva e abstenção real	129
10.2.3. Participação eleitoral e abstenção dos círculos próximos	130
10.2.4. Responsáveis pela abstenção	137
10.2.5. Atitudes para contrariar a abstenção e para aumentar a participação eleitoral.....	140
11. Posicionamento político-ideológico e participação organizacional e institucional...	148
11.1. Identificação e posicionamento ideológico.....	148
11.2. Identificação partidária e política.....	150
11.3. Participação organizacional – partidos políticos.....	153
11.3.1. Militância partidária.....	153
11.3.2. Assunção de cargos dirigentes partidários.....	158
11.3.3. Razões para a militância partidária.....	161
11.4. Participação organizacional – a participação institucional.....	163
11.5. Atitudes sociopolíticas face à democracia.....	164
12. Ensaio para criação de uma tipologia da abstenção.....	170
12.1. Criação de perfis com base em clusters.....	170
12.2. Perfis de participação e de abstenção.....	173
CONCLUSÃO	177
BIBLIOGRAFIA.....	185
FONTES	189

ANEXOS

Anexo I – População e Amostra

Anexo II – Inquérito por Questionário

Anexo III – Resultados do Inquérito

ÍNDICE DE FIGURAS

	Página
Figura 1.2.1. Esquema da participação social e político e enquadramento da abstenção	8
Figura 1.2.2. Reta abstrata da participação eleitoral	9

ÍNDICE DE GRÁFICOS

		Página
Gráfico	2.1.1. Evolução da abstenção na Eleição da Assembleia da República, em Portugal e nos Açores, de 1975 a 2015 , em %.	16
Gráfico	2.2.1. Evolução da abstenção na Eleição da ALRAA, 1976 a 2016, em %.	18
Gráfico	2.3.1. Evolução da abstenção na Eleição do Presidente da República, em Portugal e nos Açores, 1976 a 2016, em %	20
Gráfico	2.4.1. Evolução da abstenção na Eleição das Autarquias Locais nos Açores e em Portugal, de 1979 a 2017, em %	22
Gráfico	2.5.1. Evolução da abstenção na Eleição do Parlamento Europeu, em Portugal e nos Açores, 1987 a 2014, em %	23
Gráfico	2.5.2. Evolução da abstenção média nos Açores e em Portugal, por ato eleitoral, 1975 a 2017, em %	25
Gráfico	2.5.3. Evolução da abstenção média nos Açores, por ato eleitoral e por década, 1976 a 2017, em %	26
Gráfico	3.1.1. Evolução da população inscrita na eleição da Assembleia da República nos Açores, 1975 a 2015	29
Gráfico	3.1.2. Variação percentual da população inscrita na eleição da Assembleia da República nos Açores, de 1975 a 2015, por períodos.....	30
Gráfico	3.1.3. Variação percentual da população inscrita na eleição da Assembleia da República nos Açores, por ilha, entre os anos 1975 e de 2015.....	33
Gráfico	3.2.1. Evolução da população inscrita na eleição para a ALRAA, de 1976 a 2016	34
Gráfico	3.2.2. Variação percentual da população inscrita na eleição para a ALRAA, de 1976 a 2016, por períodos	34
Gráfico	3.2.3. Variação percentual da população inscrita na eleição para a ALRAA, por ilha, entre os anos 1976 e de 2016	36
Gráfico	3.3.1. Evolução da população inscrita na eleição do Presidente da República nos Açores, de 1976 a 2016	37
Gráfico	3.3.2. Variação percentual da população inscrita na eleição do Presidente da República nos Açores, de 1976 a 2016, por períodos	38
Gráfico	3.3.3. Variação percentual da população inscrita na eleição do Presidente da República nos Açores, por ilha, entre os anos 1976 e de 2016.....	39
Gráfico	3.4.1. Evolução da população inscrita na eleição das Autarquias Locais nos Açores, de 1979 a 2017	40
Gráfico	3.4.2. Variação percentual da população inscrita na eleição das Autárquias Locais nos Açores, de 1976 a 2016, por períodos	41

Gráfico	3.4.3.	Varição percentual da população inscrita na eleição das Autarquias Locais nos Açores, por ilha, entre os anos de 1979 e de 2017.....	44
Gráfico	3.5.1.	Evolução da população inscrita na eleição do Parlamento Europeu nos Açores, de 1987 a 2014	44
Gráfico	3.5.2.	Varição percentual da população inscrita na eleição do Parlamento Europeu nos Açores, de 1987 a 2014, por períodos	45
Gráfico	3.5.3.	Varição percentual da população inscrita na eleição do Parlamento Europeu nos Açores, por ilha, entre os anos 1987 e de 2014	47
Gráfico	4.1.	Evolução da população inscrita nos atos eleitorais nos Açores, de 2001 a 2013	48
Gráfico	4.2.	Evolução da população inscrita nos atos eleitorais nas Ilhas de São Miguel e Terceira, de 2001 a 2013	49
Gráfico	4.3.	Evolução da população inscrita nos atos eleitorais nas Ilhas de Santa Maria, Graciosa e Flores, de 2001 a 2013	49
Gráfico	4.4.	Evolução da população inscrita nos atos eleitorais nas Ilhas de São Jorge, Pico e Faial, de 2001 a 2013	50
Gráfico	4.5.	Evolução da população inscrita nos atos eleitorais na Ilha do Corvo, de 2001 a 2013	50
Gráfico	5.1.1.	Varição percentual da população residente dos Açores, por ilha, entre os anos de 1981 e de 2011, em %	53
Gráfico	5.1.2.	Varição percentual da população residente dos Açores, por ilhas, nos períodos intercensitários de 1981 a 2011, em %	54
Gráfico	5.1.3.	Varição percentual da população residente nos Açores com 18 e mais anos, por ilha, nos períodos intercensitários, em %	55
Gráfico	5.2.1.	Estimativas da população residente com 18 e mais anos, nos Açores, e nas ilhas de São Miguel e Terceira, 1991 a 2016	58
Gráfico	5.2.2.	Estimativas da população residente com 18 e mais anos, nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial, 1991 a 2016	58
Gráfico	5.2.3.	Estimativas da população residente com 18 e mais anos nas ilhas de Santa Maria, Graciosa e Flores, 1991-2016	59
Gráfico	5.2.4.	Estimativas da população residente com 18 e mais anos na ilha do Corvo, de 1991 a 2016	59
Gráfico	6.1.1.	Evolução da diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população censitária e estimada com 18 e mais anos, nos Açores e nas Ilhas de São Miguel e Terceira, de 2001 a 2013	64
Gráfico	6.1.2.	Evolução da diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população censitária e estimada com 18 e mais anos, nas Ilhas de São Jorge, Pico e Faial de 2001 a 2013	65
Gráfico	6.1.3.	Evolução da diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população Censitária e estimada com 18 e mais anos, nas Ilhas de Santa Maria, Graciosa e Flores de 2001 a 2013	65

Gráfico	6.1.4.	Evolução da diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população censitária e estimada com 18 e mais anos, na ilha do Corvo, de 2001 a 2013	66
Gráfico	6.2.1.	Inscritos oficiais e inscritos reais, nas eleições de 2001 a 2013, por eleição, nos Açores, em São Miguel e Terceira, em valores absolutos	68
Gráfico	6.2.2.	Abstenção oficial, abstenção real e abstenção técnica, nas eleições de 2001 a 2013, por eleição, nos Açores, em São Miguel e Terceira, em %	69
Gráfico	6.2.3.	Abstenção oficial, abstenção real e abstenção técnica, nas eleições de 2000 a 2016, para a ALRAA, nos Açores, em %	70
Gráfico	6.2.4.	Abstenção oficial, abstenção real e abstenção técnica, nas eleições de 1997 a 2017, para as Autarquias Locais, nos Açores, em %	71
Gráfico	8.1.1.1.	População inquirida, por sexo e escalões etários, em %	82
Gráfico	8.1.2.1.	População inquirida por níveis de escolaridade e escalões etários, em %	83
Gráfico	8.2.2.1.	Importância da participação associativa, por sexo, em %	90
Gráfico	8.2.2.2.	Importância da participação associativa, por nível de escolaridade, em %	91
Gráfico	9.1.1.	Interesse político, por sexo, em %	94
Gráfico	9.1.2.	Interesse político, por escalões etários, em %	95
Gráfico	9.1.3.	Interesse político, por nível de escolaridade, em %	96
Gráfico	9.1.4.	Atos políticos e atitudes de interesse político, em %	97
Gráfico	9.1.5.	Eleições e atitudes de interesse político por nível de escolaridade, em %	98
Gráfico	9.1.6.	Temas políticos e atitudes de interesse político, em %	99
Gráfico	9.2.1.	Frequência da conversa e do debate político, muitas e algumas vezes, com pessoas próximas, por nível de escolaridade, em %	101
Gráfico	9.2.2.	Fontes de informação política por frequência, em %	102
Gráfico	9.2.3.	Fontes de informação política, atitudes muitas e algumas vezes, por nível de escolaridade, em %	103
Gráfico	9.2.4.	Fontes de informação política quando confia muito e confia, por nível de escolaridade, em %	104
Gráfico	9.3.1.1.	Identificação, verdadeira e falsa, dos atuais protagonistas políticos do País, da Região e da UE, em %	105
Gráfico	9.3.1.2.	Identificação dos atuais protagonistas políticos do País, da Região e da UE, por nível de escolaridade, em %	106
Gráfico	9.3.2.1.	Confiança nos políticos do País, da Região e da UE, máxima e mínima, com valores agregados, em %	110
Gráfico	9.3.2.2.	Posicionamento do máximo de confiança, por detentor atual de cargo político, por nível de escolaridade, em %	111

Gráfico	9.3.3.1.	Confiança nas instituições políticas, máxima e mínima, com valores agregados, em %.....	112
Gráfico	9.3.3.2.	Confiança nas instituições políticas, nos valores máximo (9 e 10), por nível de escolaridade, em %	113
Gráfico	9.3.4.1.	Perceção sobre a esfera de ação do poder político, em %	114
Gráfico	9.3.4.2.	Perceção sobre a esfera de ação do poder político, em par escolhidos previamente e por nível de escolaridade, em %	115
Gráfico	9.3.4.3.	Perceção sobre a esfera de ação do poder político, em %	116
Gráfico	10.1.1.	Razões do recenseamento, por sexo, em %	120
Gráfico	10.2.1.1.	Participação eleitoral subjetiva por ato eleitoral, em %	123
Gráfico	10.2.1.2.	Participação eleitoral subjetiva e abstenção oficial por último ato eleitoral, em %	124
Gráfico	10.2.1.3.	Motivação para participar eleitoralmente e abstenção oficial por último ato eleitoral, em %	125
Gráfico	10.2.1.4.	Motivação para participar eleitoralmente em todas as eleições, em %.....	126
Gráfico	10.2.1.5.	Motivação para participar eleitoralmente na eleição da ALRAA, por atitudes e por sexo, em %.....	127
Gráfico	10.2.1.6.	Motivação para participar eleitoralmente na eleição da ALRAA, por atitudes e por idade, em %	127
Gráfico	10.2.1.7.	Motivação para participar eleitoralmente na eleição da ALRAA, por atitudes e por nível de escolaridade, em %	128
Gráfico	10.2.2.1.	Comparação entre a abstenção e a participação eleitoral, declarada e apurada, e diferença, por ato eleitoral (2014 – 2017), em %.....	130
Gráfico	10.2.2.2.	Razões da abstenção eleitoral, por ato eleitoral (2014-2017), em %.....	131
Gráfico	10.2.2.3.	Atitudes de avaliação face ao facto de a abstenção estar a aumentar, por nível de escolaridade, em %.....	134
Gráfico	10.2.3.1.	Participação eleitoral do pai, da mãe e do cônjuge do inquirido, sempre e muitas vezes, por nível de escolaridade, em %	136
Gráfico	10.2.4.1.	Responsáveis pelo aumento da abstenção, nas atitudes muitas e algumas vezes, por categorias e por nível de escolaridade, em %	137
Gráfico	10.2.4.2.	Perceções sobre a que se deve a abstenção, para as pessoas, por nível de escolaridade, em %	138
Gráfico	10.2.4.3.	Perceções sobre a que se deve a abstenção, para os partidos políticos, por nível de escolaridade, em %	139
Gráfico	10.2.5.1.	Atitudes para continuar a votar em eleições, em %	140
Gráfico	10.2.5.2.	Atitudes para continuar a votar em eleições, concorda totalmente e concorda, por nível de escolaridade, em %	141
Gráfico	10.2.5.3.	Possibilidade de votar em próximas eleições por nível de escolaridade, em %	142

Gráfico	10.2.5.4.	Concordância em se adotarem medidas que envolvam os cidadãos na política, por nível de escolaridade, em %	143
Gráfico	10.2.5.5.	Medidas a serem adotadas para aumentar a participação eleitoral, por nível de escolaridade, em %	144
Gráfico	10.2.5.6.	Penalização da abstenção e voto obrigatório, por atitudes, e por nível de escolaridade, em %	145
Gráfico	11.1.1.	Posicionamento ideológico, esquerda – direita, com categorias agregadas, por nível de escolaridade, em %.....	149
Gráfico	11.1.2.	Posicionamento ideológico do inquirido e do pai, esquerda – direita, com categorias agregadas, em %.....	150
Gráfico	11.2.1.	Posicionamento partidário, por partidos, por nível de escolaridade, em %.....	151
Gráfico	11.2.2.	Político nacional com quem mais se identifica, em %	152
Gráfico	11.2.3.	Político internacional com quem mais se identifica, em %.....	152
Gráfico	11.3.1.1.	Militância partidária atual, por nível de escolaridade, em %.....	154
Gráfico	11.3.1.2.	Militância partidária atual, por partido, em %.....	154
Gráfico	11.3.1.3.	Tempo de militância partidária atual, por períodos, por nível de escolaridade, em %.....	155
Gráfico	11.3.1.4.	Pertença a organização partidária de juventude, por escalões etários, em %.....	156
Gráfico	11.3.1.5.	Pertença a organização partidária de juventude, por nível de escolaridade, em %.....	157
Gráfico	11.3.1.6.	Atividade partidária subjetiva, por nível de escolaridade, em %.....	158
Gráfico	11.3.2.1.	Assunção de cargo dirigente partidário, por períodos e relevância territorial, em %.....	159
Gráfico	11.3.2.2.	Assunção de cargo dirigente partidário, por períodos e relevância territorial, em %.....	160
Gráfico	11.3.2.3.	Atividades preferidas dos militantes dos partidos, nas atitudes muitas e alguma preferência, por nível de escolaridade, em %.....	161
Gráfico	11.3.3.1.	Razões para a militância partidária, nas atitudes muitas e algumas vezes, por nível de escolaridade, em %.....	162
Gráfico	11.4.1.	Assunção de cargos em diversos órgãos do Estado, por órgão e integração, em %.....	163
Gráfico	11.5.1.	Atitudes sociopolíticos face à democracia, por escala de atitudes, em %.....	165
Gráfico	11.5.2.	Atitudes sociopolíticos face à democracia, por escala de atitudes, concordo totalmente e concordo, por nível de escolaridade, em %..	166
Gráfico	11.5.3.	Atitudes sociopolíticos face aos Açores, por escala de atitudes, em %.....	167
Gráfico	11.5.4.	Atitudes sociopolíticos face aos Açores por escala de atitudes, concordo totalmente e concordo, por nível de escolaridade, em %..	168

Gráfico	12.1.1.	Mapa de configuração dos perfis com base em interesse política e informação política, e sexo, escalão etário e nível de escolaridade (ACM).....	171
Gráfico	12.1.2.	Mapa de configuração dos perfis com base em motivação para votar e caracterização demográfica (ACM).....	174

ÍNDICE DE TABELAS

		Página
Tabela	2.1.1. Evolução da abstenção na Eleição da Assembleia da República nos Açores, por ilha, 1975 a 2015, em %.....	16
Tabela	2.2.1. Evolução da abstenção na Eleição da ALRAA, por ilha, 1976 a 2016, em %.....	19
Tabela	2.3.1. Evolução da abstenção na Eleição do Presidente da República nos Açores, por ilha, 1976 a 2016, em %.....	20
Tabela	2.4.1. Evolução da abstenção na Eleição Autárquica nos Açores, por ilha, 1979 a 2017, em %.....	22
Tabela	2.5.1. Evolução da abstenção na Eleição do Parlamento Europeu nos Açores, por ilha, 1987 a 2014, em %.....	24
Tabela	3.1.1. População Inscrita na Eleição da Assembleia da República nos Açores, por ilha, de 1975 a 2015	31
Tabela	3.1.2. Variação Percentual da População Inscrita na Eleição da Assembleia da República nos Açores, por ilha, de 1975 a 2015, por períodos.....	32
Tabela	3.2.1. População inscrita na eleição para a ALRAA, por ilha, de 1976 a 2016.....	35
Tabela	3.2.2. Variação percentual da população inscrita na eleição para a ALRAA, por ilha, de 1976 a 2016, por períodos	36
Tabela	3.3.1. População Inscrita em Eleição do Presidente da República nos Açores, por ilha, de 1976 a 2016	38
Tabela	3.3.2. Variação percentual da população inscrita na eleição do Presidente da República nos Açores, por ilha, de 1976 a 2016, por períodos	39
Tabela	3.4.1. População inscrita na eleição das Autarquias Locais nos Açores, por ilha, por ato eleitoral de 1976 a 2016	42
Tabela	3.4.2. Variação percentual da população inscrita na eleição das Autarquias Locais nos Açores, por ilha, de 1979 a 2017, por períodos	43
Tabela	3.5.1. População inscrita na eleição do Parlamento Europeu nos Açores, por ilha, de 1987 a 2014	46
Tabela	3.5.2. Variação percentual da população inscrita na Eleição do Parlamento Europeu nos Açores, por ilha, de 1987 a 2014, por períodos.....	46
Tabela	5.1.1. Evolução da população residente nos Açores com 18 e mais anos, por ilha, em 1981, 1991, 2001 e 2011	54
Tabela	5.2.1. Comparação entre a População Estimada e a Censitária com 18 e mais anos, nos anos de 1991, 2001 e 2011	56

Tabela	5.2.2.	Diferença entre a População Estimada e a Censitária, com 18 e mais anos, nos anos de 1991, 2001 e 2011	57
Tabela	6.1.1.	População Inscrita nos Atos Eleitorais e População Censitária com 18 e mais anos, nos Açores, por ilhas, em 2001 e 2011	62
Tabela	6.1.2.	População inscrita nos atos eleitorais e população estimada com 18 e mais anos, nos Açores, por ilhas, em 2004, 2005, 2008, 2009, 2012 e 2013	63
Tabela	6.1.3.	Diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população censitária e estimada com 18 e mais anos, nos Açores, por Ilhas, de 2001 a 2013	64
Tabela	7.3.1.	Grau de concordância com a importância do inquérito, correção da sua aplicação e auscultação da opinião	76
Tabela	7.4.1.	Diferença entre os valores percentuais da população alvo e os da amostra obtida	79
Tabela	8.1.3.1.	Profissão por nível de escolaridade, em %	84
Tabela	8.1.3.2.	Ocupação do inquirido e cônjuge, em %	85
Tabela	8.1.4.1.	Classe social subjetiva atual e pretendida, em %	86
Tabela	8.1.4.2.	Rendimento do agregado familiar, em %	87
Tabela	8.1.4.3.	Classe social que considera pertencer, por rendimento familiar do agregado familiar, em %	88
Tabela	8.2.1.1.	Associativismo por tipo de associação e por grau de ativismo, em %.....	89
Tabela	9.2.1.	Frequência da conversa e do debate político, com pessoas próximas, em %	100
Tabela	9.3.1.1.	Deputados mais apreciados na XI Legislatura, por grupo parlamentar, em %	108
Tabela	10.1.1.	Razões do recenseamento por idade, em %	121
Tabela	10.2.2.1.	Repartição da votação por partido e frequência, em %.....	132
Tabela	10.2.2.2.	Cálculo da abstenção real através da votação em nunca nos partidos.....	133
Tabela	10.2.3.1.	Participação eleitoral do círculo familiar, amigos e colegas, em %....	135
Tabela	10.2.5.1.	Representações sociopolíticas sobre os Açores e abstenção, por atitudes concordo totalmente e concordo, por nível de escolaridade, em %.....	146

INTRODUÇÃO

Correspondendo a um pedido institucional da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores (CICS.UAc), apresenta-se, nas páginas seguintes, os resultados do estudo sobre a abstenção eleitoral nos Açores, no período compreendido entre 1975 e 2017.¹ O estudo compreendeu a apresentação de uma proposta metodológica assim como a entrega de um Relatório Intermediário, realizado em Junho de 2018. Sem embargo, o presente Relatório Final apresenta todos os resultados obtidos, independentemente de alguns já terem sido alvo de entrega, por forma a constituir um estudo íntegro e completo acerca desta realidade. Assinale-se ainda que a análise já realizada para o Relatório Intermediário foi revista e ampliada.

O pedido contemplava o período que vai de 1976 a 2016. Dado que fora deste período ficam apenas dois atos eleitorais – a eleição da Assembleia Constituinte, em 1975, e a eleição das Autarquias Locais, em 2017 –, decidiu-se introduzir também estas duas eleições para que a análise seja o mais completa possível. A apresentação dos vários atos eleitorais seguiu a linha cronológica da realização das eleições. Em primeiro lugar, a eleição da Assembleia da República, iniciada em 25 de Abril de 1976, onde se integra a eleição para a Assembleia Constituinte. Em segundo lugar, a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (nesse ato ainda designada Assembleia Legislativa Regional), cuja primeira eleição ocorreu em 27 de junho de 1987, em simultâneo com a eleição do Presidente da República. Em terceiro, a eleição do Presidente da República. Em quarto lugar, a eleição das Autarquias Locais, ocorrida em 12 de dezembro de 1976, e por último, a eleição para o Parlamento Europeu, cuja primeira eleição se realizou no dia 19 de julho de 1987, aliás em simultâneo com a eleição da Assembleia da República, no seguimento da dissolução do parlamento e que veio a conferir a primeira maioria absoluta ao PSD.

¹ O pedido tem por base a Resolução N.º 3/2017/A, de 15 de fevereiro, e compreendia diversas dimensões, desde logo a análise da evolução da abstenção eleitoral e a aferição daquilo a que se convencionou chamar abstenção técnica, ou seja, a inflação de eleitores no recenseamento que leva a uma sobre contabilização oficial da abstenção, assim como da análise dos fatores sociais que estarão na base da mesma.

O presente estudo compreende uma investigação realizada em duas vertentes. A primeira, numa análise diacrónica e sistemática da abstenção, em todas as ilhas e em várias eleições, mas com enfoque especial nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, doravante designada ALRAA, que permita identificar a abstenção técnica, com recurso a um estudo de carácter quantitativo. Assim, além dos Censos, de carácter decenal, utilizou-se como fonte as Estimativas da População, de carácter anual.

A segunda vertente compreende uma caracterização das modalidades da participação política da população açoriana, através de uma investigação de raiz, mediante a aplicação de um Inquérito por questionário, com base numa amostragem representativa da Região. Para se ter uma análise mais profunda acerca das razões subjacentes ao enfraquecimento da participação política, em especial da participação eleitoral – o contrário da abstenção – entendeu-se, justamente, interrogar as causas e o enfraquecimento da participação e não apenas as razões que levam à abstenção, permitindo assim o alargamento da capacidade expositiva e explicativa.

Tal como já assinalado no Relatório Intermédio, um dos primeiros aspetos a ter em conta neste estudo sobre a abstenção eleitoral nos Açores respeita à identificação da compatibilidade dos dados entre a população inscrita – com 18 e mais anos – e a população residente nos Açores com a mesma idade. As discrepâncias poderão ser devidas, quer a uma deficiente qualidade dos dados da população residente, como da inscrita.

Neste sentido, e no âmbito da primeira parte, e após a análise pormenorizada da evolução da população inscrita nos diversos atos eleitorais, não só a nível da globalidade do arquipélago, como das suas ilhas, analisa-se a população censitária dos anos de 1981 a 2011 e a estimada para os períodos intercensitários, dados disponíveis só a partir de 1991. Tendo-se encontrado ritmos de crescimento particularmente elevados para a população inscrita entre 2008 e 2009, aprofunda-se os que lhes são anteriores e posteriores, designadamente o período de 2001 a 2013.

Em termos metodológicos, esclarece-se que as fontes utilizadas para os resultados eleitorais são as existentes no portal do Governo Regional dos Açores (identificada como GRA) e portal da Comissão Nacional de Eleições (CNE). No que respeita à população censitária e estimada com 18 e mais anos foi utilizado o Instituto Nacional de Estatística (INE). Todos os dados foram obtidos durante a pesquisa.

O plano do estudo começa divide-se em três partes: I – A abstenção eleitoral: colocação do problema; II – População e abstenção técnica, e III – Participação política, abstenção e valores sociopolíticos.

A Parte I contempla dois capítulos onde se faz um breve excuro teórico em torno dos conceitos e das abordagens que serão seguidas, no capítulo I, e uma análise descritiva e comparativa da abstenção, por ato Eleitoral, nos Açores e em Portugal, para identificação do problema.

A Parte II, começa no capítulo 3, onde se realiza a análise da evolução da população eleitoral nos vários atos eleitorais. No capítulo 4 aprofunda-se a análise da população inscrita nos atos eleitorais de 2001 a 2013; assim como a análise da evolução da população eleitora, nos Açores, e se realiza uma análise comparativa da população censitária, no capítulo 5. No capítulo seguinte, faz-se a análise comparativa da população censitária estimada e inscrita nos atos eleitorais de 2001 a 2013 e ensaia-se um valor para a abstenção técnica para os anos de 2001 a 2013.

A Parte III apresenta os resultados do Inquérito por questionário, ao longo de 6 capítulos, designadamente do 7 ao 12. Assim, no capítulo 7 apresenta-se e caracteriza-se o Inquérito, descrevendo-se como foi aplicado e quais as soluções teórico-metodológicas convocadas, bem como, os procedimentos técnicos e deontológicos necessários à sua realização, aplicação e compreensão. Apresenta-se ainda os primeiros resultados e confronta-se esses resultados com a amostragem realizada.

No capítulo 8 analisam-se as orientações à participação social e política, ou seja, examinam-se os elementos caracterizadores para população que estão a montante da participação política e da participação eleitoral. Segue-se, no capítulo 9, a análise da participação política dos sujeitos, o interesse e a confiança política, a identificação dos protagonistas e a confiança nas instituições para, no capítulo 10 se fazer a análise da participação eleitoral e apurar a abstenção pelos resultados do Inquérito. Trata-se de verificar se existe, de facto, entre uma relação entre a abstenção eleitoral e as razões apresentadas pelos sujeitos nas suas atitudes e comportamentos políticos e confrontar a abstenção apurada com a abstenção oficial e abstenção real.

No capítulo 11 analisam-se outras formas de participação política, designadamente a participação organizacional e institucional, tal como o conjunto dos valores sociopolíticos mais característicos na orientação da conduta dos sujeitos.

Finalmente, no capítulo 12, e com base numa análise de cluster e de correspondências múltiplas, traça-se o perfil dos inquiridos, quer em termos de abstencionismo, quer em termos de participação.

Parte I

A ABSTENÇÃO ELEITORAL: COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

1. Participação política e abstenção: algumas considerações teóricas

A análise da abstenção inscreve-se na análise da participação política que é matéria de preocupação ao nível da Sociologia e da Ciência Política desde meados dos anos 1950, quando os primeiros estudos sobre esta realidade se começaram a fazer sentir. Com efeito, a participação política começa a ser especialmente interrogada a partir de estudos mais globais sobre o funcionamento do sistema político, em particular depois da proposta teórica do cientista político norte-americano David Easton (Easton, 1975 e 1992; Duverger, 1983; Apter, 1970; Almond, 1975, entre outros).

1.1. A participação política

A participação política começou por ser vista uma virtude em si mesma na teoria democrática tradicional. Os teóricos do pensamento político moderno e contemporâneo, tal como Tocqueville, viram na participação política uma condição fundamental para a obtenção de condição de igualdade política e de liberdade sem a qual a democracia não seria possível (Tocqueville, 2001). O alargamento do sufrágio, verificado sobretudo no séc. XX, em especial o alargamento do sufrágio às mulheres; a criação de canais participativos mais sólidos, tais como a criação dos partidos políticos modernos, ainda no séc. XIX, mas com maior crescimento no século posterior; a possibilidade de constituição de outros elementos participativos, como sejam os movimentos sociais e os grupos de interesses, têm levado à criação de

variadíssimas modalidades de participação política que não se cingem apenas ao voto (Dowse; Hughes, 1993; Schwartzenberger, 1979; Lagroye, 1994; Fernandes, 1997).

Inicialmente a participação política foi considerada como um sinal de saúde e de modernização política. Isto é, quanto maior a participação dos cidadãos, maior seria o grau de modernização política. A isso se refere os estudos realizados nos EUA no âmbito das pesquisas sobre a cultura política (Cot; Mounier, 1976). Sem embargo, a participação política está hoje em dia tanto ligado às formas de expressão do voto – as eleições – como a atividades realizadas antes e durante das eleições, como à mobilização de conhecimentos, práticas, atos individuais e coletivos que se expressam politicamente ou que ganham relevância em termos políticos. Significa isto que a participação política não pode englobar tudo, mas engloba um vastíssimo conjunto de elementos participativos, como congrega ainda graus diferenciados de compromisso dos indivíduos que exercem essas modalidades. Isto mesmo é visto pelo lado da análise: enquanto os primeiros estudos sobre a participação colocavam a ênfase numa ótica unidimensional, os estudos mais recentes colocam a participação numa ótica multidimensional, justamente, para contrariar que a participação política seja simplesmente a participação eleitoral.

1.2. As modalidades de participação

A definição de participação surge, por vezes de forma ambígua e imprecisa, e um esforço no sentido de superar estas contrariedades concetuais encontra-se na definição que a remete para o conjunto da “atividade voluntária pela qual os membros de uma sociedade procedem à selecção dos governantes e à formação da opinião pública” (McClosky apud Cruz, 1995: 337). Esta definição, apesar das contrariedades assinaladas, tem a vantagem de ser mais operativa do ponto de vista teórico e metodológico, assinalando-se ainda que tem sido utilizada em estudos sobre a realidade portuguesa.

A participação política assim definida apresenta duas dimensões, designadamente a participação eleitoral e a participação institucional ou organizativa. Sabe-se que estas modalidades de participação têm revelado, na sociedade portuguesa, um decréscimo, apresentando mesmo a participação eleitoral "duas grandes tendências: o aumento do abstencio-

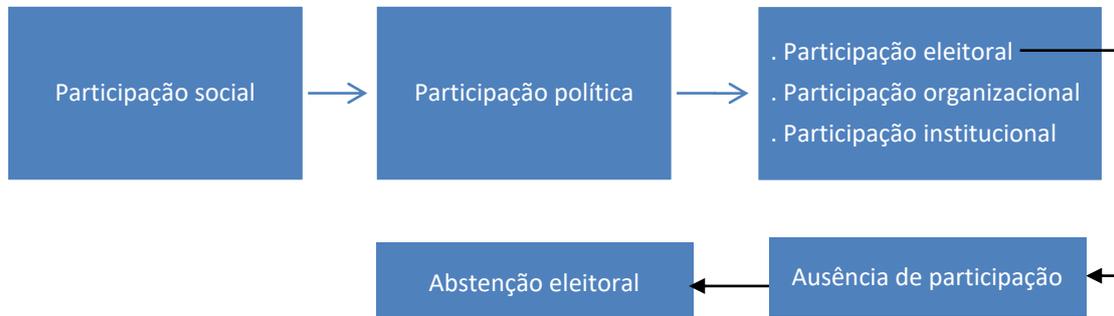
nismo e da volatilidade eleitoral" (Cruz, 1995: 307-308). Se a participação eleitoral incide sobre o voto – nas suas múltiplas práticas –, a participação institucional ou organizativa incide sobre as modalidades mais substanciais de participação política, como seja, o interesse pela política, a pertença a partidos políticos, o grau de envolvimento nos partidos, a participação em órgãos eleitos, a frequência com que se é eleito, etc. Aliás, para efeitos de operacionalização, entendeu-se por conveniente distinguir a participação política organizacional da participação política institucional. Enquanto a primeira se refere à participação em organizações políticas, nomeadamente, os partidos, entende-se aqui a participação institucional como as formas de envolvimento nos órgãos políticos que vão desde as assembleias de freguesia até aos órgãos da Região e do Estado. A distinção tem um carácter operativo e metodológico e encontra-se expressa no Inquérito realizado de maneira a aferir estas formas de participação.

Por outro lado, também se entendeu incluir a dimensão da participação social, ou do associativismo, já que a participação social tem sido entendida muitas vezes como a antecâmara da participação política (Viegas; Faria, 1999: 46; Borralho, 2000). Com efeito, a participação social refere-se às “actividades voluntárias desempenhadas pelos indivíduos, isto é, (...) actividades a que se dedicam nos seus tempos livres” (França, 1993: 56). Significa isto, portanto, que a participação, seja social, seja política, compreende sempre actividades voluntárias dos indivíduos, realizadas em contexto de forte integração social – em associações, organizações e instituições –, para as quais mobilizam os seus recursos, entendidos como os seus conhecimentos, saberes, opiniões, possibilidades, meios, etc. Aquilo a que sociologicamente se designa por recursos culturais, económicos e sociais.

A dimensão associativa é também de grande importância, pois, como tem sido assinalado para a realidade portuguesa, o associativismo dos portugueses apresenta-se quase sempre em níveis mais baixos do registado nos países europeus da União Europeia (Cruz, 1995: 301). Mesmo em estudos mais recentes sobre o associativismo juvenil, embora se registre um aumento das “taxas de mobilização associativa e de participação cívica ligeiramente mais elevadas dos jovens em relação à população total (...) a comparação com a situação noutros países europeus indica que ainda há um longo caminho a percorrer até à efectivação de uma democracia mais acentuadamente participativa em Portugal” (Delicado, 2006:

13). Temos assim, e em conclusão, uma estrutura participativa que pode ser resumida pela seguinte figura.

Figura 1.2.1. Esquema teórico da participação social e político e enquadramento da abstenção.

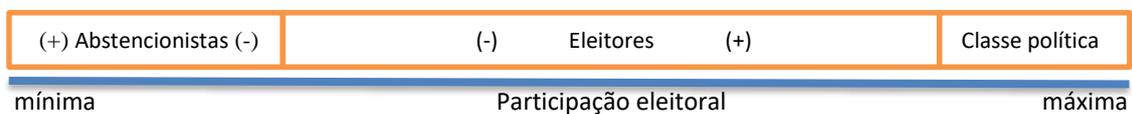


Como o esquema traduz, as condições para a participação política também parecem estar do lado da participação social. Como a participação política se desdobra em diferentes dimensões, todas elas correlacionadas, a ausência da participação eleitoral designa-se por abstenção eleitoral. Portanto, focado no tema da abstenção eleitoral, o presente estudo para interrogar as motivações da abstenção, tem de compreender o que se verifica a montante da abstenção, já que esta se apresenta como o resultado de um conjunto de não participações. Não só é uma não participação, como é de esperar – o que pode ser visto como uma hipótese – que a abstenção eleitoral também iniba outras formas de participação política mais sólidas, como sejam a participação organizacional e a institucional. A hipótese é verosímil e terá de ser confirmada ao longo do estudo.

Uma outra imagem também ajudará a situar o problema no plano teórico e empírico, importando demonstrá-la numa representação esquemática simples. Se dispusermos os diversos conjuntos de eleitores numa linha reta, em que cada extremo corresponde a um máximo e a um mínimo de participação eleitoral, isso significaria que os grupos de eleitores oscilam entre estes dois polos. Assim, ainda que abstratamente, e fazendo a leitura da esquerda para a direita: os maiores abstencionistas, ou totalmente abstencionistas; ou abstencionistas menores, ou eleitores esporádicos; os eleitores menos frequentes e os mais frequentes ou aqueles que sempre votam e, no final da reta, os cidadãos que participam sempre, ou seja, os indivíduos que constituem a classe política. A delimitação dos grupos serve apenas de forma esquemática e não pretensões de representar a ordem de grandeza real.

A designação classe política também nada tem de pejorativa, é um conceito introduzido na análise por Gaetano Mosca, teórico italiano que se inscreve na teoria do elitismo, e trata-se de uma conhecida formulação alterada, pelo próprio, para classe dirigente (Mosca, 1995). Designa, em resumo, o conjunto de indivíduos que se dedicam de forma permanente à política, ocupando os cargos do Estado, por eleição ou não, e que, de uma forma mais ou menos democrática, constituem aquilo que outros teóricos chamaram a elite (Pareto, 1968), a política como profissão (Weber, 1993, 1973).

Figura 1.2.2. – Reta abstrata da participação eleitoral.



A utilização do esquema permite ter uma imagem mais nítida do fenómeno da abstenção, retirando-o do simples confronto que opõe abstencionistas a eleitores, como amiúdes vezes se vê reproduzido em diversos discursos, em especial, em órgãos de comunicação. Convém por isso explicitar que a abstenção é um fenómeno complexo e não se traduz apenas em eleitores e abstencionistas. Ela desenha-se a partir dos que nunca votam e segue até aos que votam mais vezes do que se abstêm. Com efeito, aí teremos os eleitores – votam mais do que se abstêm –, mas que também podem votar com oscilações, de um mínimo a um máximo. Finalmente e coincidindo com aqueles que sempre votam teríamos o grupo dos mais interessados e dos mais participativos e será deste os recrutados para as formas mais elaboradas de participação (organizacional e institucional).

1.3. A abstenção eleitoral

Embora muitas vezes vista como uma exceção, é preciso afirmar que a abstenção não é uma situação esporádica, mas uma constante das democracias pluralistas, não passando de um idealismo a participação política total ou próxima da totalidade de eleitores (Justel, 1992: 2). No fundo, todas as democracias a conhece, em maior ou menor grau, e isso signifi-

ca que participar democraticamente é conviver com formas de não participação e que as democracias estão mesmo sujeitas a conhecer diversas formas de participação (Lipset, 1963: 200 apud Justel, 1992: 2).²

À cultura participativa emergente após o 25 de Abril de 1974 sucederam formas de participação menos efetivas (Cruz, 1995: 229-300). Com o declínio do interesse pela política, cresceu o abstencionismo eleitoral, além de formas que traduzem uma pequena participação institucional (Cruz, 1995: 316-317). Na conclusão de um estudo que tem vindo a ser citado, “a sociedade portuguesa parece acompanhar a evolução das demais sociedades europeias mais desenvolvidas, na manifestação de crescentes tendências comportamentais, entre as quais a de um cada vez mais acentuado individualismo, que explicará em boa parte o declínio de participação social e política” (Cruz, 1995: 300).

Por abstenção política “entende-se aqui uma abstenção protagonizada por indivíduos com razoáveis níveis de recursos (materiais e educacionais) e com razoável nível de integração social, os quais assumem a abstenção como uma opção estratégica para mostrar o seu descontentamento com o funcionamento do sistema político e/ou com o partido com que mais simpatizam” (Freire; Magalhães, 2002: 98). Quer dizer, na raiz desta definição, a abstenção remete para um comportamento ideologicamente orientado que tanto ser mais ou menos conscientemente pelos indivíduos, mas ainda assim um comportamento ativo no sentido de não votar. Esta orientação ideológica, como qualquer outra, remete para um conhecimento subjetivo da atividade política que se pode traduzir, e traduz-se comumente ao nível dos discursos individuais, por “não me interessa”, “não quero”, “nada sei de política”, “são todos iguais”, etc. Este conjunto de explicações individuais são aquilo que em Sociologia se designa por representações sociais que, sem entrar em grandes explicações teóricas, traduzem valores pelas quais os sujeitos se orientam e articulam-se como saberes práticos, estando na origem dos seus comportamentos sociais e também políticos (Almeida, 1990: 1).

Deve-se notar ainda que em estudos mais recentes quando a abstenção ainda não tinha registado os valores dos últimos atos eleitorais, defendia-se ainda que “uma elevada abstenção eleitoral não tem de ser vista necessariamente como algo de ‘mau’ para a democracia, nem o seu aumento como um sintoma de crise e deslegitimação das instituições de competição e participação políticas. A abstenção pode mesmo indicar uma diminuição dos

² O termo apud significa “citado por”, significado a primeira referência bibliográfica é a do texto citado em primeiro lugar e a referência a seguir a apud o texto onde se encontrou a referência ou citação.

conflitos sociais e políticos, a estabilização dos regimes e um elevado nível de confiança depositada pelos cidadãos naqueles que concorrem pela delegação do poder” (Freire; Magalhães, 2002: 16).

No entanto, o seu crescimento ulterior tem constituído uma preocupação maior quer ao nível do debate político, quer ao nível do debate científico, aliás a razão para o presente estudo. Neste âmbito, não se pretende resolver o problema se uma abstenção elevada é ou não um problema para a democracia ou para o sistema político – também isto poderá ser colocado como uma hipótese que deverá ser discutida mais adiante –, mas em primeiro lugar analisar e perceber as modalidades da abstenção, a sua evolução e as razões que estão na base da sua verificação.

Assim, convém chamar a atenção para um problema, já alertado pelos autores citados, e tem a ver com os efeitos de sobredimensionamento e de subdimensionamento da abstenção, fenómenos que se verificam quer em países europeus, quer nos EUA (Freire; Magalhães, 2002: 22). Ainda no contexto da análise seguida, os referidos autores registam “o fenómeno de sobre contabilização de abstencionistas tem maior relevo nos dois países da Europa do Sul [Portugal e Espanha]”³ (Freire; Magalhães, 2002: 23). Deste modo, não basta considerar a abstenção registada de maneira idêntica, pois também ela se pode dever a processos de baixa atualização dos recenseados, pelo que se introduziram designações para a diferenciar, nomeadamente, abstenção técnica e abstenção real.

1.3.1. A abstenção técnica e a abstenção real

A abstenção técnica “é a designação geralmente utilizada para a sobrecontabilização oficial do contingente de abstencionistas resultante da ‘inflação’ do número de inscritos no RE [recenseamento eleitoral]” (Freire; Magalhães, 2002: 23). Trata-se, portanto, de um contingente de eleitores que não devia figurar nos cadernos eleitorais, sobretudo por morte, mas permanece registado. Outros comportamentos de ausência do território onde se está recenseado, como seja a emigração, também poderão influenciar esta abstenção técnica já

³ Nesta citação encontra-se uma expressão entre parêntesis retos, significando isto que se trata de uma expressão não encontrada na citação original, mas que se coloca para melhor compreensão. O mesmo procedimento poderá ser utilizado em casos semelhantes.

que o eleitor, ao deixar de residir num certo local, devia, em condições ideais, mudar o seu local de recenseamento. O mesmo acontece com outras formas de mobilidade, como a mobilidade interna, que pode atingir distâncias consideráveis. Se isto não representa grande problema quando os locais são próximos – por vezes no mesmo concelho –, o problema agudiza-se quando são áreas mais distantes ou, no limite, quando se emigra. Como se verá o problema não é de fácil resolução, nem se pode determinar se se trata de abstenção técnica ou não.

Quanto à abstenção real, embora o conceito tenha a aparência de ser simples, no fundo é o que obtém da abstenção oficial, retirando a abstenção técnica. Poderia até ser assim representada: $\text{abstenção real} = \text{abstenção oficial} - \text{abstenção técnica}$. Como se verá mais adiante, as operações para chegar à abstenção real não são isentas de complexidade e não se trata apenas de uma subtração, pois cada indicador representa sempre um conjunto de dados que importa distinguir e examinar com cuidado.

Proseguindo, e vendo agora numa análise de conjunto a evolução da diferença entre a abstenção oficial e a abstenção real em Portugal, a primeira começa a crescer em 1985, agravando-se em 1995, sendo superior a 5%, melhorando em 1999 “após a limpeza dos cadernos eleitorais em 1998” (Freire; Magalhães, 2002: 37). Os mesmos autores concluem que para “analisar comparativamente as taxas de abstenção portuguesa será mais adequado utilizar como base de cálculo o conjunto dos residentes em idade de votar e não os inscritos na RE, mesmo apesar das melhorias introduzidas no RE após 1998 e de a referida base de cálculo da abstenção também não ser isenta de problemas metodológicos” (Freire; Magalhães, 2002: 38).

Outra componente da abstenção técnica, tem a ver ainda com o facto de os recenseados não expressarem, por sua vez, toda a população em idade eleitoral. De facto, “o problema da abstenção técnica não atinge apenas Portugal (...), em muitos países da OCDE o fenómeno mais relevante nesta matéria é o elevado número de cidadãos que não se inscrevem nos cadernos eleitorais e, por isso, nestes casos a abstenção medida através da contabilização oficial (‘abstenção oficial’) subestima os valores efectivos dos indivíduos que não votam” (Freire; Magalhães, 2002: 152). Ainda nesta análise de conjunto que abrangem vários países europeus, Portugal apresentava níveis de abstenção próximos dos países europeus com voto obrigatório nos anos 1970, revelando um maior crescimento da abstenção em

eleições legislativas nacionais nos anos 1990, verificando-se que a abstenção nacional supera a média das democracias ocidentais. Neste sentido, os autores concluem: "se algo singulariza o caso português é a extrema variabilidade das respectivas taxas de abstenção" (Freire, Magalhães, 2002: 153). Na análise que tem vindo a ser seguida, o aumento significativo da abstenção em Portugal dá-se a partir dos anos 1990 (Freire, Magalhães, 2002: 154).

A análise realça ainda para um conjunto situações que estão na base da explicação da abstenção e que trazem à colação no que tem de interesse para o presente estudo.

Em primeiro lugar, a abstenção desce quando as eleições são competitivas – "Os resultados revelaram que quanto mais decisivo é o voto dos portugueses (eleições mais competitivas) mais os portugueses participam. Pelo contrário, quanto menor o nível de competitividade eleitoral maior a abstenção. Este padrão revela que (...) o comportamento eleitoral dos portugueses é pautado por considerações estratégicas sobre o contexto político" (Freire, Magalhães, 2002: 155).

Em segundo lugar, a participação é maior em "eleições de primeira ordem", ou seja, atos eleitorais mais decisivos e que mais afetam o sistema político (Freire, Magalhães, 2002: 156-157).

Em terceiro lugar, verificaram que a "abstenção é geralmente maior nos países onde o sistema eleitoral é mais desproporcional, onde tem mais peso a população jovem, onde é menor a densidade sindical e o voto em partidos de esquerda" (Freire, Magalhães, 2002: 158). Esta é uma conclusão retirada da comparação entre diversos países, possuidores de diversos sistemas eleitorais, o que não é o caso dos Açores, na medida em que o sistema é único, apresentando como proporcional, embora distorcido.

Em quarto lugar, os autores referem que a participação poderá ter sido diminuído devido ao enfraquecimento da mobilização de sindicatos e dos partidos de massas (Freire, Magalhães, 2002: 158).

Finalmente, que são fatores de "índole política (desidentificação com os partidos políticos, desinteresse pela política e desconfiança nas instituições), quer em Portugal, quer na União Europeia" que teriam levado ao aumento da abstenção (Freire; Magalhães, 2002: 158).

Estes elementos permitem criar um conjunto integrado de questões a que se vai procurar dar resposta nas páginas seguintes, começando justamente pela análise comparativa da abstenção em Portugal e nos Açores, a ser feita no capítulo seguinte.

2. Evolução da abstenção nos atos eleitorais realizados nos Açores: 1975-2017

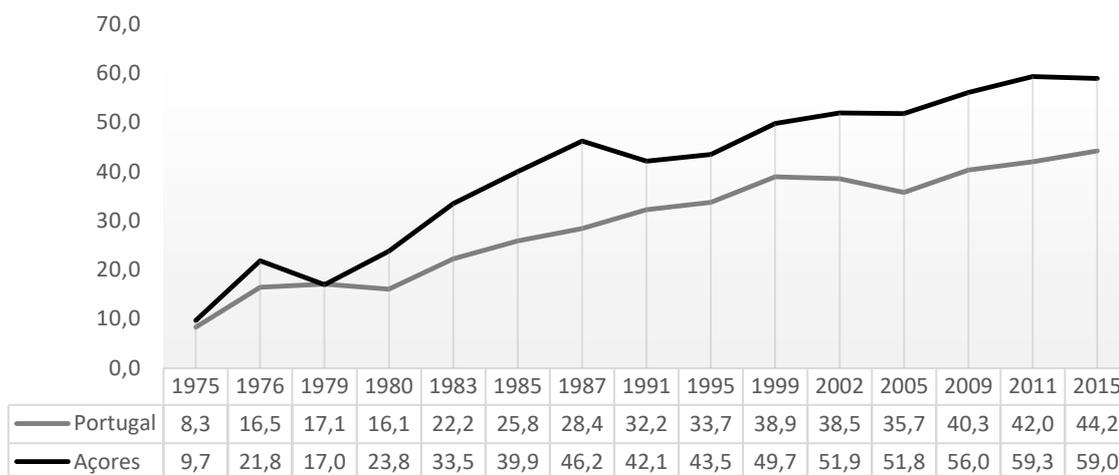
Como já se teve oportunidade de dizer, os atos eleitorais em Portugal após o 25 de Abril de 1975 tiveram início em 25 de Abril de 1975 com a eleição da Assembleia Constituinte. Serviu não só para eleger os representantes que tinham como função redigir a Constituição, como serviu para comemorar a mudança política, tendo a eleição ocorrido a uma sexta-feira, tornada, entretanto, feriado nacional. Um ano depois seria a vez da primeira eleição para Assembleia da República.

2.1. Eleição da Assembleia da República

Tal como referido antes, a análise contempla a eleição da Assembleia Constituinte, em 1975, verificando-se 15 atos eleitorais ao longo da série, com o valor mais baixo da abstenção a ser atingido no primeiro, 9,7%, e o mais elevado em 2011 com 59,3%. Nos três primeiros atos eleitorais, os valores de Portugal e dos Açores não são muito diferentes, embora a abstenção seja mais elevada na Região.

A partir de década de 1980 os valores estão cada mais afastadas e embora a abstenção cresça nos Açores e no País, o ritmo de crescimento da Região sobe de uma forma mais nítida até 1987. Enquanto que a abstenção ronda os 29% no País, na Região ela já é de 46%. Haverá uma ligeira descida nas eleições seguintes, mas não deixará mais de andar na casa dos 40%, para se acentuar de novo a partir de 2002, onde já atinge cerca de 52%, prosseguindo num crescimento consistente. Se é verdade que acompanha a eleição média nacional, verifica-se que a sua expressão tem um ritmo mais acelerado de crescimento, com exceção da eleição de 2015 onde houve uma ligeiríssima quebra de 0,3 pontos percentuais.

Gráfico 2.1.1. Evolução da abstenção na Eleição da Assembleia da República, em Portugal e os Açores, de 1975 a 2015, em %.



Fonte: GRA; CNE.

Na comparação por ilhas, verifica-se que, com exceção da Graciosa, das Flores e do Pico, cujos valores da abstenção são 15,3%, 12,4 e 12,1%, respetivamente, a eleição da Assembleia Constituinte, regista nas restantes ilhas valores de abstenção muito próximos da média da região – 9,7%. Nesta eleição, é o Faial a apresentar o valor mais baixo, com 7,7% e a Graciosa a apresentar o mais elevado.

Tabela 2.1.1. Evolução da abstenção na Eleição da Assembleia da República nos Açores, por ilha, 1975 a 2015, em %.

Ilhas	Anos														
	1975	76	79	80	83	85	87	91	95	99	2002	05	09	11	2015
Santa Maria	10,6	25,0	22,1	33,8	42,9	51,8	54,8	49,3	50,1	58,8	58,7	60,0	61,4	64,3	61,5
São Miguel	9,5	23,1	16,7	24,8	36,1	44,1	49,7	45,3	46,0	52,8	55,4	54,6	58,8	61,9	61,3
Terceira	9,3	20,6	16,5	23,6	31,6	37,5	44,3	40,8	42,4	48,2	50,0	49,4	54,7	57,2	57,9
Graciosa	15,3	30,9	23,0	27,5	34,9	39,8	49,2	43,2	43,6	36,7	44,1	46,2	49,2	56,5	55,2
São Jorge	7,9	19,6	16,3	20,6	28,9	30,8	36,5	34,6	38,4	44,2	44,9	46,9	48,1	52,4	54,2
Pico	12,1	20,4	17,1	20,9	28,0	32,9	39,5	33,8	36,0	41,9	42,6	46,0	50,7	55,7	53,2
Faial	7,7	13,8	15,4	17,7	25,5	29,2	36,4	35,0	37,5	45,5	46,5	46,2	50,0	53,5	52,0
Flores	12,4	26,2	21,1	22,2	32,3	34,1	42,6	35,8	38,3	41,9	48,9	49,0	48,7	54,4	51,7
Corvo	9,6	11,7	19,1	21,2	37,7	27,0	33,1	27,7	33,3	24,3	26,8	36,9	39,1	44,1	44,1
AÇORES	9,7	21,8	17,0	23,8	33,5	39,9	46,2	42,1	43,5	49,7	51,9	51,8	56,0	59,3	59,0

Fonte: GRA.

Para os anos seguintes, e no período até 1987, onde a média regional regista, neste ano, 46,2%, a ilha onde a abstenção mais cresce é Santa Maria, registando já um valor superior a 50% em 1985 (51,8%), valor que aumenta para 54,8% em 1987. É verdade que São Miguel e Graciosa estão próximos dos 50%, com 49,7% e 49,2%, respetivamente, sendo de destacar ainda o Corvo que vai manter ao longo da série os valores mais baixos, seguido pelo Faial.

Depois de 1987, observa-se que o ritmo de crescimento de Santa Maria é acompanhado, logo a seguir por São Miguel – que de 45,3%, em 1991, passa a 61,3% em 2015 – e pela Terceira, que de 40,8% passa a 57,9%. Depois desta eleição, estas três ilhas passam a ser as mais abstencionistas, com valores próximos da média regional, embora a Terceira seja mais equilibrada, surgindo como aquela que acompanha mais perto a referida média. Para efeitos de tendência geral, Santa Maria é a ilha onde a abstenção mais cresce, até a um ritmo mais intenso do que a média regional, especialmente de 1979 a 1999, com uma ligeira quebra nos atos de 1991 e 1995. Depois de 1999, a abstenção em Santa Maria continua a crescer, mas agora com um ritmo mais lento e convergindo para o valor médio regional.

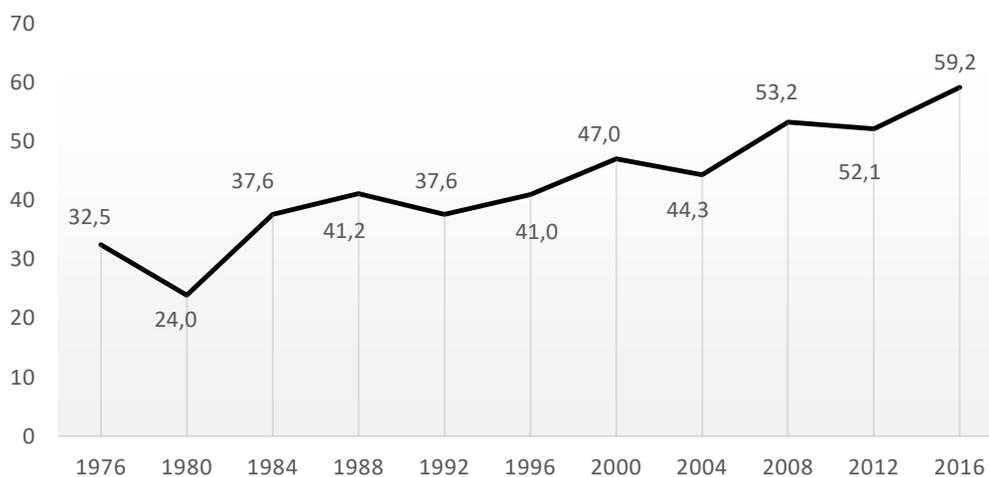
Em sentido inverso, verifica-se ser o Corvo a registar os valores mais baixos da Região, sendo também a ilha onde a abstenção mais oscila ao longo da série. Quando todas as outras ilhas já registam valores de abstenção superiores a 50%, ou mesmo 60% (São Miguel e Santa Maria), no Corvo o valor mais elevado foi atingido nas duas últimas eleições, ambas com 44,1%. Tal, pode estar associado à pequena dimensão dos efetivos, na medida em que é a ilha menos populosa e de onde se pode esperar um comportamento mais homogéneo.

2.2. Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Tendo o seu início em 1976, as eleições para a ALRAA compreendem 11 atos eleitorais, no espaço de 30 anos, verificando também uma abstenção crescente, mas com um ritmo mais lento do que para a Assembleia da República. A média regional que começou relativamente elevada, com 32,5%, desceu para 24% em 1980, e mantém uma oscilação entre 37,6% e 41% entre os anos de 1984 e 1996. Depois deste período, volta a subir e a descer de

ato para ato, até 2012, cifrando-se nos 59,2% em 2016, valor coincidente com o registado para a Assembleia da República no ano anterior e que se viu na secção anterior.

Gráfico 2.2.1. Evolução da abstenção na Eleição da ALRAA, 1976 a 2016, em %.



Fonte: GRA; CNE.

No que diz respeito ao comportamento das ilhas, observa-se a mesma tendência geral já observada antes: o Corvo é a ilha que apresenta valores mais baixos, agora até mais acentuados do que anteriormente. Na série, a abstenção no Corvo tem-se cifrado em valores bem inferiores à média que, embora crescendo ao longo dos anos, registou o seu valor mais elevado em 2004, com 23,6%, seguido do valor de 2016, com 23,4%. Embora com valores mais elevados de abstenção, e com um crescimento mais lento a partir de 1992, as Flores apresentam valores mais baixos que a média regional, ficando até mais próximo dos valores registados para o Corvo do que a Região.

Nesta comparação, São Miguel passa a ser a ilha com os valores mais elevados da Região, sempre superiores à média regional, estabelecendo um valor até mais elevado do que o registado para a Assembleia da República, em 2016, com 63,1%. A ilha de Santa Maria parece acompanhar esta tendência, sendo a ilha que mais cresce entre 1984 e 2004. Mais uma vez, a Terceira é a ilha que apresenta valores mais coincidentes com a média regional, partindo de 30,2%, em 1976, e cifrando-se em 58,9% em 2016.

Tabela 2.2.1. Evolução da abstenção na Eleição da ALRAA, por ilha, 1976 a 2016, em %.

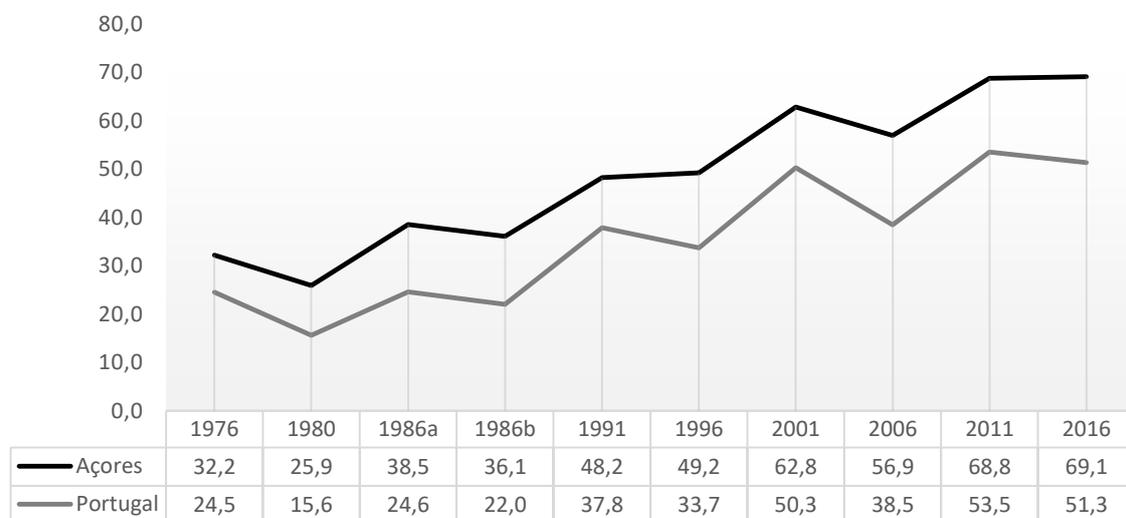
Ilhas	Anos										
	1976	1980	1984	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Santa Maria	34,8	33,8	49,3	49,6	46,1	45,1	52,2	53,6	54,7	50,0	60,1
São Miguel	36,8	24,8	39,4	44,4	39,5	43,8	50,4	46,7	56,8	54,4	63,1
Terceira	30,2	23,8	39,5	41,5	38,6	41,4	47,7	44,6	52,9	54,5	58,9
Graciosa	34,3	27,0	32,4	35,6	32,2	30,4	33,4	32,5	38,9	38,6	45,1
São Jorge	24,1	20,7	28,3	30,9	32,6	33,4	39,7	36,5	39,0	40,9	47,6
Pico	27,6	22,0	31,6	33,3	29,8	32,0	36,8	37,8	46,4	45,2	50,4
Faial	19,2	18,5	29,4	31,5	33,2	36,5	39,5	40,3	50,1	46,6	49,7
Flores	30,5	22,8	31,1	33,2	26,0	27,0	30,4	29,1	33,4	34,2	36,7
Corvo	11,0	18,5	18,6	20,1	17,7	19,6	15,5	23,6	19,3	22,0	23,4
AÇORES	32,5	24,0	37,6	41,2	37,6	41,0	47,0	44,3	53,2	52,1	59,2

Fonte: GRA.

2.3. Eleição do Presidente da República

O terceiro ato eleitoral do período democrático, a primeira eleição do Presidente da República, em 1976, coincidiu com a primeira eleição da ALRAA, sendo que os valores da abstenção deviam coincidir. Há, no entanto, uma ligeira discrepância de 0,3% que não afeta a análise. Observa-se, para esta série que contempla 10 atos eleitorais, embora 2 digam respeito à mesma eleição – 1986, ano em que existiram duas voltas –, um crescimento da abstenção, quase da mesma forma como o registado para a ALRAA, mas com valores mais elevados. O valor mais baixo da série é registado em 1980, com 25%, e o mais elevado em 2016, com 69,1%. Em termos de tendência, o aumento mais significativo dá-se em 2001, pois passa de 49,2% (1996) para cerca de 63%; voltando a descer em 2006, e voltando a subir de forma acentuada em 2011. Trata-se, em termos comparativos, de uma eleição em que abstenção regional é também sempre superior à abstenção nacional, mas a cada oscilação nacional, corresponde uma oscilação no mesmo sentido em termos regionais. Também o ritmo de crescimento regional é maior, sobretudo a partir da década de 1990, pois os Açores chegam rapidamente a valores de cerca de 63%, em 2001, e a valores muito perto dos 70% em 2011 e 2016.

Gráfico 2.3.1. Evolução da abstenção na Eleição do Presidente da República, em Portugal e nos Açores, 1976 a 2016, em %.



Legenda: a – primeira volta; b – segunda volta.

Fonte: GRA; CNE.

Comparando as diversas ilhas, verifica-se ser de novo o Corvo a apresentar os valores mais baixos, mas com um ritmo de crescimento próximo do ritmo das outras ilhas.

Tabela 2.3.1. Evolução da abstenção na Eleição do Presidente da República nos Açores, por ilha, 1976 a 2016, em %.

Ilhas	Anos									
	1976	1980	1986a	1986b	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Santa Maria	34,7	37,4	46,4	44,1	56,9	53,9	66,8	64,2	71,1	72,4
São Miguel	36,7	26,2	40,7	37,7	52,0	52,9	66,4	60,6	71,6	71,4
Terceira	29,0	26,0	38,2	36,4	45,8	46,8	60,6	53,6	66,5	67,4
Graciosa	34,1	34,3	41,7	39,8	53,5	50,4	58,5	54,7	66,6	68,3
São Jorge	25,1	23,3	31,0	31,3	41,4	42,8	56,2	49,8	61,8	63,9
Pico	27,0	22,6	31,9	29,6	39,7	40,3	53,4	49,1	64,2	63,8
Faial	20,0	19,4	31,6	29,0	37,6	41,6	58,5	49,6	62,6	62,7
Flores	30,5	28,9	36,5	32,9	40,3	42,7	54,3	54,3	62,7	63,1
Corvo	11,0	31,5	22,0	27,7	30,6	33,7	42,5	51,3	56,4	60,4
AÇORES	32,2	25,9	38,5	36,1	48,2	49,2	62,8	56,9	68,8	69,1

Legenda: a – primeira volta; b – segunda volta.

Fonte: GRA.

A segunda ilha a apresentar estes valores passa a ser o Faial, até 2001, depois trocando nesta posição com o Pico. A Terceira continua a ser a ilha com valores mais próximos da média regional, até ligeiramente inferiores, e as ilhas onde a abstenção é mais elevada voltam a ser Santa Maria e São Miguel, logo seguidas da Graciosa. Observa-se ainda que Santa Maria e São Miguel são as únicas que já registam valores superiores a 70%, inscrevidos na eleição de 2011 – 71,1% e 71,6%, respetivamente. Esta eleição nos Açores apresenta ainda outra especificidade, ao nível da abstenção, que é a de apresentar valores mais elevados, quando comparadas com todas as outras, excetuando a do Parlamento Europeu.

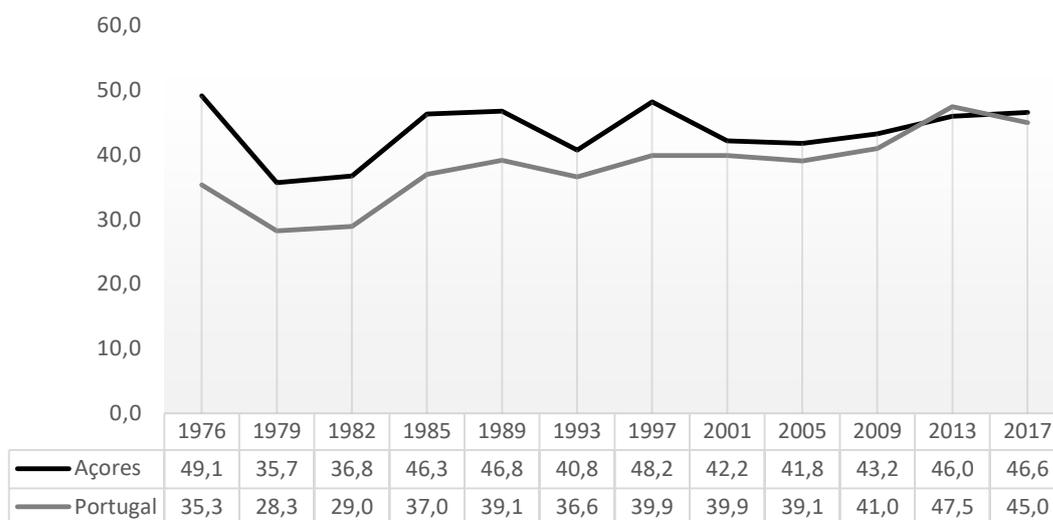
2.4. Eleição das Autarquias Locais

As últimas eleições a terem início no período democrático, a eleição para as Autarquias Locais regista 12 atos eleitorais até 2017. Inicialmente, o mandato para as Autarquias era de 3 anos e manteve-se assim até 1985, passando depois a ser de 4 anos.

A abstenção nos Açores para as Autarquias Locais começa elevada, atingindo logo um expressivo valor 49,1% em 1976, o mais elevado da série. Baixa nas eleições seguintes, verificando-se um período de aumentos e descidas, entre 1982 e 2001, fixando-se na casa dos 40%, mas registando valores mais baixos, na média regional, do que as outras eleições em igual período de tempo. De facto, a abstenção nas eleições das Autarquias regista, a partir de 2001, um valor menos elevado do que as anteriores eleições já analisadas e, embora crescente, revela crescimento mais lento e a tender para alguma estabilidade nas duas últimas eleições.

Comparativamente ao que se passa no País, a abstenção nos Açores é sempre superior em média, exceto em 2013, que fica quase ao mesmo nível do todo nacional (47,5%). Se os valores para os Açores e para Portugal começaram díspares, embora a cada subida e a cada inflexão se acompanhem, nos últimos anos regista-se uma aproximação e uma tendência para a estabilidade e coincidência de valores.

Gráfico 2.4.1. Evolução da abstenção na Eleição das Autarquias Locais nos Açores e em Portugal, de 1979 a 2017, em %.



Fonte: GRA; CNE.

Verificando os resultados desta evolução por ilhas, o Corvo, seguido pelas Flores, são as que registam menor abstenção, sendo as únicas que ainda apresentam valores abaixo dos 30% em 2017 – ultimo valor da série.

Tabela 2.4.1. Evolução da abstenção na Eleição Autárquica nos Açores, por ilha, 1979 a 2017, em %.

Ilhas	Anos											
	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013	2017
Santa Maria	63,0	44,0	41,5	47,4	47,5	38,1	50,3	46,1	49,4	39,0	41,3	48,8
São Miguel	57,8	42,0	39,0	51,8	52,3	44,6	54,1	46,7	46,6	47,5	48,8	49,8
Terceira	41,0	31,3	37,8	44,7	47,5	42,7	48,0	42,7	40,7	43,9	50,2	48,6
Graciosa	49,4	30,6	39,3	42,9	39,5	35,6	36,9	31,2	30,0	33,5	37,3	35,9
São Jorge	45,0	26,5	38,2	38,5	32,0	34,2	36,1	30,7	29,8	30,1	30,8	35,0
Pico	32,4	22,9	26,9	33,4	30,3	23,0	28,7	25,4	26,4	28,3	29,7	32,5
Faial	32,9	27,3	26,7	37,4	35,5	31,2	38,1	35,5	34,2	34,9	39,1	36,8
Flores	36,9	27,0	23,8	28,5	28,2	29,3	25,5	20,7	25,2	26,0	25,7	28,1
Corvo	14,5	23,1	26,4	16,3	14,6	21,8	17,1	16,6	18,0	21,3	23,3	23,9
AÇORES	49,1	35,7	36,8	46,3	46,8	40,8	48,2	42,2	41,8	43,2	46,0	46,6

Fonte: GRA.

Há depois um segundo grupo, composto pelo Faial, Pico, S. Jorge e Graciosa que apresentam valores abaixo da média – na casa dos 30% –, embora mais elevados que as ilhas

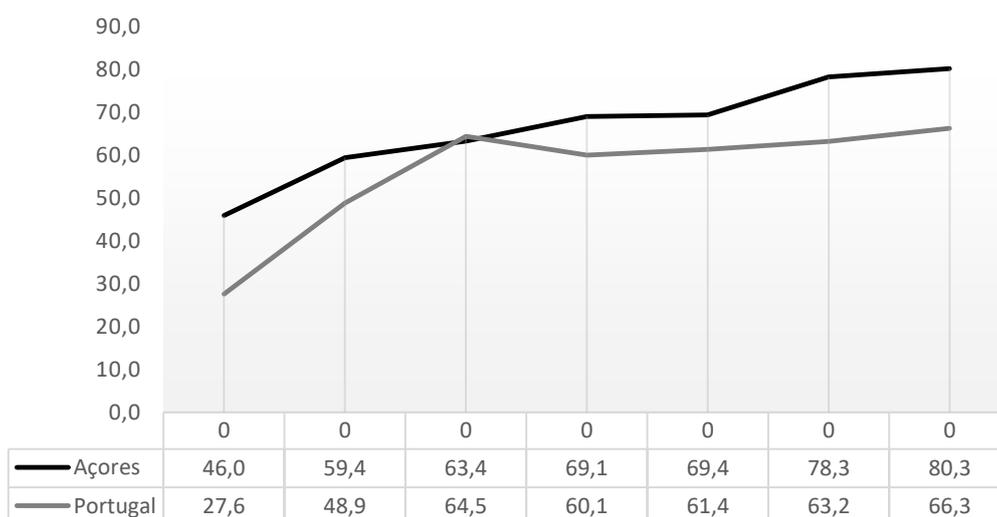
do grupo ocidental. E, finalmente, e por esta ordem, Terceira, Santa Maria e S. Miguel a apresentarem os valores mais elevados, sendo de 48,6%, 48,8% e 49,8%, respetivamente, registados igualmente para 2017. Com ligeiras discrepâncias nalguns atos eleitorais, a Terceira é a ilha com valores mais próximos da média regional.

2.5. Eleição do Parlamento Europeu

As eleições dos deputados portugueses no Parlamento Europeu são as últimas criadas no período democrático e aconteceram pela primeira vez em 1987, tendo a primeira eleição coincidindo com a eleição da Assembleia da República. A eleição escolheu os deputados portugueses para um período de 2 anos, tendo passado a 5 anos depois de 1989, que é a duração do mandato dos deputados europeus.

A abstenção para as Europeias começa logo elevada nos Açores, 46%, contra 27,6% em Portugal. No País ela tende a crescer mais depressa até 1994, mostrando os Açores um ritmo de crescimento mais lento, mas com valores mais elevados.

Gráfico 2.5.1. Evolução da abstenção na Eleição do Parlamento Europeu, em Portugal e nos Açores, 1987 a 2014, em %.



Fonte: GRA; CNE.

Enquanto em Portugal o valor da abstenção, com oscilações, mas tendência a crescer, se pauta por um certo registo – sempre na casa dos 60% –, nos Açores já atingiu os 80% no último ato eleitoral (2014), e, apresenta uma tendência de subida mais significativa que a tendência nacional.

Tal como nos atos eleitorais já analisados antes, continua a ser o Corvo a registar valores mais baixos, seguido das Flores. Em termos opostos, encontra-se Santa Maria e S. Miguel, com valores superiores à média regional, de 81,4% e 82,8%, respetivamente. E, mais uma vez, a Terceira é a ilha que acompanha com maior fidelidade a média regional, com valores ligeiramente inferiores.

Tabela 2.5.1. Evolução da abstenção na Eleição do Parlamento Europeu nos Açores, por ilha, 1987 a 2014, em %.

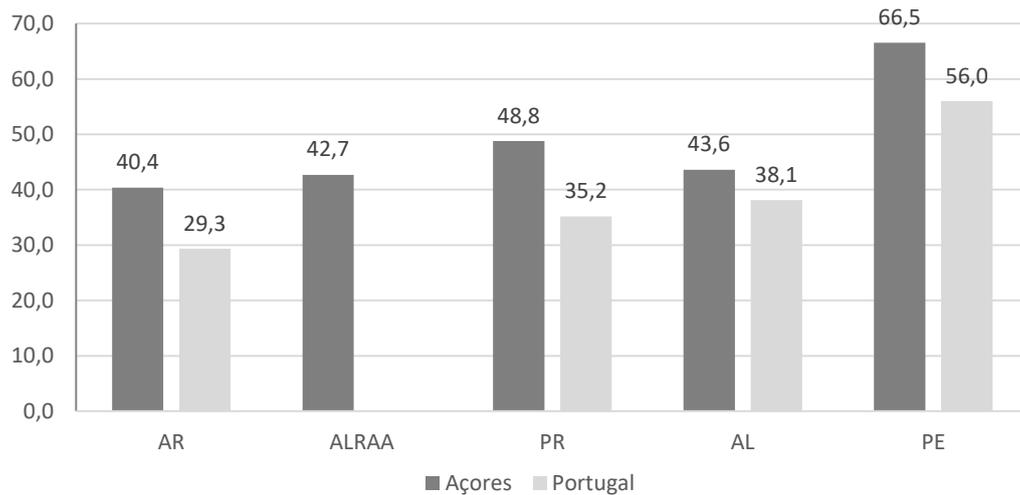
Ilhas	Anos						
	1987	1989	1994	1999	2004	2009	2014
Santa Maria	54,8	67,9	69,8	73,7	73,9	79,9	81,4
São Miguel	49,3	62,5	65,5	72,8	73,4	81,1	82,8
Terceira	44,3	58,4	62,3	67,0	67,5	75,4	78,1
Graciosa	49,2	56,0	62,3	57,2	57,0	72,1	77,1
São Jorge	36,5	50,4	54,6	63,6	62,1	75,4	77,8
Pico	39,5	55,2	59,3	63,3	57,8	73,8	76,4
Faial	36,4	49,3	59,3	62,1	65,0	75,0	73,4
Flores	42,6	57,3	58,8	59,0	61,0	69,2	72,0
Corvo	33,1	38,9	51,7	43,2	29,0	43,0	61,7
AÇORES	46,0	59,4	63,4	69,1	69,4	78,3	80,3

Fonte: GRA.

Para se ter uma ideia mais resumida e ao mesmo tempo comparativa da evolução da abstenção nos Açores, nos diversos atos eleitorais, procedeu-se ao cálculo da média por tipo de eleição e por década. Em primeiro, mostram-se os valores médios por eleição para os Açores e para Portugal, por tipo de eleição. A análise de conjunto mostra, portanto, uma eleição média nos Açores sempre superior aos 40%, quando no conjunto do País, esse valor só é atingido para as Europeias. Em segundo lugar, sobressai, das eleições para os órgãos nacionais – excetua-se o PE –, que a eleição do Presidente da República é a menos participa-

da nos Açores, quando em Portugal a menos participada é a das Autarquias Locais. Quanto à ALRAA para haver termo de comparação ter-se-ia de incluir aqui os valores registados para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, o que extravasa longamente o objetivo deste estudo.

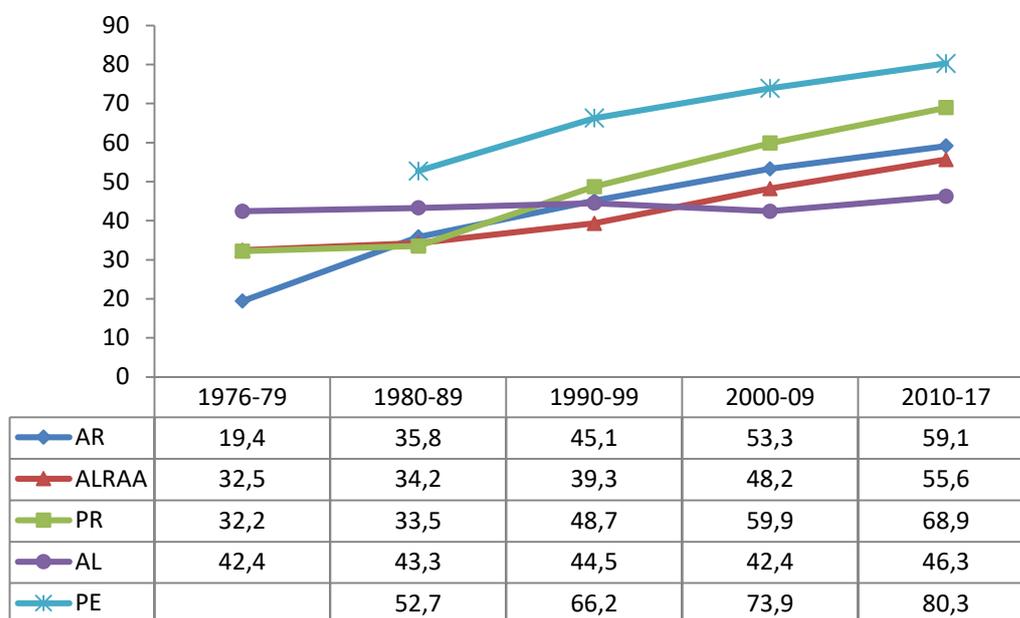
Gráfico 2.5.2. Evolução da abstenção média nos Açores e em Portugal, por ato eleitoral, 1975 a 2017, em %.



Fonte: GRA, CNE.

Com outro indicador construído também a partir dos valores médios, mas apenas para os Açores, procurou-se perceber a evolução da abstenção nas diferentes eleições. Para permitir uma leitura de conjunto, optou-se por condensar os valores médios por décadas, dada o número elevado de atos eleitorais compreendidos na análise (55).

Gráfico 2.5.3. Evolução da abstenção média nos Açores, por ato eleitoral e por década, 1976 a 2017 , em %.



Fonte: GRA.

Assim, sem querer repetir a análise anterior, verifica-se o crescimento da abstenção ao longo das várias décadas, de uma forma mais acentuada nas duas primeiras do que nas imediatas. A exceção é a eleição das Autarquias que começa por ser mais elevada, e embora se mantenha sempre elevada parece conseguir resistir melhor. Nas seguintes eleições, a que mais resiste ao aumento da abstenção é da ALRAA, seguida da Assembleia da República. A do Presidente da República cresce mais que as anteriores, mas ainda assim menos do que a do Parlamento Europeu. Esta última, como já se afirmou, apresenta valores muito elevados, logo no início bastante acima dos verificados para outras eleições, vislumbrando-se uma tendência crescente.

Em síntese, a abstenção crescente nos Açores, por ato eleitoral, é uma realidade transversal às várias ilhas, apresentando, contudo, diferenças. As ilhas de menor dimensão populacional e, por conseguinte, de inscritos no recenseamento eleitoral – Corvo, em especial, mas também as Flores – são as que parecem melhor resistir ao aumento da abstenção. No Corvo a pequenez de efetivos também ajuda à menor abstenção, em geral. Por seu turno, e excetuando Santa Maria, é São Miguel a que apresenta maiores valores de abstenção, sendo também a ilha mais populosa, portanto, onde a diversidade populacional e social é

maior. Isto pode querer indicar que quanto maior é a diversidade social e populacional, é de esperar uma abstenção mais elevada, quer dizer, mais diversificada. O facto de Santa Maria apresentar valores elevados, não elimina a possível correlação entre abstenção mais elevada e maior população, pois a Terceira – segunda ilha em termos populacionais – é a que apresenta, logo a seguir a São Miguel, a abstenção mais elevada – a terceira no conjunto das ilhas – muito próxima da média regional e, por vezes, confundindo-se com ela.

Parte II

POPULAÇÃO E ABSTENÇÃO TÉCNICA

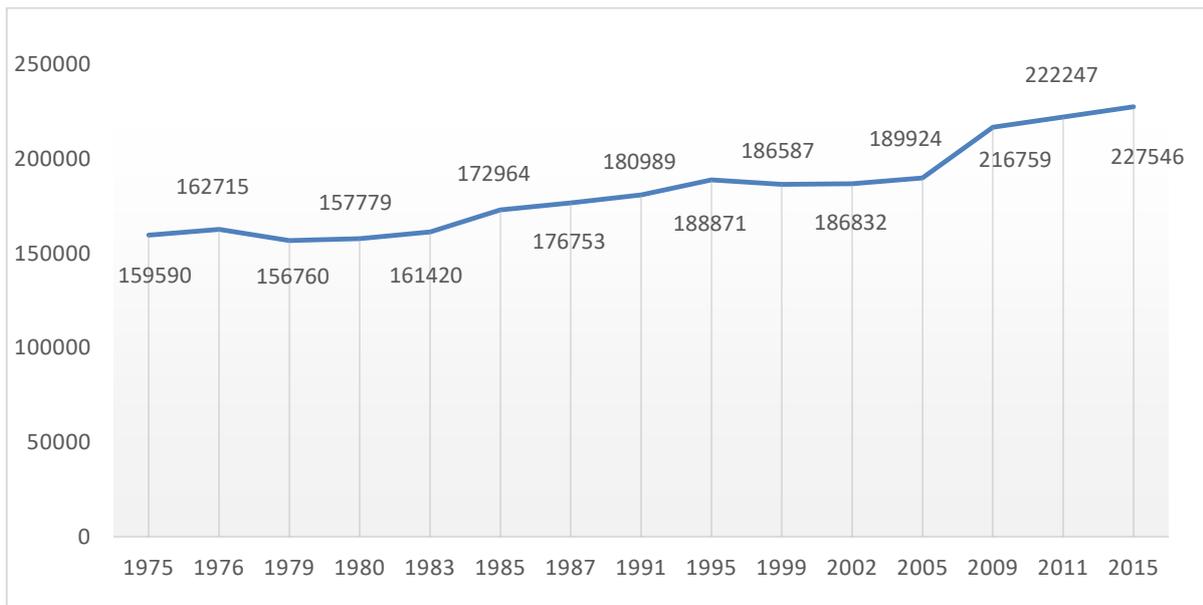
3. Evolução da população inscrita nos atos eleitorais

Pretende-se neste capítulo analisar a evolução da população inscrita nos diversos atos eleitorais, tanto a nível da globalidade da Região, como das várias ilhas, seguindo a ordenação do capítulo anterior.

3.1. Eleição da Assembleia da República

A tendência da população inscrita é muito semelhante à observada nos atos eleitorais analisados anteriormente, com uma relativa estabilização nos anos 1970 e um aumento ligeiro ao longo dos anos 1980, que se prolonga até meados dos de 1990 e novamente uma estabilização no primeiro quinquénio deste século a que segue o acréscimo mais significativo entre 2005 e 2009, e novamente um crescimento atenuado desta última data em diante.

Gráfico 3.1.1. Evolução da População Inscrita na Eleição da Assembleia da República nos Açores, 1975 a 2015.

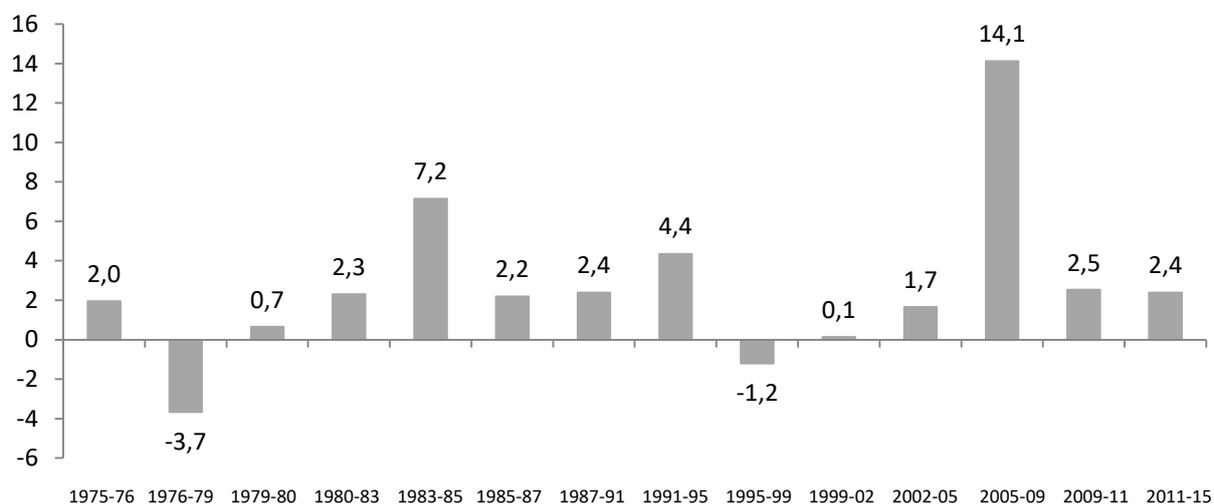


Fonte: GRA.

Com efeito, se até 1980 a população inscrita na Região era de, sensivelmente, 160 000, já em 1991 era de quase 181 000, para entre 2005 e 2009 passar de 189 924 para 216 759, ou seja, um aumento de quase 27 000 indivíduos.

A quantificação dos ritmos de crescimento entre os vários períodos permite identificar a evolução ímpar dos anos finais da década passada, especificamente de 2005 para 2009, com uma variação percentual de 14%. Nos restantes anos os ritmos são muito distintos, sendo o mais elevado o de 1983 a 1985, com cerca de 7%. De 1976 a 1979, e de 1995 a 1999, a população inscrita diminuiu, no primeiro caso em cerca de 4% e no segundo em 1%.

Gráfico 3.1.2. Variação Percentual da População Inscrita na Eleição da Assembleia da República nos Açores, de 1975 a 2015, por períodos.



Fonte: GRA.

As ilhas apresentam, tal como noutros atos eleitorais, similitudes e diferenças, sendo que nestas a mais significativa respeita a São Miguel, com uma variação percentual no período de 2005 a 2009 de cerca de 17%, superior, portanto, ao do conjunto do arquipélago que apresenta nestes anos um aumento de 14%. Santa Maria, Terceira, Graciosa e Faial também registam valores relativamente elevados, da ordem dos 11%, enquanto a ilha das Flores apresenta um decréscimo, ainda que atenuado.

Tabela 3.1.1. População Inscrita na Eleição da Assembleia da República nos Açores, por ilha, de 1975 a 2015.

Ilhas	Anos														
	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015
Santa Maria	4617	4765	4237	4246	4313	4444	4531	4320	4499	4454	4507	4537	5022	5110	5452
São Miguel	79690	80309	77562	77882	80562	85756	88635	92648	98158	98435	97863	100964	118391	122194	126616
Terceira	38378	39592	38798	39216	39730	44044	44554	44777	45992	44879	45325	45505	50701	51697	52348
Graciosa	4273	4308	4034	4070	4053	4301	4417	4140	4276	3916	3907	3826	4273	4430	4456
São Jorge	7177	7710	7065	7169	7301	7695	7930	8049	8135	7938	8046	8030	8822	8838	8669
Pico	11172	11398	10939	11122	11266	11845	11792	11780	12143	11814	11971	11884	12924	13188	13397
Faial	10775	11069	10712	10650	10707	11261	11225	11624	12021	11541	11589	11559	13017	13155	13072
Flores	3207	3255	3119	3122	3170	3336	3385	3351	3350	3268	3273	3272	3261	3286	3198
Corvo	301	309	294	302	318	282	284	300	297	342	351	347	348	349	338
AÇORES	159590	162715	156760	157779	161420	172964	176753	180989	188871	186587	186832	189924	216759	222247	227546

Fonte: GRA.

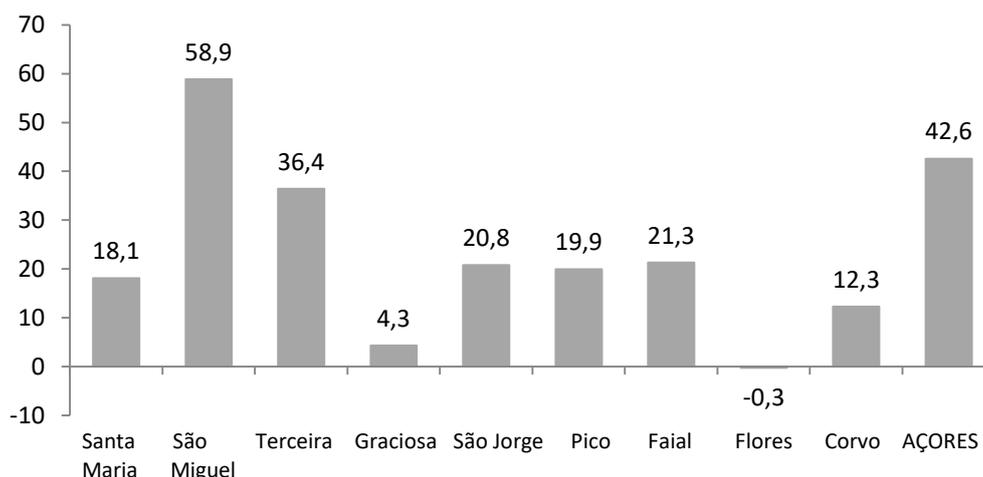
Tabela 3.1.2. Variação Percentual da População Inscrita na Eleição da Assembleia da República nos Açores, por ilha, de 1975 a 2015, por períodos.

Ilhas	Anos													
	1975-76	1976-79	1979-80	1980-83	1983-85	1985-87	1987-91	1991-95	1995-99	1999-02	2002-05	2005-09	2009-11	2011-15
Santa Maria	3,21	11,08	0,21	1,58	3,04	1,96	-4,66	4,14	-1,00	1,19	0,67	10,69	1,75	6,69
São Miguel	0,78	-3,42	0,41	3,44	6,45	3,36	4,53	5,95	0,28	-0,58	3,17	17,26	3,21	3,62
Terceira	3,16	-2,01	1,08	1,31	10,86	1,16	0,50	2,71	-2,42	0,99	0,40	11,42	1,96	1,26
Graciosa	0,82	-6,36	0,89	-0,42	6,12	2,70	-6,27	3,29	-8,42	-0,23	-2,07	11,68	3,67	0,59
São Jorge	7,43	-8,37	1,47	1,84	5,40	3,05	1,50	1,07	-2,42	1,36	-0,20	9,86	0,18	-1,91
Pico	2,02	-4,03	1,67	1,29	5,14	-0,45	-0,10	3,08	-2,71	1,33	-0,73	8,75	2,04	1,58
Faial	2,73	-3,23	-0,58	0,54	5,17	-0,32	3,55	3,42	-3,99	0,42	-0,26	12,61	1,06	-0,63
Flores	1,50	-4,18	0,10	1,54	5,24	1,47	-1,00	-0,03	-2,45	0,15	-0,03	-0,34	0,77	-2,68
Corvo	2,66	-4,85	2,72	5,30	-11,32	0,71	5,63	-1,00	15,15	2,63	-1,14	0,29	0,29	-3,15
AÇORES	1,96	-3,66	0,65	2,31	7,15	2,19	2,40	4,35	-1,21	0,13	1,65	14,13	2,53	2,38

Fonte: GRA.

Entre o ano inicial e o final do período em análise, a população inscrita aumenta cerca de 40% nos Açores, sendo que em São Miguel o acréscimo quase atinge os 60%. Na Terceira é de 35%, sensivelmente, tendo as restantes ilhas valores bastante inferiores, em especial a Graciosa com um aumento de cerca de 5% e, principalmente, as Flores com um valor negativo de 0,3%.

Gráfico 3.1.3. Variação percentual da população inscrita na Eleição da Assembleia da República nos Açores, por ilha, entre os anos 1975 e de 2015.



Fonte: GRA.

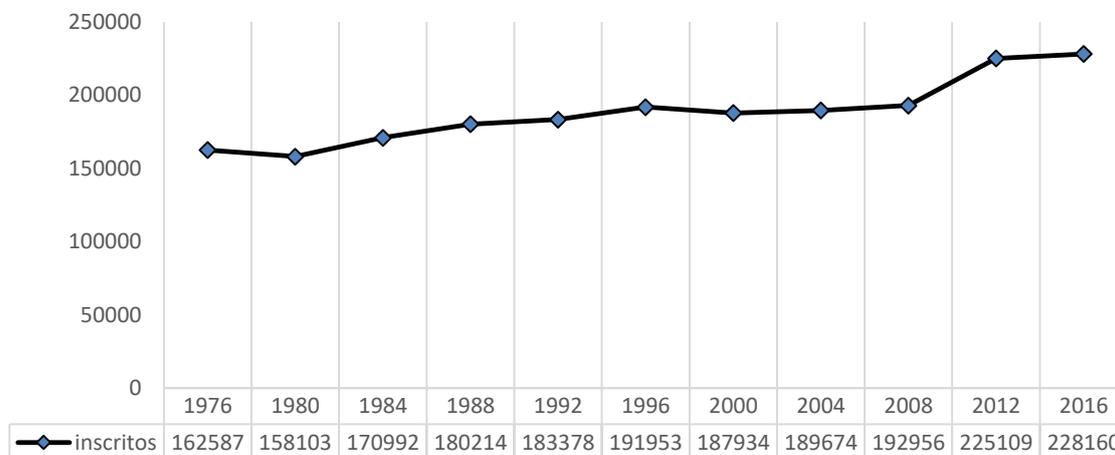
Apesar de se observarem algumas diferenças, não só nos aumentos e diminuições nos vários períodos, como nas diversas ilhas, mantêm-se as grandes diferenças já anteriormente identificadas, ou seja, de um ritmo de crescimento particularmente elevado da população inscrita no segundo quinquénio da década passada e a enorme relevância que a ilha de São Miguel tem neste aumento.

3.2. Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Conforme se pode observar no Gráfico seguinte, assiste-se ao longo dos anos 1980 e princípio de 1990 a uma ligeira subida da população inscrita, que passa de valores da ordem dos 160 000 no ano de 1980 para mais de 190 000 em 1996. Entre esta data e a eleição da 2008 a população inscrita mantêm-se relativamente estável, sendo que é a partir desta última data e o ano de 2012 que se verifica um acréscimo bastante acentuado, de mais de 30 000 inscritos, ou seja,

um acréscimo percentual de quase 17%, tendo o volume de população inscrita se mantido relativamente estável entre 2012 e 2016.

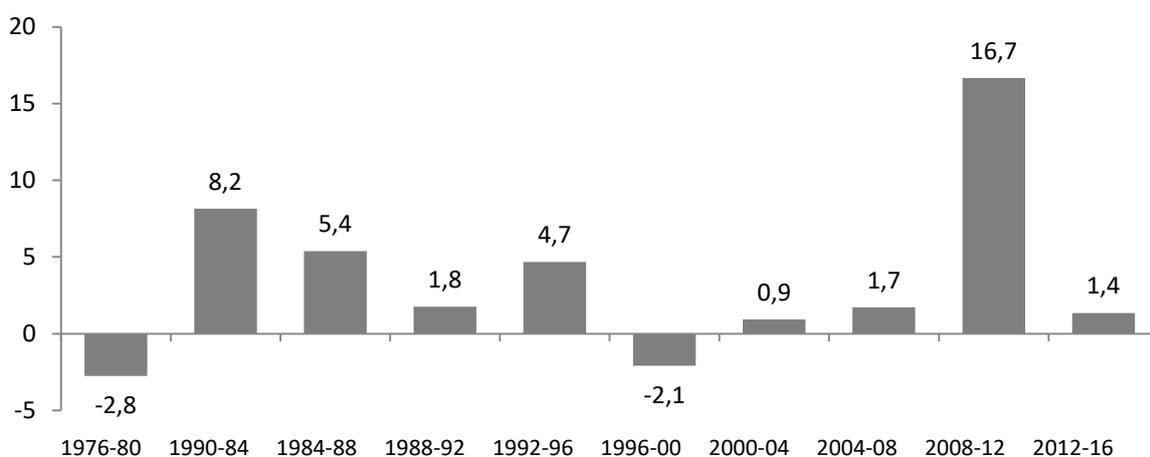
Gráfico 3.2.1. Evolução da População Inscrita na Eleição para a ALRAA, de 1976 a 2016.



Fonte: GRA.

Esta evolução recente, nomeadamente a verificada entre 2008 e 2012, surge como algo excepcional na evolução de todo o período e não está conforme à evolução da totalidade da população dos Açores, como a seguir se verá.

Gráfico 3.2.2. Variação percentual da população inscrita na eleição para a ALRAA, de 1976 a 2016, por períodos.



Fonte: GRA.

Uma análise do ritmo de crescimento dos diversos anos confirma a diferença entre os anos de 2008 a 2012, pois o valor do aumento que se lhe segue é o do período de 1980 a 1984, da ordem dos 8%, ou seja, sensivelmente metade, enquanto todos os outros registam variações percentuais bem mais baixas, que em alguns anos são negativas, como acontece de 1976 a 1980 e de 1996 a 2000.

A evolução nas várias ilhas é relativamente idêntica à observada para o conjunto do arquipélago, principalmente quanto à singularidade do período de 2008 a 2012, cujos elevados valores da variação percentual só encontram exceção nas ilhas das Flores e do Corvo, mas que regista um valor especialmente elevado na ilha de São Miguel, com um acréscimo de 20%.

Tabela 3.2.1. População inscrita na eleição para a ALRAA, por ilha, de 1976 a 2016.

Ilhas	Anos										
	1976	1980	1984	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Santa Maria	4766	4246	4457	4569	4365	4530	4446	4532	4547	5205	5493
São Miguel	80364	77888	84630	90495	94188	100620	99355	100861	103537	124335	127162
Terceira	40222	39303	43486	45442	45316	46555	45073	45403	45825	52268	52432
Graciosa	4324	4041	4270	4384	4193	3979	3951	3836	3791	4478	4406
São Jorge	7611	7168	7612	8042	8110	8234	7946	7993	8177	8780	8645
Pico	11413	11262	11736	12024	11869	12268	11911	11852	11735	13302	13490
Faial	10898	10755	11246	11471	11681	12130	11635	11585	11733	13161	13013
Flores	2680	3148	3270	3489	3356	3331	3275	3260	3258	3230	3185
Corvo	309	292	285	298	300	306	342	352	353	350	334
AÇORES	162587	158103	170992	180214	183378	191953	187934	189674	192956	225109	228160

Fonte: GRA.

Para além desta similitude, encontra-se outra, respeitante à diminuição generalizada entre 1976 e 1980, com exceção na ilha das Flores, mas que ainda assim regista diferenças de ritmo que não podem ser negligenciadas, como a elevada diminuição observada na ilha de Santa Maria.

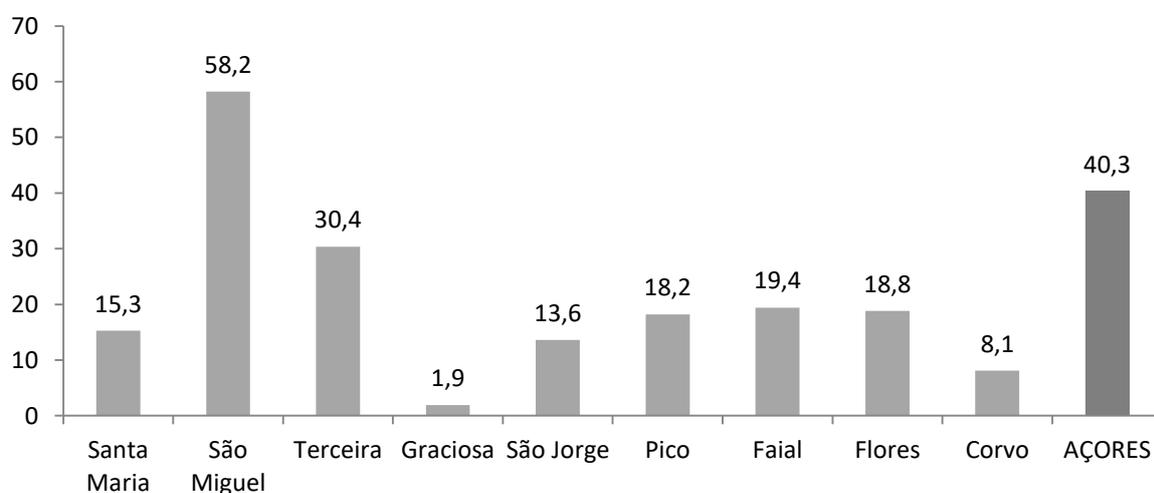
Tabela 3.2.2. Variação percentual da população inscrita na eleição para a ALRAA, por ilha, de 1976 a 2016, por períodos.

Ilhas	Anos									
	1976-1980	1980-1984	1984-1988	1988-1992	1992-1996	1996-2000	2000-2004	2004-2008	2008-2012	2012-2016
Santa Maria	-10,91	4,97	2,51	-4,46	3,78	-1,85	1,93	0,33	14,47	5,53
São Miguel	-3,08	8,66	6,93	4,08	6,83	-1,26	1,52	2,65	20,09	2,27
Terceira	-2,28	10,64	4,50	-0,28	2,73	-3,18	0,73	0,93	14,06	0,31
Graciosa	-6,54	5,67	2,67	-4,36	-5,10	-0,70	-2,91	-1,17	18,12	-1,61
São Jorge	-5,82	6,19	5,65	0,85	1,53	-3,50	0,59	2,30	7,37	-1,54
Pico	-1,32	4,21	2,45	-1,29	3,36	-2,91	-0,50	0,99	13,35	1,41
Faial	-1,31	4,57	2,00	1,83	3,84	-4,08	-0,43	1,28	12,17	-1,12
Flores	17,46	3,88	6,70	-3,81	-0,74	-1,68	-0,46	-0,06	-0,86	-1,39
Corvo	-5,50	-2,40	4,56	0,67	2,00	11,76	2,92	0,28	-0,85	-4,57
AÇORES	-2,76	8,15	5,39	1,76	4,68	-2,09	0,93	1,73	16,66	1,36

Fonte: GRA.

Em termos globais, isto é para o conjunto de todo o período, sublinhe-se a já referida situação diferenciada da ilha de São Miguel, com uma variação percentual da ordem dos 60% entre o ano de 1976 e o de 2016, que não encontra paralelo em mais nenhuma ilha, estando em seguida a ilha da Terceira, que se fica por aumento de cerca de 30%. Santa Maria, São Jorge, Pico, Faial e Flores estão abaixo dos 20% e a Graciosa e o Corvo, com aumentos inferiores a 5% e 10%, repetidamente.

Gráfico 3.2.3. Variação percentual da população inscrita na eleição para a ALRAA, por ilha, entre os anos 1976 e de 2016.



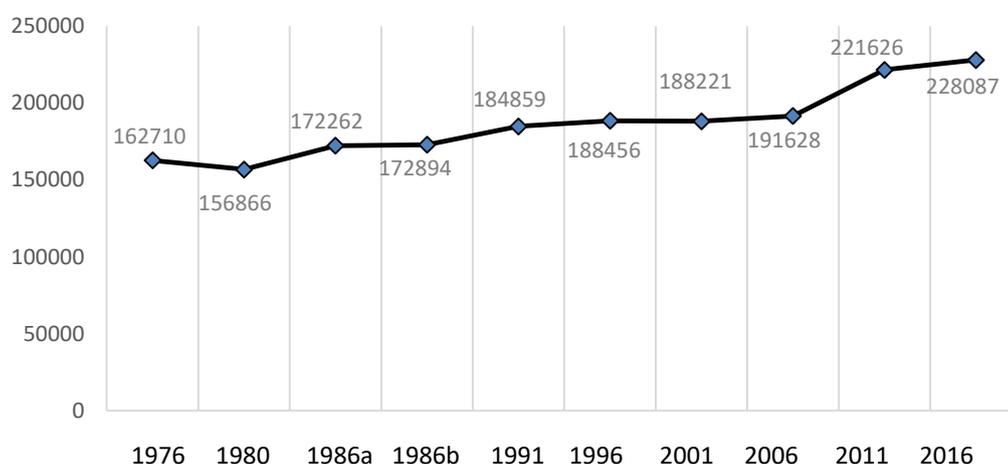
Fonte: GRA.

Assim, e como síntese deste ponto referente à população inscrita para os atos eleitorais para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realça-se um aumento global da população inscrita entre o ano inicial e o final, que é particularmente elevado nos anos de 2008 a 2012, sendo que é na ilha de São Miguel que atinge os maiores quantitativos.

3.3. Eleição do Presidente da República

Como se compreende, a grande tendência da população inscrita nos atos eleitorais para a Presidência da República é idêntica à anteriormente observada, confirmando-se não só o aumento ligeiro dos anos 1980, como uma relativa estabilização nos de 1990 e no primeiro quinquénio deste século. Com efeito, só entre 2006 e 2011 esta é interrompida pelo forte aumento observado nestes anos, que se mantém, mas a um ritmo bem mais atenuado entre 2011 e 2016.

Gráfico 3.3.1. Evolução da população inscrita na eleição do Presidente da República nos Açores, de 1976 a 2016.

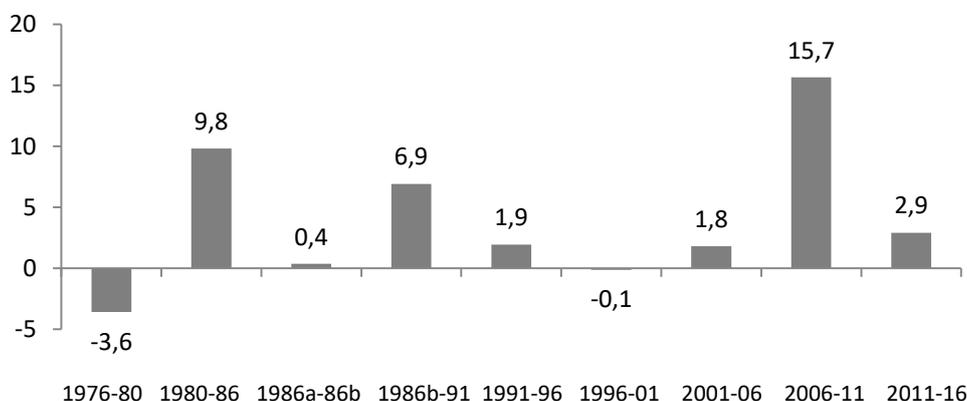


Fonte: GRA.

A Taxa de Variação Percentual deste período é de 15,7%, ou seja, um valor relativamente próximo dos observados em atos eleitorais anteriores, cujos quantitativos oscilavam entre os cerca de 13% e 16%. Só entre 1980 e 1986 se encontra um aumento também significativo, mas que

ainda assim é inferior, em cerca de 10%. Em termos globais, e em valores absolutos, verifica-se um aumento de quase 30 000 indivíduos inscritos entre 2006 e 2011.

Gráfico 3.3.2. Variação percentual da população inscrita na eleição do Presidente da República nos Açores, de 1976 a 2016, por períodos.



Fonte: GRA.

Tabela 3.3.1. População Inscrita em Eleição do Presidente da República nos Açores, por ilha, de 1976 a 2016.

Ilhas	Anos									
	1976	1980	1986a	1986b	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Santa Maria	4765	4246	4444	4444	4616	4484	4453	4525	5107	5502
São Miguel	80359	77899	85256	85720	94471	98002	99492	102446	121754	126921
Terceira	39582	38289	43891	43998	45598	45893	45166	45561	51542	52455
Graciosa	4314	4079	4280	4311	4415	4270	3959	3856	4422	4469
São Jorge	7711	7148	7713	7695	8224	8107	7961	8225	8862	8672
Pico	11413	11096	11817	11885	12073	12101	11910	11962	13171	13470
Faial	11007	10702	11290	11267	11655	11978	11675	11405	13116	13052
Flores	3250	3105	3289	3292	3506	3324	3264	3305	3301	3208
Corvo	309	302	282	282	301	97	341	343	351	338
AÇORES	162710	156866	172262	172894	184859	188456	188221	191628	221626	228087

Fonte: GRA.

Os ritmos de crescimento são relativamente distintos entre as ilhas, principalmente nestes anos de maior aumento, mas não se distinguem muito dos padrões já verificados nos outros atos eleitorais. São Miguel tem uma variação percentual entre 2006 e 2011 de quase 19%, sendo de

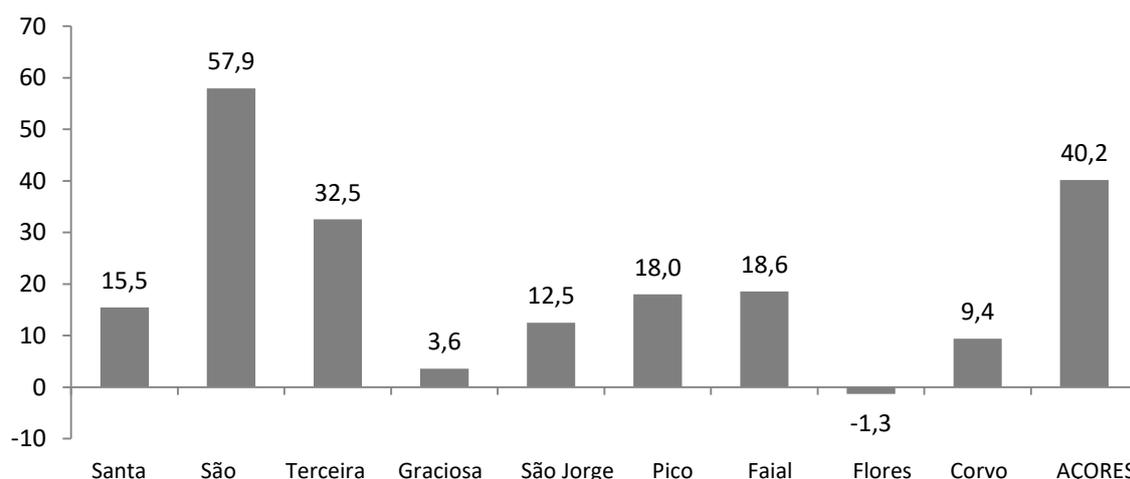
sublinhar que também outras ilhas registam variações comparativamente elevadas, como é o caso da Graciosa e do Faial, com 15%. Uma vez mais a ilha das Flores é a exceção com uma diminuição, de -0,1%.

Tabela 3.3.2. Variação percentual da população inscrita na eleição do Presidente da República nos Açores, por ilha, de 1976 a 2016, por períodos.

Ilhas	Anos								
	1976-1980	1980-1986a	1986a-1986b	1986b-1991	1991-1996	1996-2001	2001-2006	2006-2011	2011-2016
Santa Maria	-10,9	4,7	0,0	3,9	-2,9	-0,7	1,6	12,9	7,7
São Miguel	-3,1	9,4	0,5	10,2	3,7	1,5	3,0	18,8	4,2
Terceira	-3,3	14,6	0,2	3,6	0,6	-1,6	0,9	13,1	1,8
Graciosa	-5,4	4,9	0,7	2,4	-3,3	-7,3	-2,6	14,7	1,1
São Jorge	-7,3	7,9	-0,2	6,9	-1,4	-1,8	3,3	7,7	-2,1
Pico	-2,8	6,5	0,6	1,6	0,2	-1,6	0,4	10,1	2,3
Faial	-2,8	5,5	-0,2	3,4	2,8	-2,5	-2,3	15,0	-0,5
Flores	-4,5	5,9	0,1	6,5	-5,2	-1,8	1,3	-0,1	-2,8
Corvo	-2,3	-6,6	0,0	6,7	-67,8	251,5	0,6	2,3	-3,7
AÇORES	-3,6	9,8	0,4	6,9	1,9	-0,1	1,8	15,7	2,9

Fonte: GRA.

Gráfico 3.3.3. Variação Percentual da População Inscrita na Eleição do Presidente da República nos Açores, por ilha, entre os anos 1976 e de 2016.



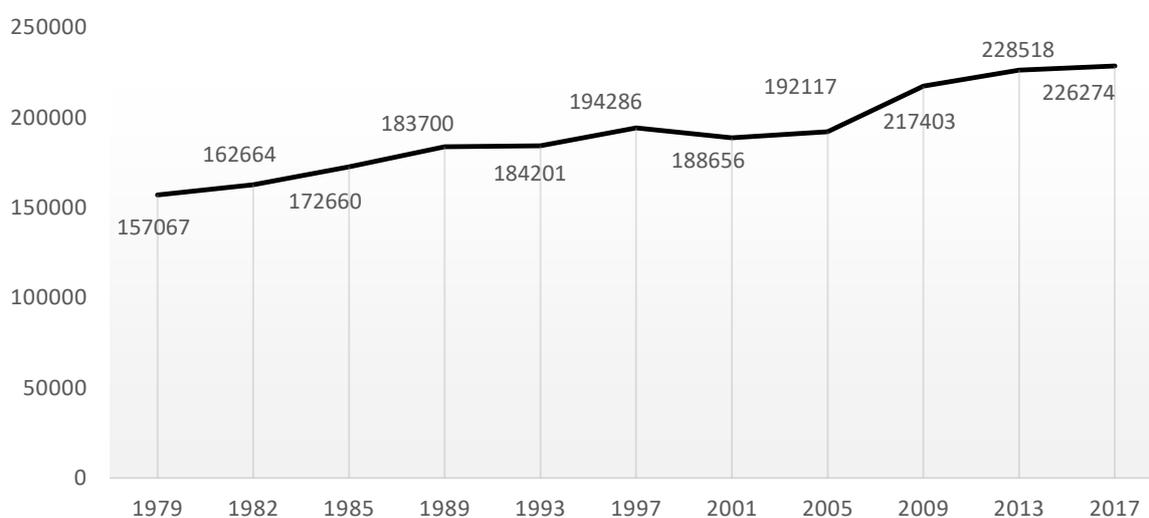
Fonte: GRA.

Comparando os anos que balizam os atos eleitorais para a Presidência da República, com um acréscimo de 40% para o conjunto da Região, a ilha de São Miguel apresenta um aumento muito distinto do das restantes ilhas, sendo que as Flores se distinguem pela diminuição da população.

3.4. Eleição das Autarquias Locais

Atendendo agora à evolução da população inscrita para as eleições autárquicas encontra-se alguma semelhança com a tendência anteriormente observada para as eleições regionais, designadamente no que respeita ao aumento observado ao longo dos anos 1980 e 1990, a que se segue um acréscimo elevado entre 2005 e 2009, que se atenua no período seguinte, de 2009 a 2013 e estabiliza entre 2013 e 2017.

Gráfico 3.4.1. Evolução da População Inscrita na Eleição das Autarquias Locais nos Açores, de 1979 a 2017.

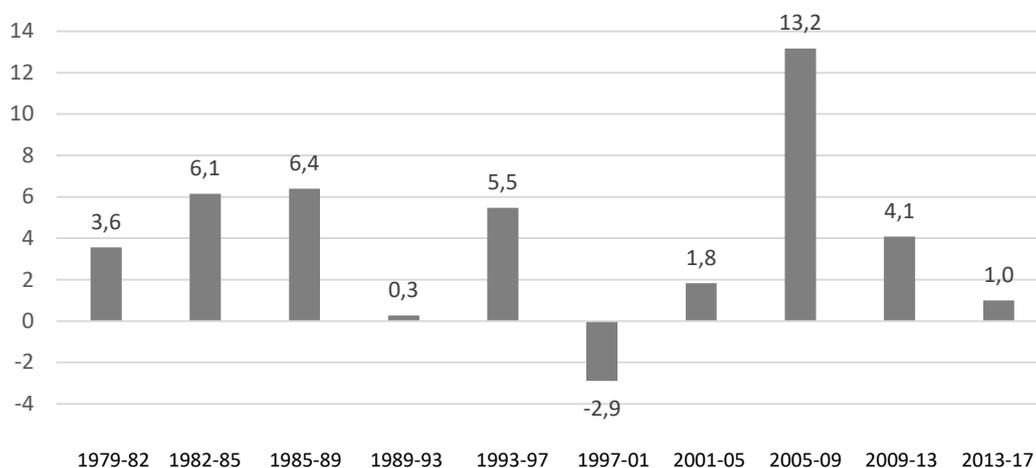


Fonte: GRA.

Analisando mais em pormenor os ritmos de crescimento em cada um dos períodos entre atos eleitorais, confirma-se o elevado quantitativo registado pela variação da população inscrita entre 2005 e 2009, à semelhança do que se observou aquando das eleições regionais entre 2008 e 2012. Apesar desta similitude, os aumentos são menos relevantes, sendo que neste caso atinge os

13% e não os 16% registados entre os atos eleitorais de 2008 e 2012 para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Gráfico 3.4.2. Variação Percentual da População Inscrita na Eleição das Autárquicas Locais nos Açores, de 1976 a 2016, por períodos.



Fonte: GRA.

De realçar ainda que o decréscimo da população inscrita no conjunto da Região diz respeito apenas ao período de 1997 a 2001 e que os aumentos mais elevados se situam na ordem dos 6% durante os anos 1980.

Tabela 3.4.1. População inscrita na eleição das Autarquias Locais nos Açores, por ilha, por ato eleitoral de 1976 a 2016.

Ilhas	Anos										
	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013	2017
Santa Maria	4223	4342	4444	4627	4405	4579	4511	4536	5034	5284	5529
São Miguel	77530	80580	85676	93275	95111	102024	99729	102338	118877	125362	127383
Terceira	39164	40592	43912	45714	45182	46943	45259	45857	50759	52332	52498
Graciosa	4035	4149	4283	4401	4187	4290	3917	3850	4280	4473	4269
São Jorge	7048	7404	7713	8204	8063	8313	8072	8228	8833	8720	8691
Pico	10943	11374	11815	12104	11933	12304	12029	11987	12940	13341	13570
Faial	10721	10745	11240	11589	11677	12124	11664	11665	13044	13166	13021
Flores	3109	3160	3295	3492	3349	3381	3125	3306	3284	3240	3209
Corvo	294	318	282	294	294	328	350	350	352	356	348
AÇORES	157067	162664	172660	183700	184201	194286	188656	192117	217403	226274	228518

Fonte: GRA.

Considerando a evolução nas várias ilhas, confirma-se na generalidade a excecionalidade do período de 2005 a 2009, com variações percentuais mais elevadas em quase todas as ilhas, menos nas Flores e no Corvo, que registam quantitativos mais significativos em outros períodos. Também aqui a ilha de São Miguel apresenta o maior acréscimo, de 16%, que de resto se estende a outros anos.

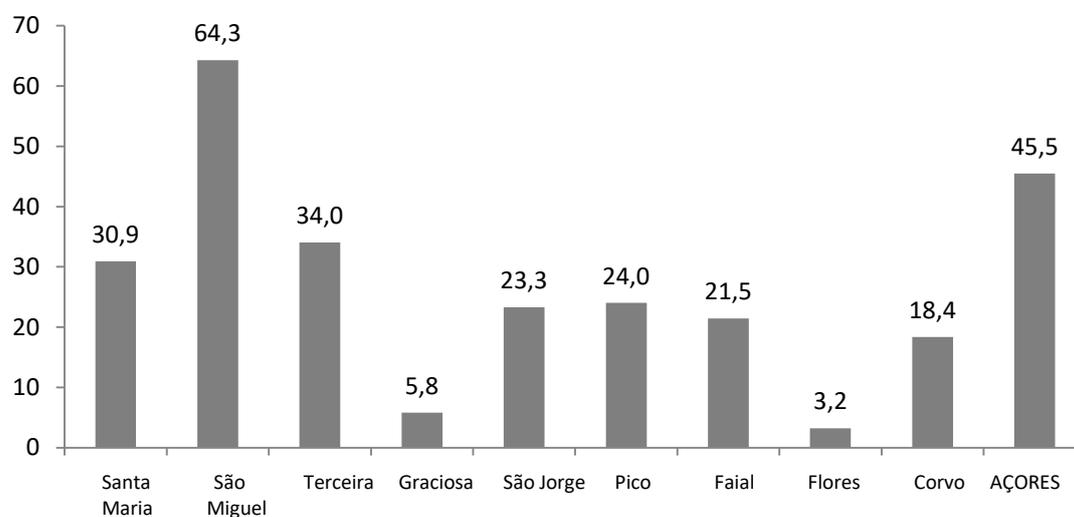
Tabela 3.4.2. Variação percentual da população inscrita na eleição das Autarquias Locais nos Açores, por ilha, de 1979 a 2017, por períodos.

Ilhas	Anos									
	1979-1982	1982-1985	1985-1989	1989-1993	1993-1997	1997-2001	2001-2005	2005-2009	2009-2013	2013-2017
Santa Maria	2,82	2,35	4,12	-4,80	3,95	-1,49	0,55	10,98	4,97	4,64
São Miguel	3,93	6,32	8,87	1,97	7,27	-2,25	2,62	16,16	5,46	1,61
Terceira	3,65	8,18	4,10	-1,16	3,90	-3,59	1,32	10,69	3,10	0,32
Graciosa	2,83	3,23	2,76	-4,86	2,46	-8,69	-1,71	11,17	4,51	-4,56
São Jorge	5,05	4,17	6,37	-1,72	3,10	-2,90	1,93	7,35	-1,28	-0,33
Pico	3,94	3,88	2,45	-1,41	3,11	-2,24	-0,35	7,95	3,10	1,72
Faial	0,22	4,61	3,10	0,76	3,83	-3,79	0,01	11,82	0,94	-1,10
Flores	1,64	4,27	5,98	-4,10	0,96	-7,57	5,79	-0,67	-1,34	-0,96
Corvo	8,16	-11,32	4,26	0,00	11,56	6,71	0,00	0,57	1,14	-2,25
AÇORES	3,56	6,15	6,39	0,27	5,47	-2,90	1,83	13,16	4,08	0,99

Fonte: GRA.

Com efeito, como se pode constatar no Gráfico seguinte, comparando a população inscrita no ano de 1979 e 2017, os Açores apresentam um aumento da ordem dos 45%, que em São Miguel ultrapassa os 60%, em Santa Maria e Terceira é de, sensivelmente, 30% e 20% em São Jorge, Pico, Faial e Corvo e com quantitativos mais baixos, inferiores a 5% na Graciosa e nas Flores.

Gráfico 3.4.3. Variação percentual da população inscrita na eleição das Autarquias Locais nos Açores, por ilha, entre os anos de 1979 e de 2017.

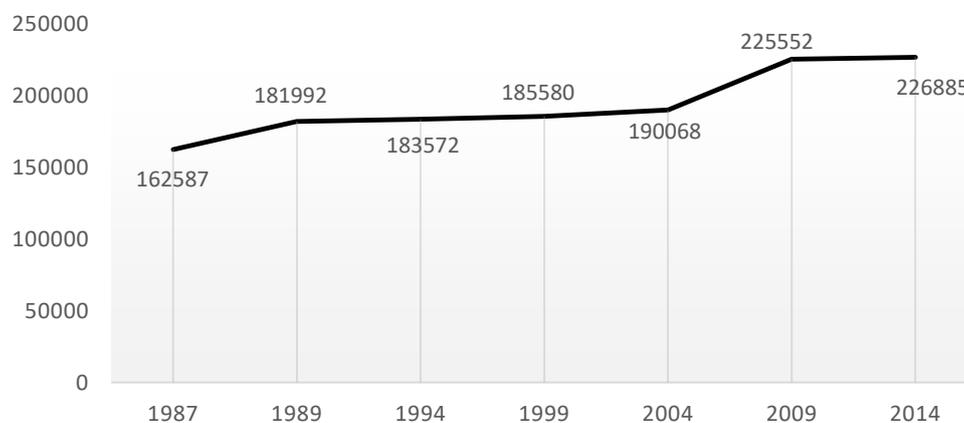


Fonte: GRA.

3.5. Eleição do Parlamento Europeu

Abarcando um período mais curto do que os restantes atos eleitorais, a tendência da população inscrita para as eleições europeias apenas identifica o aumento dos anos 1980, mais concretamente entre 1987 e 1989.

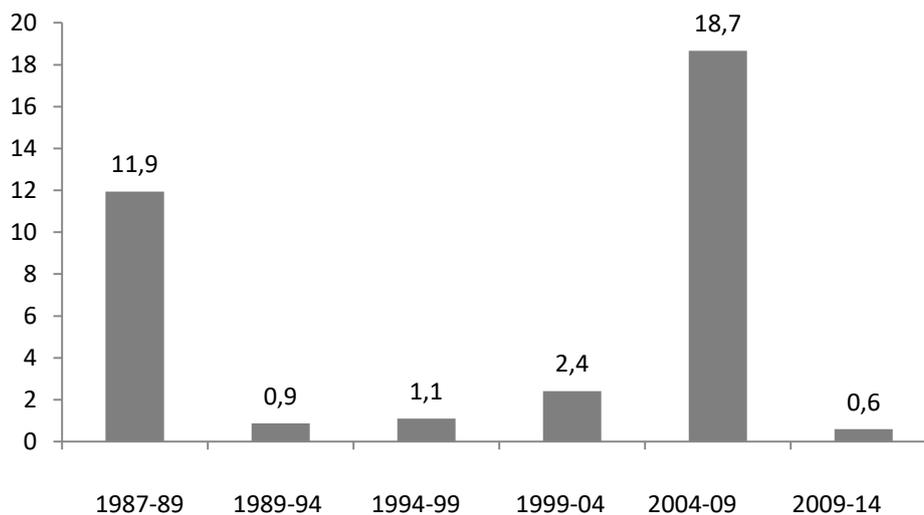
Gráfico 3.5.1. Evolução da população inscrita na eleição do Parlamento Europeu nos Açores, de 1987 a 2014.



Fonte: GRA.

A estabilização dos anos de 1990 e dos primeiros anos deste século é, no entanto, notória, em especial no que respeita à sua interrupção resultante do aumento observado entre 2004 e 2009, em cerca de 35000 indivíduos, um valor um pouco mais elevado do que observado em outros atos eleitorais.

Gráfico 3.5.2. Variação percentual da população inscrita na eleição do Parlamento Europeu nos Açores, de 1987 a 2014, por períodos.



Fonte: GRA.

Com efeito, a Taxa de Variação Percentual ultrapassa os 18% nestes anos e só encontra alguma semelhança com o aumento observado entre o 1.º e 2.º ato eleitoral para as eleições europeias, de 1987 para 1989, com 12%.

Tabela 3.5.1. População inscrita na eleição do Parlamento Europeu nos Açores, por ilha, de 1987 a 2014.

Ilhas	Anos						
	1987	1989	1994	1999	2004	2009	2014
Santa Maria	4531	4580	4390	4452	4513	5257	5358
São Miguel	87945	92066	94933	97843	101504	124215	125881
Terceira	44554	45383	44964	44519	45178	52296	52365
Graciosa	4417	4401	4177	3895	3822	4436	4459
São Jorge	7930	8159	8023	7904	8046	9207	8738
Pico	11792	12040	11878	11877	11822	13188	13376
Faial	11225	11571	11600	11500	11590	13266	13123
Flores	3385	3499	3315	3259	3245	3336	3235
Corvo	284	293	292	331	348	351	350
AÇORES	162587	181992	183572	185580	190068	225552	226885

Fonte: GRA.

Tabela 3.5.2. Variação percentual da população inscrita na Eleição do Parlamento Europeu nos Açores, por ilha, de 1987 a 2014, por períodos.

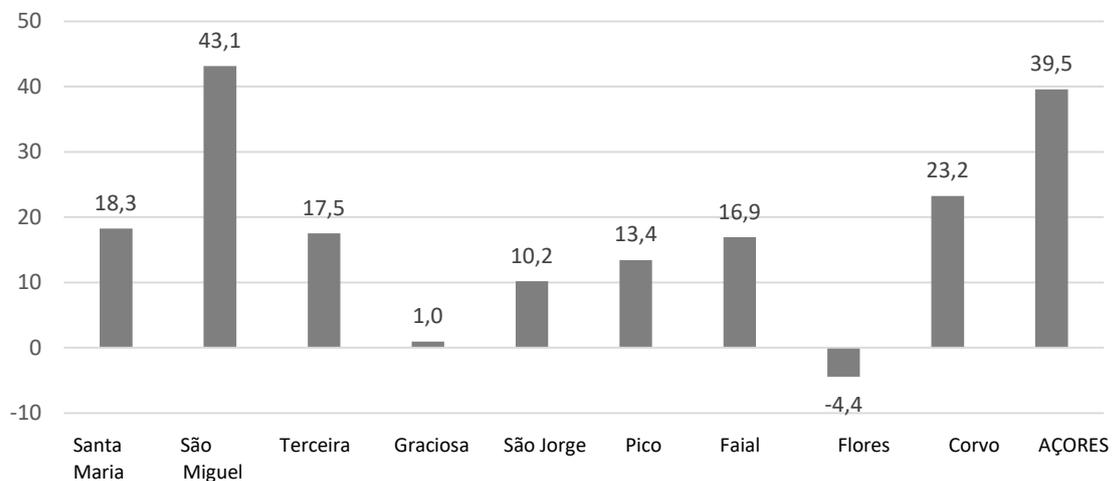
Ilhas	Anos					
	1987-1989	1989-1994	1994-1999	1999-2004	2004-2009	2009-2014
Santa Maria	1,1	-4,1	1,4	1,4	16,5	1,9
São Miguel	4,7	3,1	3,1	3,7	22,4	1,3
Terceira	1,9	-0,9	-1,0	1,5	15,8	0,1
Graciosa	-0,4	-5,1	-6,8	-1,9	16,1	0,5
São Jorge	2,9	-1,7	-1,5	1,8	14,4	-5,1
Pico	2,1	-1,3	0,0	-0,5	11,6	1,4
Faial	3,1	0,3	-0,9	0,8	14,5	-1,1
Flores	3,4	-5,3	-1,7	-0,4	2,8	-3,0
Corvo	3,2	-0,3	13,4	5,1	0,9	-0,3
AÇORES	11,9	0,9	1,1	2,4	18,7	0,6

Fonte: GRA.

Se em todos os períodos a ilha de São Miguel regista os ritmos de crescimento mais elevados, em alguns anos acompanhada pela do Corvo, entre 2004 e 2009 o quantitativo é particularmente elevado, superior ao verificado em outros atos eleitorais, de 22,4%. Sublinhe-se, que neste período, no entanto, a maioria das outras ilhas registam igualmente quantitativos relevantes, entre 15% e 17%, com exceção das Flores e, particularmente, do Corvo. São aquelas mesmas ilhas,

São Miguel e Corvo, que entre o início e o fim dos anos em análise, apresentam as variações percentuais mais elevadas, de 43% e 23%, respetivamente.

Gráfico 3.5.3. Variação percentual da população inscrita na eleição do Parlamento Europeu nos Açores, por ilha, entre os anos 1987 e de 2014.



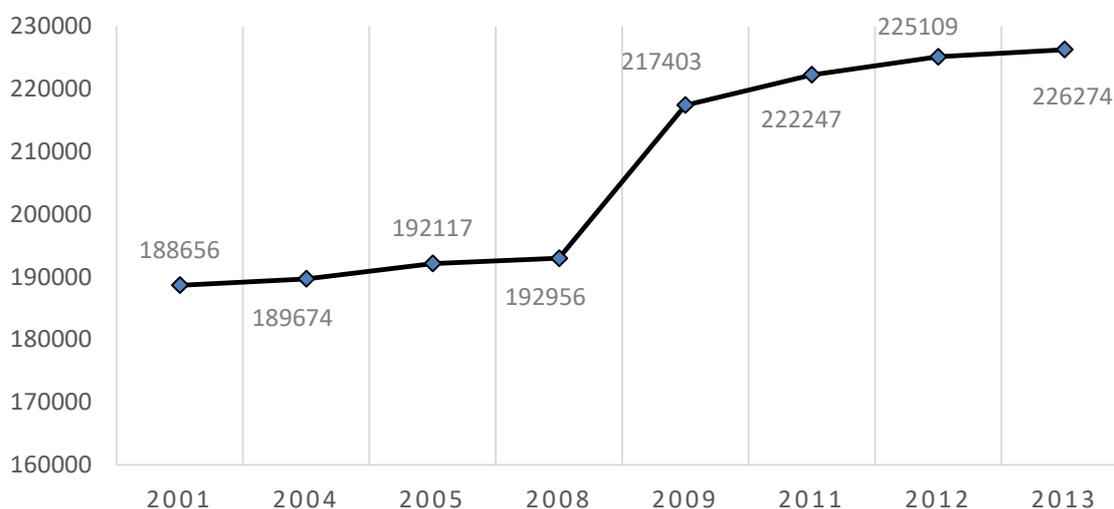
Fonte: GRA.

Apesar das diferenças anteriormente sublinhadas, quer em termos de períodos, como de ilhas, mantêm-se as grandes linhas e as desigualdades identificadas na população inscrita nos outros atos eleitorais.

4. Aprofundamento da análise da população inscrita nos atos eleitorais de 2001 a 2013

Tendo sido evidenciada a excepcionalidade da evolução da população inscrita no segundo quinquénio da década passada, variando os períodos em consonância com os anos das respetivas eleições, e a finalizar este capítulo, entende-se aprofundar um pouco mais um período relativamente abrangente que limita o referido acréscimo de 2001 a 2012. Considera-se todos os atos eleitorais e nos anos em que havia mais do que um atendeu-se ao último do respetivo ano.

Gráfico 4.1. Evolução da população inscrita nos atos eleitorais nos Açores, de 2001 a 2013.



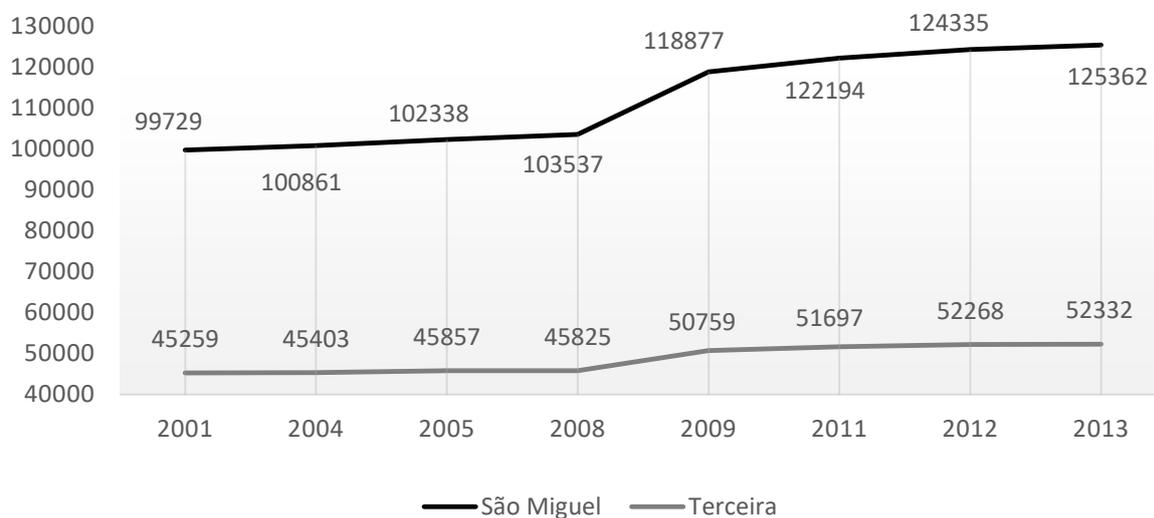
Fonte: GRA.

Observando o gráfico anterior, fica claro que o acréscimo de maior intensidade se dá de 2008 para 2009, quando a população inscrita na Região passa de 192 956 para 217 403, isto é, um aumento de mais de 24 000 indivíduos. A tendência de aumento dos anos posteriores vai sendo cada vez mais diminuta, embora ainda registre alguma importância numérica entre 2009 e 2011, com uma diferença que não atinge os 5 000 indivíduos.

Esta tendência global replica-se em quase todas as ilhas, como a seguir se verá. Tanto em São Miguel como na Terceira é no mesmo ano, ou seja, de 2008 para 2009 que o aumento da população inscrita mais se faz sentir, no primeiro caso com uma diferença de mais de 15 000 indivíduos, enquanto na Terceira respeita a quase 5 000. Ou seja, só nestas duas ilhas, que comportam

a grande maioria da população açoriana (cerca de 80% em 2011) encontra-se 80% do total do acréscimo registado entre 2008 e 2009.

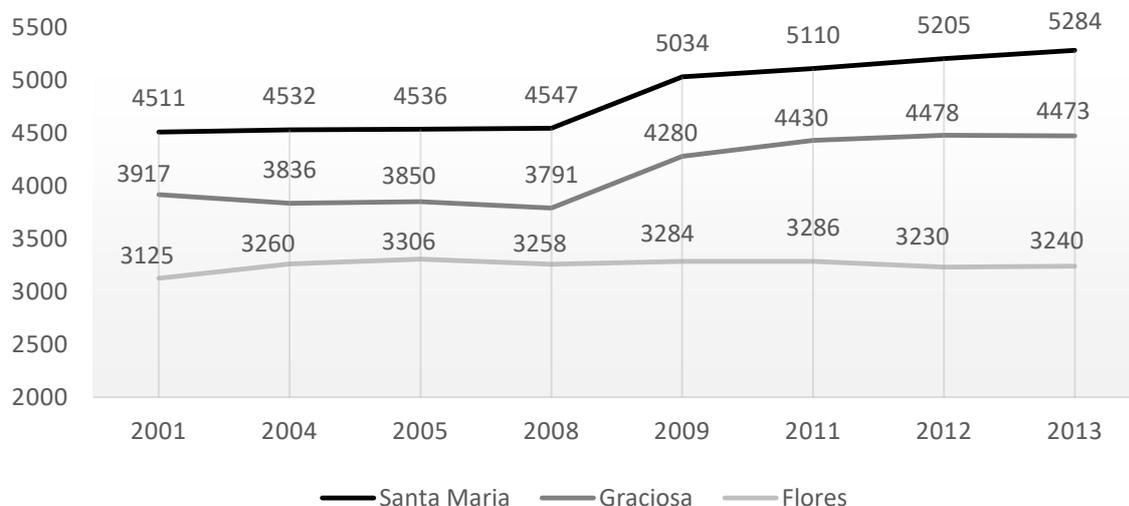
Gráfico 4.2. Evolução da população inscrita nos atos eleitorais nas Ilhas de São Miguel e Terceira, de 2001 a 2013.



Fonte: GRA.

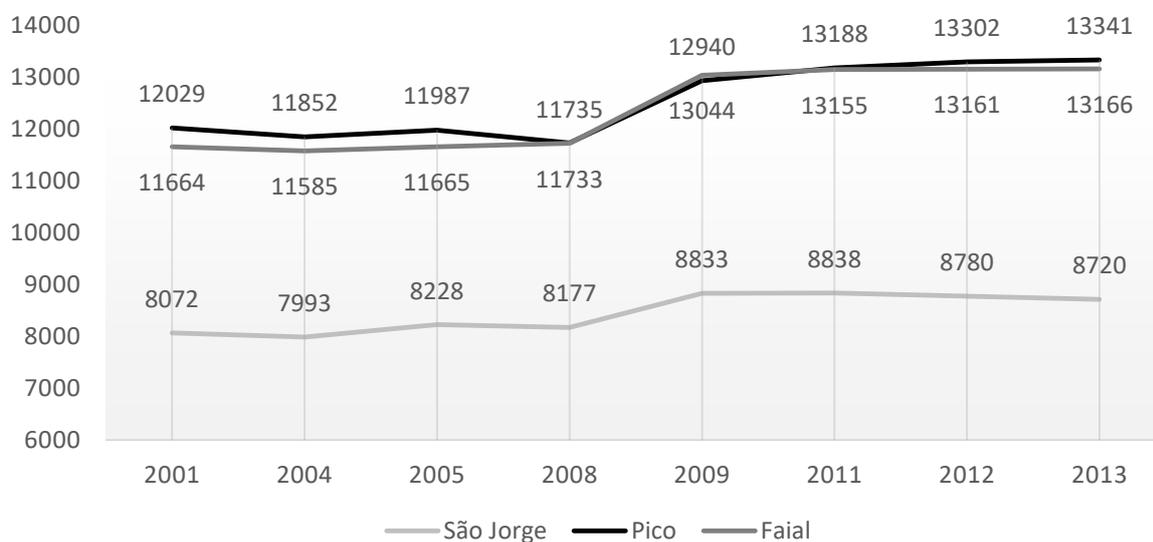
A tendência é igualmente semelhante em Santa Maria, na Graciosa, em São Jorge, no Pico e no Faial, como se pode observar nos gráficos seguintes, enquanto nas Flores, como já se tinha observado, os quantitativos se mantêm relativamente estáveis em todos os anos em análise.

Gráfico 4.3. Evolução da população inscrita nos atos eleitorais nas Ilhas de Santa Maria, Graciosa e Flores, de 2001 a 2013.



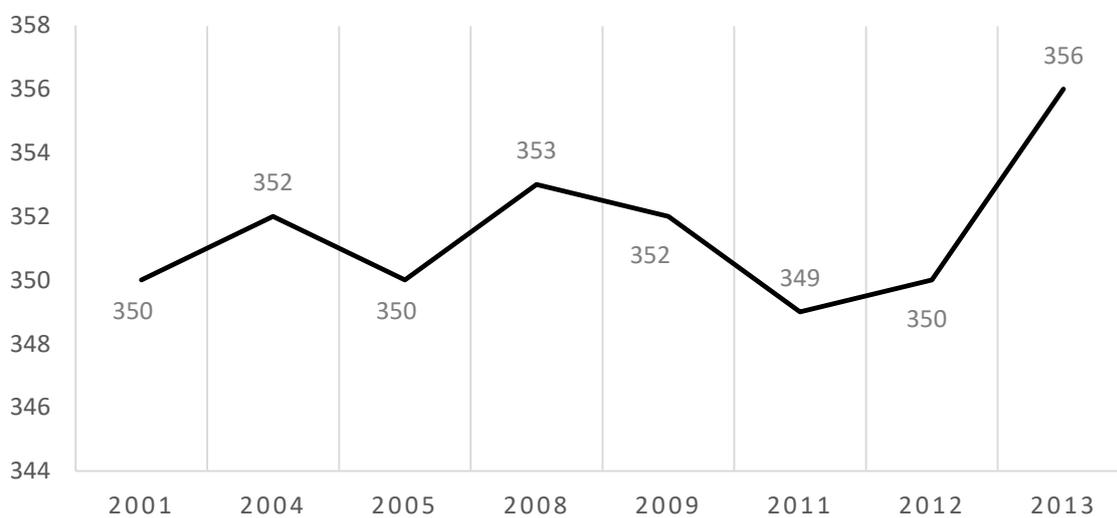
Fonte: GRA.

Gráfico 4.4. Evolução da população inscrita nos atos eleitorais nas Ilhas de São Jorge, Pico e Faial, de 2001 a 2013.



Fonte: GRA.

Gráfico 4.5. Evolução da população inscrita nos atos eleitorais na Ilha do Corvo, de 2001 a 2013.



Fonte: GRA.

À singularidade da ilha das Flores, pode-se associar a do Corvo, cujos valores se mantêm também relativamente estáveis nos anos em análise.

Em resumo, neste capítulo analisou-se com algum pormenor a evolução da população inscrita nos diversos atos eleitorais realizados nos Açores. Como seria de esperar, tratando-se da população inscrita, não se encontram diferenças significativas na evolução deste contingente, identificando-se, em termos gerais, um aumento no final dos anos 1970, seguindo-se um acréscimo mais ligeiro ao longo dos anos 1980 que é alterado de forma muito evidente, entre o ano de 2008 e 2009, quando o ritmo de crescimento atinge valores excepcionais, de cerca de 2500 indivíduos num único ano. O aumento é verificável em todas as ilhas, com exceção das Flores, e de algum modo, no Corvo, mas é especialmente elevado na ilha de São Miguel.

5. Evolução da população dos Açores com 18 e mais anos, por ilhas, 1981 e 2007

Pretende-se neste capítulo fazer uma análise comparativa entre a informação respeitante à população com 18 e mais anos, constante nos recenseamentos de 1981, 1991, 2001 e 2011, com a que nos é disponibilizada pelo INE relativa às estimativas anuais, por ilha, seguindo-se a comparação entre estes dados e a população inscrita nos diversos atos eleitorais.

De referir que não foi considerado o recenseamento de 1970, de fraca qualidade, sendo que no de 1981 a população com 18 e mais anos foi estimada a partir da informação da população do grupo etário de 15 a 19 anos. Após a análise de várias hipóteses, considera-se o valor percentual de 40% como o mais próximo para a população com 18 e 19 anos. De sublinhar, ainda, que o Recenseamento de 1991 tem também algumas deficiências, como foi reconhecido pelo próprio INE aquando da publicitação dos dados do Recenseamento de 2001.⁴

No que respeita às Estimativas, estas são conhecidas somente a partir do ano de 1991, pelo que as comparações anteriormente referidas só são possíveis a partir desta data. Como forma de avaliar os dados das estimativas, dar-se-á uma maior especificação aos anos em que existem recenseamentos, comparando os valores das estimativas e os dos censos nos anos em que estes se realizam. Na comparação com a população inscrita nos atos eleitorais serão considerados os dados censitários que se consideram de maior qualidade.

Deste modo pode-se, apesar das limitações, tanto da informação censitária, como, e fundamentalmente, das estimativas, perceber se existem desvios significativos que possam justificar o aumento da população inscrita, e da abstenção que foi analisada antes.

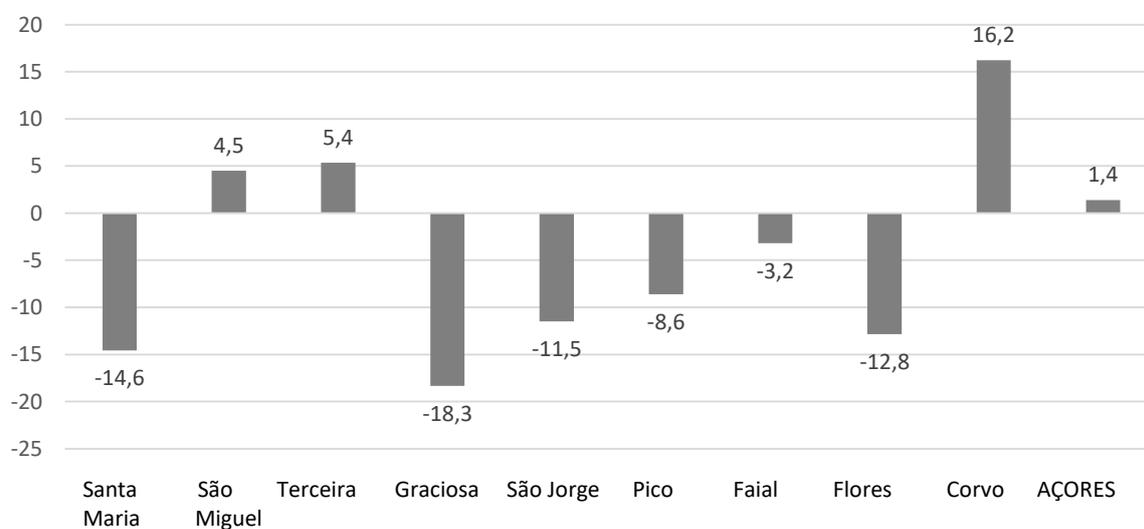
Assim, no capítulo 5 analisar-se-á a população dos Recenseamentos e das Estimativas para, no capítulo 6, se proceder à comparação da População Estimada ou Censitária com a população Inscrita nos diversos atos eleitorais.

⁴ Aquando da realização do Censo de 2001 foram melhoradas as Taxas de Cobertura dos Censos que permitiram verificar a deficiência do Censo de 1991, sem que naturalmente tenham sido alterados os quantitativos populacionais, nomeadamente na Região Autónoma dos Açores, como foi reconhecido pelo INE no *Seminário Censo 2001* realizado em Dezembro de 2002: "De assinalar que a Região Autónoma dos Açores modifica a tendência na evolução de 1991 para 2001 quando os efectivos populacionais foram ajustados com a respectiva taxa de cobertura" (Carrilho, 2002: 4).

5.1. Análise da população nos anos censitários

Nos 30 anos que medeiam 1981 e 2011 a população total dos Açores apresenta um crescimento muito atenuado, de cerca de 1,4%, que, no entanto, respeita unicamente às ilhas de São Miguel, Terceira e Corvo, já que todas as outras registam declínios muito significativos, como é o caso de Santa Maria e Graciosa, com valores negativos da ordem dos 15%.

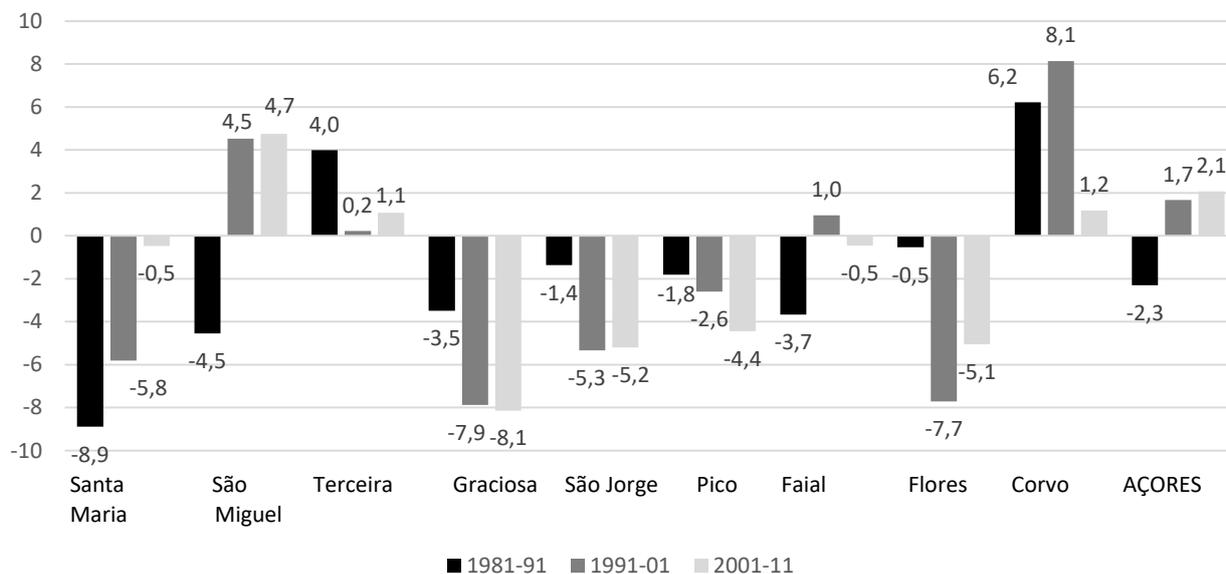
Gráfico 5.1.1. Variação percentual da População Residente dos Açores, por ilha, entre os anos de 1981 e de 2011, em %.



Fonte: Recenseamentos da População 1981, 2011.

A situação é relativamente distinta nos vários períodos intercensitários, sendo que de 1981 para 1991 o declínio faz-se sentir a nível global, em parte porque atinge a ilha de maior volume populacional, São Miguel, o que já não acontece de 1991 para 2001 e de 2001 para 2011.

Gráfico 5.1.2. Variação percentual da população residente dos Açores, por ilha, nos períodos intercensitários de 1981 a 2011, em %.



Fonte: Recenseamentos da População 1981, 1991, 2001, 2011.

Tabela 5.1.1. Evolução da população residente nos Açores com 18 e mais anos, por ilha, em 1981, 1991, 2001 e 2011.

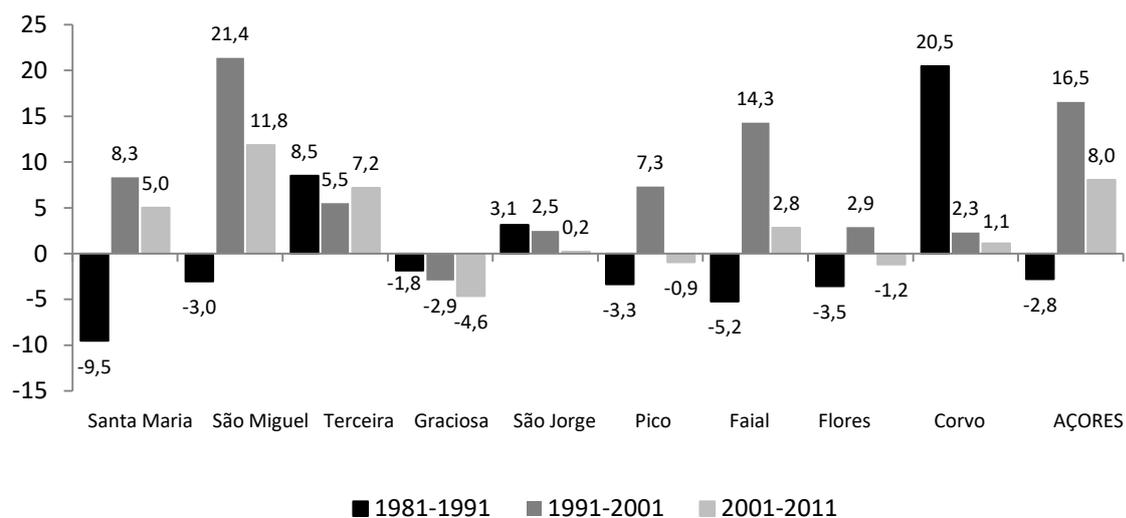
Ilhas	Anos			
	1981 ⁵	1991	2001	2011
Santa Maria	4207	3806	4123	4330
São Miguel	79393	76992	93435	104501
Terceira	36809	39935	42129	45149
Graciosa	3951	3879	3766	3591
São Jorge	7100	7323	7504	7521
Pico	11393	11014	11822	11712
Faial	10831	10264	11730	12060
Flores	3198	3085	3174	3136
Corvo	286	345	353	357
AÇORES	157169	152764	178036	192357

Fonte: Recenseamentos da População 1981, 1991, 2001, 2011.

⁵ Estimativas da população com 18 e 19 anos, pressupondo que são 40% da população do grupo etário 15-19 anos.

Todavia, a população com mais de 18 anos apresenta uma evolução distinta, compreensível porque nela não se reflete de forma significativa o declínio da natalidade que se faz sentir de modo mais evidente ao longo dos anos de 1990, sendo que são também anos em que a emigração, que atinge especialmente a população adulta jovem, é relativamente baixa.

Gráfico 5.1.3. Variação percentual da População Residente nos Açores com 18 e mais anos, por ilha, nos períodos intercensitários, em %.



Fonte: Recenseamentos da População 1981, 1991, 2001, 2011.

Entre 1981 e 1991, a maioria das ilhas apresentam variações percentuais negativas, sendo que o declínio da população com 18 e mais anos é bastante expressivo na ilha de Santa Maria, com um valor da ordem dos -10%. No entanto, no período seguinte, assiste-se a uma recuperação generalizada, ainda que de intensidades distintas, que só encontram exceção na ilha Graciosa. No primeiro decénio deste século, o acréscimo ainda que inferior ao da década anterior, encontra novamente exceção na Graciosa, a que se juntam as ilhas do Pico e Flores.

5.2. Análise comparativa da população censitária e das estimativas anuais

Neste ponto começa-se por fazer uma comparação da população nos anos censitários e a das estimativas nos mesmos anos, que nos pode permitir avaliar algumas discrepâncias que possam existir nas estimativas que serão utilizadas nos anos não censitários.

Tabela 5.2.1. Comparação entre a População Estimada e a Censitária com 18 e mais anos, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

Ilhas	Anos					
	1991		2001		2011	
	Estimativas	Censo	Estimativas	Censo	Estimativas	Censo
Santa Maria	3966	3806	4019	4123	4294	4330
São Miguel	80642	76992	91805	93435	102771	104501
Terceira	39123	39935	41414	42129	44392	45149
Graciosa	3864	3879	3690	3766	3561	3591
São Jorge	7325	7323	7370	7504	7345	7521
Pico	11371	11014	11575	11822	11552	11712
Faial	10653	10264	11530	11730	11929	12060
Flores	3179	3085	3115	3174	3099	3136
Corvo	308	345	349	353	364	357
AÇORES	160431	152764	174867	178 036	189307	192357

Fonte: INE; Censos da População de 1991, 2001 e 2011, Estimativas da População.

Como se pode observar na tabela anterior, não existe uma correspondência entre as duas informações, embora as diferenças sejam mais relevantes no ano de 1991, com a população censitária ser inferior em cerca de 7700 indivíduos, sendo que sensivelmente metade respeita à ilha de São Miguel. A situação é distinta nos anos seguintes, já que em 2001 a diferença baixa para valores da ordem dos 3000 indivíduos. Se no primeiro caso, 1991, a estimativas apontam para valores das estimativas superiores aos do Censo, situação que se crê não poder ser dissociada da qualidade deste Recenseamento, enquanto nos anos de 2001 e 2011, estas são inferiores aos que se vieram a verificar nestes recenseamentos.

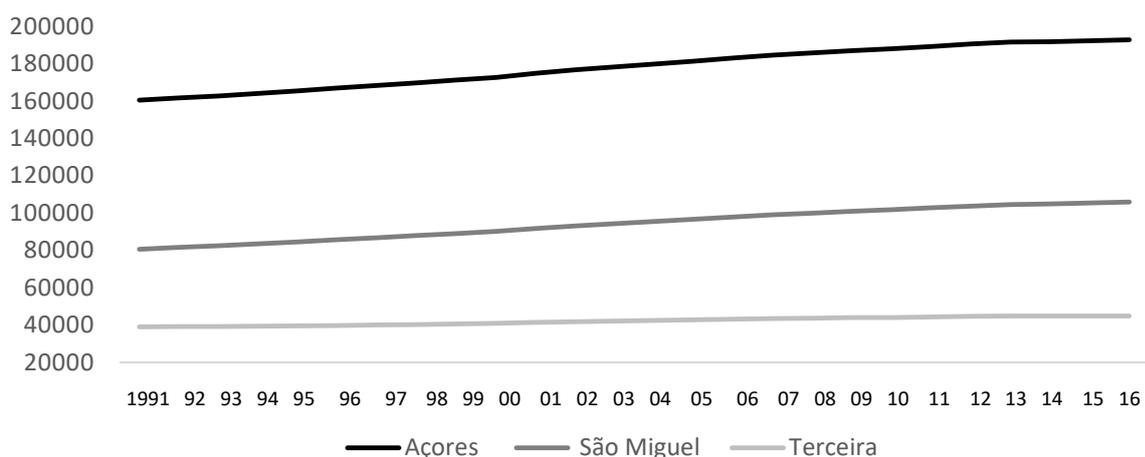
Tabela 5.2.2. Diferença entre a População Estimada e a Censitária, com 18 e mais anos, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

Ilhas	Anos		
	1991	2001	2011
Santa Maria	160	-104	-36
São Miguel	3650	-1630	-1730
Terceira	-812	-715	-757
Graciosa	-15	-76	-30
São Jorge	2	-134	-176
Pico	357	-247	-160
Faial	389	-200	-131
Flores	94	-59	-37
Corvo	-37	-4	7
AÇORES	7667	-3169	-3050

Fonte: INE; Censos da População de 1991, 2001 e 2011, Estimativas da População.

Se existem algumas dúvidas quanto à qualidade dos dados do recenseamento de 1991 que, como anteriormente se referiu, pode justificar as diferenças, já os recenseamentos seguintes são considerados de boa qualidade, pelo que nestes casos, principalmente no último, estas devem encontrar a sua explicação em alterações mais significativas do movimento natural e migratório. Assim, sem esquecer a possibilidade de algumas diferenças no volume da população, analisa-se em seguida a evolução da população com 18 e mais anos que nos é dada em termos anuais pelas estimativas.

Gráfico 5.2.1. Estimativas da população residente com 18 e mais anos, nos Açores, e nas ilhas de São Miguel e Terceira, 1991 a 2016.

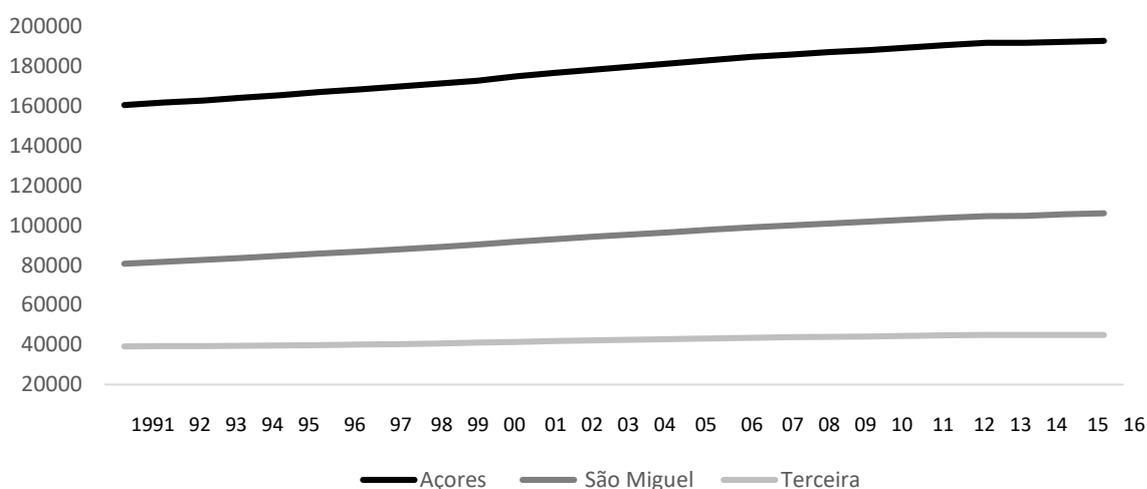


Fonte: INE, Estimativas da População.

Quer ao nível do conjunto do arquipélago, como das ilhas de maior dimensão – São Miguel e Terceira –, assiste-se a um aumento, ainda que atenuado, que praticamente estabiliza nos anos finais em análise.

Na ilha do Faial, e principalmente no Pico e em São Jorge será mais correto considerar uma estabilização do volume populacional do que em aumento pois este só acontece, e de forma muito mitigada, na ilha do Faial.

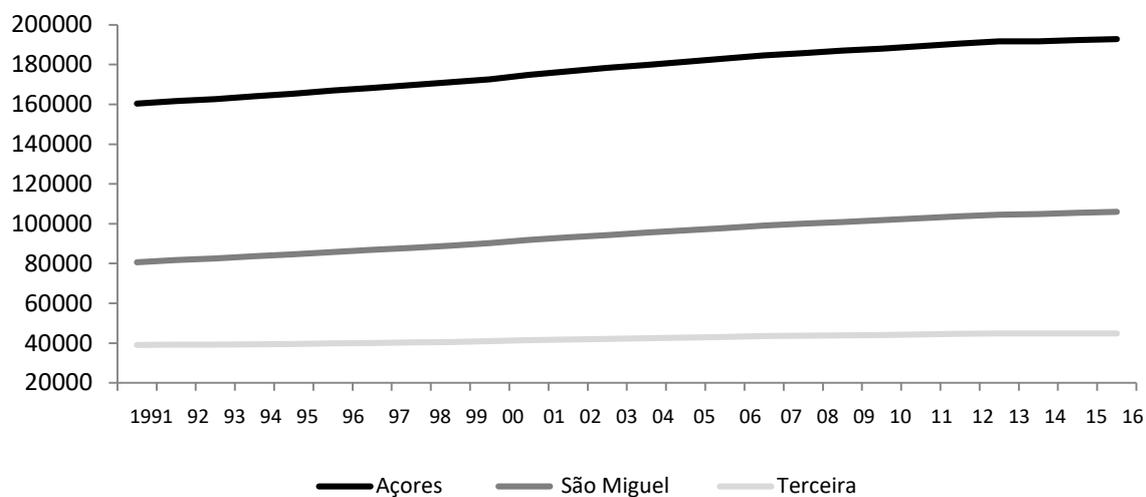
Gráfico 5.2.2. Estimativas da população residente com 18 e mais anos, nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial, 1991 a 2016.



Fonte: INE: Estimativas da População.

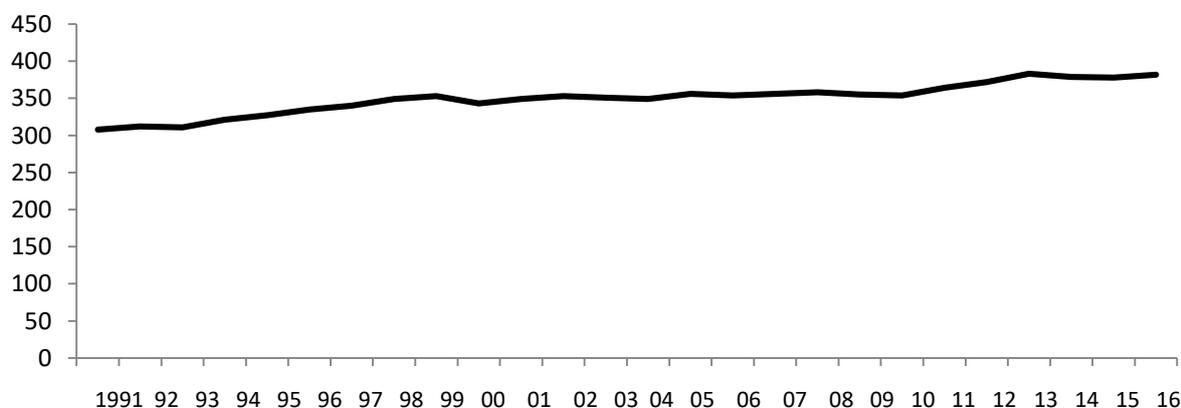
Se em Santa Maria, como se pode observar no Gráfico seguinte, o acréscimo tem algum significado neste século, principalmente a partir de 2010, o mesmo não se pode dizer de São Jorge, cuja estabilização é bem visível, e principalmente da Graciosa onde se verifica um declínio, ainda que bastante ligeiro entre 1991 e 2010 e a partir desta data uma evolução quase nula. É também a partir desta última data que o Corvo regista um aumento, ainda que inferior ao que apresentava ao longo dos anos 1990.

Gráfico 5.2.3. Estimativas da população residente com 18 e mais anos nas ilhas de Santa Maria, Graciosa e Flores, 1991-2016.



Fonte: INE: Estimativas da População.

Gráfico 5.2.4. Estimativas da população residente com 18 e mais anos na ilha do Corvo, de 1991 a 2016.



Fonte: INE; Estimativas da População.

Não se encontra, assim, mesmo nas ilhas que registam aumentos nos últimos anos, uma tendência que justifique o forte acréscimo da população inscrita, em especial a partir de 2008 e muito especialmente entre 2008 e 2009, que anteriormente se observou. Todavia, uma análise comparativa entre as duas informações será aprofundada no próximo capítulo.

6. Análise comparativa da população censitária e estimada e inscrita nos atos eleitorais de 2001 a 2013

Como se referiu antes, neste capítulo faz-se uma análise mais circunstanciada comparando a informação censitária, por um lado, e as estimativas, por outro, com a população inscrita. Pretende-se, assim, aferir a abstenção técnica, ou seja, verificar se há uma sobre contabilização da população inscrita nos cadernos eleitorais em comparação com a população oficialmente existente.

6.1. Análise comparativa da população

Como se viu no capítulo 3, no qual se analisou a população inscrita por tipo de eleição nos diversos anos, as diferenças são significativas, mantendo-se com pequenas diferenças as grandes tendências, em especial a que identifica o forte acréscimo de 2008 para 2009 e a preponderância da ilha de São Miguel neste aumento. Dado que, ao longo dos anos 1980 e 1990, não se assiste a acréscimos muito significativo da população inscrita, neste capítulo o aprofundamento já referido tomará em consideração unicamente o período de 2001 a 2013.

Tabela 6.1.1. População Inscrita nos Atos Eleitorais e População Censitária com 18 e mais anos, nos Açores, por ilhas, em 2001 e 2011.

Ilhas	Anos			
	2001		2011	
	Inscrita	Censo	Inscrita	Censo
Santa Maria	4511	4 123	5110	4330
São Miguel	99729	93 435	122194	104501
Terceira	45259	42 129	51697	45149
Graciosa	3917	3 766	4430	3591
São Jorge	8072	7 504	8838	7521
Pico	12029	11 822	13188	11712
Faial	11664	11 730	13155	12060
Flores	3125	3 174	3286	3136
Corvo	350	353	349	357
AÇORES	188656	178 036	222247	192357

Fonte: INE, Censos da População 2001 e 2011; GRA.

Apresenta-se em tabelas separadas a comparação tendo em conta, por um lado, a informação censitária e, por outro, as estimativas nos vários anos período em que houve eleições. Tal como no capítulo 3 considera-se o último ato eleitoral, nos anos em que houve mais do que um.

Como se pode observar na tabela anterior, respeitante aos anos censitários de 2001 e 2011, a população inscrita é bastante superior à população recenseada com 18 e mais anos. Se em 2001 a diferença é de cerca de 10 000 indivíduos, em 2011 passa a ser de quase 30 000. A boa qualidade dos dados destes dois recenseamentos é reconhecida, contrariamente ao que acontecia com o de 1991, permitindo colocar em causa a informação existente relativamente à população inscrita que parece claramente sobrestimada.

Tabela 6.1.2. População inscrita nos atos eleitorais e população estimada com 18 e mais anos, nos Açores, por ilhas, em 2004, 2005, 2008, 2009, 2012 e 2013.

Ilhas	Anos											
	2004		2005		2008		2009		2012		2013	
	Inscrita	Estim.										
Santa Maria	4532	4141	4536	4179	4547	4230	5034	4258	5205	4353	5284	4415
São Miguel	100861	95493	102338	96632	103537	100002	118877	100934	124335	103765	125362	104539
Terceira	45403	42403	45857	42777	45825	43729	50759	43938	52268	44677	52332	44894
Graciosa	3836	3630	3850	3620	3791	3599	4280	3578	4478	3579	4473	3587
São Jorge	7993	7498	8228	7476	8177	7471	8833	7459	8780	7262	8720	7179
Pico	11852	11578	11987	11541	11735	11538	12940	11537	13302	11572	13341	11556
Faial	11585	11687	11665	11722	11733	11797	13044	11835	13161	11952	13166	12018
Flores	3260	3122	3306	3122	3258	3114	3284	3111	3230	3104	3240	3105
Corvo	352	349	350	356	353	358	352	355	350	372	356	383
AÇORES	189674	179901	192117	181425	192956	185838	217403	187005	225109	190636	226274	191676

Fonte: INE; Estimativas da População; GRA.

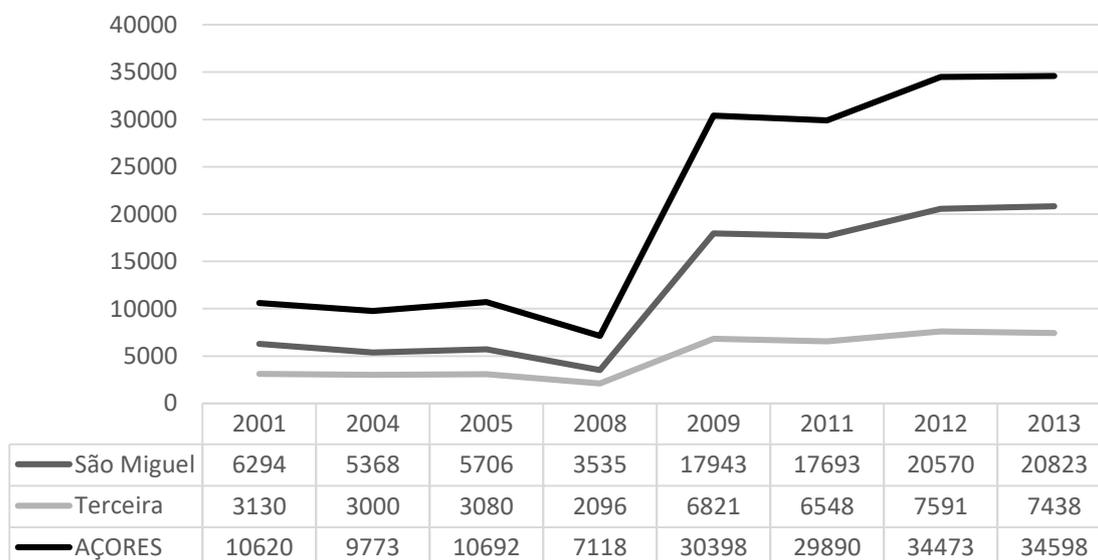
O mesmo se pode dizer da comparação da população inscrita com as estimativas dos anos de 2004 a 2013, que se apresenta na tabela anterior, principalmente no que respeita à diferença observada a partir de 2008. Com efeito, a diferença dos cerca de 10000 anteriormente referidos para o ano de 2001, sofrem um ligeiro decréscimo no ano de 2004 e 2008. Todavia, um ano depois, em 2009, a diferença ultrapassa os 30000 indivíduos. Nos anos seguintes, a diferença continua a aumentar, ainda que a um ritmo menor, situando-se em 2013 com 34598 indivíduos. De sublinhar, como foi referido anteriormente, que mesmo no ano de 2011, com os valores censitários, a desigualdade relativamente à população inscrita quase atinge os 30000.

Tabela 6.1.3. Diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população censitária (2001 e 2011) e a população estimada com 18 e mais anos, nos Açores, por Ilhas, de 2001 a 2013.

Ilhas	Anos							
	2001	2004	2005	2008	2009	2011	2012	2013
Santa Maria	388	391	357	317	776	780	852	869
São Miguel	6294	5368	5706	3535	17943	17693	20570	20823
Terceira	3 130	3000	3080	2096	6821	6548	7591	7438
Graciosa	151	206	230	192	702	839	899	886
São Jorge	568	495	752	706	1374	1317	1518	1541
Pico	207	274	446	197	1403	1476	1730	1785
Faial	-66	-102	-57	-64	1209	1095	1209	1148
Flores	-49	138	184	144	173	150	126	135
Corvo	-3	3	-6	-5	-3	-8	-22	-27
AÇORES	10620	9773	10692	7118	30398	29890	34473	34598

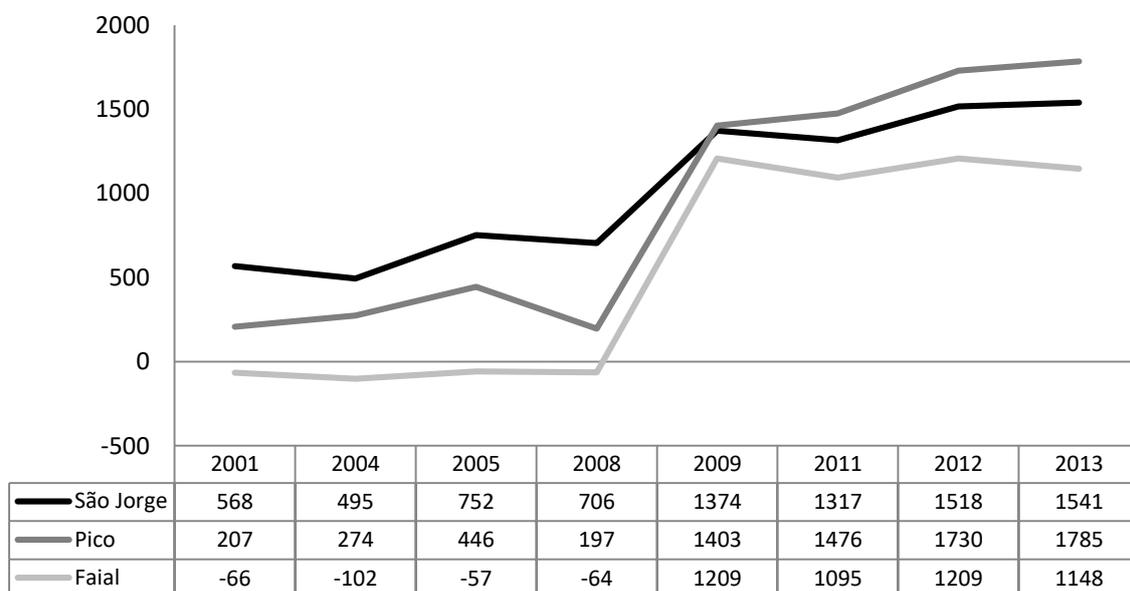
Fonte: INE; Estimativas da População; GRA.

Gráfico 6.1.1. Evolução da diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população censitária (2001 e 2011) e a população estimada com 18 e mais anos, nos Açores, e nas Ilhas de São Miguel e Terceira, de 2001 a 2013.



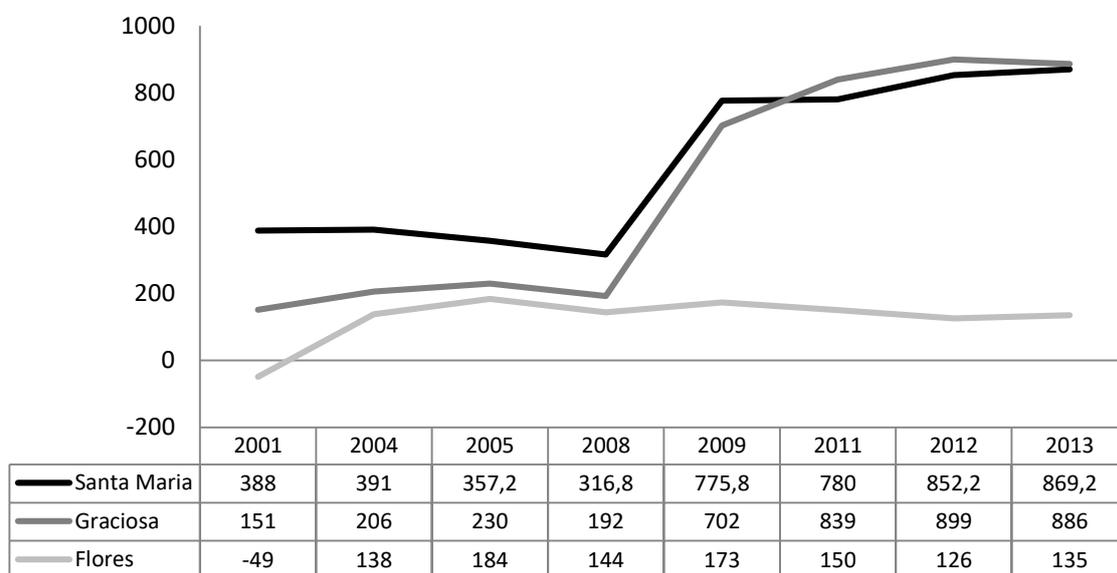
Fonte: INE; Censos da População 2001 e 2011, Estimativas da População; GRA.

Gráfico 6.1.2. Evolução da diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população censitária e estimada com 18 e mais anos, nas Ilhas de São Jorge, Pico e Faial de 2001 a 2013.



Fonte: INE; Censos da População 2001 e 2011, Estimativas da População; GRA.

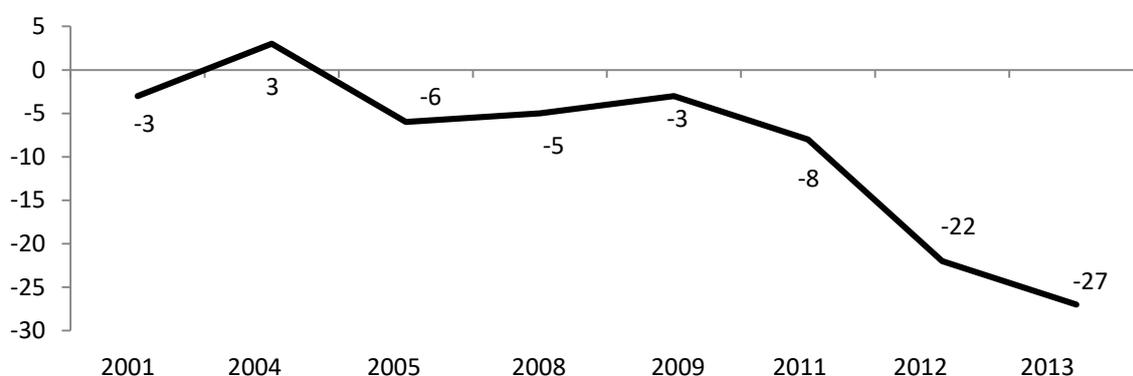
Gráfico 6.1.3. Evolução da Diferença entre População Inscrita nos Atos Eleitorais e População Censitária e estimada com 18 e mais anos, nas Ilhas de Santa Maria, Graciosa e Flores de 2001 a 2013.



Fonte: INE; Censos da População 2001 e 2011, Estimativas da População; GRA.

A representação gráfica destas diferenças, por ilhas de dimensão semelhante, permite uma melhor visualização da excecionalidade da população inscrita desde 2009, que só encontra uma tendência distinta nas ilhas das Flores e do Corvo, onde, como se viu no capítulo 4, não se encontram os aumentos de 2008 para 2009 que se observa nas restantes ilhas. De sublinhar, ainda, que mais de metade da diferença respeita à ilha de São Miguel, que vê acrescida a população inscrita em valores que oscilam entre os 16000 e os 19000 entre 2009 e 2013.

Gráfico 6.1.4. Evolução da diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população censitária e estimada com 18 e mais anos, na ilha do Corvo, de 2001 a 2013.



Fonte: INE; Censos da População 2001 e 2011, Estimativas da População; GRA.

Independentemente das diferenças nos volumes populacionais da população com 18 e mais anos encontradas na informação respeitante aos censos e às estimativas, a análise comparativa destes dados com a população inscrita nos vários atos eleitorais é muito significativa. Com efeito, esta apresenta um crescimento muito elevado entre o ano de 2008 e o de 2009, que se prolonga nos anos seguintes e que não encontra justificação na tendência demográfica da Região, no caso particular da população com 18 e mais anos.

Releve-se que a população inscrita é, na generalidade, superior à população estimada e até à população censitária. Esta discrepância leva a pensar que, independentemente de alguma deficiência existente nestes últimos dados, as diferenças, concentradas fundamentalmente num único ano (2008 a 2009), apontam para uma anomalia na população inscrita, que não deixará de afetar o valor da abstenção. Assim, e de acordo com a análise efetuada parece existir uma abstenção téc-

nica, pelo menos desde o início deste século, que se agrava de modo muito significativo entre 2008 e 2009.

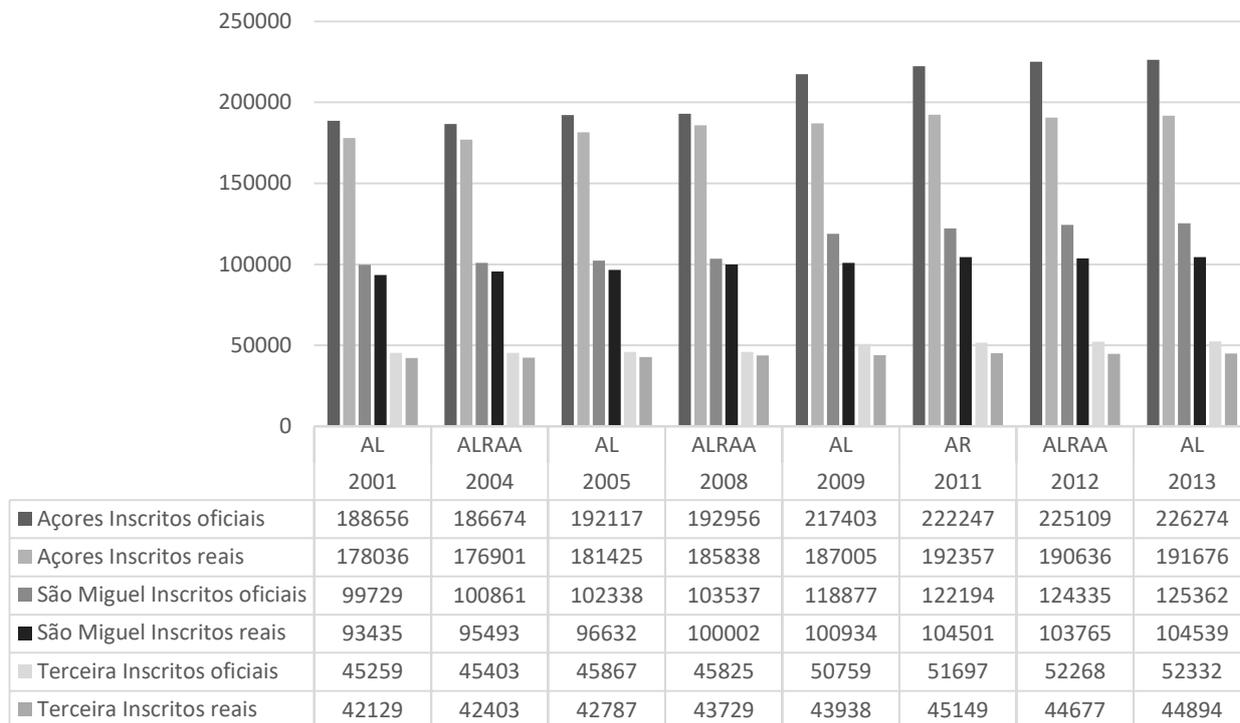
A análise individualizada da população inscrita poderia levar a pensar que o aumento, observado entre 2008 e 2009, corresponderia a uma abstenção técnica resultante apenas da melhoria dos cadernos eleitorais. Todavia, esta possibilidade não se confirma uma vez que, ao longo de todo o período analisado, a população inscrita é sempre superior à oficialmente existente.

6.2. Ensaio para determinação da abstenção técnica

Com base na metodologia que tem vindo a ser seguida até agora, é possível pelo menos apresentar, com todas as limitações já apontadas, um ensaio de determinação da abstenção técnica e tentar calculá-la para o conjunto das últimas eleições. Como se viu anteriormente, a população inscrita não corresponde à população estimada e até à população censitária. Assim, o gráfico seguinte, que se apoia nos valores do gráfico 6.1., mostra a diferença entre população inscrita nos atos eleitorais e população censitária, em valores absolutos, para os Açores e para as ilhas de São Miguel e Terceira. Tal como no capítulo anterior, nos anos em que houve mais do que uma eleição, usou-se os dados dos inscritos da última eleição o que permitiu ter 3 tipos de atos eleitorais: Autarquias Locais (AL) – 2001, 2005, 2009 e 2009 –, Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) – 2004, 2008 e 2012 – e Assembleia da República (AR) – 2009 – o que dá uma certa consistência aos dados para efeitos de comparação.

Para identificar os valores da população, agora apresentados, chamou-se, aos do recenseamento eleitoral inscritos oficiais e aos dos valores da população real, com 18 e mais anos, inscritos reais. Observa-se a tendência assinalada anteriormente, sendo verificada para as três séries de valores, a crescente diferença entre inscritos oficiais e os inscritos reais, a partir de 2009, com São Miguel a liderar este processo e a contribuir para esta evolução com um peso superior a 50% nos valores da Região.

Gráfico 6.2.1. Inscritos oficiais e inscritos reais, nas eleições de 2001 a 2013, por eleição, nos Açores, em São Miguel e Terceira, em valores absolutos.

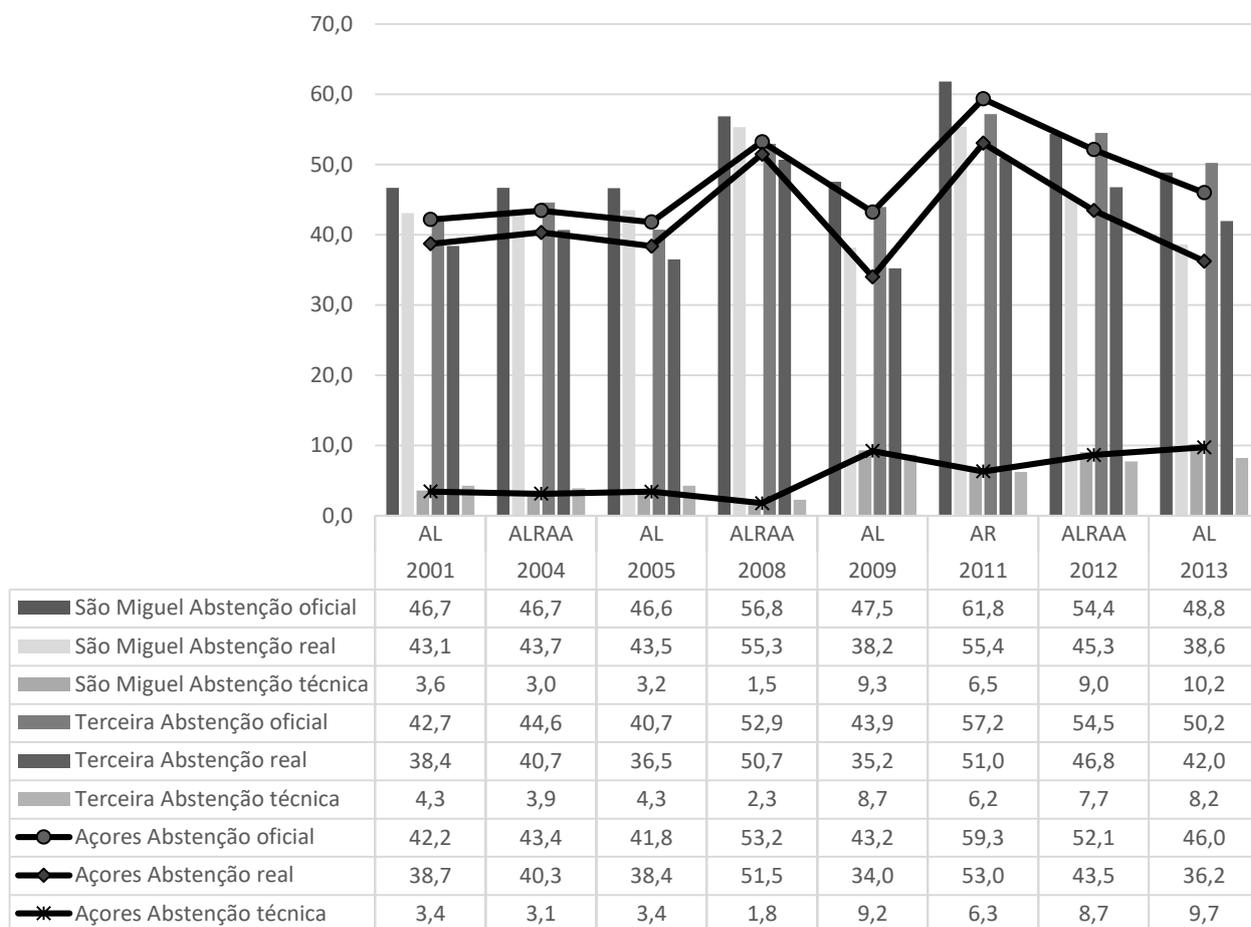


Fonte: INE; Censos da População 2001 e 2011, Estimativas da População; GRA.

Com base nestes valores, ensaiou-se, para o mesmo período e para as mesmas eleições, os valores da abstenção real e da abstenção técnica, comparando-a com a abstenção oficial. Apesar de o gráfico conter muita informação, não deixa de ser um indicador muito útil para a análise.

Nestes termos, as colunas mostram os valores em cada eleição para cada uma das ilhas, sendo que São Miguel é mostrado em primeiro lugar e a Terceira em segundo. As linhas mostram os valores da média regional para cada uma das abstenções. É sobre a média regional que a análise incide, em primeiro lugar, observando-se que ao longo de todo o período a abstenção real acompanha de modo muito próximo a abstenção oficial, em especial, nos anos de 2001 a 2008, com os valores da abstenção técnica a variarem entre os 3,4 pontos percentuais (pp.) e os 1,8 pp. Depois desta data os valores afastam-se, dando lugar uma diferença maior, que atinge o seu máximo em 2013, com 9,7 pp. A evolução da abstenção técnica (linha de baixo) também ilustra este aumento que se origina a partir de 2008-2009, decresce ligeiramente, para subir e voltar a crescer e um ritmo embora mais lento.

Gráfico 6.2.2. Abstenção oficial, abstenção real e abstenção técnica, nas eleições de 2001 a 2013, por eleição, nos Açores, em São Miguel e Terceira, em %.

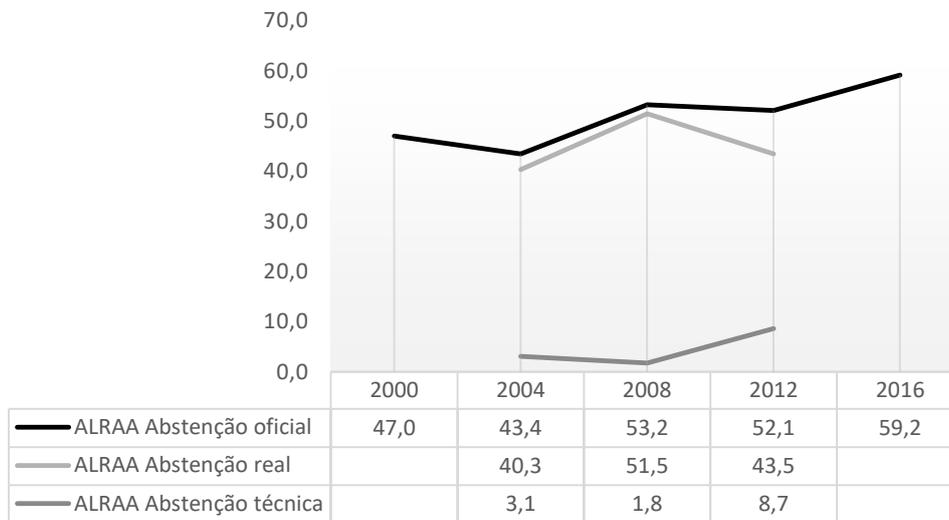


Fonte: INE; Censos da População 2001 e 2011, Estimativas da População; GRA.

Em segundo lugar, e passando à análise por ilhas, observa-se que São Miguel é a que mais contribui para a média regional, acompanhando, de resto, a tendência anteriormente analisada. Com efeito, a abstenção técnica, desde de 2001 e até 2008 é praticamente estável nos 3 pp., mas cresce significativamente a partir de 2009, cifrando em 10,2 pp. em 2013. O mesmo sucede na Terceira, com valores quase sempre à volta dos 4 pp., até 2008, para registar uma ligeira descida neste último, e para voltar a crescer significativamente, embora com um ritmo mais lento do registado para São Miguel.

Significa isto, portanto, que nos últimos anos tem havido, de facto, uma quebra da abstenção real com o respetivo aumento da abstenção técnica. Deste modo, e para se ter uma ideia ainda mais precisa desta quebra, e juntando às séries um ato eleitoral anterior e um posterior, obtém-se uma comprovação do que se disse, seja para a ALRAA seja para as Autarquias Locais.

Gráfico 6.2.3. Abstenção oficial, abstenção real e abstenção técnica, nas eleições de 2000 a 2016, para a ALRAA, nos Açores, em %.

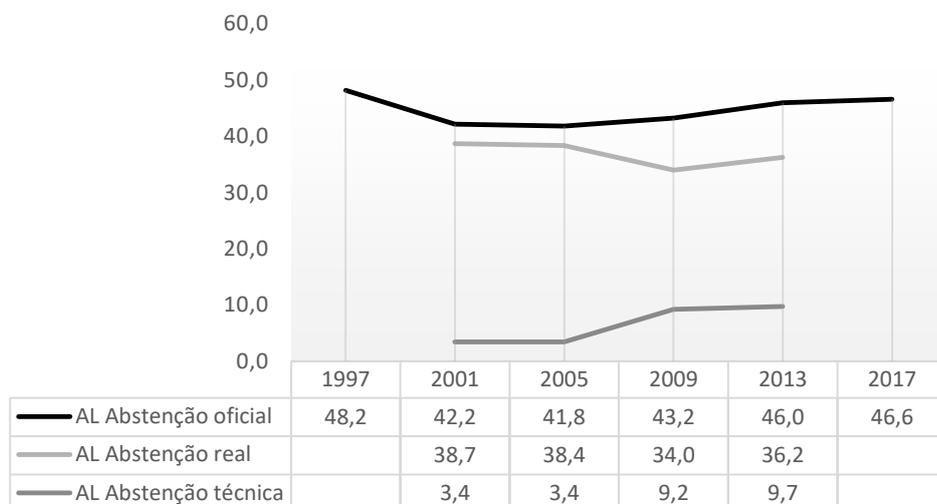


Fonte: INE; Censos da População 2001 e 2011, Estimativas da População; GRA.

Para a ALRAA a curva da abstenção oficial começa em 2000 e termina em 2016. Como se observa, tem um ligeiro decréscimo, para conhecer em seguida um aumento. A linha da abstenção real – apenas para os anos 2004, 2008 e 2008 – faz literalmente um “V” invertido, sendo de esperar que ela seja também menor em 2016, embora não se tenha dados substantivos para sustentar este indício. A linha da abstenção técnica – obtida para o mesmo período que a real – conhece primeiro uma quebra, para depois crescer de forma acentuada.

Para as Autarquias Locais, a situação é de uma abstenção real em decréscimo, com uma ligeira subida em 2013. De novo, a abstenção oficial abrange todos os anos, e vai conhecendo ligeiros decréscimos e aumentos até se fixar nos 46,6% em 2017.

Gráfico 6.2.4. Abstenção oficial, abstenção real e abstenção técnica, nas eleições de 1997 a 2017, para as Autarquias Locais, nos Açores, em %.



Fonte: INE; Censos da População 2001 e 2011, Estimativas da População; GRA.

A abstenção real, tal como a abstenção técnica, só se conhece, para os anos de 2001 a 2013. A real decresce, de forma significativa em 2009, para subir ligeiramente em 2013. A técnica acompanha este movimento, mas ao invés: mantém-se estacionária nos dois primeiros atos eleitorais e cresce de forma acentuada em 2009 para depois estabilizar em 2013, nos 9,7%.

Parte III

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ABSTENÇÃO E VALORES SOCIOPOLÍTICOS

7. Participação política e abstenção: aplicação de um inquérito

A análise às práticas de participação política – participações eleitorais, organizacionais e institucionais dos açorianos –, assim como a análise à não participação eleitoral – a abstenção eleitoral –, tem de entrar em linha de conta com as explicações individuais e coletivas acerca dessa mesma participação. As práticas sociais dos sujeitos são moldadas pelas suas convicções, pelas suas experiências socializadoras, pelo conjunto de valores ordenados que orientam os seus comportamentos e pelas representações sociais (Berger; Luckmann, 1997; Giddens, 1995; Almeida, 1990). Neste âmbito específico das práticas políticas, pode-se pensar no mesmo esquema lógico de articulação entre práticas e representações (políticas), permitidas pelo conjunto de experiências que marcaram os percursos da socialização política (Percheron, 1993; Cot; Mounier, 1976). Se a socialização é comumente entendida como o percurso de acumulação de experiências sociais, de aquisição de normas, regras e comportamentos que acompanha o indivíduo ao longo da vida, desdobrando-se em socialização primária e socialização secundária (Berger; Luckmann, 1997), a socialização política é uma das modalidades de socialização que transforma os indivíduos em membros da sociedade política e lhes permite adquirir conhecimentos, hábitos e experiências que vão moldando o comportamento político dos sujeitos (Percheron, 1993). A socialização política atua como grelha de leitura da realidade sociopolítica que nunca termina (Percheron, 1993: 192).

7.1. O Inquérito por questionário

Desta forma, o instrumento mais adequado, mas não o único, para compreender as práticas e as representações de um conjunto vasto de indivíduos consiste na realização de um Inquéri-

to por questionário, justamente uma das técnicas das Ciências Sociais e da Sociologia para caracterizar populações mais extensas e cuja natureza da pesquisa assente numa estratégia quantitativa (Almeida; Pinto, 1982; Almeida, 1995, Ghiglione e Matalon, 2001; Quivy e Campenhoudt, 1997). Trata-se de uma ferramenta que, como se sabe, “força a verbalização”, mas os constrangimentos dessa prática questionadora são largamente compensados pelos resultados possíveis de obter a partir dos discursos dos próprios sujeitos acerca do que esses sujeitos, fazem, pensam e dizem (Almeida, 1990: 2).

Neste âmbito, e porque se trata de um estudo pioneiro, foi concebido um Inquérito amplo com um grande conjunto de 322 questões, com especial enfoque para as questões do interesse e informação política – 81 questões; participação eleitoral – 103 questões; identificação e participação política – 62 questões; repartindo-se as restantes pela caracterização e pelo associativismo (ver Anexo II). Pode parecer um conjunto demasiado de questões, mas alguns destes grupos, como sejam a participação eleitoral e a identificação e participação política, tiveram a necessidade de serem introduzidas por outras questões de mais fácil resposta. Significa isto que para o inquérito resultar em termos de inquirição efetiva e que tenha por substrato um exercício de capacitação para as respostas, não basta articular perguntas e sequenciá-las, sendo necessário introduzir os temas de modo a permitir aos inquiridos um grau de adaptação ao utensílio de recolha, de modo a permitir a reflexão e a correspondente desvelar da memória.

A resposta ao questionamento por inquérito deste tipo não é um exercício fácil e a que nem todos os sujeitos estão habituados. Por isso é necessário sequenciá-lo de forma lógica para se atingir os objetivos pretendidos. Além de que, questões sobre a opinião política, participação, preferências, hábitos de votar, etc., assim que foram postas, começaram a colocar constrangimentos a uma boa parte dos inquiridos. Com efeito, a maior parte das desistências dos inquiridos registaram-se quando os inquiridores começavam a questionar a participação eleitoral. Não só esta questão levantou alguns problemas, muitas vezes a desistência, como a obrigatoriedade legal em assinar o Termo de Consentimento Informado (TCI) impediu muitas respostas.

7.2. Meios técnicos de aplicação

É devida uma explicação sobre os suportes utilizados na aplicação do Inquérito. Para facilitar a tarefa de inquirição e tornar mais rápida a operação de codificação das respostas, optou-se

por utilizar uma aplicação informática para telemóveis (smartphones e tablets), desenvolvida por uma empresa da Região, onde foi reproduzido o inquérito que consta no Anexo II. A aplicação informática foi transferida para os aparelhos dos inquiridores, que acediam à mesma através de dois códigos, pessoais e intransmissíveis, sendo possível registar as respostas do inquirido, tal como era feito no questionário em papel. Os dados recolhidos eram depois transmitidos, através de uma ligação sem fios (wireless) para a base sediada na empresa, à qual só a equipa de coordenação acedia, mediante também procedimentos de segurança. Depois de importada a base de dados, a empresa destruiu e não ficou com qualquer registo dos dados recolhidos, como consta das suas obrigações, embora estes dados sejam apenas compostos de algarismos onde nunca consta a identificação de qualquer dos inquiridos.

Esta operação, que seguiu todos os procedimentos de segurança, tendo havido um cuidado particular nisso, permitiu maior rapidez na recolha das respostas, e não permitia que os inquiridores acessem às respostas já introduzidas. No final do questionário, ou no final do dia quando o inquiridor possuísse uma ligação sem fios, os questionários eram submetidos para a base, deixando de figurar nos aparelhos móveis. Isto impedia a alteração das respostas, mas também prevenia a perda de dados. A aplicação estava devidamente preparada para, em qualquer momento, registar o momento da desistência do inquirido e, desse modo, anular as respostas que até aí tinham sido dadas, caso o inquirido desistisse.

A maior parte dos inquéritos foram preenchidos deste modo o que não deixou de revelar alguns problemas operacionais, sobretudo, as várias atualizações e correções de erros de programação, da responsabilidade da empresa que desenvolveu a aplicação, o que também veio a contribuir para o atraso na recolha dos dados. A aplicação serviu para recolher cerca de 92% dos questionários utilizados. Após a finalização da recolha, a aplicação deixou de funcionar e todos os inquiridores receberam uma notificação para a desinstalar dos seus aparelhos, tornando-se a mesmo inútil já que a ligação à base deixou de funcionar.

O suporte papel foi pouco utilizado, em apenas cerca de 8% dos questionários recolhidos, mas não pode deixar de ser feita, uma vez que nem todos os inquiridores possuíam equipamentos que permitissem a instalação da aplicação ou fosse difícil dispô-la naquele momento. O mesmo procedimento de rigor e segurança foi adotado: sempre que um inquirido desistiu de responder, o questionário devia ser dobrado e guardado e enviado com os restantes devidamente preenchidos para ser destruído, sem ser aberto.

Finalmente, e para garantir a maior adesão possível da população alvo, e o bom acolhimento dos inquiridores, solicitou-se e obteve-se a colaboração da RDP Açores na divulgação de um pequeno anúncio, de cerca de 30 segundos e da sua responsabilidade, suportado por um texto da coordenação do estudo, que informava e apelava à participação da população, tendo sido transmitido durante quase todo o tempo da aplicação Inquérito. O mesmo se procurou para um elemento televisivo, mas a empresa da região contactada para realizar o anúncio (spot), apesar dos contatos da coordenação do estudo, e das insistências realizadas, nunca respondeu em tempo útil.

7.3. A aplicação do questionário: questões éticas e deontológicas

A formação que envolveu os inquiridores – e que levou até à realização de um manual de aplicação do inquérito – desenvolveu-se com a aplicação de instruções claras. Para alguns aspetos fundamentais, refira-se que os inquiridores foram instruídos a não utilizar qualquer tipo de vestuário que apelasse a partidos políticos ou clubes desportivos, para não causar constrangimentos aos potenciais inquiridos; usassem de toda a cortesia e não insistissem quando a recusa em responder se tornasse assertiva; não disponibilizassem inquéritos em branco a quem quer que fosse e se recusassem a prestar mais esclarecimentos sobre o estudo dos os que tinham recebido e eram considerados necessários para a informação dos inquiridos. Além disso deviam abster-se de, em qualquer caso, dar a resposta pelo inquirido, o que envolve um grande discernimento sobre o que está em causa. Sempre que a resposta do inquirido se tornasse ambígua, equívoca, confusa, etc., a opção seria registá-la como Não sabe/não responde.

Nestes termos, quer a aplicação, quer a duração do Inquérito parecem não ter levantado problemas e não há ocorrência de incidentes. Para a aplicação do questionário, inicialmente previsto com uma duração de 30 a 45 minutos, realizou-se um exercício prévio de modo a medir o tempo de aplicação, realizado a uma população muito restrita e norteado pelos princípios já expostos. Neste exercício, feito exclusivamente em papel, em que estiveram envolvidas cerca de 40 inquirições, depois de realizados, os questionários foram fechados e foram imediatamente destruídos depois de registado o tempo de duração já que a finalidade do mesmo era mesmo só obter uma medição do tempo médio de aplicação.

Assim, a aplicação decorreu de Setembro de 2018 a Janeiro de 2019, nas ilhas escolhidas para efeitos de amostragem, como se pode ver no Anexo I, tendo envolvido 75 inquiridores, quase

todos estudantes do ensino superior ou licenciados das áreas das Ciências Sociais e da Sociologia, que obtiveram formação específica para a realização do Inquérito que incluiu noções de carácter ético e deontológico, estando obrigados ao dever de sigilo e confidencialidade, consubstanciado pela adesão voluntária e respeito pelas determinações do Código de Ética da Universidade dos Açores, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 167, 27 de agosto de 2015, assim como o Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia, subsidiariamente.

Para cumprir as determinações legais, a aplicação iniciava-se por uma explicação prévia sobre os objetivos da pesquisa – transcritos no Termo de Consentimento Informado sob a forma de garantias e com toda a informação relevante para o inquirido (ver Anexo II) – como o inquirido tinha de assinar o mesmo o que, só por si, levou à desistência de muitos potenciais inquiridos. Apesar de a cada Inquérito corresponder um TCI, não é possível identificar, a partir do inquérito qual o TCI correspondente, ou vice-versa, garantindo o completo sigilo dos dados. Como se poderá ver no final do questionário, existiram duas questões sobre a aplicação do mesmo: uma questionava a concordância com a realização do inquérito para “conhecer a opinião dos açorianos sobre a realidade política da região” e pretendia saber se as perguntas teriam sido feitas de maneira correta e se o respondente tinha apreciado a audição da sua opinião. A resposta a esta questão, obteve os seguintes resultados.

Tabela 7.3.1. Grau de concordância com a importância do inquérito, correção da sua aplicação e auscultação da opinião.

Grau de concordância	Fi	%
Concorda totalmente	249	34,6
Concorda	352	48,9
Não concorda nem discorda	51	7,1
Discorda	39	5,4
Discorda totalmente	17	2,4
NS/NR	12	1,7
Total	720	100,0

Ainda que se registre um conjunto de respostas desfavoráveis, 7,8% para discorda e discorda totalmente, o valor obtido para concorda e concorda totalmente é cerca de 84%, o que resulta numa clara aprovação dos 3 itens que estavam a julgamento dos inquiridos. Esta questão demonstra que o inquérito é também válido do ponto de vista subjetivo, quer dizer, a partir das opiniões e

representações dos sujeitos e que o viram, na sua imensa maioria, como um elemento capaz de traduzir a importância do assunto em questão, assim como a sua auscultação.

A última questão do questionário solicitava um número de contacto telefone ou telemóvel, enfatizando-se o voluntarismo para esta concessão, pois o questionário é completamente voluntário, para efeitos de comprovação do ato de inquirição, ficando registado apenas o número, nunca o nome (como se afirma expressamente no questionário). Trata-se de um procedimento habitual que não retira o sigilo aos inquiridos, procurando assim vigiar a aplicação, controlar a efetivação das respostas e despistar algum procedimento menos correto ou menos rigoroso. Destes inquiridos, 121 concederam os seus números de contacto, tendo havido a preocupação de contactar todos. Apenas cerca de 80% atenderam a confirmaram a aplicação, não tendo havido reporte de qualquer situação menos rigorosa ou menos correta. Depois de finalizado o procedimento, os números de telefone e ou de telemóvel foram apagados das respetivas bases de dados.

A aplicação do TCI levantou ainda um segundo problema, de carácter ético e deontológico, mas com implicações teórico-metodológicas que se expressa na seguinte questão: como fazer no caso dos inquiridos que não sabem assinar?

A opção passou por uma questão de natureza metodológica da maior importância e relevância sobre os resultados. Se se optasse por só inquirir os sujeitos capazes de assinar o TCI, isso significaria excluir uma parte da população que também tem existência social e política e não faz sentido que, num estudo de carácter sociológico, se exclua alguém com base numa discriminação social – o não saber ler. Além disso, significaria enviesar, objetivamente, a amostra: a população já não seria a população açoriana, mas a população açoriana que sabe ler e escrever. Assim, e para corresponder e ser rigoroso ao que é pedido, optou-se por também questionar estes sujeitos, desde que o quisessem e desde que não desistissem, assinalando-se no TCI que o sujeito não sabia assinar, ou assinado o inquirido com a menção “a rogo por não saber assinar”.

Em termos absolutos, não foi, portanto, possível obter a amostra inicialmente prevista de cerca de 1000 questionários, tendo-se obtido 720 válidos, tendo havido uma média de 2 recusas ou desistências por cada questionário válido, o que significa um total de 2160 contactos com potenciais inquiridos. Este conjunto amplo de recusas em responder não pode deixar de ter uma leitura sociológica, que será explicada mais à frente, mas podendo-se adiantar desde já que perante uma certa complexidade de leitura, entendimento e explicação da realidade social e política parece estar claramente presente no comportamento dos sujeitos. Com isto não se pretende res-

ponsabilizar as pessoas que desistiram ou recusaram em responder, mas enfatizar a complexidade do que está em questão.

A ação política, e o mesmo é dizer, o interesse, o conhecimento, a mobilização (cognitiva, identitária, organizacional) e a participação políticas parecem ser, de facto, aspetos apreciados por todos os indivíduos, mas não são. Os cidadãos possuem necessariamente recursos, estratégias e comportamentos diferenciados, como vários estudos o têm assinalado, com especial ênfase os que têm apontado o conjunto dos saberes diferenciados entre os profanos da política – os cidadãos em geral, e em particular os abstencionistas – e os profissionais da política – a classe política já apontada (Bourdieu, 1989; Fernandes, 2006; Borralho, 2013). Portanto, incluir os excluídos de competências de literacia consistiu numa opção orientada por um rigoroso espírito científico e de modo a cumprir as mais elementares determinações deontológicas de um estudo sociológico.

7.4. População e amostra

Para a construção de uma amostra representativa da população açoriana, foram utilizados os Censos de 2011, os quais já foram alvo de trabalho nos capítulos anteriores. Nas Tabelas 1 e 2 do Anexo I, apresenta-se a população do arquipélago repartida por ilhas, concelhos, sexo e grupos etários, em valores absolutos e relativos (%). Neste Anexo são apresentados cinco grupos etários: dos 0 aos 17 anos; dos 18 aos 34 anos; dos 35 aos 49 anos, dos 50 aos 64 anos e dos 65 anos e mais, de forma a facilitar todo o plano de operacionalização no terreno na procura dos indivíduos a serem selecionados a pertencerem ao grupo de respondentes ao inquérito. A população, de potencial avaliação para o estudo, foi constituída pelos indivíduos com 18 anos ou mais, o que corresponde a 192357 indivíduos das nove das ilhas da Região. A população alvo, para a seleção posterior da amostra de inquirição, foi as das cinco ilhas mais populosas, com 18 anos ou mais, correspondendo a 94% da população total da Região, sendo de 180943 indivíduos: 88084 do sexo masculino (48,7%) e 92859 do sexo feminino (51,3%).

Para a determinação da amostra a ser recolhida foi utilizado um nível de significância de 5% e uma margem de erro de 3,7%, obtendo-se uma amostra de dimensão 720, sendo a taxa de amostragem de 0,398%. Se a recolha fosse ampliada às restantes ilhas, mantendo a mesma taxa de amostragem, teriam de ser recolhidos mais 46 questionários. Ora, não são 46 questionários que alteram significativamente os resultados do Inquérito ou que introduzem alterações significa-

tivas no comportamento geral dos inquiridos. Acresce que a aplicação destes questionários seria feita nas ilhas onde a abstenção é mais reduzida, com a exceção de Santa Maria. Por outras razões técnicas e metodológicas, entendeu-se aplicar o Inquérito apenas às 5 ilhas mais populosas.⁶

A amostra final foi obtida com recurso a um processo de amostragem estratificada por sexo, grupo etário e local de residência – ilha e concelho, com o intuito de se ter um retrato o mais aproximado possível da população em estudo, embora se verifiquem algumas pequenas variações percentuais entre a população alvo e a amostra final obtida (N = 720), conforme é mostrado na Tabela 6 do Anexo I, reproduzida a seguir.

Tabela 7.4.1. Diferença entre os valores percentuais da população alvo e os da amostra obtida.

Ilha	Concelho	Grupos etários por sexo								Soma		Total
		18 - 34 anos		35 - 49 anos		50 - 64 anos		Mais 65 anos		F	M	
		F	M	F	M	F	M	F	M			
São Miguel	Lagoa	0,2	0,1	-1,0	-0,9	0,1	0,3	-0,5	-0,5	-1,2	-1,0	-2,1
	Nordeste	-0,5	-0,1	0,1	-0,1	-0,5	-0,4	-0,3	-0,1	-1,1	-0,7	-1,9
	Ponta Delgada	-0,5	-0,3	0,0	0,0	-1,6	-1,5	0,1	0,1	-1,9	-1,7	-3,5
	Povoação	-0,7	-0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,1	0,4	0,5
	Ribeira Grande	-1,5	-1,5	-1,6	-1,6	-1,4	-1,4	-0,8	-0,6	-5,3	-5,2	-10,5
	Vila Franca do Campo	0,4	-0,6	0,1	0,6	-0,1	0,1	0,4	0,3	0,9	0,4	1,2
Terceira	Angra do Heroísmo	1,1	1,2	1,7	1,9	1,4	1,4	1,5	0,9	5,7	5,3	11,0
	Vila da Praia da Vitória	0,7	1,0	0,8	1,0	0,4	0,4	0,2	0,5	2,1	2,9	5,0
São Jorge	Calheta	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,7	0,7	1,4
	Velas	-0,1	0,2	0,3	0,2	0,1	0,0	0,3	0,2	0,7	0,7	1,3
Pico	Lajes do Pico	0,0	0,0	-0,3	-0,3	-0,4	-0,4	0,3	0,3	-0,4	-0,5	-0,9
	Madalena	-0,2	0,0	0,4	0,4	-0,1	0,2	-0,1	-0,4	0,0	0,1	0,1
	São Roque do Pico	0,2	0,1	-0,1	0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	-0,1	-0,1
Faial	Horta	-0,8	-1,7	0,0	0,4	-0,2	0,2	0,2	0,2	-0,9	-0,8	-1,7
Total		-1,6	-1,8	0,9	2,3	-1,8	-1,1	2,0	1,1	-0,5	0,5	0,0

Como se pode verificar, a diferença ocorrida na inquirição dos indivíduos tendo em consideração a variável sexo é muito pequena, sendo -0,5% para as mulheres e 0,5% para os homens. Isto é, a amostra dos indivíduos do sexo feminino está ligeiramente sobre representada enquanto que a amostra dos indivíduos do sexo masculino está ligeiramente sub-representada. A variação

⁶ Como em algumas ilhas constantes na amostra foi difícil encontrar inquiridores, nestas ilhas mais pequenas e com um número de inquéritos diminuto, seria de esperar também sérias dificuldades à inquirição.

ocorrida tendo em atenção os grupos etários dos indivíduos selecionados para o estudo também é relativamente pequena, variando entre -1,8% e 2,3%, ou seja, as mulheres na faixa etária dos 50 aos 64 anos estão relativamente sobre representadas, enquanto que os indivíduos do sexo masculino na faixa etária dos 35 aos 49 anos estão sub-representados. Onde houve mais alguma dificuldade em controlar a composição da amostra foi na variável local de residência, com um concelho a apresentar um valor de diferencial de 11% (Angra do Heroísmo) e outro de -10,5% (Ribeira Grande), isto significa que o concelho de Angra está ligeiramente sub-representado, enquanto que o concelho da Ribeira Grande está sobre representado. Embora se notem algumas flutuações entre os valores percentuais da população alvo e da amostra obtida, nalgumas das variáveis acima elencadas, no computo geral, tais variações não comprometem de forma significativa a sua natureza representativa, advindo as alterações ocorridas devido a algumas dificuldades explicitadas anteriormente.

Na seleção da amostra, foi ainda tomada em consideração a repartição dos indivíduos com base na informação das suas habilitações literárias de acordo com o sexo e o seu local de residência. A amostra obtida foi, assim, controlada pelos diversos graus de habilitações literárias, de maneira a manter a representatividade existente na população, com as gerações mais novas a serem mais escolarizadas do que as gerações mais velhas. Em síntese, o estudo foi desenvolvido nas cinco ilhas mais populosas da Região, sendo o critério principal para exclusão de participação no mesmo os indivíduos terem idades inferiores a 18 anos (idade mínima para poder exercer o direito de participar em atos eleitorais) e como critérios para a sua inclusão o género, a faixa etária, o local de residência e as suas habilitações literárias.

Uma última nota para a análise do Inquérito. Como é usual, os Inquéritos são integralmente codificados e transformados numa matriz composta pelos inquiridos e pelas variáveis criadas para a sua análise. Essa matriz é guardada e fechada, não sendo possível identificar os respondentes a partir dos dados aí registados. A matriz dá origem a um ficheiro e tanto este como as operações de análise foram realizadas usando a 25.^a versão do SPSS – Statistical Package for the Social Sciences – IBM SPSS Statistics 25.

8. Participação política e abstenção: caracterização social e associativismo

Neste capítulo inicia-se a análise das respostas propriamente ditas, contemplando as duas primeiras dimensões do Inquérito: a caracterização social e a o associativismo. Ambas são complementares e ilustram e complementam, do ponto de vista sociológico, a amostragem estatística. Como se afirmou antes, a representatividade estatística é imprescindível para um estudo que almeja caracterizar toda a população em estudo, mas a representatividade social complementa a primeira e densifica a análise e as suas conclusões.

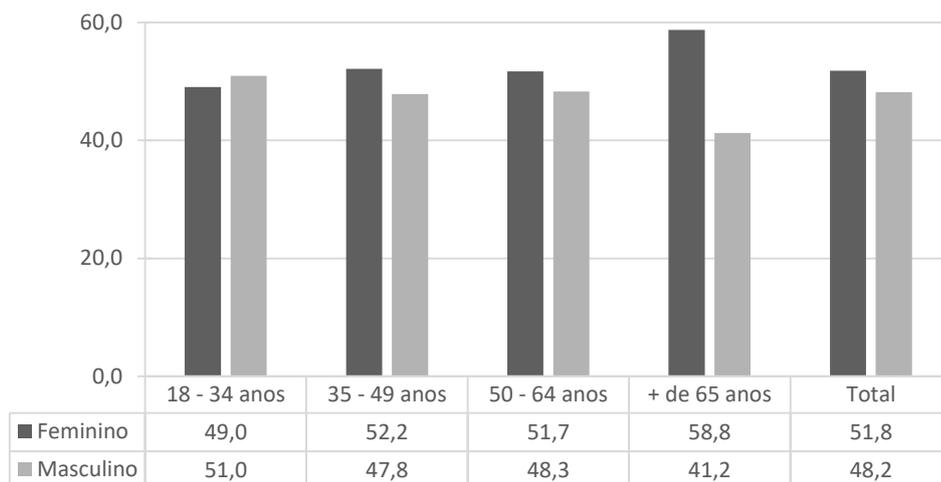
8.1. Caracterização social da população inquirida

Na descrição da população inquirida, repartida pelo sexo e pelos escalões etários, verifica-se que existe uma maioria do sexo feminino, 51,8% contra 48,2% do masculino, valores que acompanham a repartição da população açoriana nos Censos de 2011: 50,8% para as mulheres e 49,2% para os homens. Há uma ligeiríssima discrepância de 1% a favor do sexo feminino em detrimento dos homens.

8.1.1. Sexo e idade

No que diz respeito à repartição da população pelos escalões etários, como se pode ver no gráfico seguinte, encontram-se valores muito equilibrados de homens e mulheres em todos os escalões, com exceção dos 65 anos ou mais, onde a prevalência feminina é superior em cerca de 17%. Situação perfeitamente enquadrável na estrutura demográfica como consequência da sobre mortalidade masculina, principalmente, nas idades mais avançadas. As mulheres são ainda maioritárias em todos os escalões, exceto no mais jovem (18 – 34 anos), mas apresentando valores muito próximos do sexo masculino.

Gráfico 8.1.1.1. População inquirida, por sexo e escalões etários, em %.



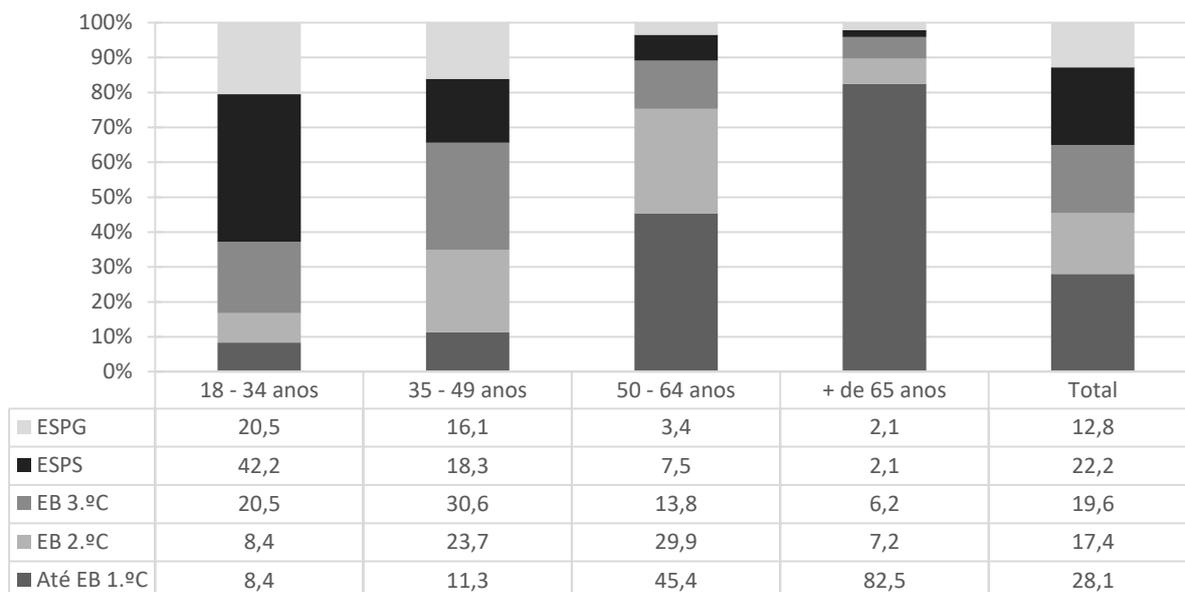
Outras variáveis de caracterização não serão muito exploradas por não revelarem aspetos fundamentais para o estudo, embora necessitem constar para um efeito de caracterização na sequência lógica do questionamento para introduzir o potencial inquirido do questionário. Assim, referem-se muito rapidamente, resumindo a situação social dos inquiridos.

Quanto ao estado civil, a maioria é casada (48,2%), seguindo a situação de solteiro (31,8%), e de divorciado (7,5%) (ver Anexo III). As variáveis de residência – ilha, concelho e freguesia – como foram utilizadas para a amostragem encontram-se amplamente reproduzidas no Anexo I, mas também se podem ver no Anexo III onde consta a lista das 91 freguesias correspondentes aos 14 concelhos que constituíram a amostra.

8.1.2. Escolaridade

Tal como outros estudos para a realidade portuguesa, e açoriana, assinalaram há uma forte correspondência, estatisticamente significativa como se pode ver no gráfico seguinte, entre os níveis de escolaridade e a idade, sendo as gerações mais idosas menos escolarizadas, em geral, do que as mais jovens. Aqui verifica-se a mesma tendência com as gerações mais jovens – dos 18 aos 34 e dos 35 aos 49 anos – a apresentarem os valores mais elevados de escolaridade, quer ao nível do ensino superior – 20,5% e 16,1% – quer ao nível do ensino secundário – 42,2% e 18,3%, respetivamente. Inversamente, os que possuem até ao ensino básico de 1.º ciclo são predominantemente idosos, apresentando um peso de 82,5%, para este grau de ensino.

Gráfico 8.1.2.1. População inquirida por níveis de escolaridade e escalões etários, em %.



Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

Em termos de níveis de escolaridade, os inquiridos eram questionados também sobre os dos seus cônjuges e progenitores. Este indicador não é aqui apresentado, mas pode ser visto no Anexo III. Assim, do conjunto familiar, o inquirido é o que detém maior nível de escolaridade face ao cônjuge e, como seria de esperar, face aos progenitores. Em especial, face ao pai, já que a mãe apresenta valores, geral e ligeiramente, superiores ao do marido.

8.1.3. Profissão e ocupação

A outro nível de caracterização social, apresentam-se os resultados obtidos pela correlação entre as profissões e os níveis de escolaridade. Para a caracterização e delimitação da profissão foram utilizados os grupos profissionais reconhecidos pelo INE⁷.

Como seria de esperar, o grupo profissional mais presente é dos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores que abrange uma grande amplitude de profissões do setor terciário, com 25,4%; seguidos das profissões técnicas de nível intermédio, com 7,8%, os agricultores e os trabalhadores deste sector, bem como das pescas, com 7,5%, e os trabalhadores

⁷ Os grupos profissionais constituem 9 grupos, numerados de 0 a 9. Instituto Nacional de Estatística (2011), *Classificação portuguesa das profissões 2010*. Lisboa: INE, I.P.

qualificados da indústria, construção e artífices, com 7,1%. O elevado número de Não sabe/não responde deve-se a atividades não classificadas como profissões, como sejam as domésticas, os estudantes e os pensionistas, que surgem noutra indicador.

Tabela 8.1.3.1. Profissão por nível de escolaridade, em %.

Profissão / Grupos profissionais	Escolaridade					Total
	Até EB 1.ºC	EB 2.ºC	EB 3.ºC	ESPS	ESPG	
Profissões das Forças Armadas	0,0	0,0	1,4	1,3	0,0	0,6
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	1,5	4,0	5,7	1,3	1,1	2,6
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	0,0	2,4	1,4	0,6	35,9	5,4
Técnicos e profissões de nível intermédio	0,0	1,6	7,8	13,1	23,9	7,8
Pessoal administrativo	2,5	0,8	11,3	11,9	1,1	5,8
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	21,8	39,2	33,3	23,8	5,4	25,4
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	21,3	5,6	1,4	1,3	0,0	7,5
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	11,4	12,8	5,7	2,5	0,0	7,1
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1,0	3,2	5,0	0,6	0,0	1,9
Trabalhadores não qualificados	4,5	7,2	6,4	2,5	1,1	4,4
NS/NR	36,1	23,2	20,6	41,3	31,5	31,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

De entre os menos representados estão os operadores de instalações e máquinas, com 1,9%, e o pessoal das forças armadas com 0,6%. Como não podia deixar de ser, existe claramente um peso dos grupos profissionais ligados ao sector terciário, por ser aquele se registam mais ativos profissionais. Verificando-se ser ainda o que regista se aquele onde os ativos possuem maiores qualificações escolares. Este grupo, reúne, à partida, mais condições para responder ao inquérito, pois, convém ter presente que a maioria das recusas e desistências diz respeito a dificuldades em expressar a opinião e o afastamento face aos temas suscitados no Inquérito. E, como se verá mais

adiante, este interesse e a participação mais reduzida pela política verifica-se, justamente, num segmento da população onde a escolaridade é mais baixa.

Em termos de ocupação, do inquirido e do respetivo cônjuge, verifica-se a situação mais frequente é a de emprego a tempo completo, 53,3% para o inquirido e 38,5% para o cônjuge, seguido de estudante, 13,1% e de reformado, com 10,8%. O valor de 36,7% registado para a situação do cônjuge dos inquiridos estudantes indiciam que se trata de sujeitos que não estão a viver numa união familiar.

Tabela 8.1.3.2. Ocupação do inquirido e cônjuge, em %.

Ocupação	Inquirido	Cônjuge
Emprego a tempo completo	53,3	38,5
Emprego a tempo parcial	4,3	2,6
Desemprego	8,3	5,4
Estudante	13,1	1,0
Procura o 1.º emprego	0,3	0,1
Reformado/pensionista	10,8	8,3
Programa Ocupacional	2,2	0,6
Sem trabalho e sem ocupação	2,9	2,1
Outra Situação	4,3	4,7
NS/NR	0,4	36,7
Total	100,0	100,0

A caracterização social terminava com algumas questões relativas à filiação religiosa, à pertença de classe social subjetiva e valor de rendimento do agregado familiar. Em termos de filiação religiosa, a grande maioria considera católico, com 92,8%, sendo os restantes para outras religiões cristãs e não cristãs e para os sem religião (ver Anexo III). Valores que também são apontados para os progenitores, mas que não são apontadas para os cônjuges, onde o valor dos católicos desce para 62,5%, mas onde o valor do Não sabe/não responde também regista um valor bastante elevado, da ordem dos 35%. Estes valores descem acentuadamente quando os inquiridos revelam a sua prática efetiva, havendo uma maioria de cerca de 58% se afirma pouco ou nada praticante.

8.1.4. Classe social e recursos económicos

Relativamente à classe social deve-se referir que se trata da classe social subjetiva, ou seja, aquela a que o inquirido entende pertencer, e através de uma designação simples. Mesmo funcionando com categorias pouco rigorosas do ponto de vista sociológico⁸ – alta, média/alta, etc. – verifica-se que os inquiridos aderem as propostas e não têm grande dificuldade em posicionar-se na estrutura de classes, já que Não sabe/não responde não ultrapassa, em ambos os casos, 2%.

Tabela 8.1.4.1. Classe social subjetiva atual e pretendida, em %.

Classe social	Atual	Pretendida
Alta	0,1	28,5
Média/alta	4,4	32,2
Média	46,5	28,3
Média/baixa	33,5	4,3
Baixa	12,5	1,9
Sem classe	2,2	2,8
NS/NR	0,7	1,9
Total	100,0	100,0

A grande maioria posiciona-se, em termos atuais, na média (46,5%) e média baixa (33,5%), seguida da baixa (12,5%). Mas quase todos aspiram à mobilidade social, pois em termos de pretendida, os valores mais elevados vão para média/alta, com 32,2%, seguida da alta e da média com 28,5% e 28,3%, respetivamente. E o conjunto das 3 categorias perfaz 89%. Não será preciso relembrar toda a teoria sociológica das classes sociais, mas convém ter presente que as classes sociais aspiram, sobretudo, à classe seguinte, seja porque com ela mantêm contactos e relações sociais mais próximas, seja porque em termos de mobilidade social os sujeitos racionalizam em torno dos seus recursos sociais.

Finalmente, e em termos de rendimento do agregado familiar, temos uma distribuição cujas categorias acompanham o valor do salário mínimo de 2018 (580 euros), embora se tenha preferido fazer o arredondamento para os 600 euros. Assim, as categorias foram construídas em torno de múltiplos, arredondados para o patamar seguinte. Verifica-se que a maioria dos agregados

⁸ As designações sociológicas para as classes sociais, mesmo optando por diversas tipologias para a sociedade portuguesa, consagram em geral 3 classes sociais: burguesia, pequena burguesia e operariado a que, genericamente, se dá a correspondência de alta (burguesia), média (pequena burguesia) e baixa (operariado) (Almeida, 1995).

familiares auferem entre os 600 e 2000 euros, 63,5% para o conjunto das duas categorias, mas com categoria dos 600 aos 1200 euros a apresentar o valor maior (40,3%). Segue-se a categoria dos que recebem menos de 600 euros, 18,8%, seguidos dos rendimentos entre 2000 e 4000 euros, com 7,2%. Só 2,2% dos respondentes declaram ter um rendimento familiar superior a 4000 euros.

Tabela 8.1.4.2. Rendimento do agregado familiar, em %.

Rendimento	%
Menos de 600 euros	18,8
De 600 a 1200 euros	40,3
De 1200 a 2000 euros	23,5
De 2000 a 4000 euros	7,2
De 4000 a 5000 euros	1,5
Mais de 5000 euros	0,7
NS/NR	8,1
Total	100,0

O posicionamento dos sujeitos em termos de classe social objetiva – aquele que é feito pelas tipologias científicas – não é um resultado apenas do capital económico (rendimento), pois convocam outro tipo de recursos, designadamente, sociais, simbólicos e culturais, embora exista uma homogeneidade de recursos (Bourdieu, 1979; Almeida, 1995). Portanto, não deixa de ser interessante ver de que forma a classe social subjetiva se reparte pelas categorias do rendimento. A tabela seguinte expressa essa correlação, verificando-se uma correspondência entre as duas variáveis⁹. Os detentores de rendimentos mais elevados posicionam-se nas classes sociais mais elevadas – média/alta e média –, ambas com 40%. Os detentores dos rendimentos entre os 600 e os 5000 euros posicionam-se maioritariamente na classe média, em particular os de rendimentos mais elevados (de 1200 até 5000), e os de rendimentos inferiores, abaixo de 600 euros na média/baixa e baixa, onde perfaz um total de 78,5%. Só 1 sujeito se posicionou na classe alta e apresenta um rendimento inferior a 600 euros. Tanto pode revelar um engano, como uma apreciação muito positiva do seu local de classe. De realçar ainda que se a categoria social não oferece dúvidas quanto ao posicionamento, já a indicação do rendimento do agregado familiar oferece dúvidas e ocultações, com o Não sabe/não responde a ascender aos 56,9% para a classe média.

⁹ Para facilitar a leitura das correspondências, as duas categorias de rendimento mais escolhidas para cada classe social foram sombreadas.

Tabela 8.1.4.3. Classe social que considera pertencer, por rendimento familiar do agregado familiar, em %.

Classe social	Rendimento do agregado familiar							Total
	Menos de 600 €	De 600 a 1200 €	De 1200 a 2000 €	De 2000 a 4000 €	De 4000 a 5000 €	Mais de 5000 €	NS/NR	
Alta	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Média/alta	2,2	3,1	8,9	3,8	9,1	40,0	0,0	4,4
Média	18,5	46,2	55,6	73,1	81,8	40,0	56,9	46,5
Média/baixa	45,2	37,6	27,8	19,2	0,0	20,0	22,4	33,5
Baixa	33,3	10,0	4,1	1,9	9,1	0,0	12,1	12,5
Sem classe	0,0	2,8	3,0	1,9	0,0	0,0	3,4	2,2
NS/NR	0,0	0,3	0,6	0,0	0,0	0,0	5,2	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nesta ordem de ideias, pode-se construir desde já esboçar um perfil do respondente ao inquérito, sendo que o perfil é uma média e, como todas as médias, não traduz toda a complexidade social. Assim, o inquirido típico é um indivíduo do sexo feminino – embora os valores sejam muito semelhantes –, com idade compreendida entre os 18 e os 49 anos, maioritariamente casado, com uma escolaridade baixa – abaixo da escolaridade obrigatória –, empregado no sector dos serviços, mas em trabalhos pouco exigente de qualificações elevadas, empregado por conta de outrem, e com um emprego a tempo completo, auferindo um rendimento em termos de agregado familiar não superior a 1200 euros, que se posiciona subjetivamente em termos de classe social na designada classe média, que não traduz as suas expectativas e desejando mobilidade social, e afirmando-se de crença católica, mas pouco praticante. Este perfil é no fundo um resumo da caracterização estabelecida até agora.

8.2. O associativismo

A análise da participação social será vista apenas pela componente do associativismo, já que outras poderiam ser carreadas para a mesma. Mas, de modo, a não tornar muito extensa a caracterização, optou-se apenas por uma caracterização do associativismo.

8.2.1. A pertença associativa

Em primeiro lugar, a pertença a associações – de um amplo leque proposto no questionário – é muito reduzido, pois os valores de não pertence ascendem a valores superiores a 90%, com exceção da categoria residual outra situação que engloba diferentes associações não previstas na lista ou para inquiridos que tenham dificuldade em indicar qual a que pertencem. A associação mais frequente é a de carácter religiosa, com 6,8%, seguida das de tipo musical, com 5,1% e do clube desportivo, com 4,6%.

Tabela 8.2.1.1. Associativismo por tipo de associação e por grau de ativismo, em %.

Tipo associação	Muito ativo e ativo	Pouco e nada ativo	Não pertence	NS/NR	Total
Ambiental	1,4	0,8	96,9	0,8	100,0
Associação de pais	0,6	0,8	97,8	0,8	100,0
Apoio social	1,0	0,4	97,5	1,1	100,0
Cívica	1,3	0,1	97,6	1,0	100,0
Clube desportivo	3,1	1,3	94,4	1,3	100,0
Cultural /patrimonial	2,1	0,4	96,5	1,0	100,0
Defesa do consumidor	0,0	1,1	99,0	0,0	100,0
Humanitária /Bombeiros	0,6	0,6	98,1	0,8	100,0
Juvenil	1,8	0,3	97,1	0,8	100,0
Musical	4,3	0,8	93,9	1,0	100,0
Religiosa	5,6	1,3	92,2	1,0	100,0
Sindical/profissional	1,0	0,6	97,6	0,8	100,0
Outra situação	4,0	7,1	87,6	6,7	100,0

Entre as menos participadas estão a defesa do consumidor, 0,1%, sindical ou profissional, 0,3% e a humanitária/bombeiros, registando 1,1%. Na tabela seguinte observa-se estes valores, mas também os valores do muito ativismo e ativismo e do pouco ou nada ativismo. São as mais participadas a denotarem valores maiores de muito ativismo, mas só uma – a religiosa – apresenta um conjunto de inquiridos muito ativos.

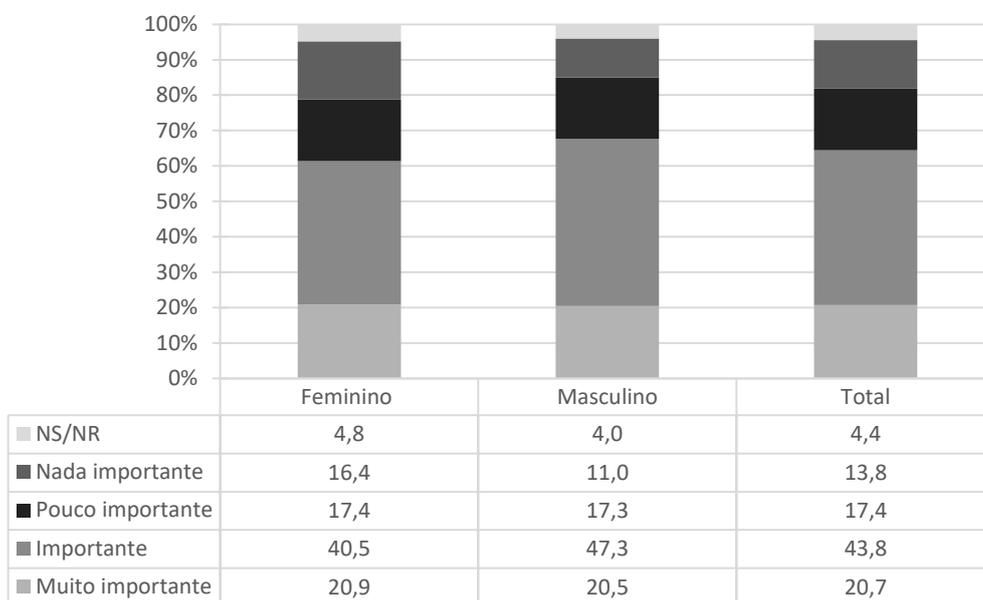
Se a participação associativa é, como se vê reduzida, a participação mais efetiva, por exemplo em cargos dirigentes, não deixa de acompanhar esta realidade. Tal como se pode ver no Anexo III, a assunção de cargos dirigentes na categoria muitas e algumas vezes é da ordem dos

13,5%, mais intensa do que poucas e raramente, 5,3%, mas o nunca se expressa com 71,7%. Significa que os membros das associações são simultaneamente dirigentes o que revela, de facto, um associativismo muito empenhado por parte dos seus membros, mas pouco alargado para lá dos que pertencem e mantêm atividade.

8.2.2. A importância do associativismo

Apesar da pouca participação, a importância em participar já é amplamente valorizada. Trata-se, portanto, de uma aspiração, ou melhor dizendo, uma representação social positiva dos inquiridos que se pode exprimir desta forma: sabem que não participação associativa ativa, mas gostariam de a ter e conferem-lhe até uma importância bastante significativa. Veja-se que os valores acumulados de muito importante e importante são sempre superiores a 60%, com os homens a expressarem uma opinião mais acentuada do que as mulheres – 67,8% contra 61,4%.

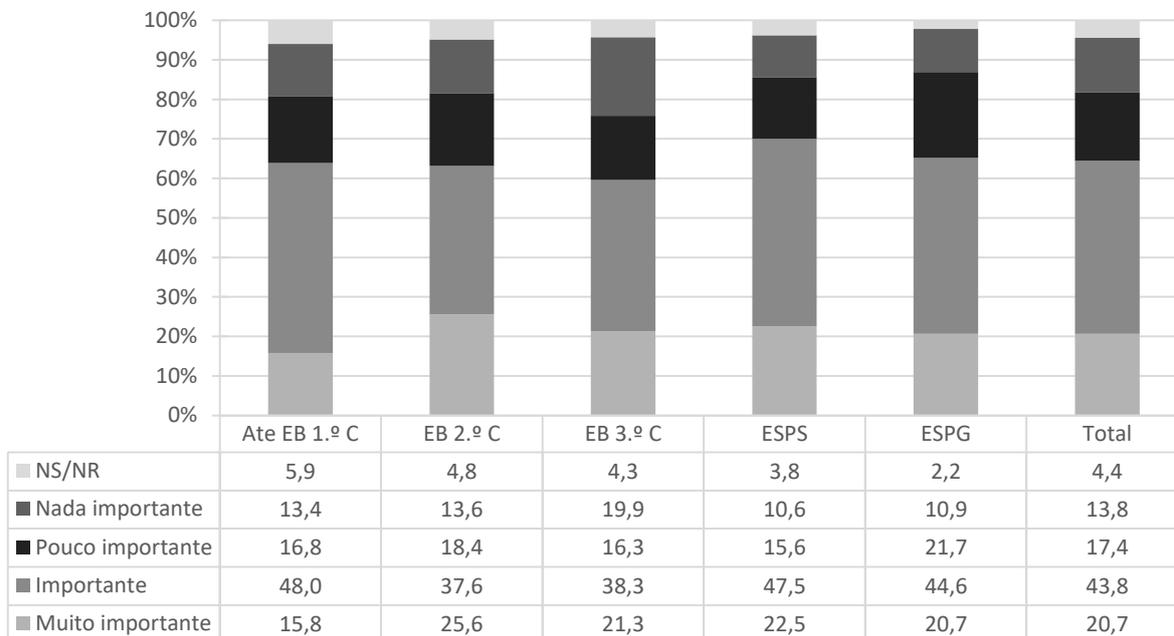
Gráfico 8.2.2.1. Importância da participação associativa, por sexo, em %



Verificando a mesma importância do associativismo correlacionada com a escolaridade – já que com a idade a variação não é muito significativa daquela que se obtém para o sexo –, também não se observam diferenças assinaláveis. Os mais escolarizados não têm uma opinião muito diferente acerca da muita importância e da importância no associativismo que os menos escolariza-

dos. Há, apenas, para os mais escolarizados apenas uma desvalorização do nada importante, mas que é ligeira.

Gráfico 8.2.2.2. Importância da participação associativa por nível de escolaridade, em %



As restantes questões, que podem ser vistas no Anexo III, e que questionavam sobre a concordância em participar – pergunta de controlo para aferir da importância – e sobre o que gostaria de fazer em termos de associativismo – ou associativismo pretendido – também não introduziram diferenças assinaláveis em termos de repartição das respostas dos inquiridos. No caso da concordância, a opção concordo totalmente e concordo atinge para o conjunto 75,1%, portanto, uma clara maioria a reforçar a importância. Destes, os mais escolarizados têm uma opinião mais convicta, e os menos escolarizados um valor mais baixo, mas que não anda muito afastado: 76,1% para os do ensino superior, contra 74,2% dos que possuem até ao 1.º ciclo do ensino Básico.

No que diz respeito ao associativismo pretendido, ver Anexo III, há uma preferência pelo apoio humanitário e social e voluntariado, com 14,1% para a globalidade dos inquiridos, seguido da atividade desportiva, musical e recreativa, com 4,3%. A atividade cívica, política e sindical não vai além dos 0,7%, é a menos escolhida. Mas saliente-se que o Não sabe/não responde à questão registou cerca de 74%. Isto é, os inquiridos valorizam a importância da participação, concordam com ela, mas estão pouco habilitados a denunciar o que gostariam de fazer. Importa ainda assim retirar algumas conclusões deste conjunto de indicadores.

Em primeiro lugar, parece claro que os valores do associativismo e da participação social já foram plenamente integrados pelos inquiridos, em especial, por aqueles que possuem níveis de escolaridade mais elevados, mas não se diferenciam muito dos menos escolarizados. Ou seja, a socialização no seu global fez chegar a todos, até por força da escola, os valores do associativismo como meio de uma cidadania mais ativa. No entanto, parece faltar ao nível da prática social efetiva os meios para esse associativismo. Estes mesmos dados, embora com valores diferentes, foram detetados num estudo já citado (Rocha; Medeiros; Tomás; Madeira; Borralho, 1999). As razões para que o associativismo não se expresse na prática social de uma forma mais consistente levaria a um outro estudo, e não é o presente objetivo. Mas, associando aos primeiros indicadores do associativismo, como se viu antes, os membros associativos tendem também a congregar em si mesmos as tarefas dirigentes, sendo quase simultaneamente membros e dirigentes. Isto pode indiciar um associativismo fechado, pouco aberto a outras modalidades de participação, ou de participação mais democrática, e talvez muito alicerçado em redes de conhecimento interpessoal, necessárias para a constituição das associações, mas, ao mesmo tempo, incapazes de permitir ganhos qualitativos e de projeção e crescimento fora do âmbito onde se constituíram.

9. Interesse político e informação política

Os indicadores convocados para a caracterização do interesse político e da informação política, que permitem analisar algumas das motivações para a abstenção eleitoral, surgiam no Inquérito de forma agregada. Como já se afirmou, partiu-se de uma hipótese segundo a qual seria difícil captar a atenção e a resposta dos sujeitos que se abstêm há mais tempo, pelo que iniciar o conjunto de questões por aí, era uma estratégia muito arriscada para gerar a necessária empatia e concordância dos sujeitos a responder. Assim, procurou-se partir do geral para o particular, ou seja, colocar questões genéricas de interesse e informação como se pode ver no Inquérito, para só depois questionar sobre a participação eleitoral, num grupo à parte e que constituirá um capítulo próprio.

Neste sentido, a análise far-se-á em torno dos indicadores pertinentes, deixando de lado aqueles apoiado em questões cuja finalidade era meramente introdutória do tema. Em primeiro lugar caracteriza-se o interesse e as motivações para esse interesse. Em segundo lugar, as fontes de informação política; em terceiro, o conhecimento de alguns aspetos do funcionamento político, começando pela identificação dos protagonistas, a confiança neles depositada e o âmbito dos seus poderes. Naquilo que os teóricos identificaram como a função de regulação estrutural do sistema político (Easton, 1992).

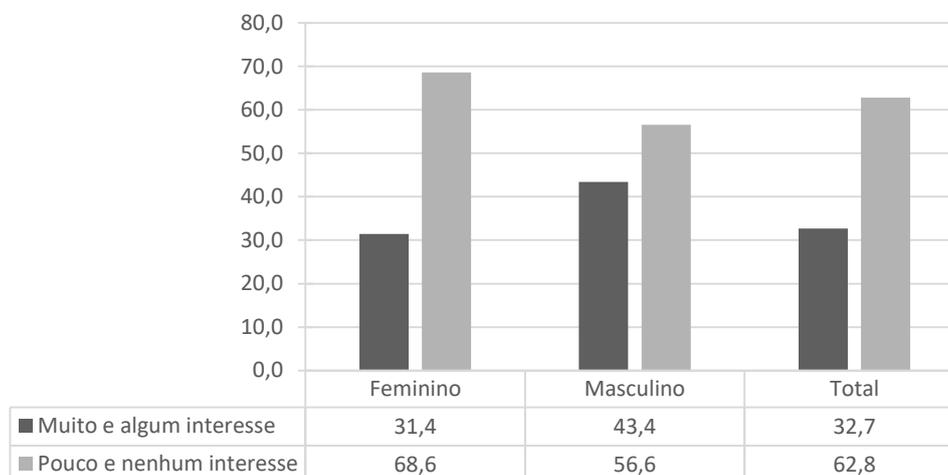
9.1. Interesse político e atitudes

No que diz respeito ao interesse e atitudes, será útil verificar como esta componente se reparte por diversas variáveis, designadamente o sexo, a idade – pelo escalões etários – e pela escolaridade. Assim, começa-se por interrogar o interesse político, verificando as atitudes muito e algum interesse. Estas atitudes foram agregadas para permitir uma leitura mais sólida e de modo a permitir que sejam estatisticamente significativas.

Nas diferentes correlações, verifica-se que o muito e o algum interesse obtêm, em média, 32,7%, contra 62,8% de pouco ou nenhum interesse, sendo os valores de Não sabe/não responde

perfeitamente residuais.¹⁰ Ou seja, o indicador mostra uma opinião sólida sobre o tema interesse político, não levando a indefinições ou ambiuidades, sendo claramente maioritária do lado desinteresse, e sendo estatisticamente significativa.

Gráfico 9.1.1. Interesse político, por sexo, em %.



Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

Em termos de distribuição pelo sexo, são os homens a denotarem maior interesse pela política, onde o muito e o algum interesse são superiores à média. Ainda assim, o pouco ou nenhum interesse supera em cerca de 13%. No caso das mulheres, o contraste é muito mais acentuado e passa para o dobro, com o pouco e nenhum interesse a alcançar 68,6%.

Importa ainda dar uma explicação metodológica sobre o efeito de agregação das categorias da escala, quando no Inquérito se optou por desagregá-las. O Inquérito deve, na medida do possível, permitir escolhas diferenciadas, formuladas de forma lógica e gradativa. Para isso, utilizam-se, como neste exemplo, e noutros seguintes, o instrumento metodológico escala de Likert, bastante referenciada em toda literatura de métodos e técnicas utilizadas em Ciências Sociais e destinadas, sobretudo, a medir atitudes (Lima, 1997: 174-177). Trata-se de uma escala bipolar, com várias categorias intermédias, permitindo identificar atitudes e tendências. Na análise, sempre que se justifique, pode-se agregar as categorias do mesmo sentido, por forma a torná-las estatisticamente significativas e permitindo melhor leitura de resultados. Aqui juntou-se muito interesse a interesse e vice-versa (pouco interesse a nenhum interesse). Como não existe categoria intermédia por não fazer sentido, não está criada. Este procedimento será seguido noutras escalas semelhantes, nal-

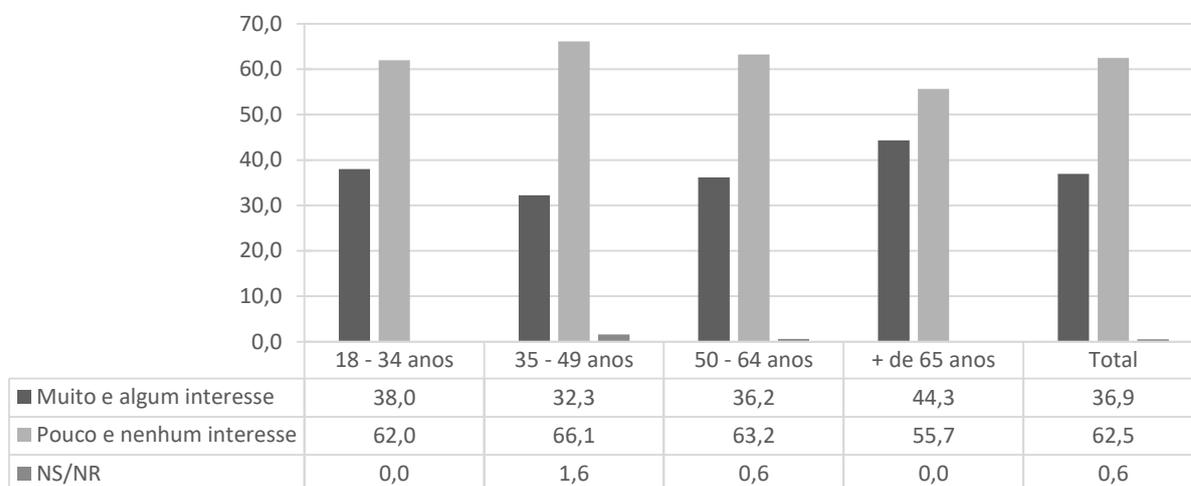
¹⁰ Para facilitar a leitura e a análise, a partir deste momento os valores de Não sabe/não responde serão apenas analisados e mostrados quando tal se justifique e no acrónimo NS/NR. Quando nada se disser, é por assumirem valores despidiendos.

guns casos terá mesmo de se respeitar a categoria intermédia quando ela é do tipo não concordo nem discordo.

É importante referir que os valores do muito e algum interesse melhoraram relativamente a outro estudo feito para os Açores, no qual só se inquiriram mulheres, e que já tem 20 anos. Nesse estudo, o valor de pouco ou nenhum foram de 77,1% e o muito e algum não atingiam sequer 20% (Rocha; Medeiros; Tomás; Madeira; Borralho, 1999: 141; Borralho, 2000: s.p.).

Torna-se por isso necessário correlacionar esta variável – interesse político – com outras variáveis para aferir da sua relevância e capacidade explicativa, seguindo-se a variável escalões etários.

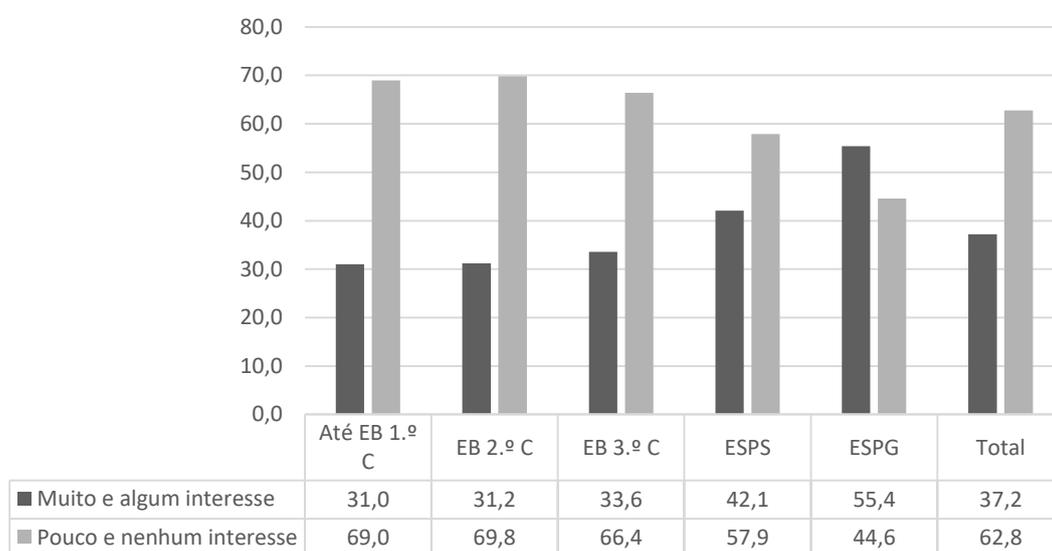
Gráfico 9.1.2. Interesse político por escalões etários, em %.



Em termos etários, e a princípio, a situação não é muito diferente, da registada com os grupos etários dos 18 aos 64 anos a apresentarem valores de muito e algum interesse, muito próximos, todos na casa dos 30%, com uma ligeira melhoria para os mais novos (18 – 34 anos) que apresentam 38%, um valor ligeiramente acima da média. De todos os grupos etários, são os com 65 ou mais anos a apresentarem um valor superior à média (44,3%), mas ainda assim abaixo do pouco ou nenhum interesse. Aliás, o interesse deste grupo etário assemelha-se muito ao interesse denotado pelo sexo masculino apresentado antes. Estes valores, nomeadamente os totais são ligeiramente diferentes por entrarem em linha de conta com os registados para NS/NR. Isto não altera significativamente os resultados, permite até mostrar a diferenciação, e mostra que mesmo sem os valores de NS/NR esta correlação não é estatisticamente significativa, ao contrário da primeira que permitiu cruzar o interesse com o sexo.

Todavia, é preciso correlacionar com o nível de escolaridade, no gráfico seguinte, para se verificar uma atitude claramente diferenciadora sobre o interesse político. Os possuidores do nível mais elevado de qualificações escolares – ensino superior e pós-graduado – apresentam um valor de muito e algum interesse (55,4%) superior ao pouco e nenhum (44,6%). Trata-se do único sub-grupo significativo da amostra a fazê-lo e verifica-se mesmo um aumento crescente do interesse político à medida que os níveis de escolaridade vão subindo, tornando esta correlação estatisticamente significativa: há, de facto, uma comprovação estatística de o interesse político aumenta na razão direta do aumento do nível de escolaridade.

Gráfico 9.1.3. Interesse político por nível de escolaridade, em %.



Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

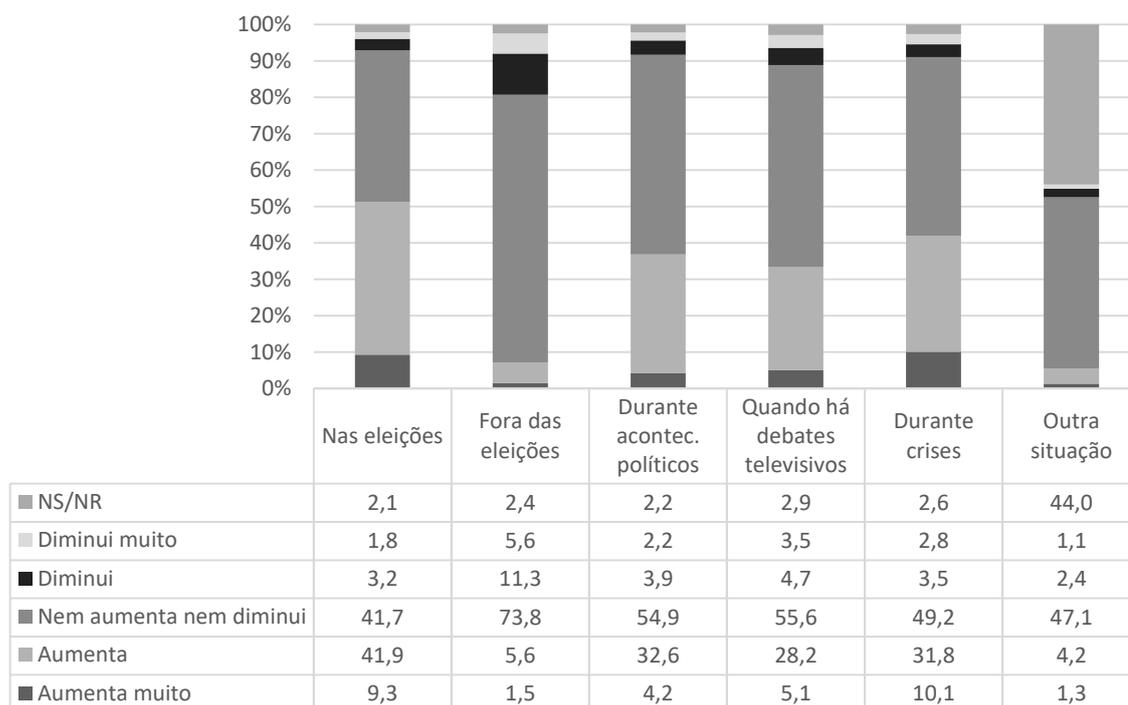
Este resultado já tinha sido verificado para os estudos referidos para os Açores (Rocha; Medeiros; Tomás; Madeira; Borralho, 1999; Borralho, 2000), mas também para outros estudos acerca da realidade portuguesa, seja entre a juventude, seja entre a população mais adulta (Cabral, 1997; Cabral, 1998). É verdade que a juventude tende a um interesse menor pela política pois só toma verdadeiramente posição no campo político a partir do momento quanto vota – a partir dos 18 anos –, possuindo uma socialização política mais curta e menos participativa, em geral. Mas, como outros estudos mostram e para outras realidades bem diferentes, os mais escolarizados estão quase sempre nas posições cimeiras dos que perfilham valores positivos acerca do exercício da cidadania, denotando maior interesse, maior participação, em suma, uma cidadania mais inclusiva. Parece, justamente, quanto maior é “a avaliação da equidade do sistema

de oportunidades e recompensas socioeconómicas mais forte se revela a tendência para participar de forma associada e para assumir o exercício de cidadania política” (Cabral, 1997: 148).

Além desta importante verificação, e, de certa maneira, antecipada conclusão do estudo, é imperioso a explicação se aproxime em torno das formas de participação política, sejam eleitorais, sejam organizacionais e institucionais, do nível de escolaridade. Por outras palavras, mesmo que outras correlações sejam possíveis de extrair, o nível de escolaridade, como se verá, tem uma capacidade explicativa mais densa e é preditor dos comportamentos políticos mais efetivos.

Questionados sobre os atos de interesse, selecionaram-se um conjunto de aspetos diversos, frequentes e menos frequentes, para aferir o aumento ou a diminuição do interesse político, como se pode ver no gráfico seguinte. Fazendo uma leitura agregada em torno do aumenta muito e aumenta, são, apesar de tudo, as eleições a suscitarem o aumento do interesse, com 51,2%¹¹, seguidas da situação de crises¹², com cerca de 42%. Os acontecimentos políticos – genéricos, não se quis particularizar – ascendem a cerca de 36% e a realização de debates a cerca de 33%.

Gráfico 9.1.4. Atos políticos e atitudes de interesse político, em %.



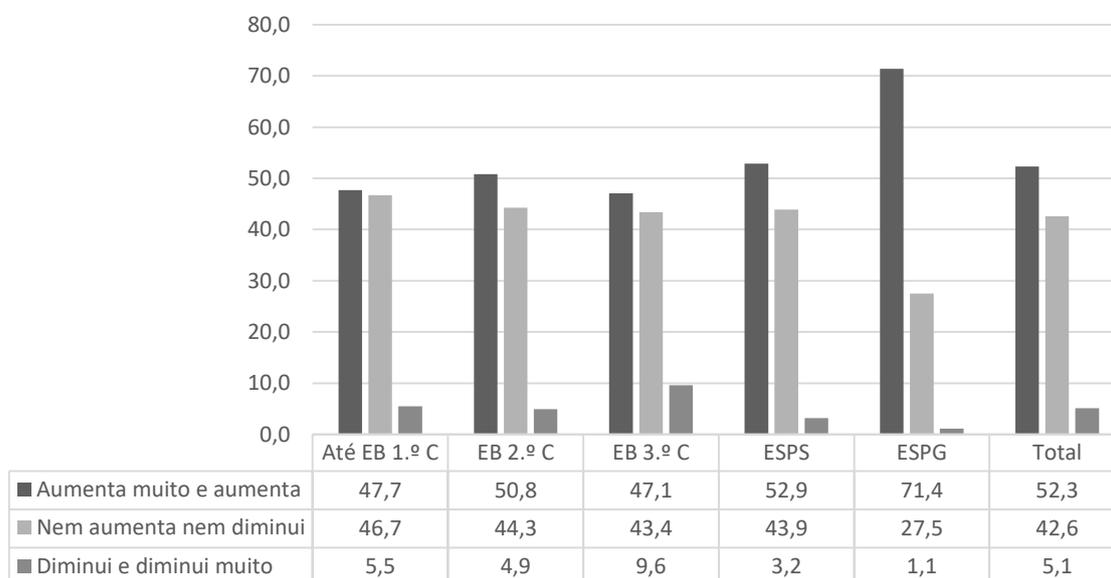
¹¹ Esta % corresponde ao valor médio obtido pela soma das duas categorias aumenta muito e aumenta, como se poderá ver no indicador seguinte na coluna Total. Todavia, por efeitos que têm a ver com o arredondamento automático do programa de cálculo, o valor aqui regista 51,2% quando no seguinte regista 51,3%. Apesar da diferença de 0,1, não se trata de um engano ou de um lapso.

¹² Crise tem de ser aqui entendida em sentido lato, ou seja, tudo o que saia fora da normalidade. O sentido da categoria tanto recobre uma crise mais longa, como a económica e social que se viveu recentemente, como a dissolução do parlamento.

De referir ainda que a atitude mais escolhida é não aumenta nem diminui, registando valores entre os 41,7% e os 73,8%, denotando um interesse algo difuso, pouco consistente, em geral, e não expressivo fora de acontecimentos incomuns, como as eleições. Apesar de as eleições terem passado a acontecimentos menos incomuns, já que a programação eleitoral apresenta em quase todos os anos um ato eleitoral, ou mesmo dois, por força do cumprimento dos mandatos dos eleitos, como acontece em 2019.

A partir destes resultados é necessário isolar o acontecimento político mais relevante – a realização de eleições – e correlacioná-lo com o nível de escolaridade e verifica-se, de novo, uma situação bastante diferenciada da anterior. Optando-se por agregar as categorias de cada extremo – aumenta muito e aumenta e diminui muito e diminui –, observa-se que o aumento do interesse em eleições é claramente favorecido pelo nível de escolaridade, crescendo à medida do grau mais elevado e novamente para valores estatisticamente significativos. Para um valor médio de 52,3% para a população (aumenta muito e aumenta), os mais escolarizados registam 71,4%, enquanto os menos escolarizados se ficam pelos 47,7%. Trata-se de uma diferença de 30 pontos percentuais o que é bastante significativa. Aliás, o aumento e o aumento muito e o diminui e diminui muito assumem valores quase idênticos para os possuidores do 1.º ciclo (47,7% contra 46,7%).

Gráfico 9.1.5. Eleições e atitudes de interesse político por nível de escolaridade, em %.



Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

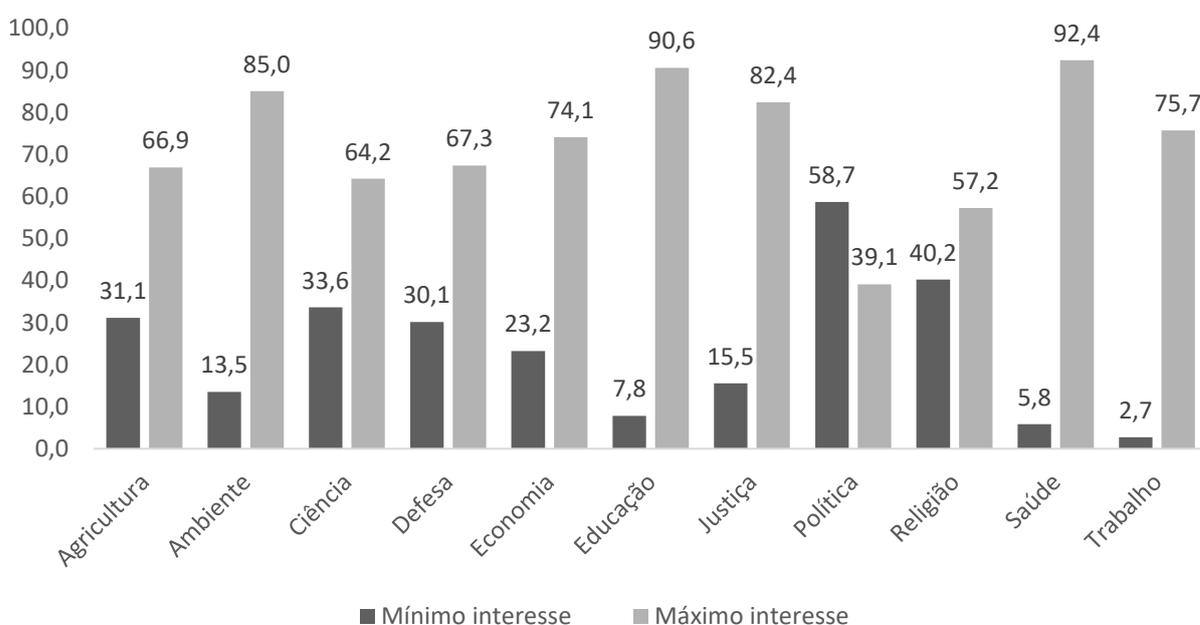
Observa-se ainda de a atitude intermédia – nem aumenta nem diminui – regista também o seu menor valor junto dos mais escolarizados, 27,5%, contra uma média de 42,6%. Por outras pa-

lavras, há uma correlação significativa entre o nível escolaridade e as motivações para o aumento do interesse, assim como para a sua diminuição, como se pode ver no gráfico seguinte.

Para as outras situações – fora de eleições, acontecimentos políticos, debates televisivos e crises – a tendência é significativamente a mesma. O aumento do interesse cresce junto dos mais escolarizados de forma acentuada. De todas as situações, aquela onde existe maior equilíbrio nas atitudes de aumento do interesse é quando se registam debates televisivos. De facto, o valor médio é 33,3%, registando 35,1% para os que possuem até ao 1.º ciclo do ensino básico, depois 3 valores muito próximos – 31,2%, 31,2% e 31,3% - para o 2.º ciclo, 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário e pós-secundário, e um valor ligeiramente superior para o ensino superior e pós-graduado, de 39,1%.

Para completar estas atitudes e para perceber as matérias que suscitam maior interesse dos sujeitos, o inquérito apresentou uma grelha polarizada de 1 (mínimo interesse) a 10 (máximo interesse) sobre diversas áreas da governação. Os valores mais elevados no interesse mínimo são atingidos pela política (13,3%) e pela religião (7,8%). A saúde regista 0 e a educação 0,1%. Do lado do máximo interesse, temos a saúde, com 51%, seguida do trabalho, 45,1% e da educação (39,2%). Para facilitar a leitura, o gráfico seguinte apresenta, para cada área, a soma das 5 posições do mínimo interesse e a soma das 5 posições do máximo interesse.

Gráfico 9.1.6. Temas políticos e atitudes de interesse político, em %.



Como se disse antes, a saúde, a educação e o ambiente destacam-se nas posições cimeiras, com 92,4%, 90,6% e 85 %, respetivamente. Só a política desperta menos, do que mais interesse, com 58,7% contra 39,1%. Tendo em conta o conjunto de áreas aqui convocadas é justo observar que todas elas são, com exceção da religião, no fundo, espaços onde intervêm as políticas públicas. Colocar a política no meio de áreas de decisão política é uma forma de perceber o modo como os sujeitos avaliam cada uma delas. E os sujeitos, à sua maneira, valorizam-nas enquanto áreas que ajudam a estruturar a sociedade, mas denotam uma certa dificuldade em colocar a política como uma dessas áreas.

9.2. Informação política

Passa-se agora à componente da obtenção da informação política, podendo ela mesma traduzir-se numa forma de interesse e de participação. O inquérito questionava sobre diversas formas de obtenção da informação. O primeiro indicador tem a ver com o círculo mais restrito dos sujeitos, procurando-se saber com quem e como se abordam assuntos de carácter político, seja em termos de conversa – indiciando conversa informal – ou debate, quer dizer, um aprofundamento de temas.

Tabela 9.2.1. Frequência da conversa e do debate político, com pessoas próximas, em %.

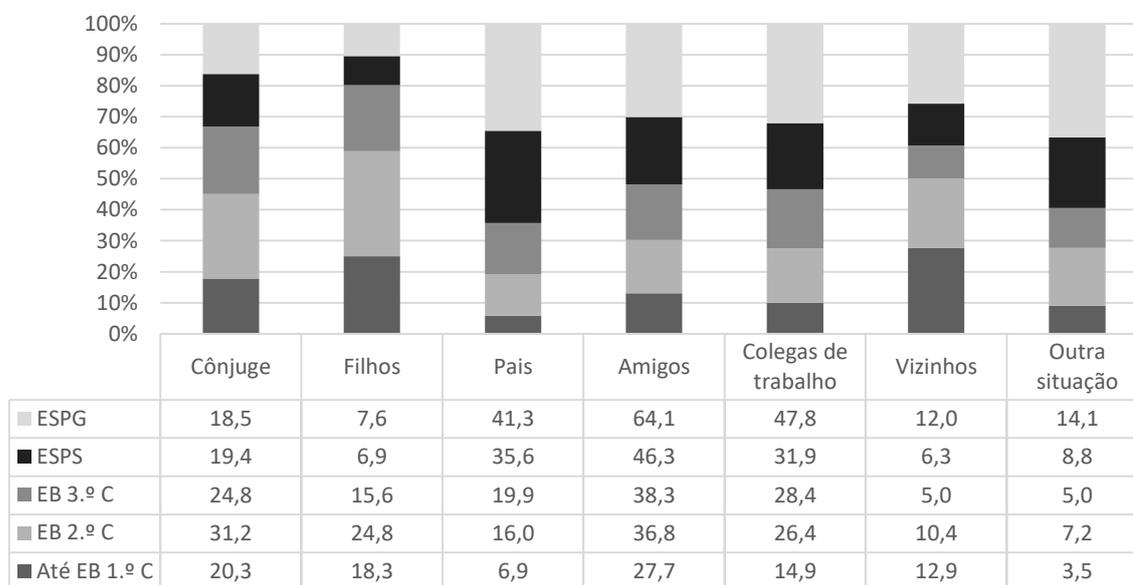
Situação	Frequência				Total
	Muitas e algumas vezes	Poucas vezes	Raramente e nunca	NS /NR	
Cônjuge	22,6	12,2	30,7	34,4	100,0
Filhos	15,0	8,8	41,0	35,3	100,0
Pais	21,8	13,5	53,3	11,4	100,0
Amigos	40,1	18,3	40,3	1,3	100,0
Colegas de trabalho	27,5	14,7	42,2	15,6	100,0
Vizinhos	9,3	11,5	75,1	4,0	100,0
Outra situação	6,9	5,0	36,1	51,9	100,0
Total	20,5	12,0	45,5	22,0	100,0

Analisando-se, verifica-se que o raramente e nunca sobressai, com 45,5%, seguido do NS/NR, com 22%. As muitas e algumas vezes surge em terceiro lugar e, dentro desta atitude, são sobretudo com os amigos que os inquiridos conversam e debatem, 40,1%, seguidos dos colegas de trabalho (27,5%). Segue-se o cônjuge e os pais, ambos com cerca de 22% e no final da escala os vizinhos. Os filhos só aparecem em 5.º lugar e predomina o raramente ou nunca.

Este resultado parece indicar que se trata de um debate esporádico e por ocasião das múltiplas formas de sociabilidade presentes na vida individual, como a frequência de espaços de lazer (cafés, sociedades recreativas, clubes, rua, etc.) onde a política ocupa algum espaço na preocupação dos sujeitos. O hábito de dialogar e debater casa, com o cônjuge e os filhos, está relegado para outro plano, mostrando uma socialização política juvenil feita dos contactos com os seus grupos de par. Se os pais não têm este hábito de dialogar e debater com os filhos, significa uma socialização política algo difusa (Percheron, 1993).

Isolando, por exemplo, a conversa e o debate em muitas e algumas vezes com pessoas próximas e correlacionando com o nível de escolaridade, como se pode observar no gráfico seguinte, observa-se que a escolaridade também se distribui de forma regular.

Gráfico 9.2.1. Frequência da conversa e do debate político, muitas e algumas vezes, com pessoas próximas, por nível de escolaridade, em %.

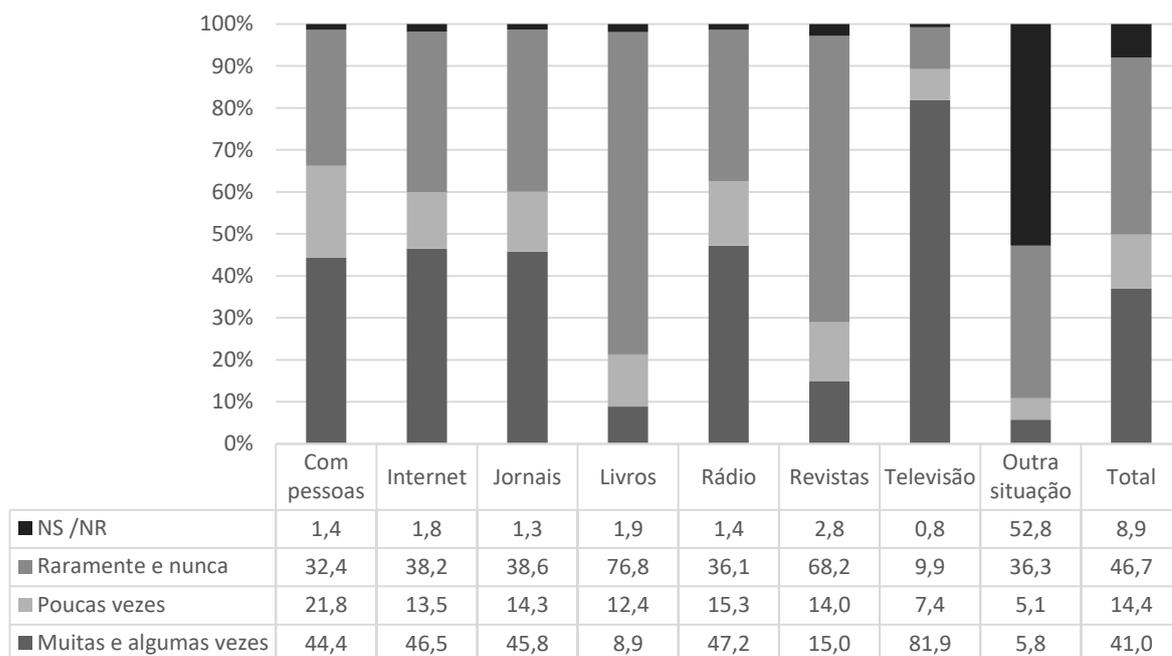


No entanto, não são os mais escolarizados que mais debatem com os filhos, onde se regista apenas 7,6%. Ao invés, preferem debater sobretudo com os amigos, 64,1%, e com os colegas de trabalho, 47,8%. Ainda que a tendência geral seja para os amigos e para os colegas de trabalho, os

menos escolarizados, em especial os com o 1.º e 2.º ciclos, parecem dar mais importância ao debate com a família.

Outros modos de obtenção de informação política, em circuitos não tão restritos e baseados em modalidades mais formais, registam para a televisão valores bastante elevados para muitas e algumas vezes, com 81,9%.

Gráfico 9.2.2. Fontes de informação política por frequência, em %.

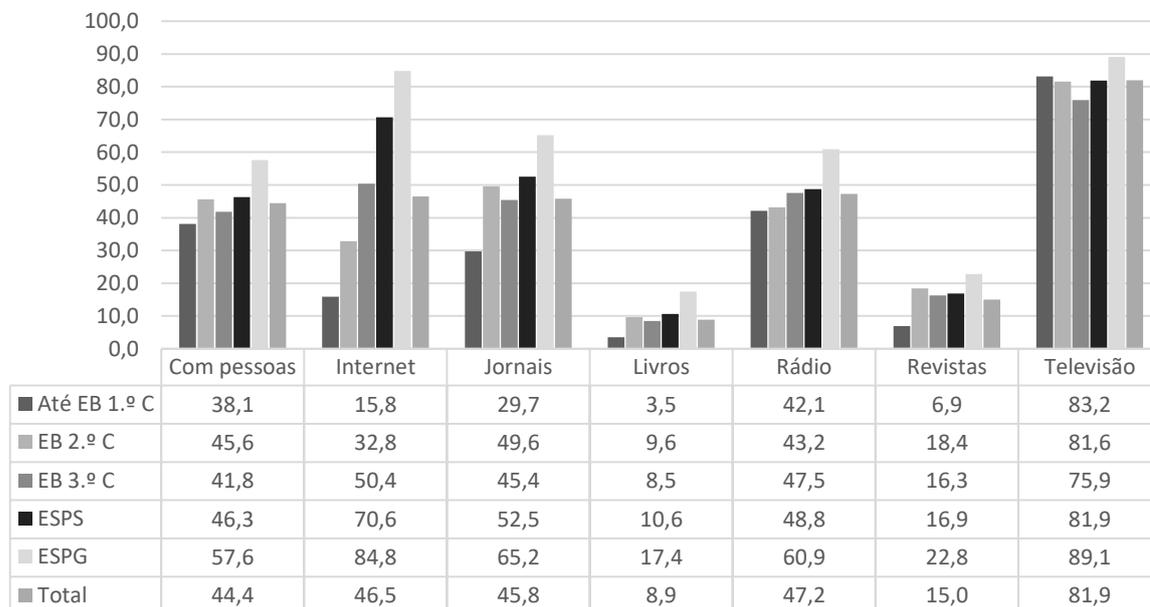


A televisão constitui, de longe, o meio privilegiado da obtenção da informação, registando em muitas e algumas vezes o expressivo valor de cerca de 82%. Segue-se, num segundo grupo, com valores inferiores e casa dos 40%, a rádio, com 47,2%, a Internet, com 46,5%, os jornais com 45,8% e conversa com outras pessoas, 44,4%. Ao invés, para raramente ou nunca, os livros e as revistas assumem os valores mais elevados, 76,8% e 68,2%, respetivamente, constituindo claramente a menor fonte de informação política dos açorianos.

Vendo pela correlação com o nível de escolaridade, verifica-se que a televisão é um meio utilizado por todos, com valores bastante expressivos. A conversa com outras pessoas também obtém valores muito equilibrados, tal como a rádio e as revistas. Para os jornais há uma clara tendência para os mais escolarizados se socorrerem mais desta fonte de informação. Enquanto os 65,2% dos com o ensino superior declaram obter informação, só 29,7% dos que possuem o 1.º

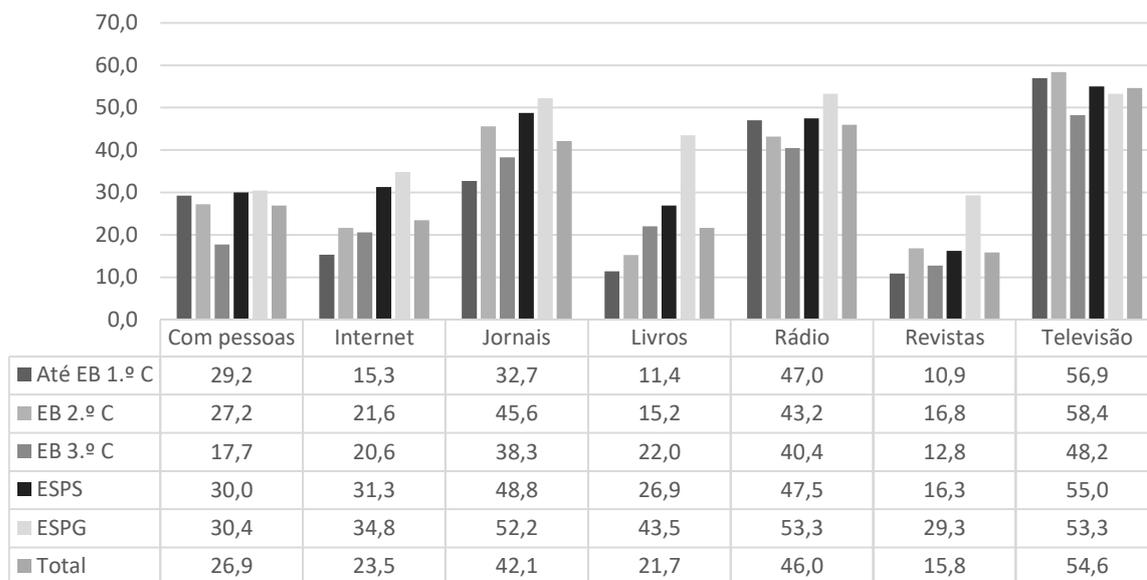
ciclo o fazem. A mesma tendência se regista para os livros: com uma média de utilização de 8,9%, os que têm o ensino superior recorrem em 17,4%, contra 3,5% dos com o 1.º ciclo.

Gráfico 9.2.3. Fontes de informação política, atitudes muitas e algumas vezes, por nível de escolaridade, em %.



Onde a diferença é mais notória é no uso da Internet, pois regista um valor médio 46,5%, mas os possuidores do 1.º ciclo não vão além dos 16% e os do 2.º ciclo registam cerca de 33%. São os que possuem o ensino a valorizar claramente esta fonte de informação, quase tanto como a televisão, e na ordem dos 84,8%.

Gráfico 9.2.4. Fontes de informação política quando confia muito e confia, por nível de escolaridade, em %.



Para terminar esta componente da informação política falta verificar apenas a confiança depositada nestas fontes de informação. A televisão é a fonte mais confiável, mas registando valores mais baixos do que a obtenção de informação. Em geral, o nível de confiança baixa para todos os meios, exceto os livros, que obtêm melhores resultados na confiança do que na sua utilização, em especial, junto dos possuidores do ensino superior, tal como os jornais e as revistas.

9.3. Conhecimento político

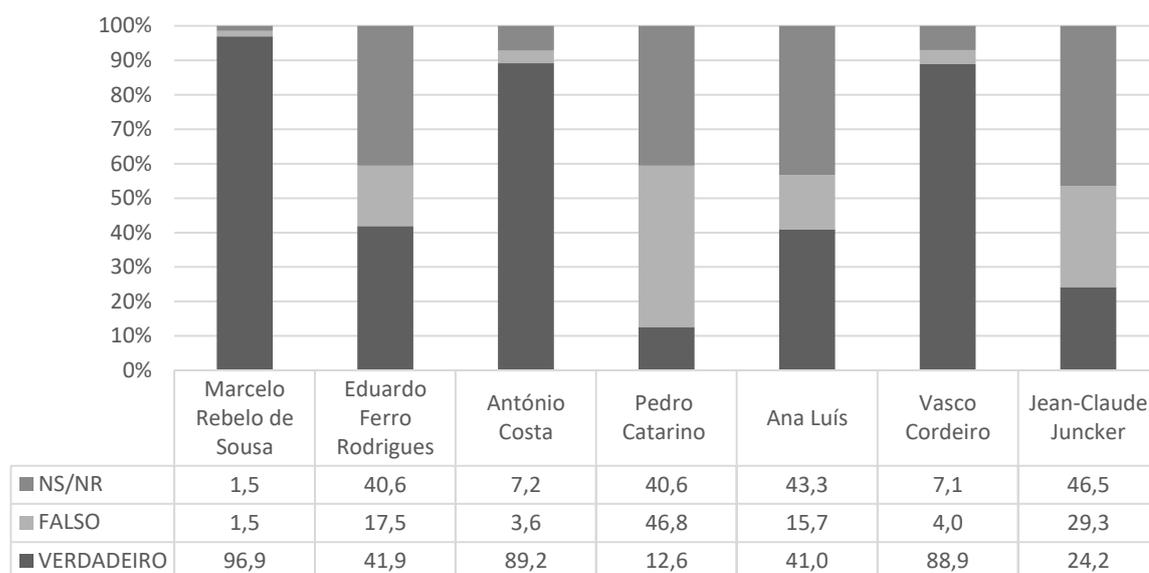
A capacidade de identificar os políticos atuais e os protagonistas também é um elemento a ter em conta em termos de informação política relevante. O inquérito apresentava um conjunto de questões para identificar os atuais principais protagonistas do País e da Região: Presidente da República, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República, Representante da República para os Açores, Presidente da ALRAA e Presidente do Governo Regional dos Açores. Para completar este quadro decidiu-se também incluir o Presidente da Comissão Europeia.¹³

¹³ Os inquiridos tinham de escolher de um elenco, dado no questionário, de 7 possíveis para o Presidente da República, e de 6 para os restantes órgãos. Optou-se por fazer incluir no elenco uma maioria de detentores dos respetivos cargos, com algumas exceções para não reduzir o elenco da escolha. A exceção era também outro protagonista político que ocupou ou ocupa um cargo de relevo. Como o elenco mais curto é, sem dúvida, o do Presidente do Governo Regional, onde só 4 detentores, incluindo o atual ocuparam tais funções, optou-se por incluir os dois líderes partidários, à altura da feitura do inquérito, do segundo e terceiro partido com maior representatividade parlamentar na

9.3.1. Identificação dos protagonistas políticos

Esta questão era na verdade uma questão de teste, pois só admitia uma resposta verdadeira e várias respostas falsas (Almeida; Pinto, 1982). Para facilitar a leitura, apenas se apresentam as respostas verdadeiras devidamente identificadas pelo protagonista atual, as restantes foram codificadas numa categoria geral (Outros). Assim, temos no gráfico seguinte as identificações verdadeiras e falsas, com grande destaque para o Presidente da República, a ser reconhecido por cerca de 97% da população açoriana como atual Chefe de Estado. Segue-se o Primeiro-ministro, com um valor também bastante elevado, de 89,2%, e o Presidente do Governo Regional, com um valor idêntico de cerca de 89%.

Gráfico 9.3.1.1. Identificação, verdadeira e falsa, dos atuais protagonistas políticos do País, da Região e da UE, em %.



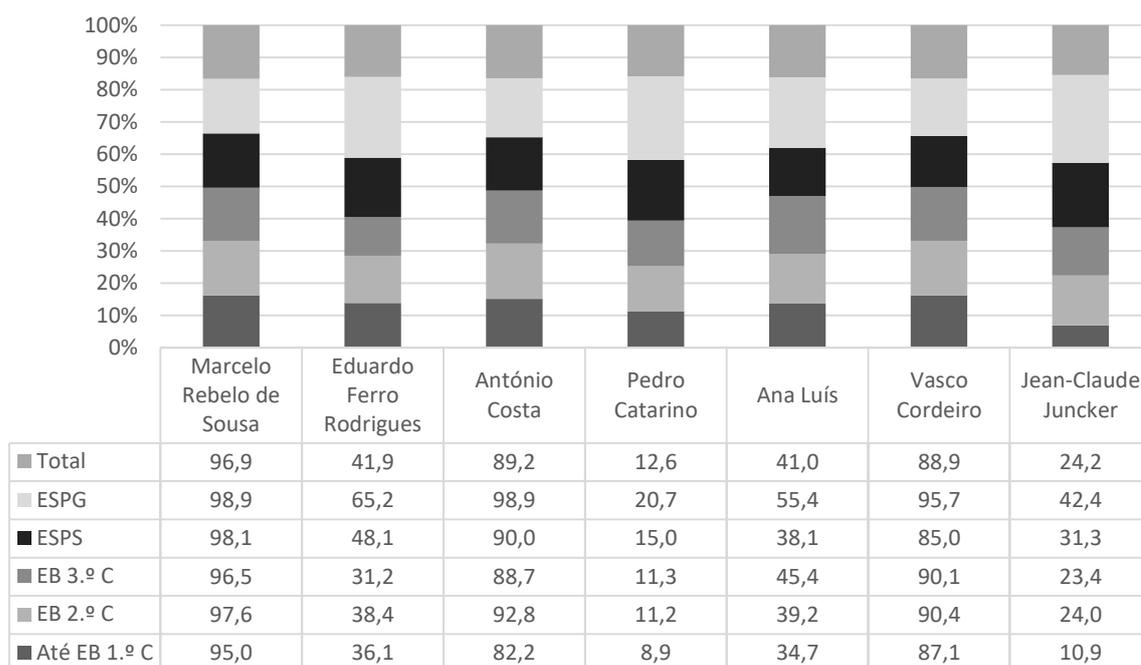
Surge depois um segundo grupo, claramente afastado do primeiro, onde o grau de conhecimento verdadeiro é superior ao falso, mas com valores de 41,9% e 41%, para o Presidente da Assembleia da República e para a Presidente da ALRAA, respetivamente. E aqui nota-se que o NS/NR aumenta também para níveis ao do conhecimento verdadeiro, ultrapassando até ligeiramente no caso da Presidente da ALRAA. Num terceiro grupo, surge o Representante da República

ALRAA. Para não influenciar a resposta, as opções foram dispostas por ordem alfabética do nome, preferindo-se o nome pelo qual o protagonista é habitualmente mais referido e não o nome completo.

nos Açores e o Presidente da Comissão Europeia, onde o falso supera o verdadeiro, assim como os valores NS/NR são elevados. Aliás, no caso de o Representante da República para os Açores só 12,6% dos inquiridos o identificaram corretamente e é mesmo o único protagonista que foi ultrapassado por uma das opções que constava no elenco. Ou seja, uma das opções falsas ficou à sua frente em termos de resultado, o que não se verificou com os restantes.

A correlação apresentada a seguir com o nível de escolaridade põe em evidência, de novo, os mais escolarizados como maiores conhecedores dos protagonistas políticos. Nos casos já assinalados de grande identificação, ela reparte-se de forma muito próxima, embora se registem algumas variações entre os menos e os mais escolarizados. O Presidente da República, da ordem dos 3 pontos percentuais; o Presidente do GRA, com uma pequena variação de 8 pontos percentuais e o Primeiro-ministro com uma variação maior, de 18 pontos percentuais.

Gráfico 9.3.1.2. Identificação dos atuais protagonistas políticos do País, da Região e da UE, por nível de escolaridade, em %.



Entre os menos reconhecidos, o nível de escolaridade já produz diferenças assinaláveis. A distância de reconhecimento, entre os menos escolarizados e os mais escolarizados, já atinge 29 pontos percentuais, no caso do Presidente da Assembleia da República; 21 pontos percentuais no caso da Presidente da ALRAA, e de cerca de 32 pontos percentuais para o Presidente da Comissão

da União Europeia. O Representante da República apresenta uma variação de cerca de 12 pontos, mas como se viu antes, o resultado de acertos é muito pequeno.

Para a identificação dos protagonistas políticos, colocou-se no questionário uma pergunta de resposta aberta sobre os deputados da ALRAA a solicitar os representantes mais apreciados pelos sujeitos. A questão teve de ser formulada sem sugestões de resposta, dada a extensividade da lista de deputados, dando-se a possibilidade de indicar até três deputados. O registo da resposta passou por inscrever integralmente a identificação produzida pelo inquirido, registando tudo o que dizia. Mesmo quando o inquirido desconhecia o nome completo, da deputada ou deputado, não lhe era dada qualquer sugestão, mas procurava-se obter a melhor identificação possível. Em termos de tratamento das respostas, o procedimento adotado começou por identificar cada deputado identificado pelo inquirido e por colocá-lo nas categorias previamente construídas. As categorias respeitam os grupos parlamentares existentes na ALRAA e para essa identificação e categorização foi utilizada a lista oficial de deputados da presente XI Legislatura, publicada no sítio da ALRAA.¹⁴ Mesmo que o deputado identificado já não esteja em funções, o mesmo foi classificado e colocado e no grupo parlamentar respetivo.¹⁵

¹⁴ A lista inclui os deputados em funções e que exerceram funções.

Fonte: <http://www.alra.pt/index.php/deputados/deputados>.

¹⁵ Na maior parte dos casos, os inquiridos sabiam mais do que um nome o que não levantou problemas de registo. O problema levanta-se sempre que se referia um deputado pelo apelido. Por exemplo, referir um deputado como Costa, sem mais outra identificação, teve de ser registado como outra situação na medida em que existem 5 deputados com apelido Costa. O mesmo para nomes comuns como Paulo ou António. Já era diferente se o deputado foi identificado, por exemplo, como Mendes ou Estevão. Nestes dois casos, já foi possível identificar os respetivos deputados. A categorização em vez de ser feita individualmente, respeitou o grupo parlamentar respetivo e criaram-se duas categorias extraparlamentares, dado o número de respostas obtidas: político regional não parlamentar e político nacional. Para a classificação de político regional não parlamentar consideraram-se: líderes partidários regionais, antigos ou atuais, membros do Governo Regional, antigos ou atuais, e presidentes de Câmara da Região atuais. Para a categorização de político nacional consideraram-se: líderes partidários atuais, membros do Governo atual e deputados nacionais atuais. Sempre o indicado preenchia mais do que uma situação, optou-se pela situação mais recente.

Tabela 9.3.1.1. Deputados mais apreciados na XI Legislatura, por grupo parlamentar, em %.

Deputado apreciado	Indicado 1	Indicado 2	Indicado 3	Total
Deputado do BE	0,6	0,1	0,8	0,5
Deputado do CDS- PP	1,5	1,4	0,6	1,2
Deputado do PCP	0,4	0,0	0,1	0,2
Deputado do PPM	1,0	0,4	0,4	0,6
Deputado do PS	6,7	6,5	3,8	5,7
Deputado do PSD	4,2	3,6	3,6	3,8
Político regional não parlamentar	3,6	4,6	4,0	4,1
Político nacional	4,4	3,3	3,8	3,8
Outra situação	1,0	0,8	0,4	0,7
NS/NR	76,7	79,2	82,5	79,5

Em termos de preferências, o PS é o partido que contém mais deputados apreciados em primeira, segunda e terceira posição, com um valor médio 5,7%, mas o que apresenta a melhor apreciação em primeiro lugar, com 6,7%. Segue-se o PSD, com 3,8% de valor médio, mas também com um valor de primeira posição ligeiramente superior, de 4,2%. Os restantes partidos apresentam valores muito próximos, em termos de média e de posições. Os partidos, com exceção do PS e do PSD apresentam piores apreciações que as categorias político regional não parlamentar e de político nacional, esta última muito próxima dos valores registados pelo PSD. De salientar os elevados resultados de NS/NR, com uma média de cerca de 80%. Ou seja, não se pode concluir que a apreciação dos deputados da ALRAA seja um facto conhecido e reconhecido pelos inquiridos e os resultados indiciam mais um desconhecimento destes protagonistas e representantes legislativos do que depreciar da sua ação.

A apreciação dos deputados também conhece diferenças quando correlacionada com o nível de escolaridade, mas essas diferenças são mínimas, em virtude do elevado número de NS/NR. Há, no geral uma ligeira melhoria da identificação dos deputados no nível de escolaridade mais elevado – ensino superior – e essa tendência só é contrariada pelo PS onde as identificações pelos níveis de escolaridade são mais equilibradas. Ao invés, nas categorias de políticos extraparlamentares, mas identificados como deputados, há menos enganos nos níveis de escolaridade mais ele-

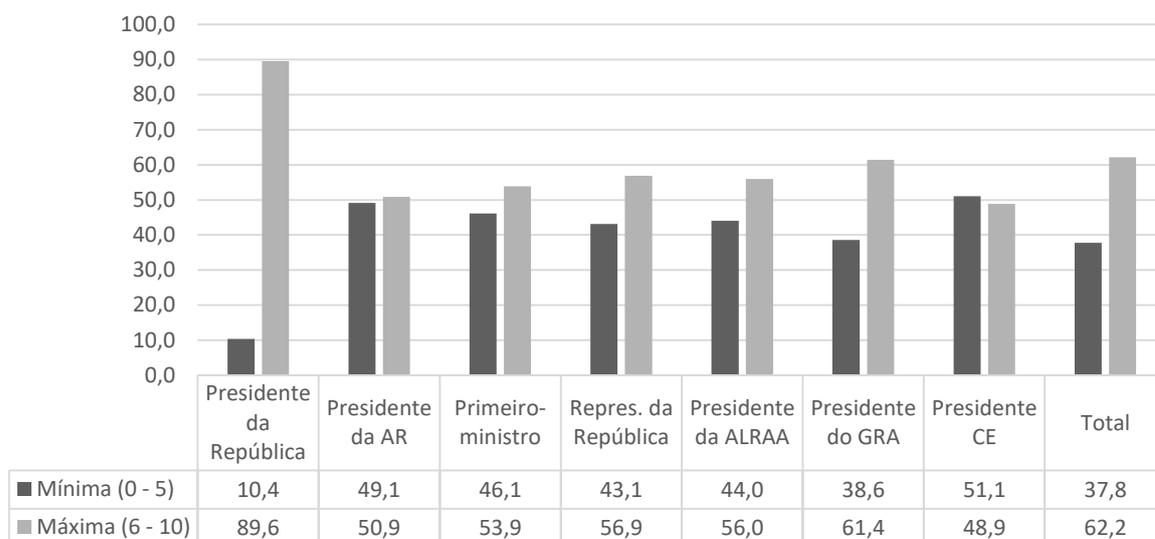
vado, em especial, no ensino superior. É de referir que estas correlações obtiveram associação estatisticamente significativa.

9.3.2. Confiança nos protagonistas políticos

Outra questão de grande importância consistia em verificar a confiança nos protagonistas políticos e nas instituições. Relativamente à confiança em cada um destes protagonistas, temos um cenário não muito diferente do que se avaliou o conhecimento efetivo. A questão, como se pode ver no Anexo II, interrogava sobre a confiança no atual detentor do órgão (sem dizer quem era) e o respondente tinha de assinalar numa escala, de 0 a 10, na qual 0 correspondia a nenhuma confiança e 10 a toda a confiança. Para efeitos de análise decidiu-se, de novo, agregar os valores de 0 a 5 na categoria mínima confiança e 6 a 10 na máxima confiança, também de modo a permitir valores estatisticamente significativos.

Em primeiro lugar, surge destacado o Presidente da República com um valor de máxima confiança de 89,6%, seguido do Presidente do Governo dos Açores com 61,4% – com um valor praticamente em cima do valor média, 62% – depois pelo Representante da República, com 56,9% e da Presidente da ALRAA, com 56%. Surge depois o Primeiro-ministro com 53,9% e o Presidente da Assembleia da República com 50,9%. Todos recolhem mais confiança do que menos, sendo exceção o Presidente da Comissão Europeia, no qual a confiança mínima é regista 51,1% contra 48,9%.

Gráfico 9.3.2.1. Confiança nos políticos do País, da Região e da UE, máxima e mínima, com valores agregados, em %.

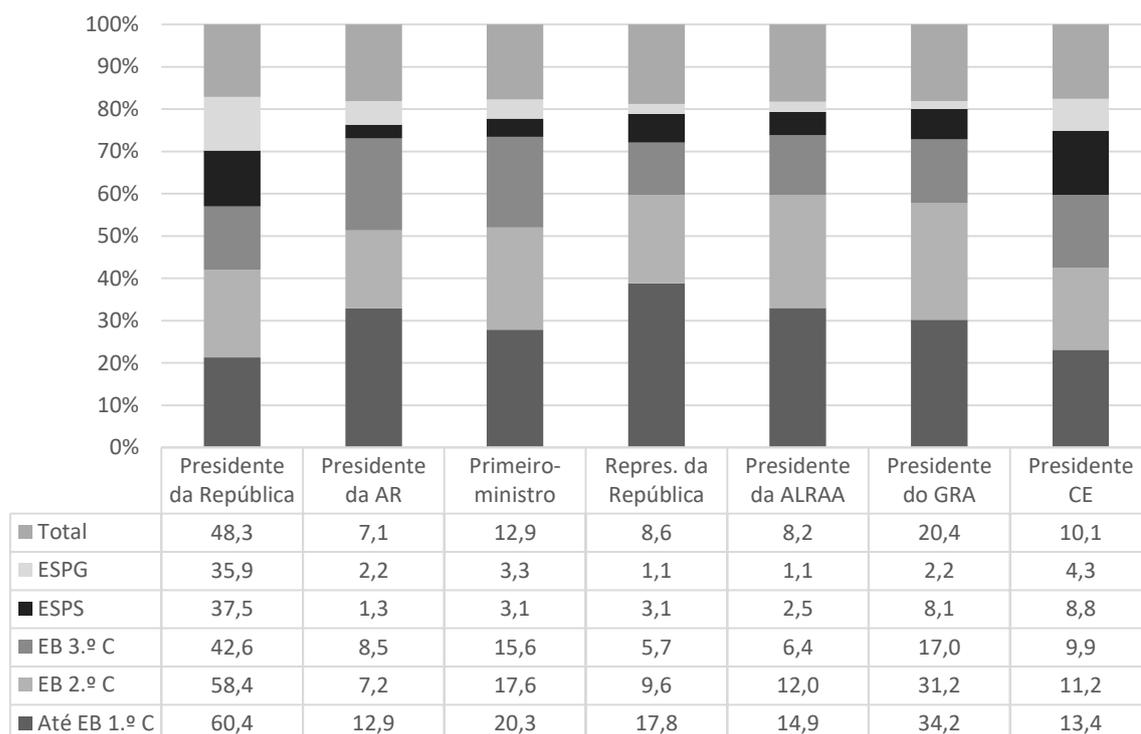


Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

Fazendo o mesmo exercício anterior, mas correlacionando com o nível de escolaridade e na máxima confiança e apenas nas categorias 9 e 10 (o máximo da escala), verifica-se a mesma tendência já detetada antes, mas com valores de confiança inferiores. O Presidente da República possui -o valor médio mais elevado, mas agora de 48,3%, crescente à medida que se desce no nível de escolaridade, situação verificada nos restantes protagonistas. Nos inquiridos com o 1.º ciclo ou menos, esse resultado é de 60,4%.

Seque-se o Presidente do Governo Regional, com um valor médio 20,4%, mas também mais elevado à medida que se desce no nível de escolaridade. A tendência é a mesma para todos e neste indicador o que apresenta resultados piores é o Presidente da Assembleia da República, com um valor médio de 7,1% e o melhor, ao nível do 1.º ciclo, de 12,9%.

Gráfico 9.3.2.2. Posicionamento do máximo de confiança, por detentor atual de cargo político, por nível de escolaridade, em %.



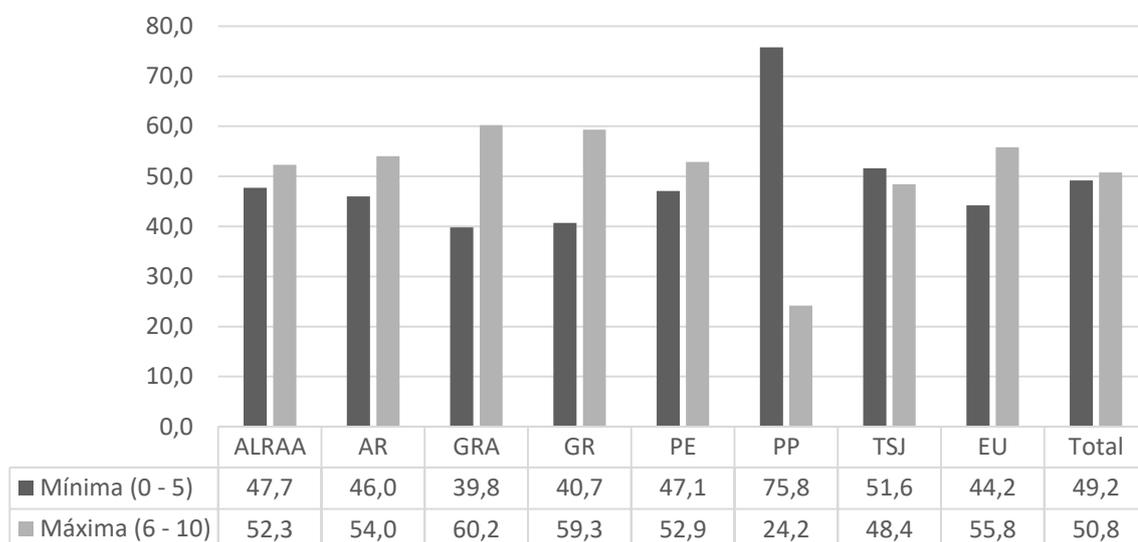
É importante referir que a confiança não está desligada do grau de conhecimento e de reconhecimento que se tem de cada protagonista político. Há detentores que têm uma exposição pública maior, sobretudo nos media, como a confiança dos inquiridos não pode estar desligada da opinião sobre qual destes protagonistas tem um poder efetivo e a capacidade de realizar ações interventivas na vida dos sujeitos.

9.3.3. Confiança nas instituições políticas

Este quadro da confiança pode ainda ser complementado com a confiança nas instituições, com o mesmo tipo de escala e acrescentando outras instituições, como sejam os Tribunais e o Sistema de Justiça, e de uma organização política, como sejam os Partidos Políticos. Destarte, e em termos de máxima confiança, numa associação estatisticamente significativa, surge à frente o Governo Regional dos Açores (GRA), com cerca de 60,2%, seguido do Governo da República (GR), com 59,3%, e depois a União Europeia (UE), com 55,8%.

Os parlamentos vêm a seguir: primeiro a Assembleia da República (AR), com 54%, o Parlamento Europeu (PE), com 53,9% e a ALRAA com 52,3%, mas que são, no fundo, valores muito próximos.

Gráfico 9.3.3.1. Confiança nas instituições políticas, máxima e mínima, com valores agregados, em %.



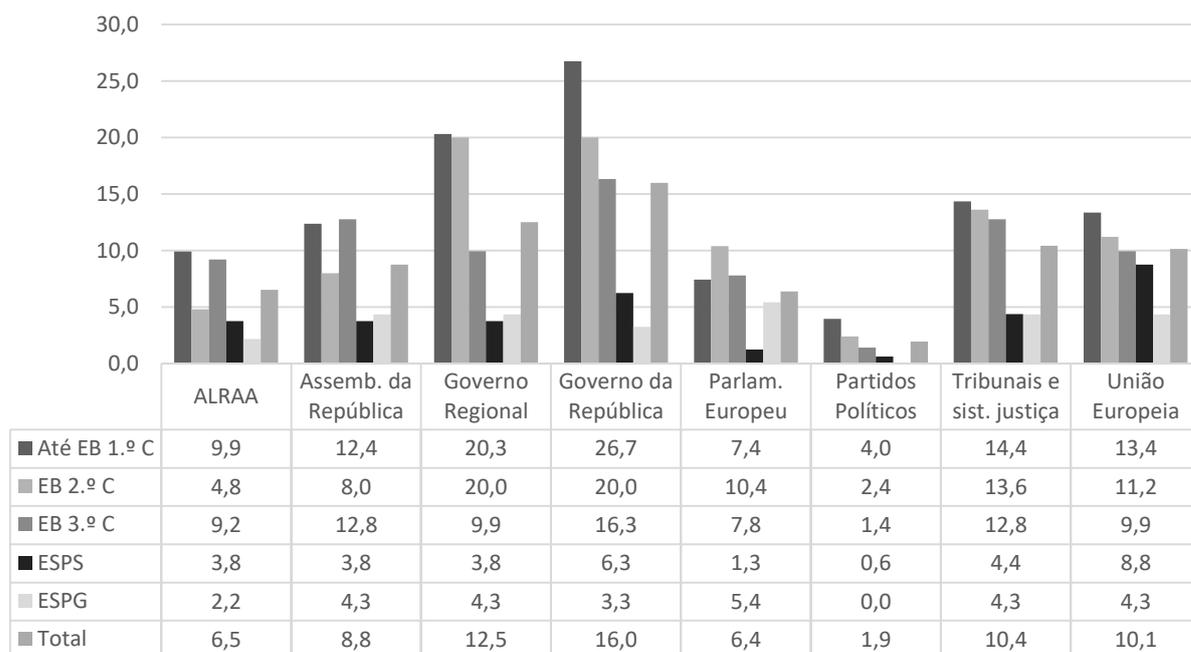
Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

Os Tribunais e o Sistema de Justiça (STJ) e os Partidos Políticos (PP) vêm nos últimos lugares, com confiança mais baixa do que mais elevada, em especial os Partidos, com um valor de máxima confiança apenas 24,2%. Ou seja, os inquiridos assumem para estas duas instituições mais desconfiança do que confiança. Em suma, melhores lugares para os órgãos executivos, com o regional à frente, depois os órgãos legislativos, com valores quase idênticos, e só depois o poder judicial e a representação política. Não deixa de ser contrastante, de facto, o valor da confiança nos governos e nos parlamentos quando confrontados com os partidos já que é destes últimos que partem os componentes dos primeiros. Também esta discrepância pode querer indicar que existe ao nível dos açorianos uma distinção entre poder efetivos – governos e parlamento – e poder latente – partidos. É justo reconhecer que a teoria política sempre registou que um poder depois de instalado e consolidado regista mais adesão do que se o não estiver, mas continua a existir um anátema quando se estabelece a confiança nos partidos, onde a confiança nos partidos políticos é, por regra, e nos últimos, muito baixa, sempre inferior à que se regista na União e nunca ultrapassando os 30% (Belchior, 2015: 70).

Correlacionando o valor de máxima confiança – categorias agregadas 9 e 10 da escala – com o nível de escolaridade, verifica-se que quanto mais baixo é este nível, maior a confiança depositada nas instituições governativas, em especial, o Governo da República e o Governo Regional, registando, ambos, superiores à média: 26,7% para o Governo da República, 20,3% para o Governo Regional.

Nos níveis mais escolarizados, parece residir uma forte desconfiança nas instituições, com valores quase sempre inferiores a 5% - exceto para o Parlamento Europeu – e mesmo 0% no caso dos Partidos Políticos. Realça-se que se estão a analisar as duas últimas categorias da escala (a 9 e 10), e os mais escolarizados preferem claramente situar-se em valores intermédios da escala, em especial, nas categorias 5 – 6, onde se registam as preferências dos possuidores do Ensino Superior.

Gráfico 9.3.3.2. Confiança nas instituições políticas, nos valores máximo (9 e 10), por nível de escolaridade, em %.



Esta confiança nas instituições pode e deve ser complementada com questões sobre quais as competências próprias de cada esfera do poder, análise que se produz a seguir.

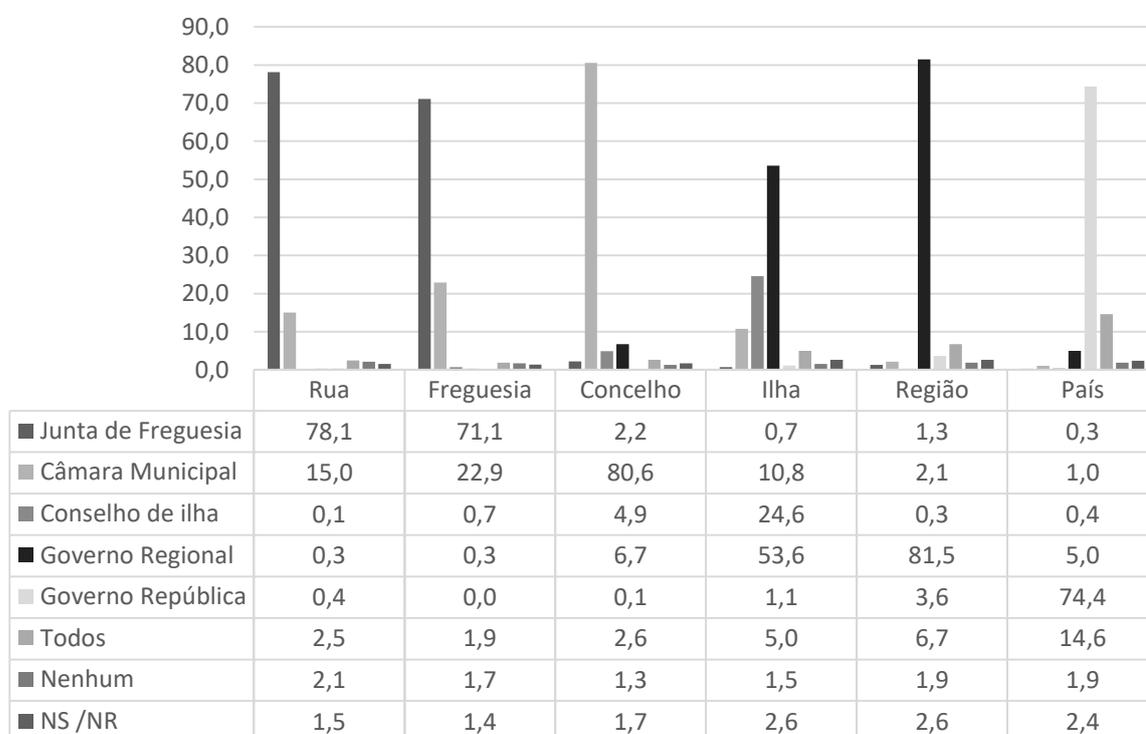
9.3.4. Perceções sobre a esfera de ação do poder político

Para completar este quadro de conhecimento do funcionamento político falta mostrar os indicadores relativos à percepção sobre qual o nível de poder mais apto a resolver determinados problemas do quotidiano o que será tratado a seguir.

Numa primeira questão, foram os inquiridos instado a responder qual o nível de poder mais apto a resolver problemas que se declarassem num âmbito territorial, nomeadamente, da sua rua, da sua freguesia, do seu concelho, da sua ilha, da sua região e do país. Foram elencados os diversos níveis de poder, desde a Junta de Freguesia até ao Governo da República.

Para o problema de rua e da freguesia, o poder mais escolhido é a freguesia, obtendo 78,1% e 71,1%, respetivamente, seguido da Câmara Municipal que reúne 15% para o problema da rua e 22,6% para o problema de freguesia. Para o concelho, o escolhido maioritariamente é a Câmara Municipal, com 80,6%. Para a ilha há uma divisão entre o Conselho de Ilha e o Governo Regional, mas este último fica na dianteira, com 53,6%, o mesmo acontecendo para a Região, em que o escolhido por grande maioria é o Governo Regional, com 81,5% e para o País, o preferido é o Governo da República, com 74,4%, e a categoria todos, recebe 14,6%.

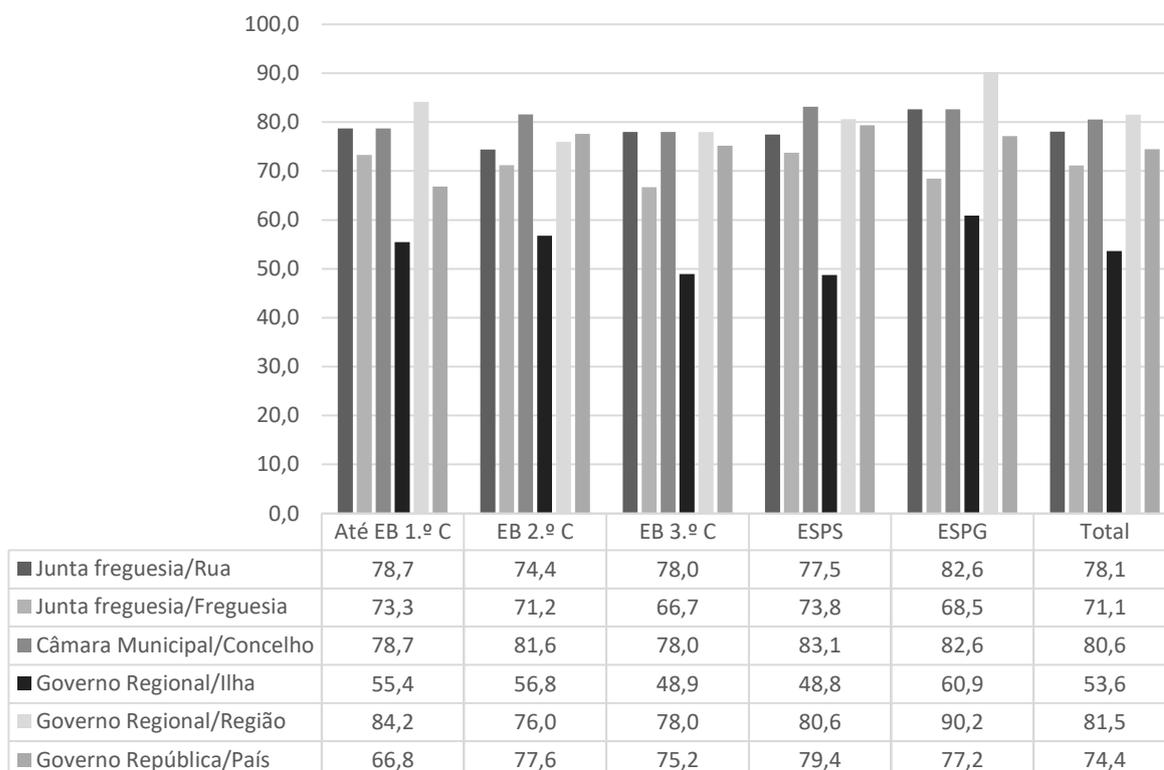
Gráfico 9.3.4.1. Percepção sobre a esfera de ação do poder político, em %.



Como se verifica, em termos de percepções dos inquiridos sobre a esfera de ação de cada poder, parece haver uma similitude forte entre poder político e questão territorial. E, como noutras questões, as percepções não oferecem grandes dúvidas, com os valores de NS/NR a serem meramente residuais.

Se levarmos em linha de conta as correspondências feitas anteriormente, e se as juntarmos a cada nível de poder identificado, correlacionando com o nível de escolaridade, obtém-se um quadro mais amplo e mais fecundo sobre o conjunto das percepções sobre a esfera de ação do poder político. Com efeito, os efeitos de homologia verificam-se em todos os níveis de escolaridade, com ligeiras variações e onde existe alguma dificuldade em situar qual o poder próprio para resolução do problema é ao nível de ilha. Como se tinha visto antes, o problema de ilha obteve uma certa divisão pelo Governo Regional (maioritário) e pelo Conselho de Ilha. Para este exercício só se inscreveu cada problema no órgão escolhido maioritariamente antes. E, de facto, o par Governo Regional/Ilha, embora maioritário, é o que provoca mais desequilíbrio nas escolhas dos inquiridos.

Gráfico 9.3.4.2. Percepção sobre a esfera de ação do poder político, em par escolhidos previamente, por nível de escolaridade, em %.



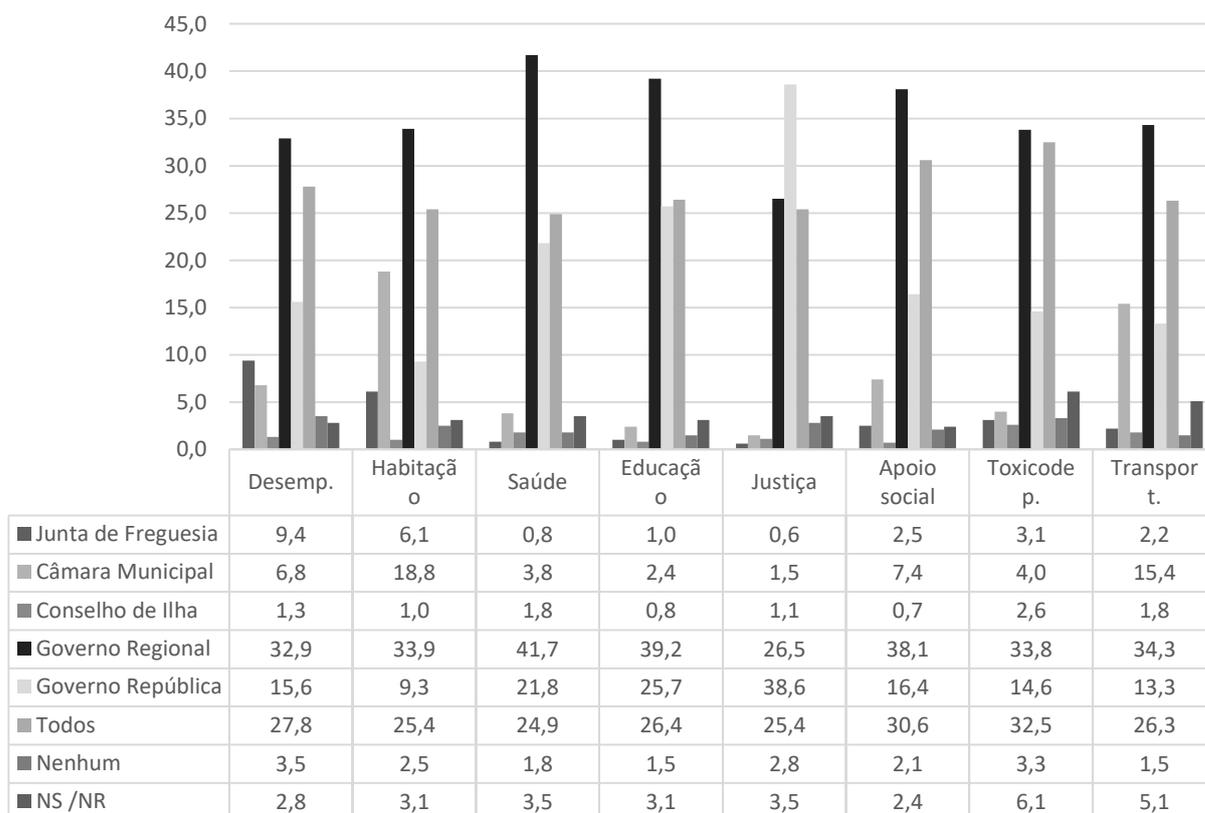
Ao nível das homologias, as percepções dos inquiridos, sem grandes surpresas e sem grandes diferenças pelos níveis de escolaridade, associam claramente Câmara Municipal/Concelho e

Governo Regional/Região. Embora como se disse, sem grandes diferenças, estes valores são reforçados ao nível daqueles que possuem o ensino superior.

Outro conjunto de problemas gerais foram também questionados acerca do órgão mais apto a resolvê-los. Os órgãos são os mesmos, mas os problemas mudaram de um âmbito territorial para um âmbito temático: desemprego, habitação, saúde, educação, justiça, apoio social, toxicod dependência e transportes.

Como se pode verificar no gráfico seguinte, a percepção dos inquiridos leva-os a considerar como problemas a serem resolvidos pelo Governo Regional quase todos: a saúde, com 41,7%, a educação, com 39,2%, o apoio social, com 38,1%, a habitação, com 33,9%, a toxicod dependência, com 33,8%, os transportes, com 34,3% e o desemprego, com 32,9%. Só a justiça deve ficar na alçada do Governo da República, obtendo 38,6%. Para as áreas em que o Governo Regional deverá ser prioritário, vem em segundo lugar, geralmente, a categoria todos e só depois o Governo da República.

Gráfico 9.3.4.3. Percepção sobre a esfera de ação do poder político, em %.



Neste âmbito, a junta de freguesia praticamente desaparece, com exceção do desemprego e da habitação onde surge num 4.º nível de resolução. Na questão do desemprego surge à frente

da Câmara Municipal, mas na habitação, a Câmara fica posicionada na terceira posição. Na saúde e na educação os órgãos locais ficam em lugares de pequeníssima responsabilidade, embora devam assumir algumas responsabilidades ao nível do apoio social e da toxicodependência, em especial a Câmara Municipal, tal como na questão dos transportes que fica mesmo à frente do Governo da República. De todos os níveis de poder político, o Conselho de Ilha é aquele que acolhe menos responsabilidades e onde as perceções dos inquiridos são mais homogêneas.

Este conjunto de indicadores já permite algum remate acerca do interesse e das suas atitudes, da informação política recebida e do conhecimento dos detentores dos cargos e das perceções que os inquiridos constroem acerca da esfera própria de ação política.

Em primeiro lugar, e em termos de interesse ele é claramente reduzido e só se manifesta de uma forma expressiva quando é visto num segmento particular da população que são os mais escolarizados, especialmente, os com ensino superior. A sociologia sabe, de há muito, que a escola não é apenas o local onde se transmite o conhecimento escolar – a literacia –, mas o local onde são potenciadas as aprendizagens sociais e políticas das sociedades complexas e onde a cidadania é exercida de uma forma mais explícita e mais densa. Não pode assim admirar, aliás como se foi assinalando com referências de estudos anteriores, para o facto de os mais escolarizados denotarem maior interesse político. Seja permitida, neste âmbito, uma pergunta que ajuda a ilustrar o que se disse e o que se tem estado a analisar: se se reparar na composição do parlamento nacional, assim como na composição do parlamento regional – onde certamente se encontra parte dos cidadãos que mais interesse demonstram politicamente – não é certo encontrar uma maioria de deputados com o ensino superior, claramente, superior à média da população? A resposta é empírica e é afirmativa, mesmo não se adiantando a percentagem que tal representação hoje assume.

Veja-se que a observação não tem o efeito de julgar positiva ou negativamente este homologia social, mas mostrar que as homologias sociais existem e, se elas existem, é por haverem práticas e representações sociais que as constroem e as reforçam. Não cabe aqui dizer como devia ser, mas apenas analisar e afirmar os fatores que estão na base dessa produção.

Em segundo lugar, e em termos de protagonistas, há um claro efeito de visibilidade e de exposição pública quer para o conhecimento de quem são, quer para a confiança neles depositada. E isso está inevitavelmente ligada aos media que são claramente a fonte de informação principal da política nacional e regional. Não admira, portanto, que o ator político mais falado, mais projetado e mais exposto em termos mediáticos atualmente seja simultaneamente o mais conhecido e aquele em quem mais se confia. Não se pode confiar em quem não se conhece, e a projeção

mediática tem, pela força da sua presença e frequência constante, ajudado a construir o protagonismo e a confiança nos atores públicos, e, em especial, no atual Presidente da República. Por outro lado, protagonistas menos evidentes, menos expostos e menos mediáticos ressentem-se dessa exposição e são menos conhecidos e, em consequência, menos confiáveis.

Em terceiro lugar, o conhecimento e a projeção, aliadas à capacidade de decisão mais imediata de anunciar decisões que afetam a vida quotidiana – como aquelas que os governos fazem – parecem estar indelevelmente ligados à confiança que é estabelecida nos protagonistas e nas instituições. A confiança parece assim acompanhar o poder efetivo e o poder executivo, embora não esteja ausente do poder legislativo que, em termos regionais, parece resistir melhor ao registado em termos nacionais. Não há estudos regionais para o período da última crise, mas no decurso desta, a confiança – muita e alguma – dos cidadãos nacionais (amostra que não incluiu os Açores e a Madeira) no parlamento nacional era, em 2012, de 13,6% no governo, de 19,2% nos partidos, de 22,3% no governo e de 35,2% no Presidente da República (Freire, 2015: 55).

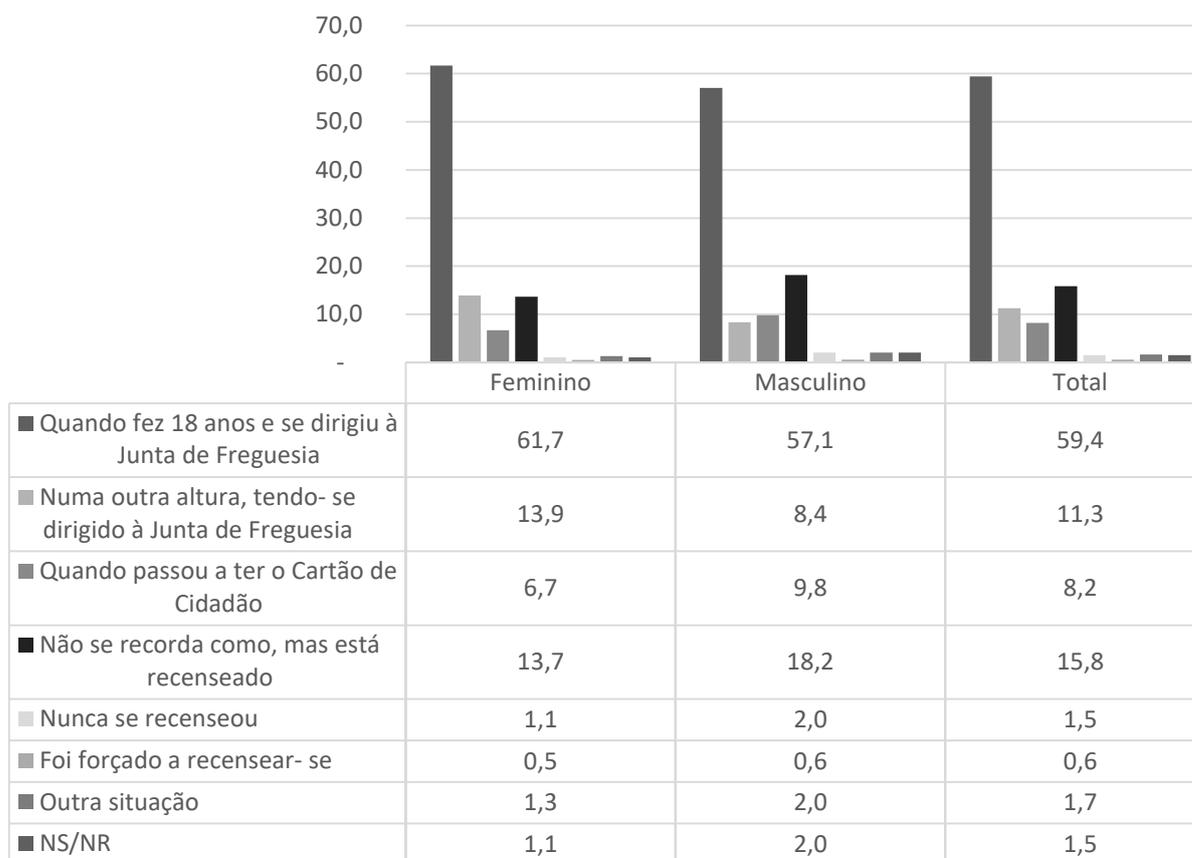
10. Participação eleitoral, abstenção e atitudes

Neste capítulo procede-se à análise da participação eleitoral e do seu contrário – a abstenção –, assim como das atitudes inerentes a uma e a outra. Convém explicitar que a abstenção é entendida na teoria política como uma forma de participação, que prima justamente, pela ausência, como aliás foi referido antes. Portanto, fazer a análise da participação e da abstenção em conjunto é fazer a economia da análise e participar de um ponto de partida de que uma não se justifica sem a outra.

10.1. Recenseamento eleitoral

Os inquiridos começavam justamente por ser interrogados acerca das circunstâncias em que o recenseamento foi realizado. É pertinente referir se está a lidar com sujeitos mais velhos e mais jovens, pelo que as categorias criadas tiveram de completar várias situações sem que isso criasse um problema a restituir a memória desse ato que, para muitas pessoas, não é um momento especial. O valor mais elevado continua a ser o recenseamento voluntário, após o completar 18 anos, para os dois sexos, com um valor médio de 59,4%, ligeiramente mais elevado para as mulheres. Mas, em geral, as diferenças não são significativas e mostra uma população recenseada a cerca de 97% com 3% de eventuais não recenseadas, se atendermos para este último valor os declarantes de não estarem recenseados e os de NS/NR.

Gráfico 10.1.1. Razões do recenseamento, por sexo, em %.



Interessa também ver o recenseamento correlacionado com a idade já que o ato depende de um cumprimento em termos de idade. Observa-se, assim, que nos escalões etários mais jovens, o recenseamento se fez pelo cumprimento da obrigatoriedade legal depois de completados os 18 anos ou pela aquisição do cartão de cidadão, em especial, os de 18 aos 34 anos, o que confere com a entrada em vigor do recenseamento pela aquisição do cartão.

Nos mais idosos, a circunstância foi também a ida à junta de freguesia, mas noutra altura. É bom ter presente que o recenseamento eleitoral em Portugal foi feito em princípios de 1975, e os inquiridos com 65 ou mais anos teriam nessa altura 21 anos ou mais, a idade mínima obrigatória para o recenseamento que depois passou para os 18 anos. Justifica-se, portanto, que alguns dos mais idosos, não se recordem ou se recordem efetivamente e tenham ido recensear-se não após terem completado os 18 anos, mas com outra idade.

Tabela 10.1.1. Razões do recenseamento por idade, em %.

Circunstâncias de recenseamento	Escalões etários				Total
	18 – 34 anos	35 – 49 anos	50 – 64 anos	+ de 65 anos	
Quando fez 18 anos e se dirigiu à Junta de Freguesia	60,5	74,7	62,1	22,7	59,4
Numa outra altura, tendo-se dirigido à Junta de Freguesia	3,0	7,0	11,5	41,2	11,3
Quando passou a ter o Cartão de Cidadão	17,5	2,7	4,6	0,0	8,2
Não se recorda como, mas está recenseado	11,8	12,4	17,2	30,9	15,8
Nunca se recenseou	2,7	1,1	0,6	1,0	1,5
Foi forçado a recensear-se	0,4	0,0	1,7	0,0	0,6
Outra situação	2,3	0,5	1,1	3,1	1,7
NS/NR	1,9	1,6	1,1	1,0	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Vendo o mesmo indicador de recenseamento pelo nível de escolaridade, já se verificam algumas diferenças quanto às circunstâncias, com os de escolaridade mais elevada a escolherem mais a obrigatoriedade do cumprimento dos 18 anos e a deslocação à Junta de Freguesia. Em geral, não existem grandes diferenças quanto aquilo que acontece com a correlação com o sexo ou a idade.

10.2. Participação eleitoral e abstencionismo

Ainda assim, como se viu antes, o número de recusas foi substancial e a maior surgia justamente no momento em que se iniciavam as questões sobre a assiduidade eleitoral.

Ademais, as dificuldades em identificar e reproduzir a memória da assiduidade em atos eleitorais passados, acresceu um outro fator, que foi ouvido várias vezes pelos inquiridores, de que o voto é secreto. E assim é, legalmente e institucionalmente, o voto é secreto. E há questões onde se questiona qual o sentido do voto do inquirido. Nestas questões houve um cuidado redobrado para reafirmar que a resposta era voluntária. E para a análise não se trata de saber qual ou quais os partidos em que os respondentes individualmente votaram, pois, os resultados globais são conhecidos, mas, mais uma vez, para controlar a amostra e ter a perceção clara de que os in-

quiridos não pertencem a um só segmento da população – mesmo que eleitoral – mas exprimem a realidade da Região.

10.2.1. Participação eleitoral subjetiva

Para aferir a participação eleitoral dos sujeitos, optou-se por um conjunto de questões que punham em evidência e o confronto entre a avaliação subjetiva e a avaliação objetiva. A avaliação subjetiva tem por meio de contagem uma escala de atitudes, ou escala de Likert, com todas as categorias e vai desde sempre a nunca e compreende uma avaliação genérica do inquirido em todos os atos eleitorais.

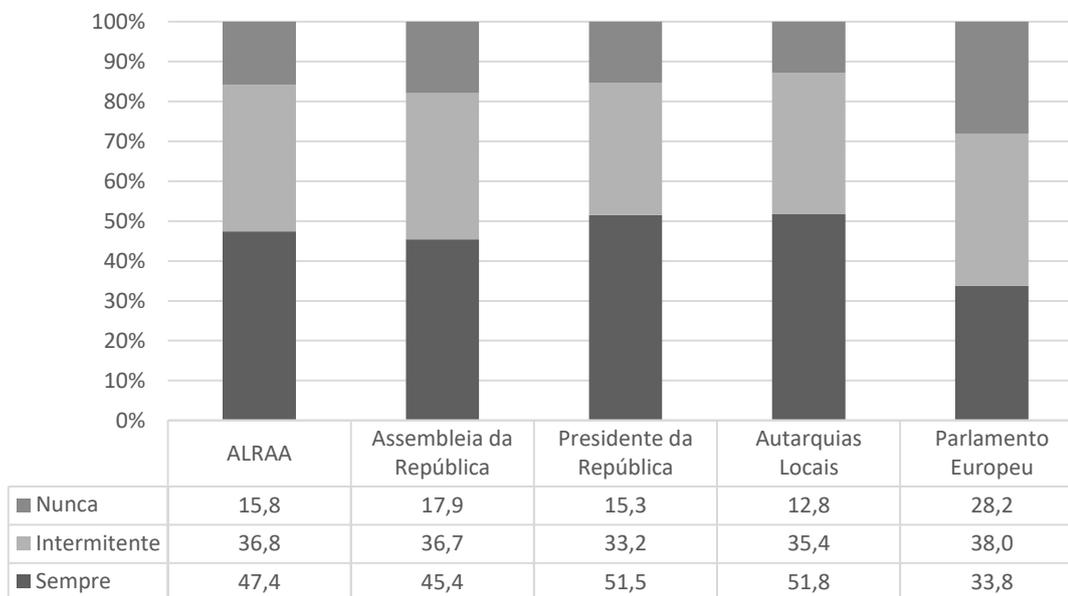
A avaliação objetiva compreende os últimos atos eleitorais, começando do mais recente para o mais antigo – Autarquias Locais de 2017, ALRAA de 2016, Presidente da República de 2016, Assembleia da República de 2015 e Parlamento Europeu de 2014 – onde são dadas as possibilidades de ter votado, em partido ou candidato, assim como as razões da abstenção. Há duas razões para que assim se tenha operado. Por um lado, seria obviamente impossível questionar os sujeitos sobre todos os atos eleitorais e os mais recentes são os que podem marcar melhor a confrontação. Por outro lado, é acessório ao estudo saber se o inquirido votou no Partido A ou Partido B nas últimas eleições Autárquicas, mas sugerir os partidos mais votados – e só se optou pelos partidos mais votados, os restantes ficam em outra situação – ajuda claramente à memória de ter ou não votado. Aliás, foi frequente, para certas eleições, ouvir-se em primeiro lugar o partido ou candidato escolhido e só depois o inquirido dizer que teria votado. Outras vezes, os inquiridos até começavam por dizer não terem votado, mas depois lembrarem-se do candidato ou partido escolhido e assim a resposta de ter votado ou não foi claramente ajudada pelas opções de voto sugeridas.

Deste modo, em termos de avaliação subjetiva, e de novo para permitir verificar se há significância estatística, as atitudes foram agregadas de forma lógica na análise, embora estivessem desagregadas no questionário, como se poder no Anexo II.

Observando o quadro geral da participação em todas as eleições, verifica-se que a atitude participa sempre varia entre 33,8%, para o Parlamento Europeu, e os 51,8% para as Autarquias Locais, seguido de 51,5% para o Presidente da República. Os valores obtidos para a ALRAA e para a Assembleia da República são 47,4% e 45,4% respetivamente. Os inquiridos expressam, sem outras considerações, uma avaliação relativamente elevada acerca da sua participação eleitoral, de forma

gradativa, é certo, mas o nunca a estar compreendido entre cerca de 13% e 28%. Como se sabe, e se viu nos capítulos anteriores, em especial no capítulo 2, a abstenção oficial é significativamente superior.

Gráfico 10.2.1.1. Participação eleitoral subjetiva, por ato eleitoral, em %.

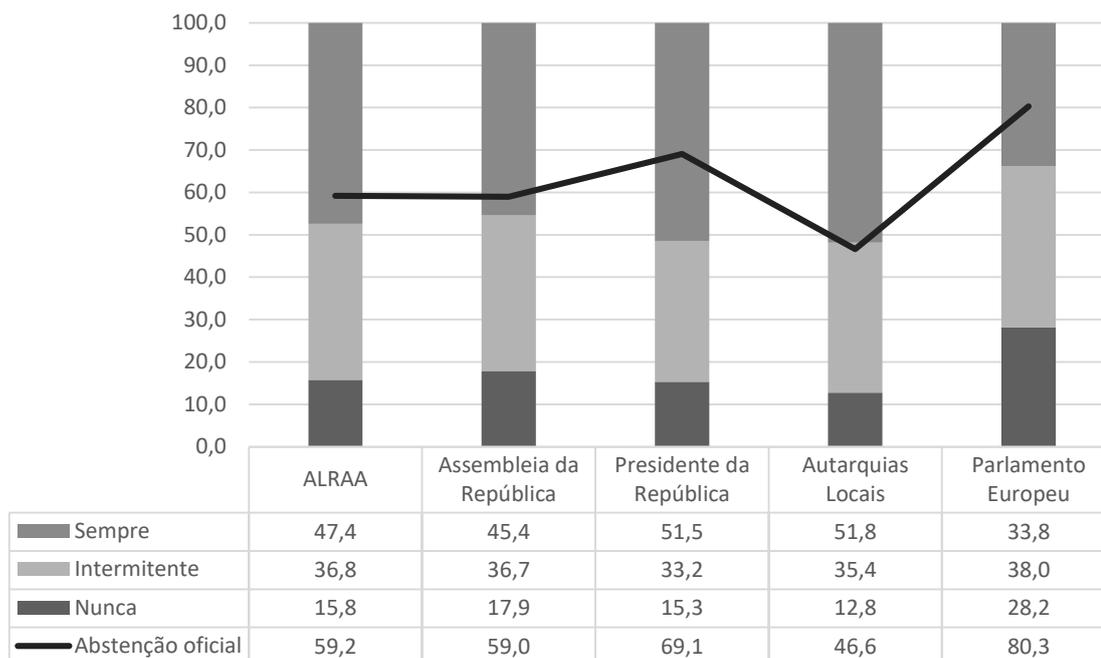


Nota: A atitude intermitente resume todas as outras possíveis (muitas vezes, algumas vezes, poucas vezes, raro e NS/NR).

Mesmo a atitude intermitente, que juntam diversas atitudes, de participação eleitoral – umas vezes efetivam-se, outras vezes não – compreendem valores sempre da ordem dos 30%.

Impõe-se, por isso, verificar o mesmo indicador, cruzado com a abstenção eleitoral oficial registada nas últimas eleições. Como se no capítulo 2, todas as eleições registaram valores de abstenção acima dos 46% até um máximo de 80,3% (Parlamento Europeu). Ao confrontar estes dois registos, observa-se um valor de abstenção (a linha a escuro) sempre superior à abstenção declarada subjetivamente e entrando na categoria dos que dizem votar sempre. De modo a facilitar a leitura, a ordem das atitudes foi alterada, com o nunca e o intermédio em baixo, e o sempre no valor mais alto da coluna. Neste confronto só uma exceção, registada na eleição das Autarquias Locais: o valor da abstenção oficial coincide com os valores somados dos que nunca votam ou só votam de forma intermitente.

Gráfico 10.2.1.2. Participação eleitoral subjetiva e abstenção oficial por último ato eleitoral, em %.



Nota: A atitude intermitente resume todas as outras possíveis (muitas vezes, algumas vezes, poucas vezes, raro e NS/NR).

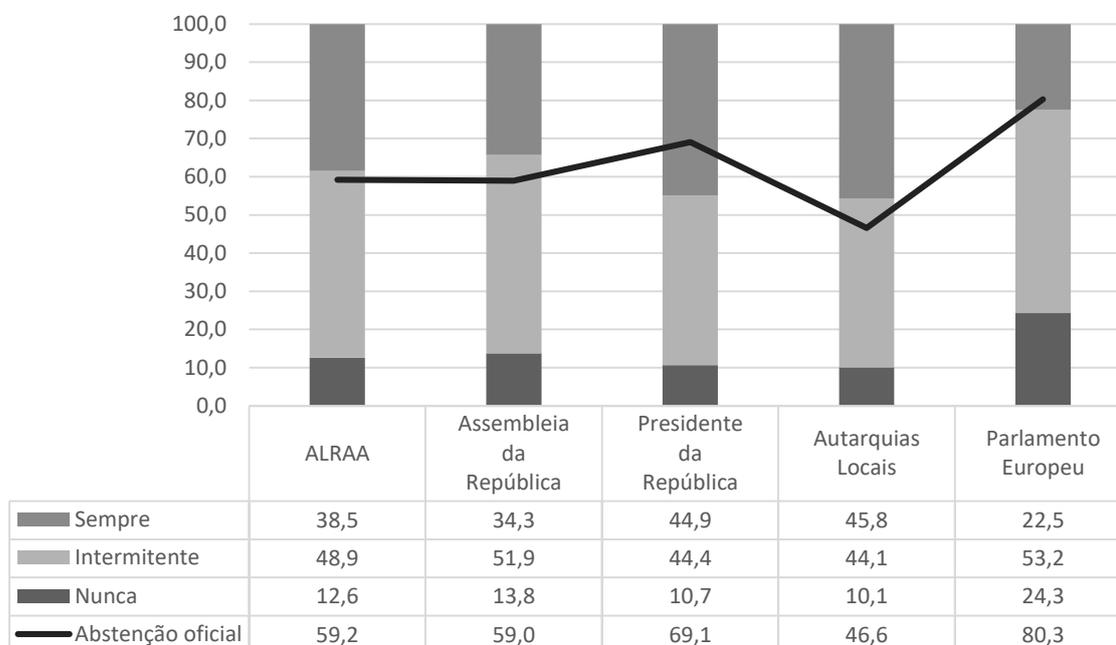
O indicador do gráfico anterior é muito ilustrativo, mas não completo, acerca do valor subjetivo da abstenção. A questão apelava a uma análise geral do comportamento de cada um em termos de votação e essa avaliação subjetiva é sempre superior. Isso pode-se ficar a dever a duas ordens de razões que não são mutuamente exclusivas, antes se podem complementar. Em primeiro lugar, os inquiridos fazem uma avaliação subjetiva mais positiva da sua participação. Não só por boa vontade em demonstrar uma ligação subjetiva entre ser e fazer e querer demonstrar que o dever cívico é algo presente nas suas preocupações, assim como o objetivo a ser cumprido.

Em segundo lugar, também pode significar que a amostra, apesar de todos os cuidados na sua construção, não captou convenientemente, pelas razões já aduzidas, boa parte dos abstencionistas. Chama-se a atenção para o problema não ser especificamente da amostra, pois a amostra captou claramente abstencionistas, como já explicado. Mas, os abstencionistas eleitorais, como se disse, também se terem recusado a responder ao inquérito e assim poderem estar sub-representados no conjunto.

Verificando o outro indicador subjetivo – a motivação para votar nas eleições –, de acordo com a mesma escala de atitudes, verifica-se resultados ligeiramente piores, mas talvez mais reais, mostrando a abstenção oficial a coincidir, em algumas eleições, na faixa da participação eleitoral intermitente. Com efeito, para a ALRAA, a Assembleia da República e as Autarquias Locais, os abs-

tencionistas coincidem com os eleitores intermitentes. Onde há uma grade discrepância é na eleição do Presidente da República e do Parlamento Europeu, com a abstenção a coincidir na faixa dos que dizem votar sempre.

Gráfico 10.2.1.3. Motivação para participar eleitoralmente e abstenção oficial por último ato eleitoral, em %.



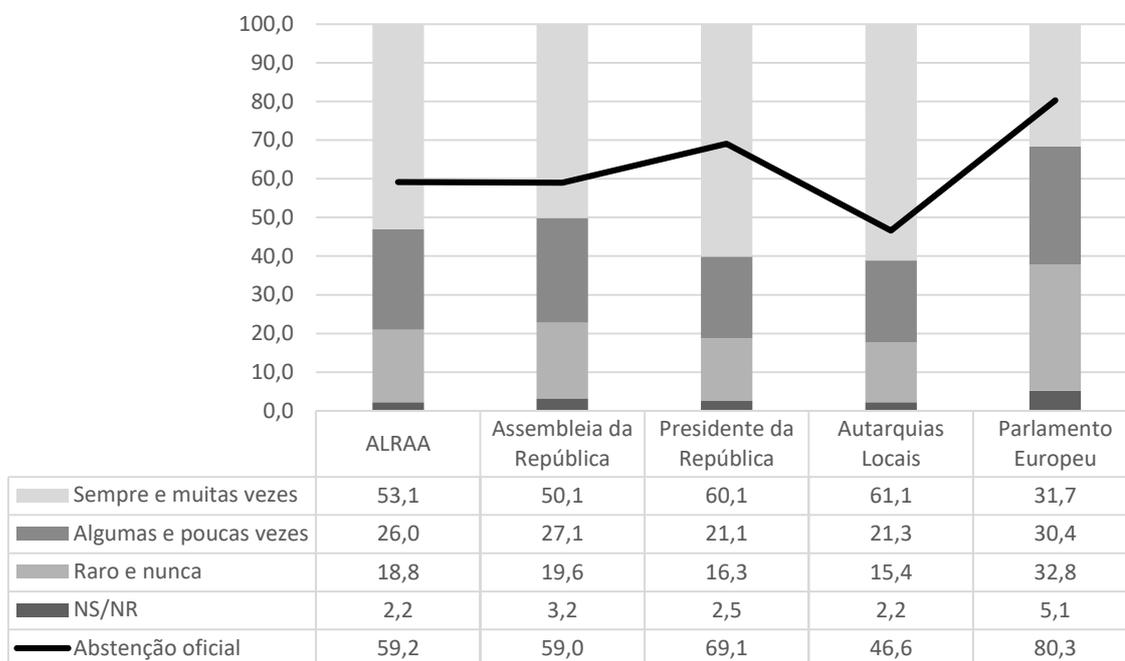
Nota: A atitude intermitente resume todas as outras possíveis (muitas vezes, algumas vezes, poucas vezes, raro e NS/NR).

Ainda nesta componente da participação eleitoral subjetiva, e por que o indicador da motivação parece estar mais adequado à situação real, será este indicador a servir de base à verificação desta situação. Desta forma, e para confirmar que as expectativas dos inquiridos são, de facto, sempre, mais elevadas que a prática efetiva, decidiu-se agregar as atitudes de outra forma para ver como ficam os valores das motivações. Assim, agregou-se sempre a muitas vezes, algumas a poucas vezes, e raro a nunca. No quadro geral para todas as eleições, as motivações dos inquiridos são elevadas, registando para sempre e muitas vezes, valores da ordem dos 60 % para as Autarquias Locais e para o Presidente da República, seguidos dos valores 53,1% e 50,1% para a ALRAA e a Assembleia da República. Só o Parlamento Europeu regista baixa motivação para votar.

Tal como no exercício anterior, também o gráfico seguinte, que resume os valores entre tanto referidos, apresenta a reta da abstenção oficial verificada nas últimas eleições. E, do mesmo

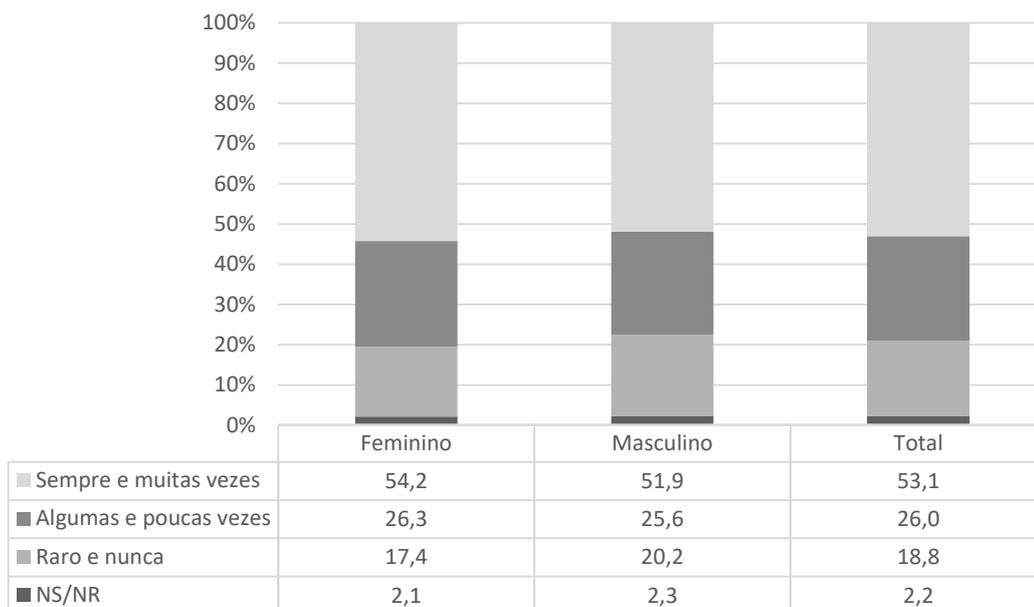
modo, se verifica, que os valores da abstenção recaem junto dos que dizem votar sempre ou muitas vezes, valores oscilantes na mesma ordem da detetada anteriormente.

Gráfico 10.2.1.4. Motivação para participar eleitoralmente em todas as eleições, em %.



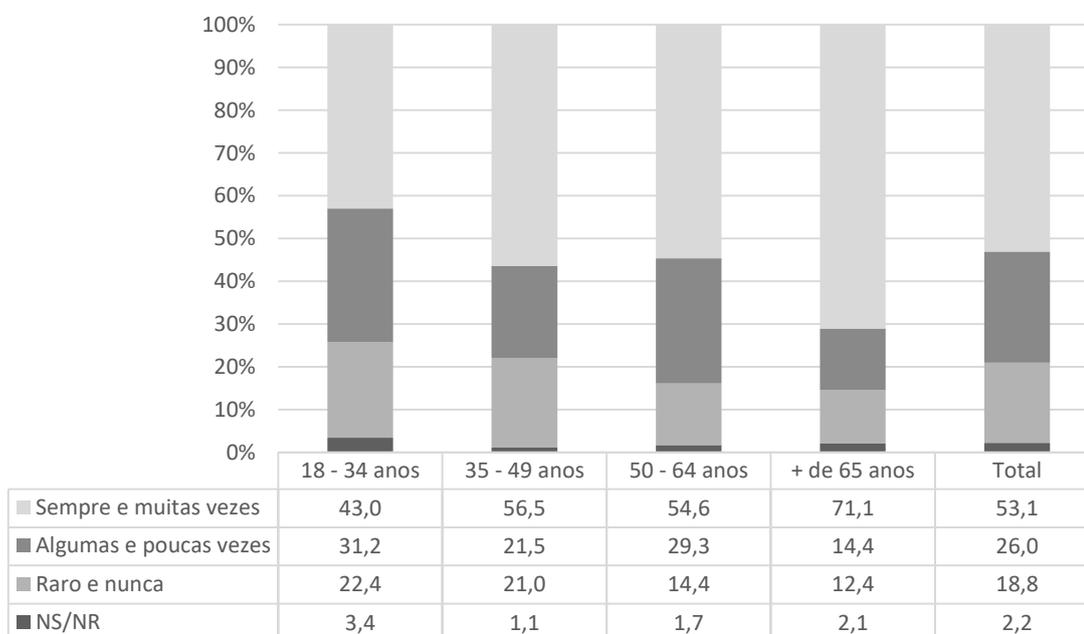
Interessa ver a forma como a motivação se reparte pelos grupos sociais. Quer dizer, a motivação a participar nas eleições será correlacionada com outras variáveis para verificação da homogeneidade. Assim, inicia-se a análise pela correlação com o sexo, verificando-se que não existe praticamente diferença no comportamento entre homens e mulheres. As categorias foram novamente agregadas para facilitar a leitura e os valores relativos ao sexo são homogêneos. Para este indicador, assim como os seguintes, escolheu-se apenas a eleição da ALRAA, na medida em que se privilegia na análise esta eleição.

Gráfico 10.2.1.5. Motivação para participar eleitoralmente na eleição da ALRAA, por atitudes e por sexo, em %.



Em termos etários, e continuando no mesmo indicador, verifica-se não só que a motivação sempre e muitas vezes aumenta com a idade, como as outras categorias de motivação mais fraca também diminuem, traduzindo uma correlação estatisticamente significativa.

Gráfico 10.2.1.6. Motivação para participar eleitoralmente na eleição da ALRAA, por atitudes e por idade, em %.

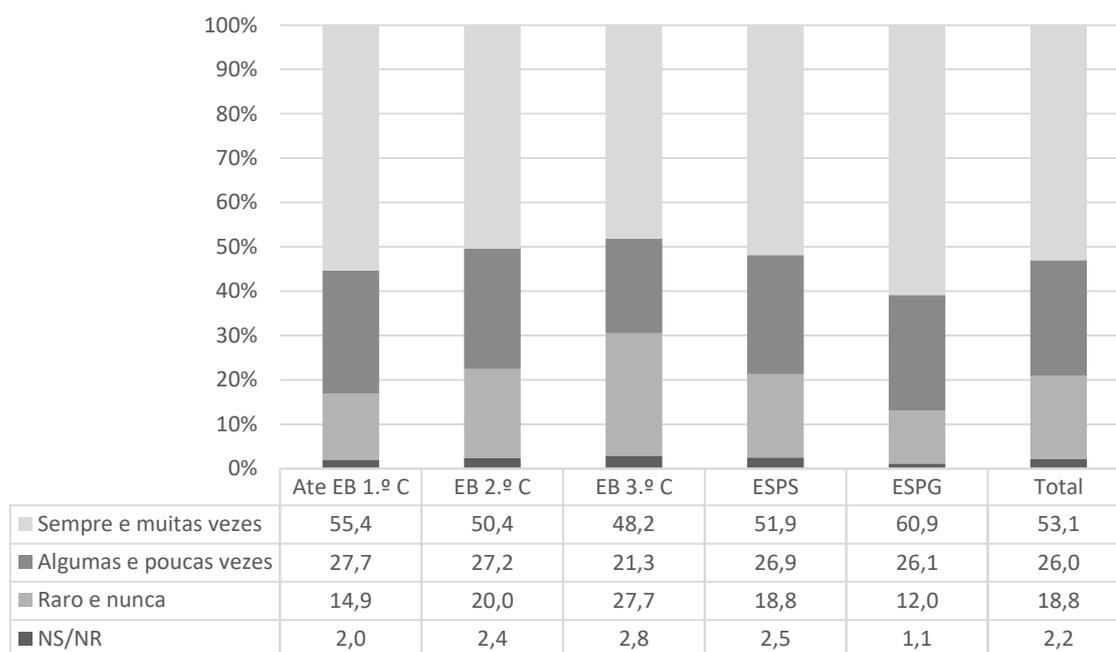


Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

Assim, temos que para o escalão etário dos mais de 65 anos, o sempre e o muitas vezes assume um valor de 71,1%, contra os 43% dos possuidores entre os 18 e os 34 anos. Também neste escalão, o raro e o nunca assumem valores mais elevados do que nos restantes.

Continuando a análise, e fazendo o mesmo que se fez anteriormente para o interesse político, fez-se também a correlação com o nível de escolaridade, no gráfico seguinte. Neste caso, já não existe relação estatística significativa, mas não deixa de se registar algumas alterações importantes. A motivação de sempre e muitas vezes, apesar de não estabelecer uma tendência clara pela escolaridade – é oscilante – faz-se sentir mais acentuadamente do lado dos mais escolarizados. Aqui, o sempre e muitas vezes tem um peso de 60,9%, enquanto nos graus de ensino anterior apresenta valores mais baixos – 50,4%, 48,2% e 51,9% –, e um valor mais acentuado, ainda que inferior ao do ensino superior, no do 1.º ciclo (55,4%).

Gráfico 10.2.1.7. Motivação para participar eleitoralmente na eleição da ALRAA, por atitudes e por nível de escolaridade, em %.



Pode significar, portanto, que como existe uma relação estatística significativa com a idade, e são os mais velhos a denotarem a maior motivação para votar, estes possuem, em geral, um nível de escolaridade mais baixo, e é o patenteamento desse enviesamento que aqui se expressa. De certa maneira, a relação estatística significativa verificada antes impossibilita o mesmo com o nível de escolaridade, pois existe uma relação íntima entre as duas variáveis.

10.2.2. Participação eleitoral objetiva e abstenção real

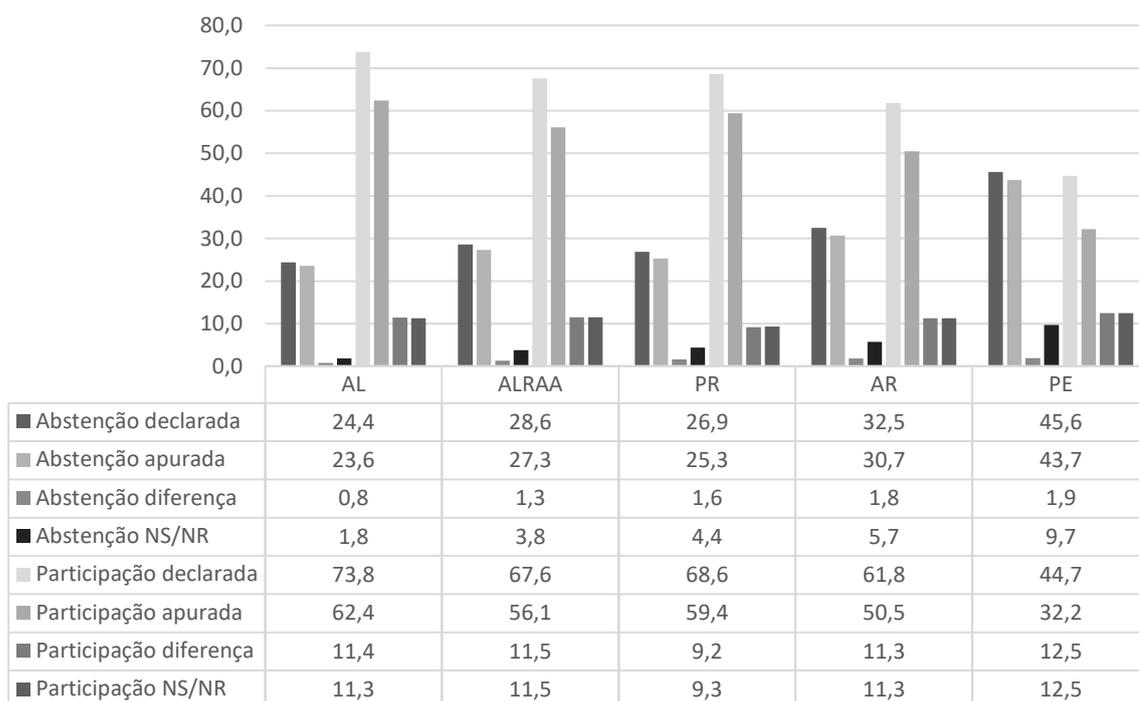
Passa-se a analisar a participação eleitoral objetiva e a abstenção, embora antes se tenha confrontado alguns indicadores com os valores da abstenção, justamente, para permitir uma leitura mais explicativa. No confronto com os diversos atos eleitorais realizados entre 2014 e 2017 – a que também se acrescentou o último referendo de 2007, mas que será mostrado de forma independente – criou-se um indicador de resumo para a abstenção e a participação eleitoral, declarada e apurada, e a respetiva diferença. Impõe-se alguma explicação sobre a criação do indicador.

Como se pode ver no Inquérito (Anexo II) os sujeitos eram questionados se tinham votado em determinado ato eleitoral em termos de sim, não ou NS/NR. Os valores de sim são tomadas como participação declarada, os valores de não como abstenção declarada. Depois questionavam-se as razões da abstenção e as escolhas da participação: a somas das razões da abstenção são entendidas como abstenção apurada e as escolhas da participação são entendidas como participação apurada. Assim, pode-se comparar a declarada e a apurada e calcular a diferença. Excluem-se os valores de NS/NR por não serem pertinentes e simplificarem a leitura.

Esta questão era complementada com outra – pergunta de controlo – de forma genérica e apresentada mais à frente no questionário, em que demandava diretamente se o inquirido havia deixado de votar. Como se pode ver no Anexo III, o sim atinge 21,1%, e mesmo a repartição por anos de abstenção, também não permite contrariar este valor.

Como se verifica no gráfico seguinte, e começa-se pela análise da abstenção, a apurada é sempre menor do que a declarada, mas com uma diferença mínima que nunca chega a 2%. Significa que a coerência dos inquiridos é elevada e reproduziram com grande exatidão o seu comportamento. Como já se sabia, dos capítulos anteriores, a abstenção é menor nas Autarquias Locais (AL), depois nas Presidenciais (PR), seguindo-se a ALRAA, a Assembleia da República (AR) e o Parlamento Europeu (PE).

Gráfico 10.2.2.1. Comparação entre a abstenção e a participação eleitoral – declarada, apurada e diferença –, por ato eleitoral (2014 – 2017), em %.

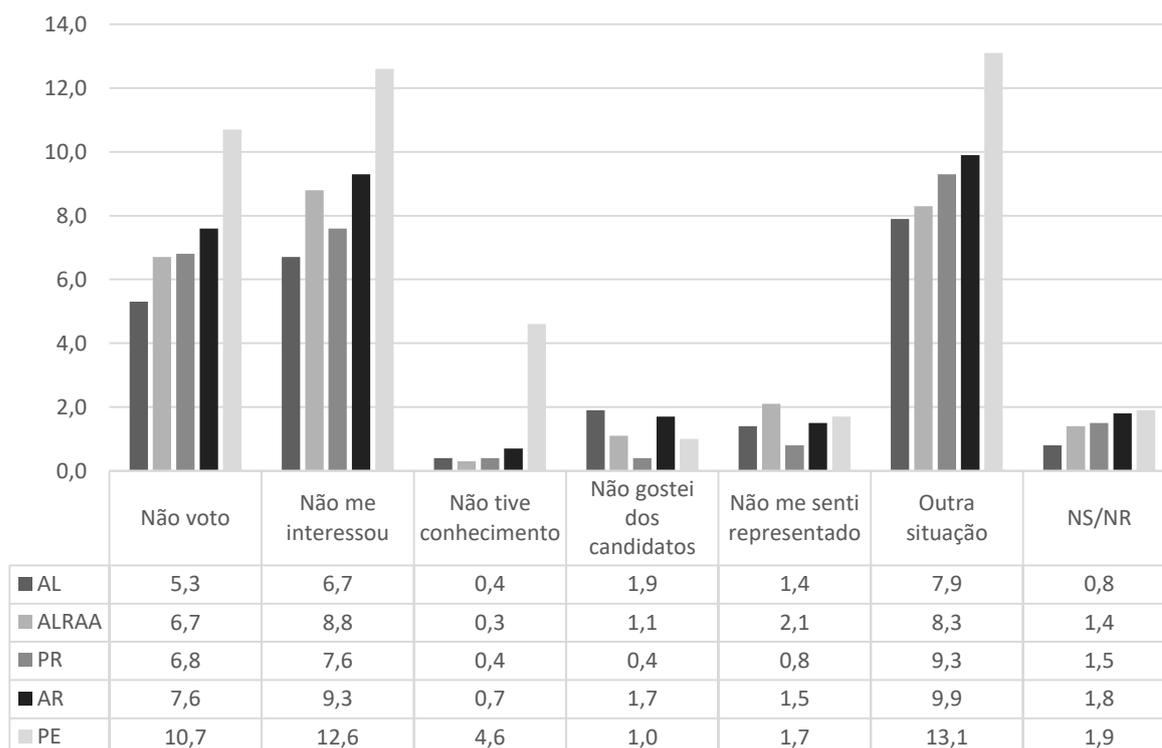


No entanto, também a participação declarada é superior à participação apurada, com uma diferença superior à registada para a abstenção. A ordem da participação em eleições segue a ordem da abstenção e a diferença, agora oscilando em valores mais elevados: de 9,2% no Presidente da República e os 12,5% no Parlamento Europeu. Por outras palavras, não desmente o afirmado antes, mas que o comportamento abstencionista está mais presente na memória e no discurso dos inquiridos, e o comportamento participativo menos presente, até porque os valores de NS/NR, fracos do lado da abstenção, são bem mais elevados do lado da participação.

Do mesmo modo, a abstenção declarada (51,4%) e abstenção apurada (48,1%), no último referendo realizado, em 2007, sobre a interrupção voluntária da gravidez, fica aquém da abstenção oficial (56,4%).

Interessa ver as razões da abstenção, sugeridas no questionário. A outra situação avulta quase sempre, seguida da razão do não interesse e do não voto, ou seja, que já deixou de votar, Não ter conhecimento só tem expressão para a eleição do Parlamento Europeu (4,6%), relativamente às outras eleições, e o não gostar dos candidatos e não se sentir representado também assumem valores baixos, quase sempre inferiores a 2%.

Gráfico 10.2.2.2. Razões da abstenção eleitoral, por ato eleitoral (2014 – 2017), em %.



Os valores de outra situação, não dizem respeito, verdadeiramente, a uma outra razão substantiva, até porque a escala apanhava as mais plausíveis. É, talvez, antes uma incapacidade em expressar ou em escolher apenas uma destas razões. Ao que tudo indica, a categoria outra situação funcionou, aqui, como mais uma possibilidade de NS/NR.

Para continuar a análise e explorar ainda mais fundo a abstenção eleitoral, tem de se integrar neste ponto a análise da votação nos diferentes partidos para verificar se este comportamento é indiciador de algum elemento mais fecundo. Como se observa no questionário, havia uma questão que reproduzia todos os partidos concorrentes à ALRAA na última eleição, no círculo de São Miguel, e ainda alguns outros que não concorreram, mas que já competiram no passado. Esta lista contempla 14 partidos e 2 situações residuais (outro partido que não está na lista e outra situação). No fundo, pretendia-se que o inquirido escolhesse de uma lista extensa de partidos, mas atualizada todas as possibilidades práticas. Trata-se, em concreto de 16 questões, embora com a aparência de uma questão apenas, pois para cada partido tem de se dar uma resposta de acordo com a escala sugerida.

Tabela 10.2.2.1. Repartição da votação por partido e frequência, em %.

Partido	Frequência				
	Sempre e muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes e raro	Nunca	NS/NR
Bloco de Esquerda	2,2	2,9	11,3	73,1	10,6
Centro Democrático Social	1,8	2,6	9,9	75,7	10,0
Coligação Democrática Unitária	0,4	0,8	6,3	82,5	10,0
Livre/Tempo de Avançar	0,1	0,4	5,0	85,0	9,4
Movimento Alternativa Socialista	0,0	1,0	4,0	85,3	9,7
Movimento Partido da Terra	0,6	1,0	5,7	82,6	10,1
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	0,0	0,8	5,8	83,8	9,6
Partido Democrático do Atlântico	0,0	0,7	4,7	85,0	9,6
Partido Democrático Republicano	0,4	1,0	4,7	83,6	10,3
Partido Popular Monárquico	0,4	0,4	5,3	84,0	9,9
Partido Social Democrata	25,3	16,5	14,9	33,6	9,7
Partido Socialista	33,2	15,4	12,4	30,4	8,6
Pessoas-Animais-Natureza	1,4	2,2	8,8	77,9	9,7
Partido Unido dos Reformados e Pensionistas	1,0	1,7	4,9	82,6	9,9
Noutro partido que não está na lista	0,6	0,7	4,4	76,4	17,9
Outra situação	0,4	0,4	2,5	58,5	38,2
Total	4,2	3,0	6,9	73,8	12,1

Mais pertinente do que analisar cada um dos partidos individualmente, o valor a ter em conta, sobretudo, é o valor de nunca. Com uma média 73,8%, e valores que oscilam entre 30,4% e 85,3%, já dá uma ideia do valor dos inquiridos que votam efetivamente. Mas este indicador ainda pode ser melhorado, e é o que se faz na tabela seguinte. Com efeito, como se pode ver, se se utilizar o nunca para efeitos de cálculos pode-se chegar a dois resultados que são os que nunca votam efetivamente. No primeiro cálculo basta retirar ao nunca a soma de todas as categorias anteriores – de sempre e muitas vezes a NS/NR – e isso permite ver um total de 5472 de respostas nunca, o que perfaz 47,5%. O segundo cálculo é semelhante, só que não se retiram as respostas de NS/NR (1391) o que dá um valor de respostas de 6863, perfazendo 59,6%.

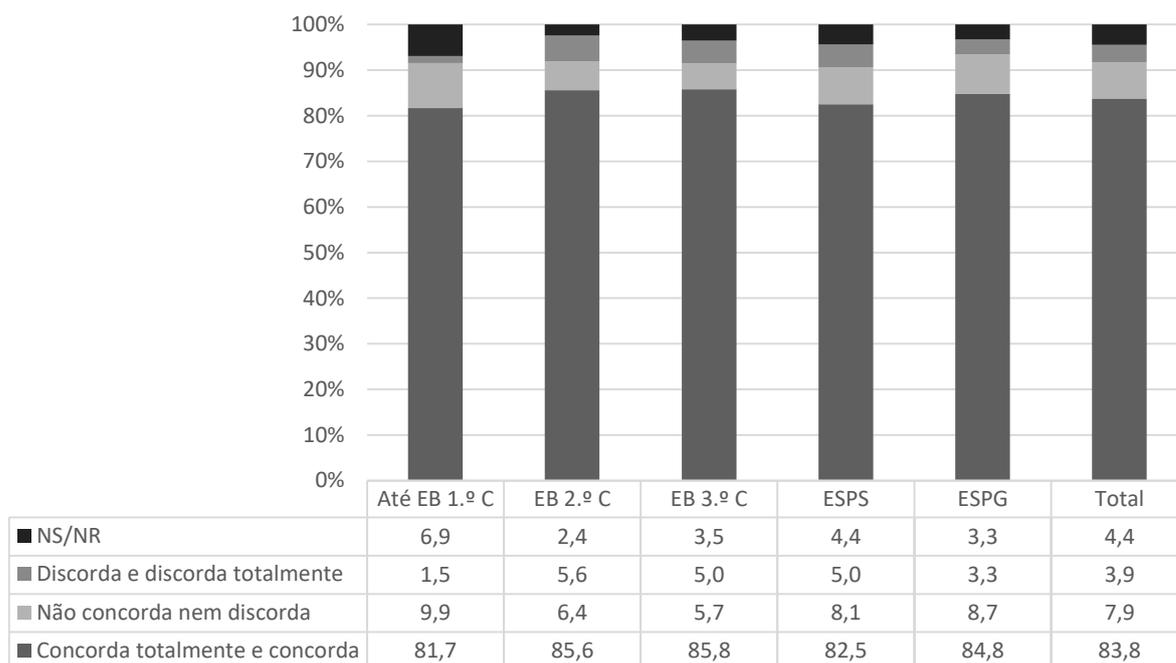
Tabela 10.2.2.2. Cálculo da abstenção real através da votação em nunca nos partidos.

Valor	Sempre e muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes e raro	NS/NR	Nunca	Total		
Absoluto	488	350	795	1391	8496	11520		
%	4,2	3,0	6,9	12,1	73,8	100,0		
Valor	Sempre e muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes e raro	NS/NR	Soma categorias anteriores	Nunca	Diferença entre Nunca e Soma	Diferença entre Nunca e Soma + NS/NR
Absoluto	488	350	795	1391	3024	8496	5472	6863
%	4,2	3,0	6,9	12,1	26,3	73,8	47,5	59,6

Isto significa que, objetivamente, e a partir das respostas declaradas dos inquiridos, se consegue apurar um valor de abstenção, sob a forma de intervalo, entre 47,5% e 59,6%. Excetuando a eleição do Parlamento Europeu que já se realizou há 5 anos, e a do Presidente da República, que não pode ser aferida por estes valores, os resultados da abstenção das últimas eleições partidárias estão dentro ou próximas deste intervalo. Vejamos, para a Assembleia da República (2015), 59,0%; para a ALRAA (2016), 59,2%; para as Autarquias Locais (2017), 46,6%. Isto também significa que pode haver discrepâncias entre as respostas e os comportamentos, como já foi assinalado, mas permite agora limitar o que se tinha dito relativamente à amostra, pois esta parece mostrar a realidade da abstenção da Região.

Se mais dúvidas houvesse, a questão que inquiria os sujeitos sobre se concorda com o facto de a abstenção estar a aumentar na Região, também servirá para comprovar. É bom reiterar que não se trata de concordar com o aumento ou a diminuição da abstenção – aquilo que poderia ser até uma opinião legítima do ponto de vista político –, mas de concordar ou discordar de a abstenção estar a aumentar de facto. Como se pode ver no gráfico seguinte, a esmagadora maioria dos inquiridos para aí se direcional, com o total a atingir 83,8%, mas com valores muito idênticos por todos os graus de ensino.

Gráfico 10.2.2.3. Atitudes de avaliação face ao facto de a abstenção estar a aumentar, por nível de escolaridade, em %.



Por outras palavras, seja objetivamente, seja através da sua avaliação empírica, ainda que subjetiva, os inquiridos demonstram inegavelmente um conhecimento e uma atitude que se assemelham, embora procurem, uns mais que outros, face ao conjunto de recursos cognitivos e valorativos de que dispõem, a correlacionar estes elementos de modo dissemelhante.

10.2.3. Participação eleitoral e abstenção dos círculos próximos

Além de se poder caracterizar e analisar a participação eleitoral e abstenção dos inquiridos, o Inquérito criou um conjunto de indicadores para verificar como o comportamento eleitoral é registado e visto juntos de sujeitos próximos. Trata-se, bem entendido, da perceção que o inquirido tem acerca dos seus familiares, amigos e colegas próximos, logo é um dado subjetivo. Mas importa, ainda assim, verificar essas circunstâncias.

O primeiro indicador apelava à identificação dos familiares mais próximos, dos amigos, colegas de trabalho e vizinhos que sabem votar¹⁶. Em primeiro lugar surgem a mãe e o pai, com cer-

¹⁶ Relativamente aos familiares, era pedido que fosse o parente mais próximo, por exemplo, avô mais próximo, mesmo que falecido a resposta incidiria sobre como era o seu comportamento em vida. A mesma coisa para os filhos, quando os houvesse do filho mais velho (filho 1) ao filho mais novo (filho 4), ficando a resposta limitada a 4 descen-

ca de 57%, seguido do cônjuge com cerca de 42%, e depois os amigos com valores muito próximos do cônjuge. Seguem-se outros parentes, tia e tio, primos, colega 1, avós, colega 2 e restantes opções.

Tabela 10.2.3.1. Participação eleitoral do círculo familiar, amigos e colegas, em %

Relacionamento	Sempre e muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes e raro	Nunca	Não se aplica	NS/NR
Mãe	56,8	12,5	7,8	3,8	8,9	10,3
Pai	56,1	9,3	5,4	3,9	12,1	13,2
Cônjuge	41,8	9,4	6,3	1,8	30,3	10,4
Amigo 1	39,2	16,9	8,8	4,2	2,4	28,6
Amigo 2	37,2	16,1	8,6	4,9	3,6	29,6
Tia	31,3	10,4	4,0	1,5	12,9	39,9
Tio	30,8	9,9	4,3	1,9	13,6	39,4
Prima	26,3	11,1	4,6	1,9	11,1	45,0
Primo	26,0	12,1	5,0	2,2	10,3	44,4
Colega de trabalho 1	25,7	13,1	5,8	2,1	24,0	29,3
Avô	25,3	5,3	3,6	3,9	28,2	33,8
Avó	25,4	6,3	6,0	5,4	26,5	30,4
Colega de trabalho 2	23,2	11,8	6,5	1,5	26,4	30,6
Vizinho 1	23,3	15,1	7,2	1,5	1,5	48,6
Vizinho 2	22,2	13,9	7,2	1,5	6,0	49,2
Filho 1	21,1	7,6	3,9	4,4	53,1	9,9
Filho 2	17,2	5,0	2,8	2,9	63,3	8,8
Filho 3	7,5	3,3	2,1	2,8	75,7	8,6
Filho 4	2,9	1,9	0,6	1,3	84,3	9,0

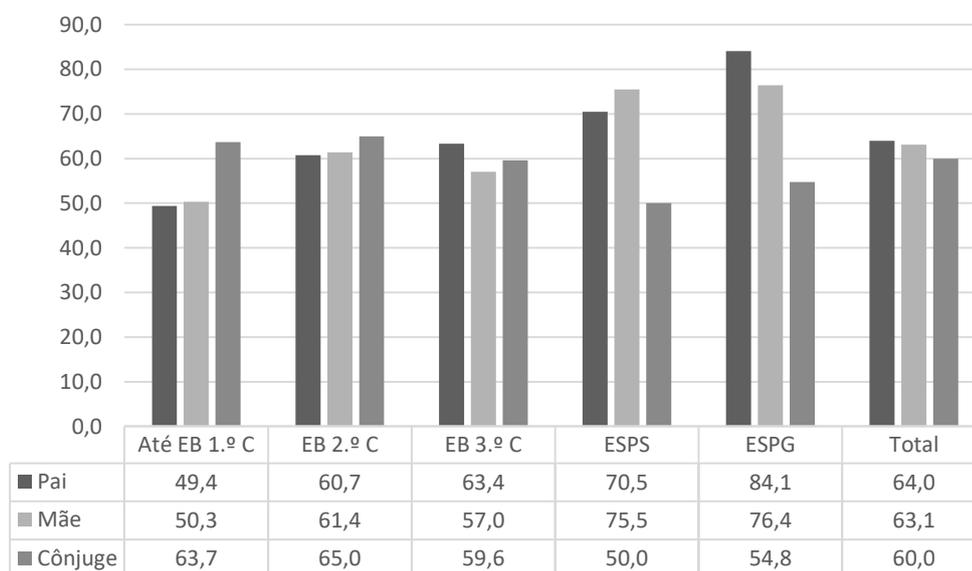
É preciso chamar a atenção para o facto de muitas situações não se aplicarem, sobretudo nos filhos, significando que não existem, como tal não pode haver resposta. O que o indicador nos permite ver é que a frequência de sempre e muitas vezes, mesmo em situações conhecidas e vividas, é por vezes fraca. Tomemos por exemplo o amigo 1: quase toda a gente o tem – o não se aplica é de apenas 2,4% –, mas o valor de sempre e muitas vezes regista 39,2%, com um valor de NS/NR de 28,6%. Já no caso dos filhos, o conhecimento sobre se votam é grande – o NS/NR – é o

dentos. Quanto aos amigos, colegas e vizinhos, pedia-se que pensasse em dois, dos mais próximos e desse a resposta a 1 e ao 2 sem identificar pelo nome. O sexo era adaptado conforme se tratasse de inquirido ou inquirida.

mais diminuto. O seu último lugar na tabela deve-se ao facto de expressarem pouca frequência em função de não existirem em grande número (o não se aplica é muito elevado).

Selecionando um conjunto de parentes mais próximos e correlacionando com os níveis de escolaridade – a que foi retirado o não se aplica – verifica-se, no gráfico seguinte que entre os menos escolarizados, o conhecimento de votarem sempre e muitas vezes é superior no cônjuge, onde assume 63,7%, do que nos pais, cerca de 50%. Esta tendência mantém-se no grupo de escolaridade seguinte, mas mais atenuada, aliás, praticamente equilibrada e à medida que a escolaridade sobe o conhecimento fortalece-se no pai e na mãe e menos no cônjuge.

Gráfico 10.2.3.1. Participação eleitoral do pai, da mãe e do cônjuge do inquirido, sempre e muitas vezes, por nível de escolaridade, em %.

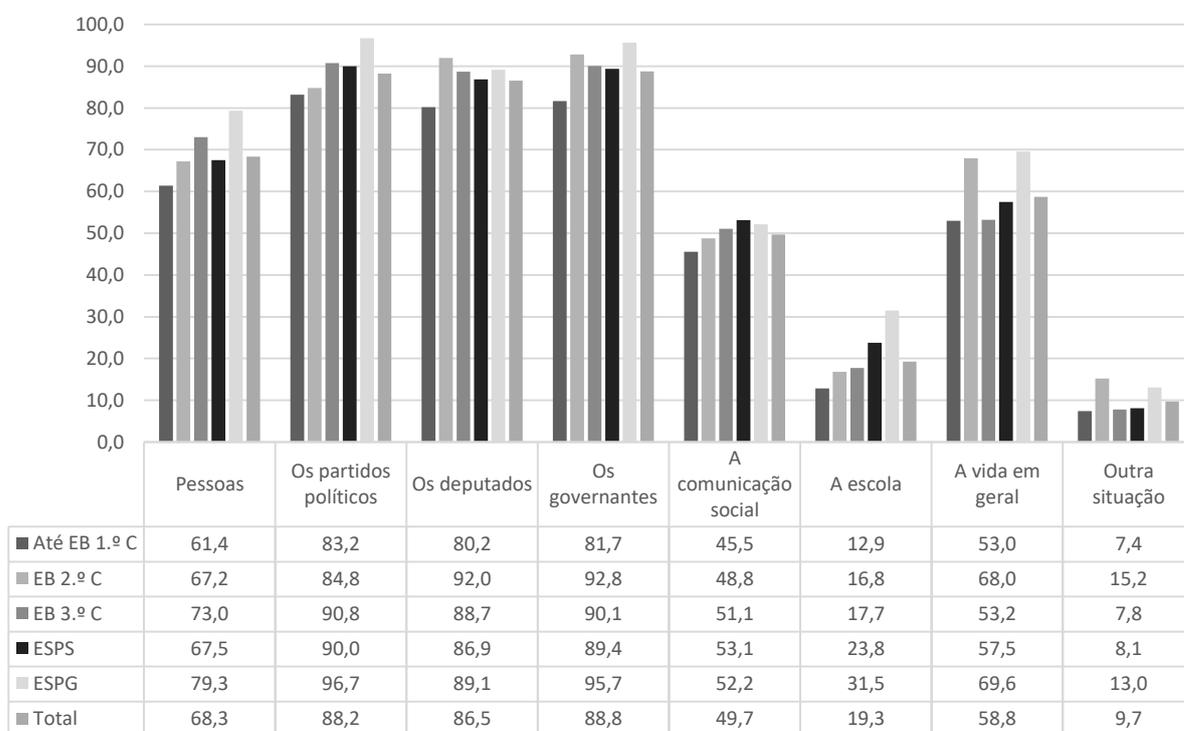


Os possuidores do ensino superior têm um maior conhecimento de como votam os pais, em especial o pai, com 84,1%, e menos o cônjuge, com 54,8%. Embora não presente no gráfico, os valores de nunca são bastante diminutos, em especial para os do ensino superior onde não ultrapassam cerca de 3% no caso da mãe, 1% para o pai e 0% para o cônjuge. No nível mais baixo de ensino também assumem valores pouco significativos, mas mais elevados do que nos outros graus de ensino, com o nunca a atingi, de 7,4% para a mãe, 6,3% para o pai e 1,2% para o cônjuge.

10.2.4. Responsáveis pela abstenção

Os responsáveis pelo aumento da abstenção eram sugeridos através de um conjunto de categorias, agregando grupos e instituições, e os inquiridos teriam de graduar a responsabilidade destes agentes numa escala de atitudes que vai de muitas vezes a nunca. Os resultados, mostrados a seguir, referem-se às atitudes muitas e algumas vezes que foram agregadas para efeitos de análise. O gráfico mostra ainda o resultado correlacionado com o nível de escolaridade, observando-se que a responsabilidade para os inquiridos recai, sobretudo, nos governantes, nos partidos e nos deputados, com valores médios de 88,8%, 86,5% e 88,2, respetivamente.

Gráfico 10.2.4.1. Responsáveis pelo aumento da abstenção, nas atitudes muitas e algumas vezes, por categorias, por nível de escolaridade, em %.

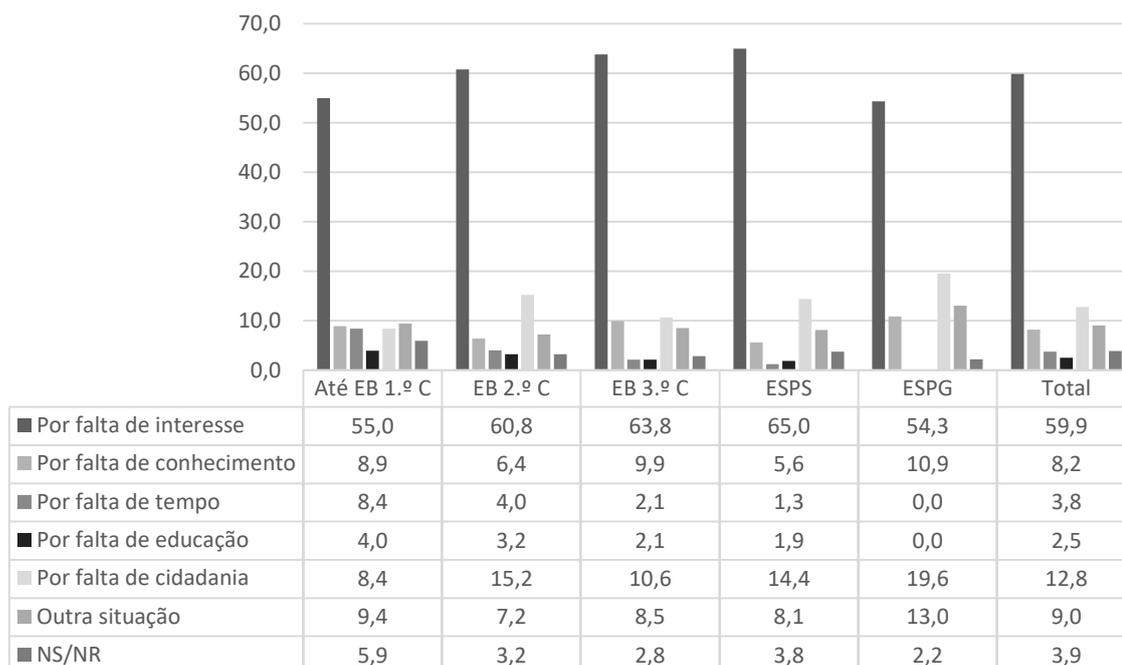


Ainda em termos de grupos, seguem-se as pessoas – os cidadãos –, com 68,3%, seguidas da categoria a vida em geral – que apontava para as dificuldades quotidianas –, com 58,8%, a comunicação social, 49,7% e finalmente a escola com 19,3%. Embora não existam diferenças substanciais de apreciação pelos detentores de grau de ensino diferente, os mais escolarizados tendem a responsabilizar mais os partidos (96,7%), os governantes (95,7%) e os deputados (89,1%). É bom ter presente que é este grupo que denota um maior interesse pela política e um grau de participa-

ção também maior. Os menos escolarizados não só escolhem mais as categorias poucas vezes, raramente e nunca, como também NS/NR. Em suma, a classe política surge como a principal responsável, depois os eleitores – um claro efeito de espelho dos inquiridos – e com valores mais baixos a comunicação social. A escola não é, de todo, a instituição responsável pela abstenção na opinião dos inquiridos.

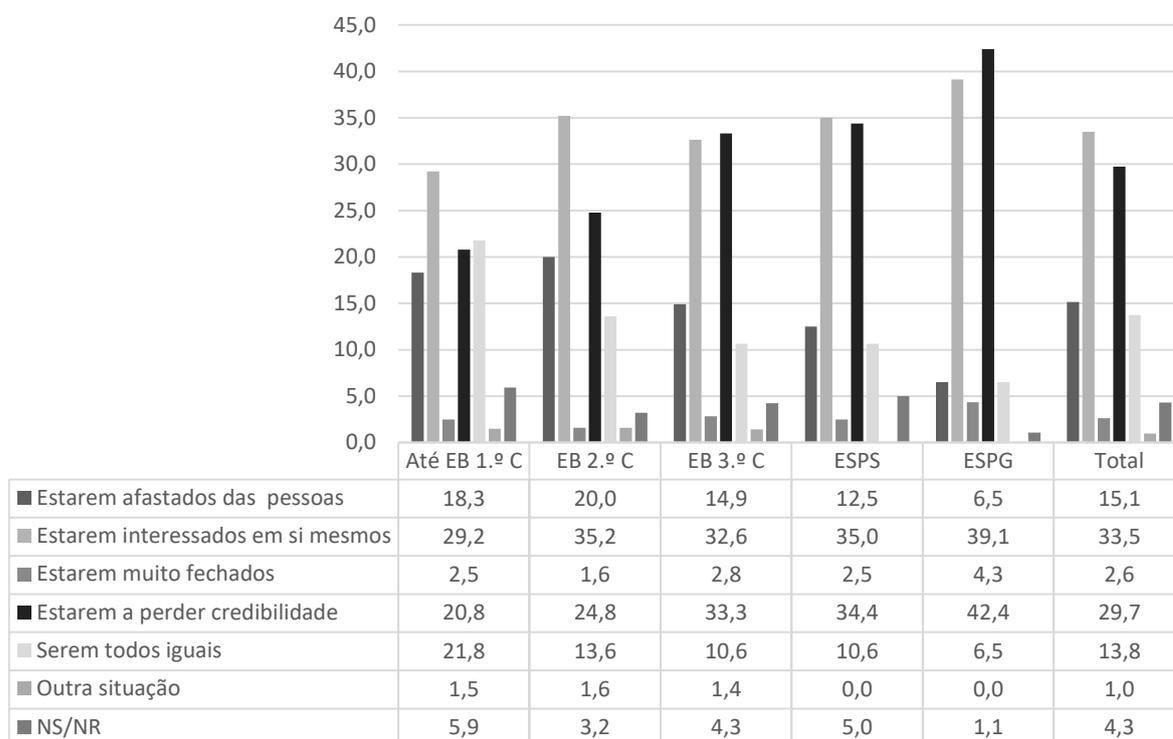
Individualizando dois grupos, as pessoas e os partidos políticos, as razões para a abstenção mais apontadas são a falta de interesse, 59,9%, seguida da falta de cidadania, 12,8%, e a razão menos escolhida é a falta de educação, com apenas 2,5%. Correlacionando com o nível de escolaridade, notam-se algumas diferenças: os mais escolarizados não deixam de valorizar como atitude a falta de interesse, mas concedem mais importância, que os restantes, à falta de cidadania (19,6%) e à falta de conhecimento (10,9%). E nada concedem à falta de tempo ou de educação, ambas com 0%.

Gráfico 10.2.4.2. Perceções sobre a que se deve a abstenção, para as pessoas, por nível de escolaridade, em %.



Para os partidos políticos, sobressai a categoria estarem interessados em si mesmos, com 33,5%, seguida de estarem a perder credibilidade, com 29,7%. Um pouco mais distante, com 15,1% surge o estarem afastados das pessoas e o serem todos iguais, com 13,8%. O fechamento dos partidos não tem acolhimento (2,6%), mas a categoria estarem interessados em si mesmo já refletia, de certo modo, o fechamento partidário.

Gráfico 10.2.4.3. Percepções sobre a que se deve a abstenção, para os partidos políticos, por nível de escolaridade, em %.



Também em termos de distribuição pelo nível de escolaridade se encontram diferenças. O estarem interessados em si mesmos tem um valor crescente pelos níveis de escolaridade, embora com oscilações, mas o estarem a perder credibilidade tem um valor crescente, gradual e assume a sua máxima expressão com os possuidores do ensino superior, com um valor (42,4%) significativo superior à média (29,7%). Já o estarem afastados das pessoas e o serem todos iguais, conhecem uma situação inversa, pois os valores vão diminuindo à medida que o nível de escolaridade sobe. Significa, portanto, que enquanto os mais escolarizados tendem a atribuir razões mais substantivas do ponto de vista político – aumento do interesse em si próprio, ou fechamento, e perda da credibilidade –, os menos escolarizados, que são também os menos interessados na política, tendem a apontar razões mais simples e ligadas à sua situação particular, sem esquecer, claro, a dificuldade e o afastamento no relacionamento com a vida política. Dito de outro modo, os mais escolarizados tendem a construir uma percepção sobre os partidos mais atinente à avaliação política do desempenho dos partidos, e por isso mais exigente, enquanto os menos escolarizados, que não menos exigentes, mas constroem as suas percepções em torno de componentes gerais de e de avaliação mais individualizada.

10.2.5. Atitudes para contrariar a abstenção e para aumentar a participação eleitoral

O que terminou de ser dito é comprovado também quando se questionam os sujeitos sobre o que poderia ser feito para readquirir o interesse pela participação eleitoral, ou de uma forma mais lata, contrariar a abstenção. A partir de um conjunto de sugestões dadas, os inquiridos, para continuarem a votar, concordam totalmente e concordam em readquirir a confiança nos partidos (70,4%) e sentir que o seu voto faz diferença (70,3%) ambas atitudes com valores muito semelhantes.

Gráfico 10.2.5.1. Atitudes para continuar a votar em eleições, em %



Segue-se um conjunto de atitudes, com valores da ordem dos 60%, tais como, sentir a sua opinião mais respeitada (66%), sentir a sua opinião mais ouvida (65,4%), sentir-se mais representado pelos partidos (61,4%). Com um valor mais baixo segue-se readquirir o interesse pela política (55,1%) e ainda mais distante, haver outras opções políticas (36%). No final, apenas 20,1% dizem concordar totalmente ou concordar que nada os fará mudar de comportamento.

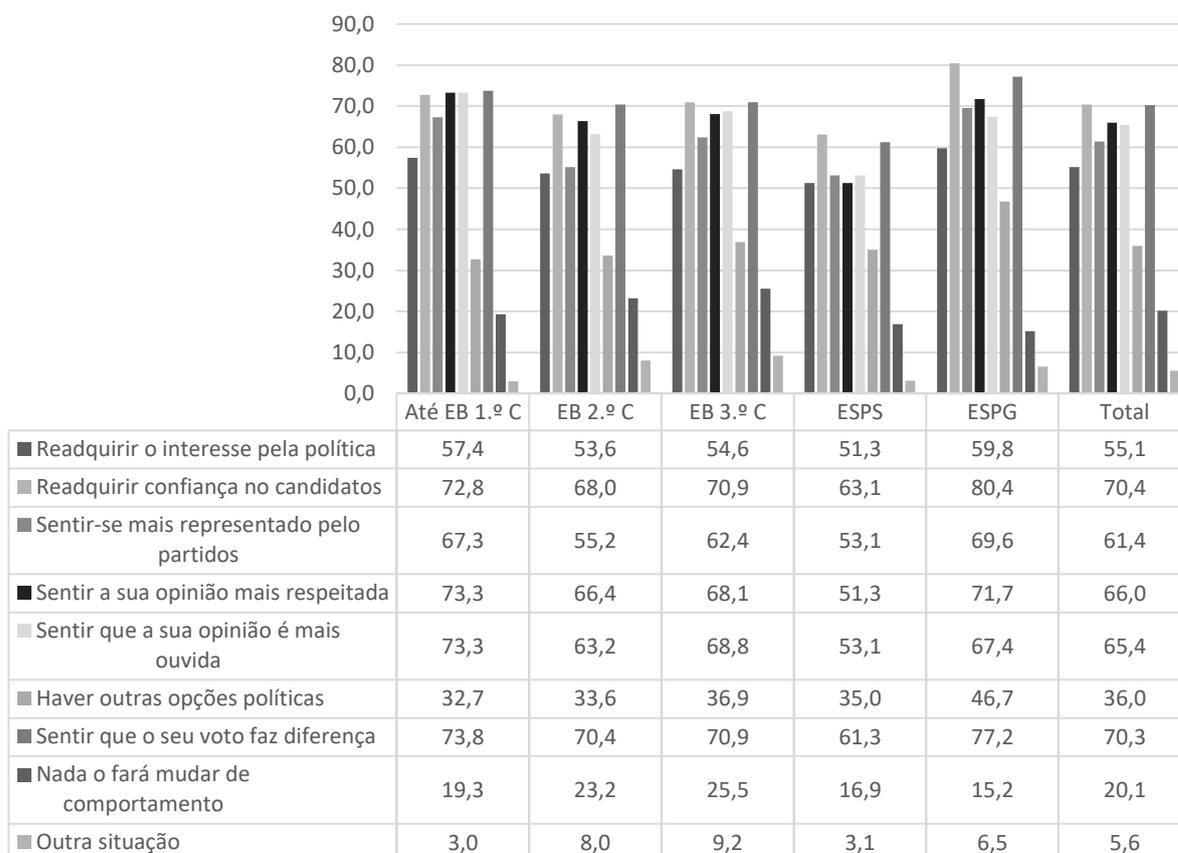
Está-se perante um conjunto de respostas por parte dos inquiridos que os leva a equacionar mudanças no seu comportamento político, em especial, no seu comportamento eleitoral, onde demonstram estar mais propensos à participação se sentirem, da parte dos candidatos, confiança, distinção, auscultação, respeito pela sua opinião, quer dizer, cumprimento do seu voto. Pou-

cos não estão dispostos a mudar e ao que tudo indica, o número de representações partidárias não é um problema, já que parecem ser suficientes. Portanto, a tónica é colocada em termos de aprofundamento da relação entre eleitos e eleitores e não, necessariamente, pela existência de mais oferta.

Quando se vê este conjunto de atitudes correlacionado com o nível de escolaridade, começa-se por verificar que os valores positivos são sempre mais elevados no grupo dos possuidores do ensino superior, e também sempre superiores à média, à exceção do nada fará mudar o comportamento, apresentando um valor mais baixo que a média. Mas também os possuidores do até ao 1.º ciclo apresentam os valores mais próximos dos que possuem o ensino superior, quase sempre superiores à média.

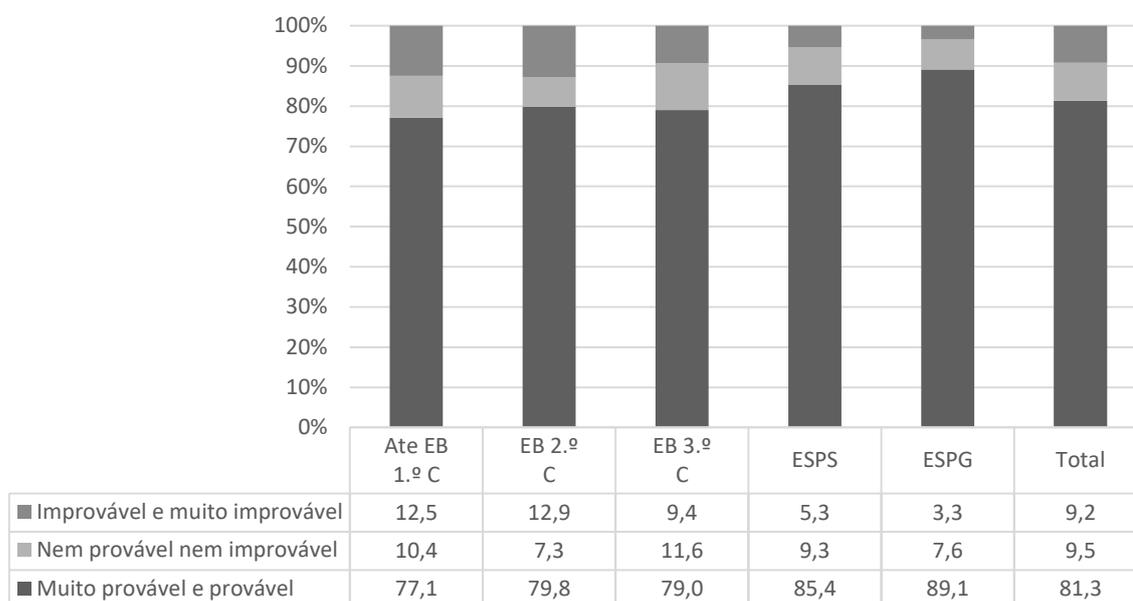
Veja-se que em readquirir a confiança nos candidatos assume 80,4% para os do ensino superior, 73,8% para os do 1.º ciclo, quando a média se situa em cerca de 70%.

Gráfico 10.2.5.2. Atitudes para continuar a votar em eleições, concorda totalmente e concorda, por nível de escolaridade, em %.



Em termos de probabilidade para votar em próximas eleições, a maioria dos inquiridos continua a demonstrar um conjunto de atitudes muito positivas relativamente à sua participação eleitoral, já que cerca de 81,3% afirma ser muito provável ou provável votar, em especial, os que possuem o ensino superior, onde este valor atinge 89,1%. A tendência de probabilidade é claramente de subida pelo nível de ensino e, ao invés, de descida, da improbabilidade de votar, sendo esta mais elevada nos graus de ensino mais baixos, numa correlação que volta a ser estatisticamente significativa.

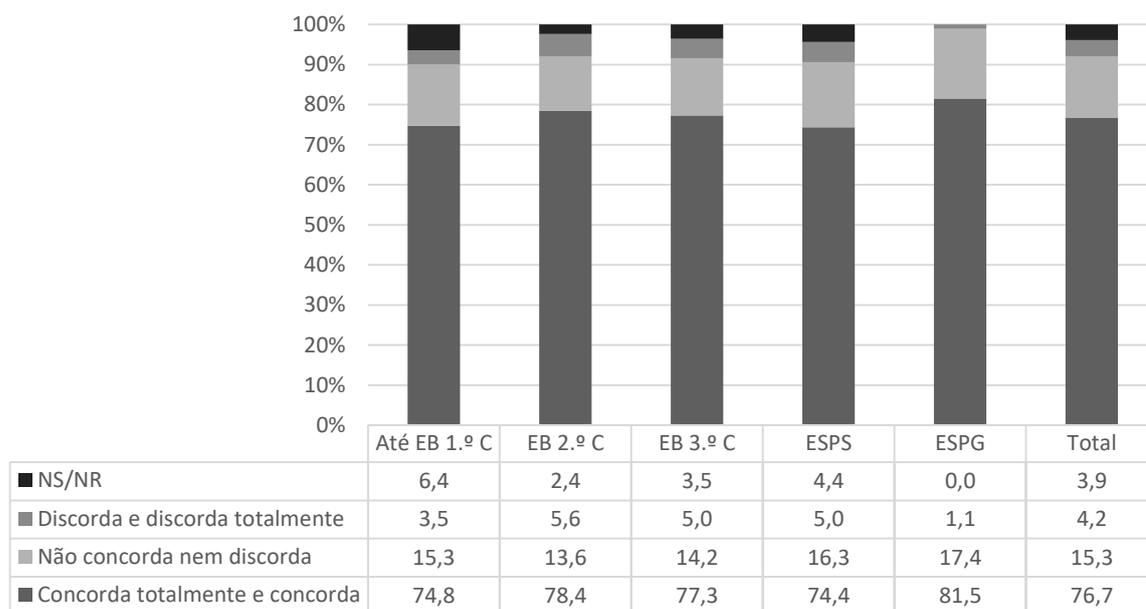
Gráfico 10.2.5.3. Probabilidade de votar em próximas eleições, por nível de escolaridade, em %.



Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

No que diz respeito a uma atitude de concordância que responsabiliza os partidos políticos e os governantes a adotarem medidas que envolvam mais os cidadãos na política, a grande maioria dos inquiridos concorda totalmente ou concorda, em 76,7%, opinião também mais intensa junto dos possuidores de ensino superior, com 81,5%. O discorda ou discorda totalmente atinge valores reduzidos, 4,2% – mas de apenas 1,1% junto dos mais escolarizados (ensino superior) – e uma atitude de indiferença superior a NS/NR e registando uma média 15,3%.

Gráfico 10.2.5.4. Concordância em se adotarem medidas que envolvam os cidadãos na política, por nível de escolaridade, em %.



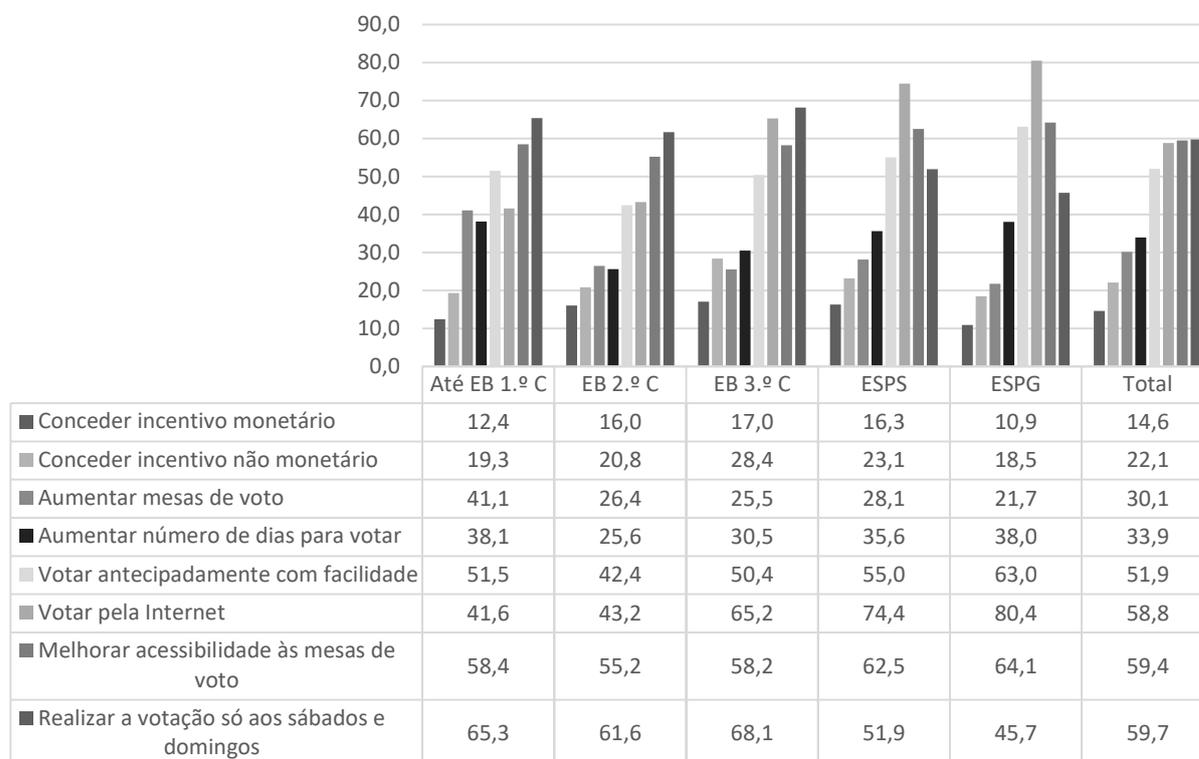
Quanto às medidas para aumentar a participação eleitoral, a partir de um conjunto de sugestões, a maioria escolheu realizar a votação aos sábados e domingos, portanto, estendendo para dois dias a votação, com 59,7%, seguido de melhorar a acessibilidade às mesas de votos, com 59,4%, votar pela Internet, com 58,8% e votar antecipadamente com mais facilidade, com 51,9%.

Aumentar o número de dias para votar recolhe 33,9%, praticamente o mesmo que em discordo e discordo totalmente (34%), assim como aumentar o número de mesas de votos, que acolhe 30,1% (contra 31,7% de discorda e discorda totalmente).

Inviabilizado de todo pelos inquiridos está o conceder incentivos, monetários ou não monetários, que recolheu uma grande maioria de discordo e discordo totalmente (72,5% e 61,3%, respectivamente).

Porém, também esta questão levanta diferenças quando correlacionada com o nível de escolaridade. A diferença mais significativa é a votação pela Internet que atinge 80,4% para os possuidores do ensino superior, contra 41,6% dos que possuem até ao 1.º ciclo, assim como realizar a votação só aos sábados e domingos, cujo valor mais elevado está junto dos menos escolarizados e o valor mais baixo (45,7%) junto dos mais escolarizados. O votar antecipadamente também é bem acolhido junto dos mais escolarizados (63%) e o aumento do número de mesas de voto também é bem visto junto dos menos escolarizados (41,1%). Há, pois, no geral, convergência nas medidas, embora umas sejam mais valorizadas do que outras tendo em conta o nível de escolaridade.

Gráfico 10.2.5.5. Medidas a serem adotadas para aumentar a participação eleitoral, por nível de escolaridade, em %.



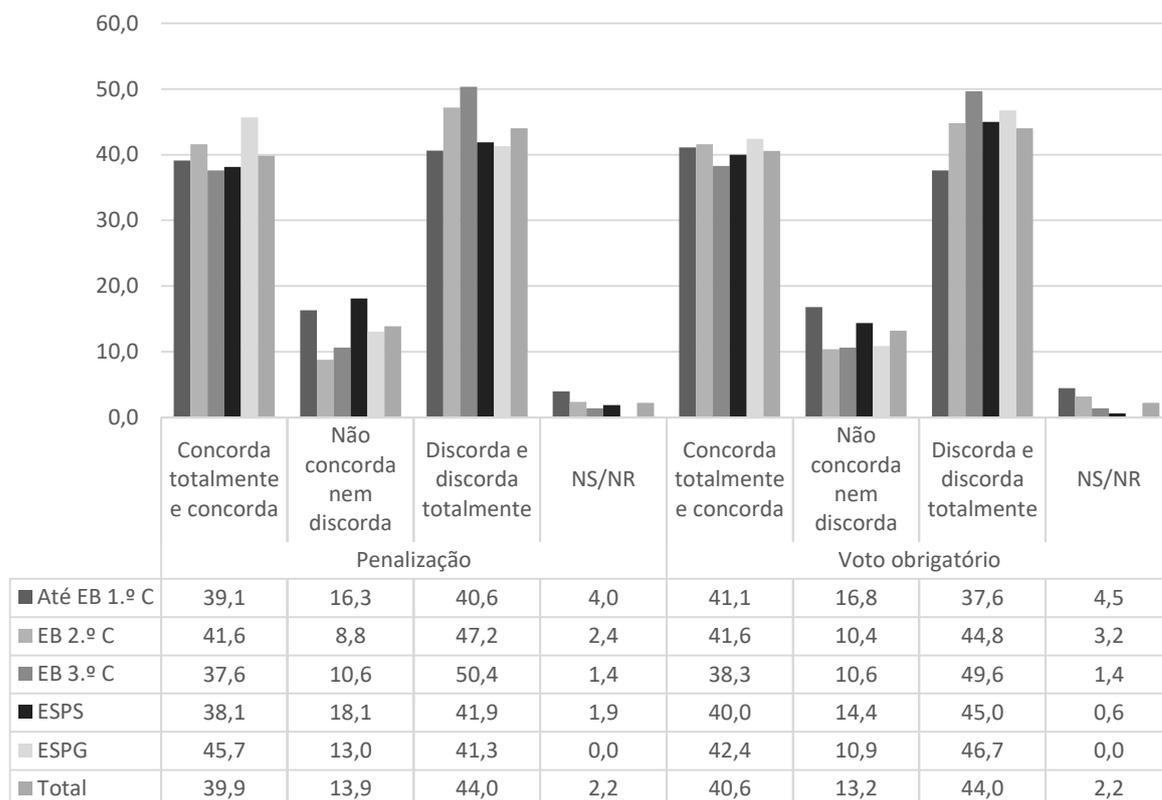
Esta questão foi seguida no questionário de uma questão em aberto a pedir sugestões para aumentar o número dos que votam. Embora tenha sido classificada em várias categorias que agrupam as sugestões, os resultados do NS/NR ascendem a 77,4%, mais intenso nos menos escolarizados (82,7%). A mesma poderá ser vista no Anexo III e a sugestão mais significativa foi a de que deve haver maior responsabilização dos eleitos perante os eleitores, com 11%, em média e com valores diferentes, mas muito próximos, pelos diferentes graus de ensino. As restantes respostas retomam ou entroncam nas questões acima mostradas no gráfico anterior.

As questões relativas ao voto obrigatório e à penalização, feitas de forma separada, e em escala de atitudes – de concordo totalmente a discordo totalmente – registam valores praticamente idênticos e com diferenças mínimas. A penalização da abstenção regista 44% em discorda e discorda totalmente, assim como o voto obrigatório. O concordo totalmente e o concordo, registam para as mesmas situações, 39,9% e 40,6%. Logo, uma pequena diferença a favor da despenalização e da não obrigatoriedade.

Verifica-se algumas diferenças, pelo nível de escolaridade: a penalização da abstenção é mais forte no ensino superior, com 45,7%, e menos forte nos com menos escolaridade. A obrigato-

riedade de votar também é ligeiramente mais forte dos possuidores do ensino superior, mas, ainda assim, inferior à penalização da abstenção. Ou seja, apesar da discordância das medidas – penalização e obrigatoriedade –, a obrigatoriedade gera mais discordância. E as duas são mais entendidas do lado dos que votam do que lado dos que não votam. Pode-se dizer que os inquiridos denotam uma grande coerência em termos das suas atitudes.

Gráfico 10.2.5.6. Penalização da abstenção e voto obrigatório, por atitudes, por nível de escolaridade, em %.



Finalmente, e para conferir alguns valores sociopolíticos dos inquiridos sobre a abstenção, o último indicador deste capítulo mostra um conjunto de representações sobre os Açores, que eram respondidas sob a forma de uma escala de atitudes – de concordo totalmente a discordo totalmente. Para desintringar a análise, a tabela seguinte mostra apenas os valores de concordo totalmente e concordo, observando-se a confirmação de que abstenção resulta do desinteresse das pessoas pela política – aqui traduzida pelos partidos – e também da avaliação de fraco desempenho que os inquiridos fazem dos governantes e dos partidos, sem esquecer o desinteresse dos partidos pelos cidadãos, como se havia visto nos indicadores anteriores.

Tabela 10.2.5.1. Representações sociopolíticas sobre os Açores e abstenção, por atitudes concordo totalmente e concordo, por nível de escolaridade, em %.

Representações sociopolíticas	Nível de escolaridade					
	Até EB 1.º C	EB 2.º C	EB 3.º C	ESPS	ESPG	Total
Nos Açores, a abstenção é maior nas ilhas com menos população.	13,9	20,8	12,1	10,6	6,5	13,1
Nos Açores, a abstenção é devida aos níveis de vida dos Açorianos.	48,5	39,2	36,9	25,0	30,4	37,1
Nos Açores, a abstenção é maior nas ilhas com mais população.	56,4	63,2	63,8	41,3	52,2	55,1
Nos Açores, a abstenção deve-se ao fraco desempenho dos partidos.	67,3	78,4	71,6	60,0	72,8	69,2
Nos Açores, a abstenção resulta do desinteresse dos partidos pelas pessoas.	75,2	66,4	72,3	63,1	66,3	69,3
Nos Açores, a abstenção deve-se ao fraco desempenho dos governantes.	71,3	72,0	71,6	64,4	67,4	69,4
Nos Açores, a abstenção resulta do desinteresse das pessoas pelos partidos.	64,4	73,6	84,4	76,3	79,3	74,4

Também em termos factuais, os inquiridos não descoram ser nas ilhas de maior dimensão onde a abstenção se faz mais sentir – e o inverso também é verdadeiro. Mas os inquiridos também tendem a concordar que a abstenção poderá ser influenciada pelo nível de vida, pois apresentando valores mais baixos, a tendência a concordar é superior à tendência a discordar (29,6% para discorda e discorda totalmente em total).

Não se trata de dados novos, antes de uma confirmação da análise deste capítulo. Em síntese, a abstenção está do lado dos indivíduos que mais dificuldade têm em lidar politicamente com a política. Quer dizer, daqueles que têm menos recursos sociais, mas também menos recursos de fazerem expressar o seu voto em torno de objetivos politicamente relevantes, e mais acolhidos, pelo sistema político. A abstenção, em geral, não é ignorada, e está presente nas preocupações dos inquiridos. Porém, a preocupação com ela é diferente: enquanto os que mais votam tendem a penalizá-la, os que menos votam, tendem a desresponsabilizar a sua atitude. Mas, não deixa de ser verdade que os eleitores, sejam os mais assíduos, sejam os mais abstencionistas, pensam sobretudo em facilitar a sua participação eleitoral de acordo com os seus recursos. Com efeito, embora a abstenção seja vista como um problema, as soluções que a ele se ligam têm a ver,

sobretudo, com os meios e os recursos que cada grupo tem cognitiva e de forma prática ao seu dispor. Por outras palavras, tende a pensar a solução para o problema da abstenção de acordo com os seus saberes, as suas práticas, quer dizer, as suas representações, ou seja, de acordo com os meios de que dispõe para resolver o problema que podem não ser os mais ajustados à resolução dele mesmo.

A finalizar esta síntese, fica patente que o ato de votar tende mais a ser um ato individual do que coletivo. Não se pretende com isto defender que o ato de votar deve ser realizado em grupo. Mas o conhecimento que se tem de quem vota no seu círculo de proximidade é algo limitado, confinando-se ao pai, mãe e cônjuge e amigos próximos, com grande relevância para o pai. O que indicia que a leitura política, traduzida em opinião, debate, conversa, etc., se faz sobretudo com este familiar e menos com os outros, em especial, o cônjuge. Parece, assim, haver uma leitura algo assimétrica na relação de parentesco, remetendo o cônjuge para uma esfera de pouca partilha de alguns dos valores sociopolíticos que poderiam estar presentes no debate entre pessoas que vivem juntas e partilham o seu quotidiano.

11. Posicionamento político-ideológico e participação organizacional e institucional

Este último capítulo analisa um conjunto de indicadores que têm a ver com a participação organizacional e institucional, ou seja, as últimas dimensões da participação política. Por outras palavras, a filiação política, a atividade, a assunção de cargos dirigentes nos partidos e nas organizações juventude – para aferir a dinâmica da socialização da participação – assim como o desempenho de cargos no aparelho de Estado. Trata-se um capítulo complementar aos anteriores que também analisa um conjunto de indicadores de identificação sociopolítica e culmina com uma série de representações valorativas – valores sociopolíticos – relativas à democracia, em geral, e aos Açores.

11.1. Identificação e posicionamento ideológico

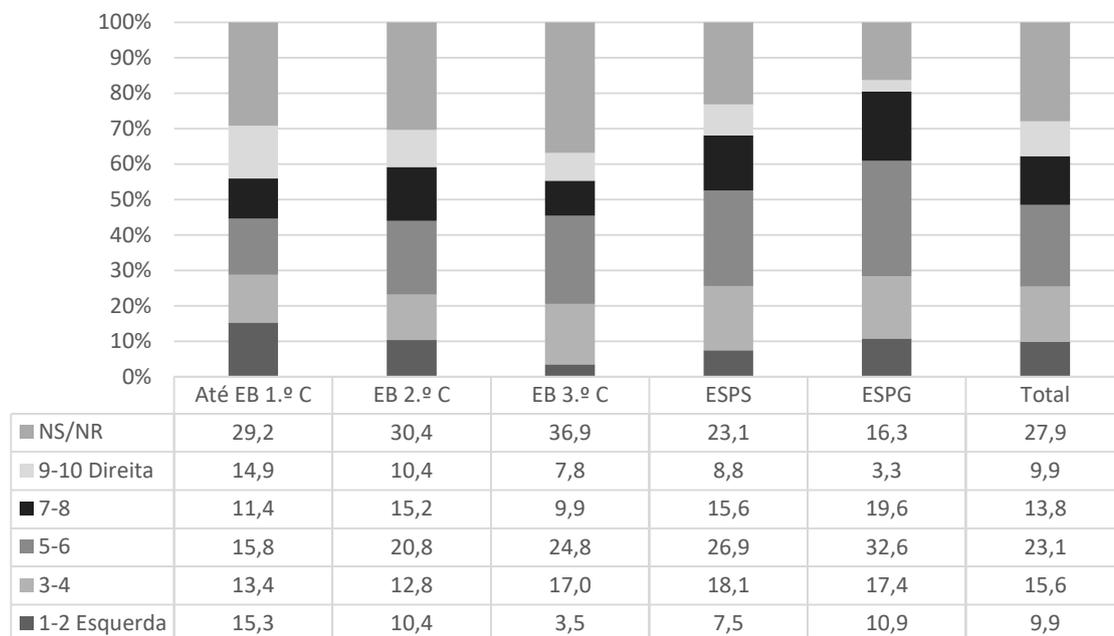
O primeiro indicador questionava o posicionamento ideológico do inquirido, oferecendo uma escala, pontuada de 1 a 10, sendo a primeira posição significativa o máximo de esquerda e o 10 o máximo à direita – ver Anexo II. Como se pode ver no gráfico seguinte, numa associação estatisticamente significativa – seja para a representação com categorias agregadas, seja para a escala de 1 a 10 – os inquiridos mais à esquerda situam-se nos níveis de escolarizada mais baixa (até ao 1.º ciclo), com 15,3%, nas posições 1 e 2 e no nível de escolaridade mais elevada – ensino superior – com 10,9%, nas posições 1 e 2. Para as posições 3-4, à esquerda, portanto, contribuem os mais escolarizados a partir do 3.º ciclo. Os valores medianos, 5 e 6, verificam-se nos mesmos níveis de escolaridade, em especial, no ensino superior, com 32,6%.

Para os valores mais à direita, posições 7-8, contribuem os com o ensino superior, numa tendência crescente no nível de escolaridade, mas as posições máximas à direita, 9-10, observam-se do lado do que possuem baixa escolaridade. Aliás, neste grau máximo de direita (9-10), quando maior é a escolaridade, menor é a adesão a este posicionamento.

O indicador mostra, de facto, grande pertinência, até por que como se disse é estatisticamente significativo, e mostra que o posicionamento ideológico, correlacionado pelo nível de escolaridade desenha um “U” quase perfeito, significando que a definição e o posicionamento ideológico é mais assertivo nos menos e nos mais escolarizados. Os medianamente escolarizados ten-

dem a escolher as categorias medianas da escala, o que também se pode traduzir por centro do espetro político. Verifica-se ainda valores relativamente elevados para NS/NR.

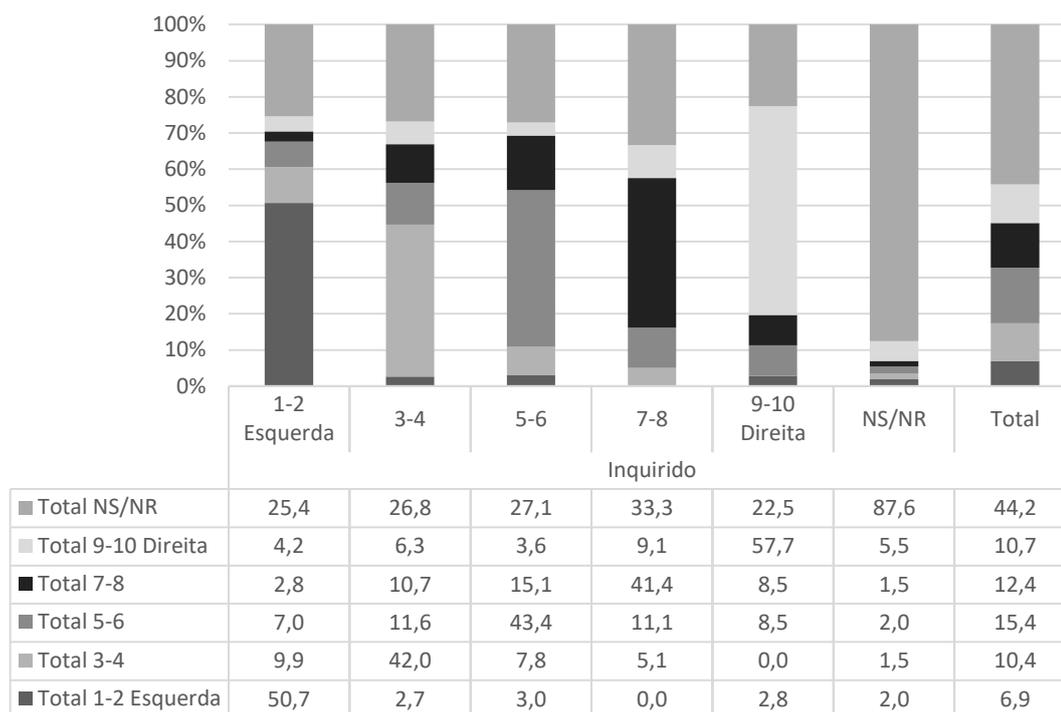
Gráfico 11.1.1. Posicionamento ideológico, esquerda – direita, com categorias agregadas, por nível de escolaridade, em %



Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

O posicionamento ideológico do pai e da mãe também eram questionados e verifica-se uma reprodução ideológica muito forte de pais para filhos. Quem tem o pai à esquerda, também assume uma posição de esquerda – 50,7% para as posições 1-2 – e quem tem um pai posicionado à direita também assume um posicionamento à direita – 57,7% para as posições 9-10. Como se pode ver na tabela do gráfico seguinte, os valores mais elevados situam-se na diagonal central (parte da célula de baixo à esquerda e termina na penúltima célula, em cima, à direita). Isto significa uma forte reprodução ideológica entre pais e filhos, numa correlação estatisticamente significativa, tal como a relação entre inquirido e mãe, mas também significativa do ponto de vista estatístico.

Gráfico 11.1.2. Posicionamento ideológico do inquirido e do pai, esquerda – direita, com categorias agregadas, em %.



Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

Embora não se apresente, a correlação apresenta apenas um reforço da reprodução à direita. Ou seja, filhos com mães posicionadas à direita, tendem a reproduzir mais o posicionamento da mãe – o valor é de 60,6% para as posições 9-10, enquanto é de 49,3% nas posições 1-2 (esquerda).

11.2. Identificação partidária e política

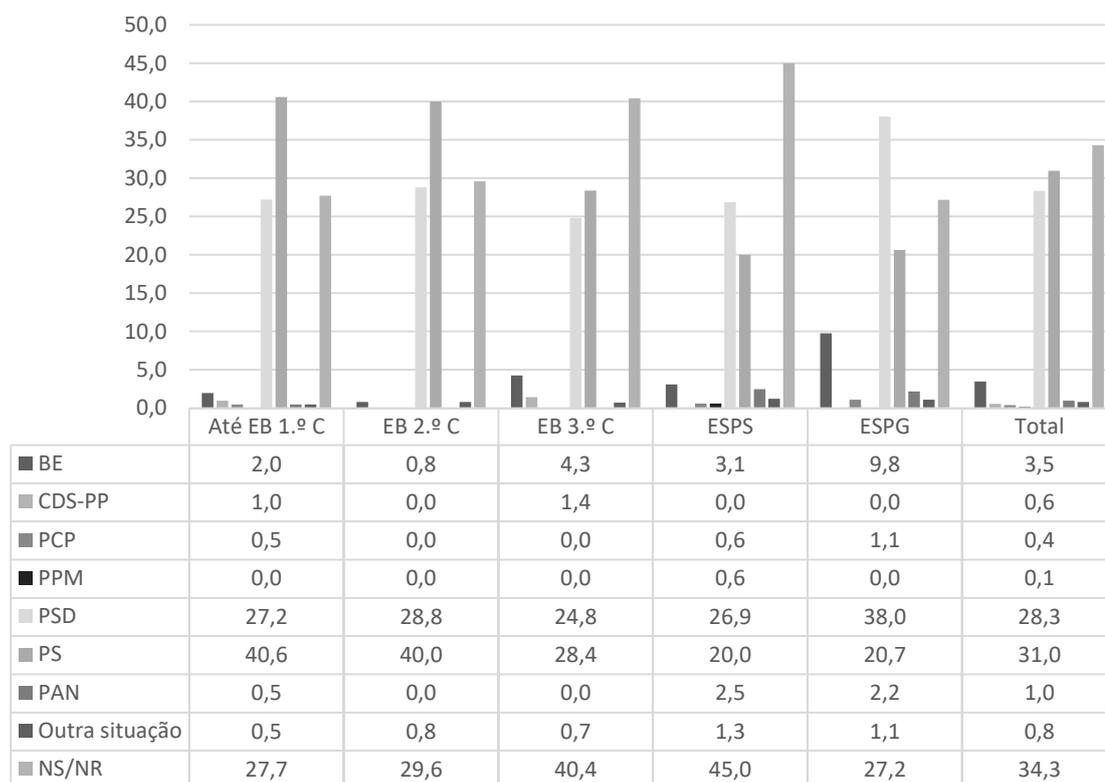
O posicionamento ideológico não esgota as possibilidades de posicionamento político, pelo que houve a necessidade de inquirir os sujeitos acerca do seu posicionamento partidário, antes de analisar a sua militância e atividade.

Em termos de identificação partidária – e questionava-se o partido com que mais se identificava, votasse ou não – sobressaem dois partidos¹⁷: o PS, com 31%, e o PSD, com 28,3%. Segue-se o BE, com 3,5%, mas muito afastado dos primeiros. Quando correlacionada esta identificação o nível de escolaridade, verifica-se que os inquiridos mais identificados com o PS se situam nos ní-

¹⁷ Para mais fácil leitura, optou-se pela sigla e não pela designação completa.

veis mais baixos de escolaridade – atinge 40,6% para os que têm até o 1.º ciclo –, aliás, numa relação decrescente à medida que se avança na escolaridade, enquanto o PSD apresenta a tendência inversa, tendo a sua melhor identificação no ensino superior, com 38%.

Gráfico 11.2.1. Posicionamento partidário, por partidos, por nível de escolaridade, em %

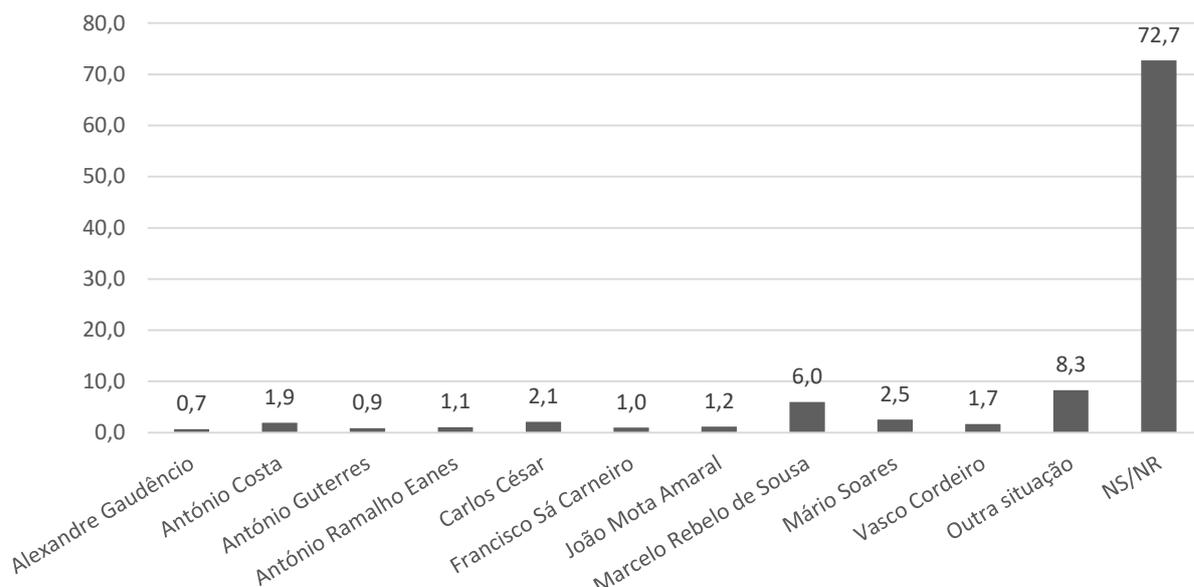


Também o BE atinge o seu máximo de identificação entre os que possuem o ensino superior, com 9,8%, quase o triplo do que atinge em termos de média regional. Como antes se referiu, os valores de NS/NR também se assumem elevados nesta questão.

Note-se que o NS/NR nesta questão atingiu cerca de 73% e apenas 27% dos inquiridos identificaram políticos nacionais¹⁸. Neste reconhecimento, surge em primeiro lugar Marcelo Rebelo de Sousa que recebe 6%, seguido de Mário Soares, com 2,5% e Carlos César com 2,1%. Com valores mais baixos, surgem António Costa, 1,9%, e Vasco Cordeiro com 1,7%.

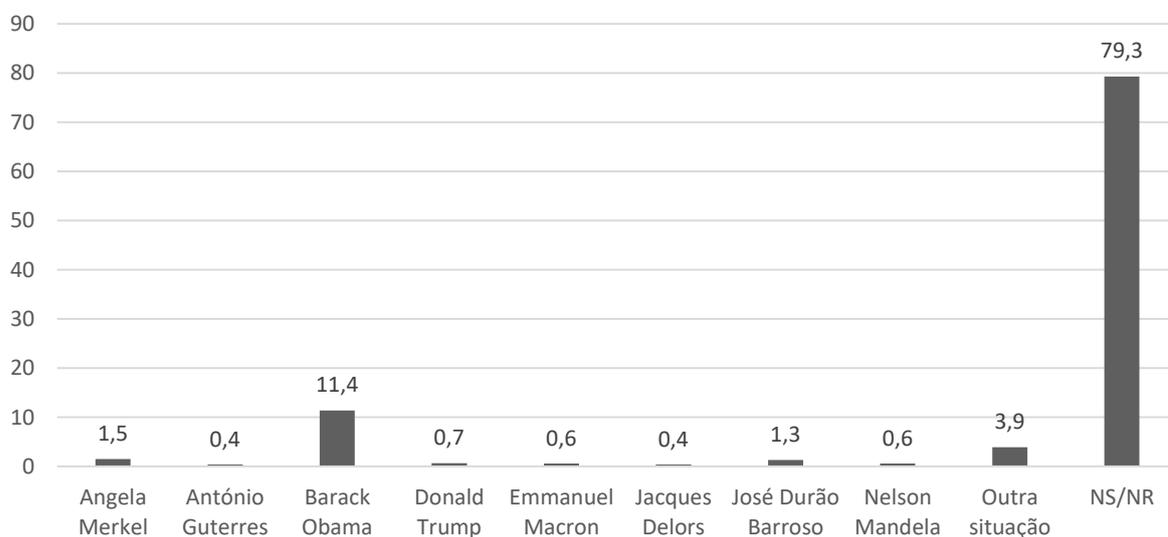
¹⁸ Tal como na questão para escolha dos deputados da sua preferência, dava-se ao inquirido a possibilidade de indicar três políticos nacionais, não havendo sugestões no questionário. A identificação podia-se fazer em torno de políticos vivos ou falecidos e o inquirido podia indicar até um limite de 3. A criação de categorias respeitou o nexo entre o nome dado e o nome de um político conhecido. Significa que não era necessário indicar o nome completo do político para o identificar. Isso não representa problemas, por exemplo, para Eanes, que toda a gente reconhece como António Ramalho Eanes. Para outros políticos, os inquiridos deram outros elementos que levaram à sua identificação e também foram classificados. Existe um leque muito variado de políticos, que receberam poucas indicações, e que ficaram em outra situação. Para apresentação dos resultados, optou-se apenas por mostrar os 10 mais votados.

Gráfico 11.2.2. Político nacional com quem mais se identifica, em %.



No plano internacional,¹⁹ o NS/NR é ainda mais elevado, e a escolha recaiu com o valor mais elevado, de 11,4%, em Barack Obama, seguido de Angela Merkel, com 1,5% e o português Durão Barroso, com 1,3%.

Gráfico 11.2.3. Político internacional com quem mais se identifica, em %.



Nota-se, contudo, quer no político nacional com que mais se identifica, quer no político internacional, a junção de políticos recentes – alguns deles bem recentes em termos nacionais –

¹⁹ A identificação e a categorização seguiram os mesmos procedimentos para os políticos nacionais.

com políticos mais antigos, alguns deles já desaparecidos. Isto levanta uma hipótese, que não é explorada neste estudo, mas merece ser desenvolvida sobre esta preferência. Em primeiro lugar, ela deve conhecer diferenças sociais e, em segundo lugar, é bem provável que a escolha esteja muito ligada ao quotidiano político local. Ou seja, que a preferência esteja a ser construída com base naquilo que a mediatização produz acerca destes protagonistas políticos.

11.3. Participação organizacional – partidos políticos

A análise incide agora na participação organizacional ao nível partidário, caracterizando a pertença em termos de militância, atividade, assunção de cargos e motivos para essa participação.

11.3.1. Militância partidária

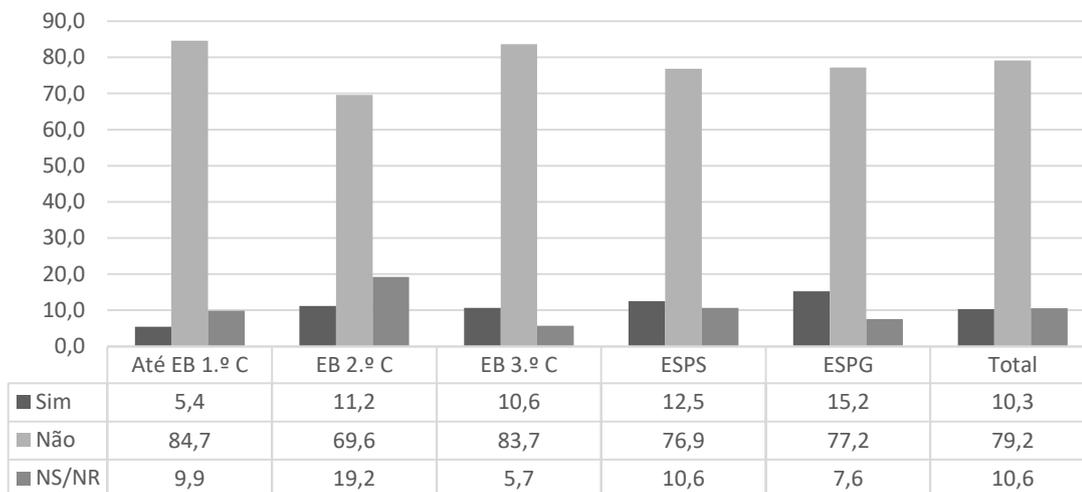
Iniciando pela contabilização dos militantes partidários, verifica-se que o número de açorianos militantes é de 10,3%²⁰, contra 79,2% que não são, com o NS/NR a atingir 10,6%. Em termos de distribuição pelo sexo, os militantes homens são 11,5% e as mulheres ascendem a 9,1%. A proporção de homens militantes é, assim, de 54%, contra 46% de mulheres presentes nos partidos políticos. Confrontando estes valores com os de outro estudo realizado há mais tempo, há uma pequena variação de descida no que diz respeito às mulheres. Com efeito, no estudo de 1999 e para os Açores, foi detetado que 11,9% das mulheres eram militantes partidárias. A característica mais notável da sua militância era serem possuidoras do ensino superior (23,5%) (Rocha; Medeiros; Tomás; Madeira, Borralho, 1999: 154)

No que diz respeito à idade, não há muita diferença nos escalões etários, mas o escalão onde estão mais presentes é o dos 34-49 anos, com 12,9%, seguido do de mais 65 anos, com 11,6% e do de 18-34 anos, com 10,3%. O de 50 aos 64 anos representa 9,4%. Mas, onde verificação se torna, mais uma vez significativa, é na correlação com o nível de escolaridade, novamente numa associação estatisticamente significativa. De facto, quanto mais elevado é o nível de escolaridade, maior é a presença de militantes partidários, com o ensino superior a registar 15,2% e o

²⁰ Corresponde a 150 pessoas.

primeiro nível apenas 5,4%. Isto significa que os militantes partidários com o ensino superior são quase o triplo dos que possuem até o 1.º ciclo.

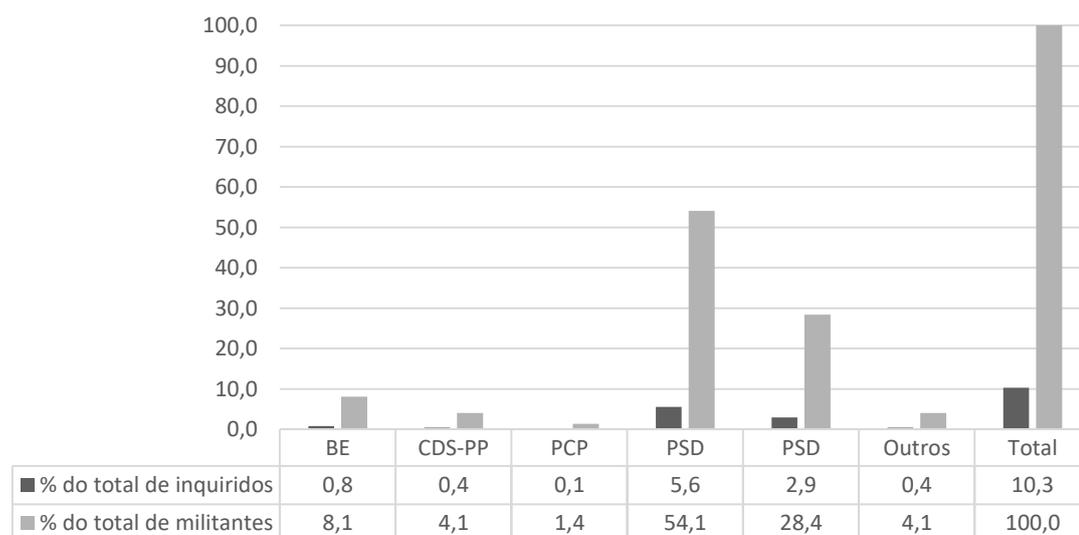
Gráfico 11.3.1.1. Militância partidária atual, por nível de escolaridade, em %.



Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

Quanto à distribuição partidária, a organização onde se observa maior número de militantes é o PSD, com 5,6% do total da região e 54,1% do total de militantes, seguido do PS, com 2,9% e 28,4% respetivamente. Em terceiro lugar o BE, com 0,8% e 8,1%, seguido do CDS-PP, com 0,4% e 4,1%. Em último lugar surge o PCP, com 0,1% e 1,4%.²¹

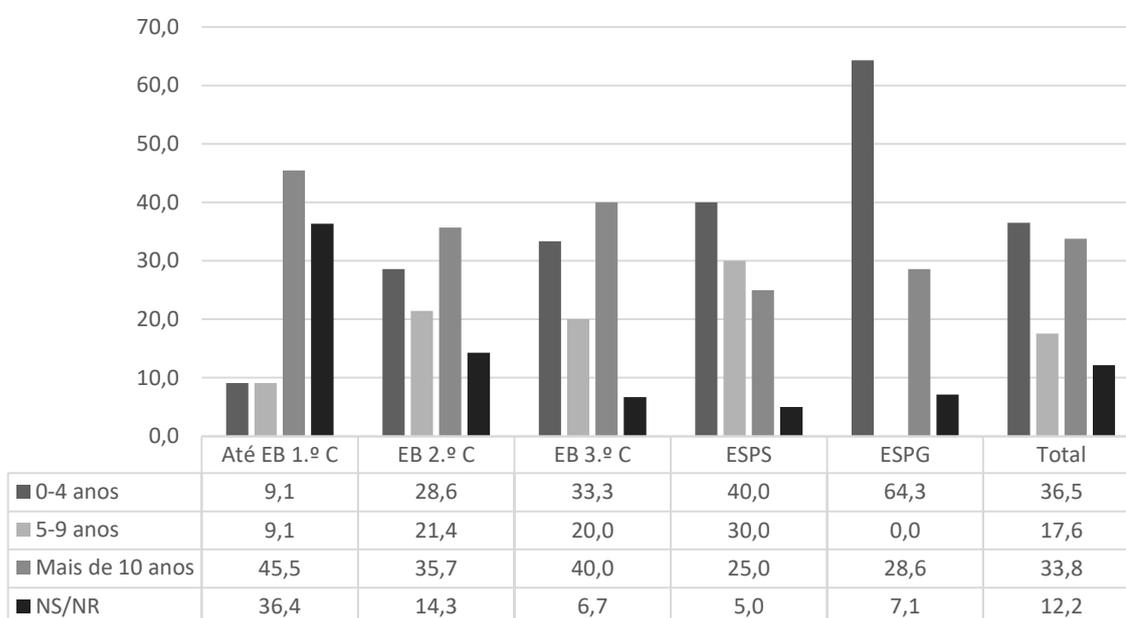
Gráfico 11.3.1.2. Militância partidária atual, por partido, em %.



²¹ Na categoria outros estão agregados os militantes de outros partidos que não integram o parlamento regional, tendo-se optado por só se mostrarem os partidos que compõem a atual ALRAA.

Na análise do percurso partidário, surge em primeiro lugar a caracterização do tempo de militância, verificando-se ser a maioria dos militantes relativamente recente: 54,1%, com menos de 10 anos, sendo 36,5% com um tempo de militância até 4 anos. Entre os mais antigos, destacam-se os que têm baixa escolaridade, com 45,5% para os que têm o 1.º ciclo ou menos. Os mais recentes são, sobretudo, possuidores do ensino superior, a destacar-se com 64,3%. Em resumo, há aqui duas realidades que podem expressar um novo contexto para a militância partidária: um grupo mais antigo, menos escolarizado e, por conseguinte, mais idoso, como se viu; e um grupo mais recente, mais jovem e mais escolarizado.

Gráfico 11.3.1.3. Tempo de militância partidária atual, por períodos, por nível de escolaridade, em %.



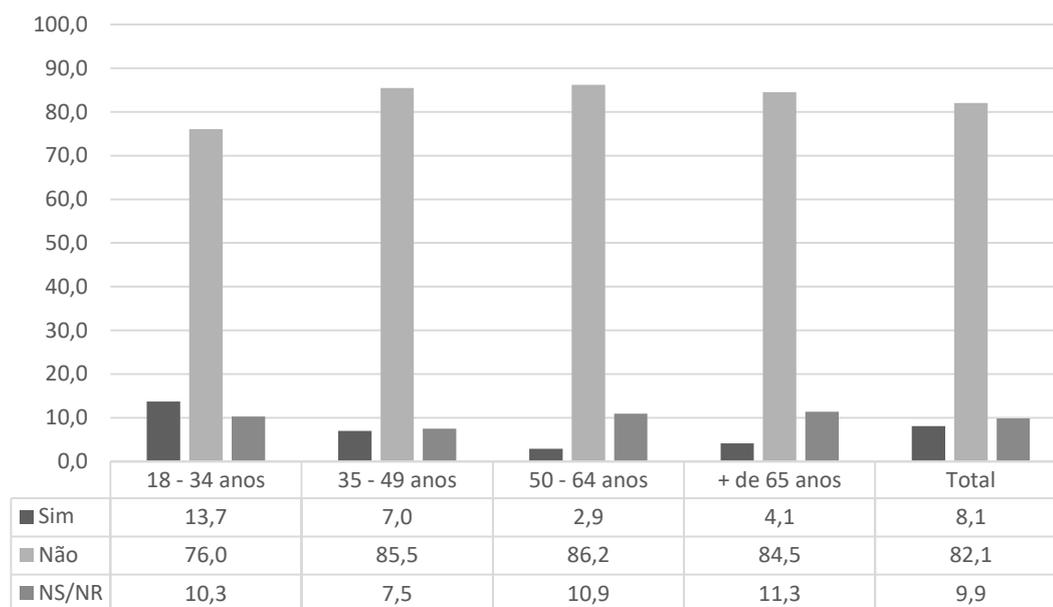
Interessa ainda ver de que forma foi feito o percurso de militância, designadamente se foi precedido da militância numa outra organização: de juventude e partidária. Em termos de militância noutro partido, só 0,8% tiveram essa experiência e foram, sobretudo, os mais velhos e com menor nível de escolaridade (2,0%). Os efetivos são tão poucos que não é relevante dizer qual foi o partido anterior.

Relativamente à pertença a organizações de juventude, observa-se uma pertença inferior à dos partidos, com apenas 8,1% a dizerem que pertencem (corresponde a 58 inquiridos). Através da distribuição sexual, verifica-se que a maior parte dos membros são do sexo masculino, 10,4% contra 5,9% do sexo feminino. Na proporção, temos que as mulheres representam 38% e os ho-

mens 62% do total de militantes. Logo, uma distribuição mais assimétrica do que a registada para os militantes partidários.

Por idades, e numa associação estaticamente significativa, a maioria está no escalão entre os 18 e os 34 anos, com 13,7%, pelo que alguns ainda serão militantes, com uma tendência de descida para os outros escalões etários.

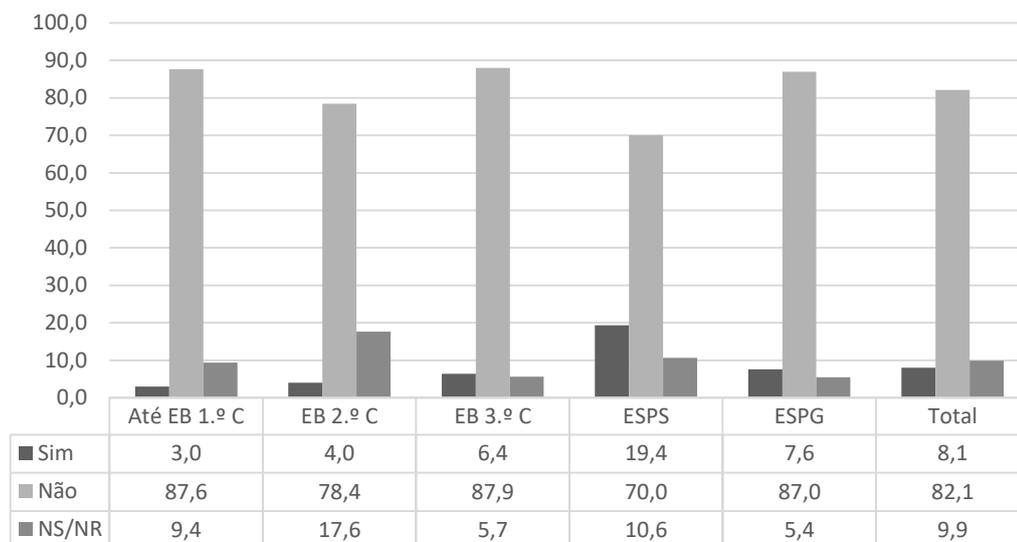
Gráfico 11.3.1.4. Pertença a organização partidária de juventude, por escalões etários, em %.



Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

Correlacionando de novo com o nível de escolaridade, verifica-se o observado para a militância partidária, com os mais escolarizados a estarem mais presentes do que os menos escolarizados, com uma ligeira diferença: enquanto nos militantes partidários sobressai os que possuem o ensino superior, ao nível das juventudes partidárias, o ensino superior vem em segundo lugar com o grau imediatamente antes – ensino secundário e pós-secundário – a denotar um maior peso, com 19,4%. Mas os menos presentes continuam a ser os menos escolarizados.

Gráfico 11.3.1.5. Pertença a organização partidária de juventude, por nível de escolaridade, em %.

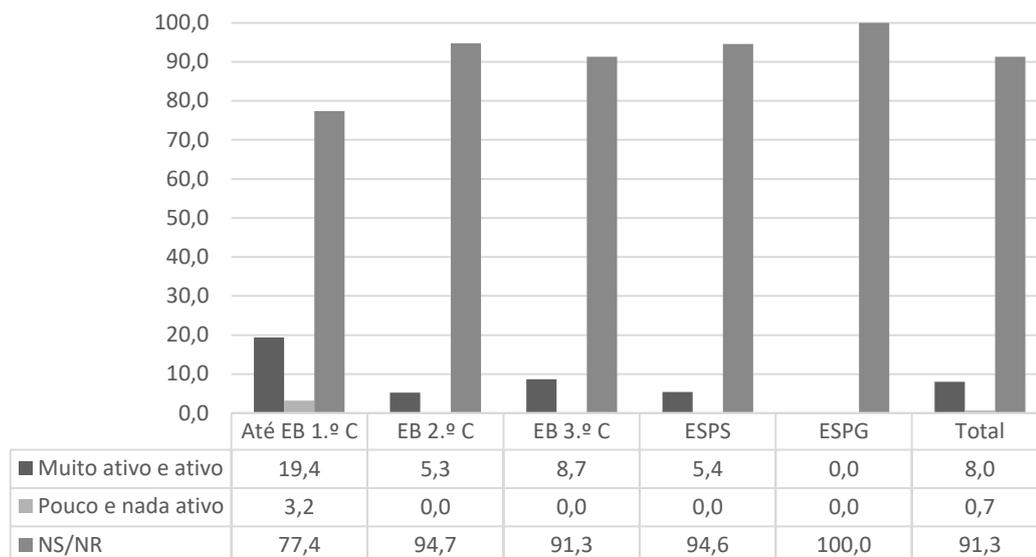


Qui-quadrado significativo; $p \leq 0,01$: associação estatisticamente significativa.

Os elementos de análise sugerem, assim, uma socialização política de baixa intensidade ao nível da pertença a organizações políticas. É necessário dizer que a socialização política não se esgota na pertença a organizações, mas a realidade mostra que se está longe que o fenómeno esteja presente ao nível da população em geral o que também quer dizer que não possa ser bastante diferente ao nível dos dirigentes partidários. De facto, outros estudos mostraram como dirigentes políticos e partidários que tiveram longos percursos na vida política tiveram, desde cedo uma integração organizacional precoce (Percheron, 1993; Cruz, 1995; Borralho, 2013).

A atividade partidária também merece ser avaliada, ainda de que forma subjetiva, isto é, pela avaliação de si próprio. Os valores de NS/NR são bastante elevados, com uma média 91,3%, pelo que não permitem ver uma leitura individual da atividade com alguma solidez. Ainda assim, são os menos escolarizados e denotam-se muito ativos e ativos, com 19,4%, decaindo a avaliação da atividade com a escolaridade.

Gráfico 11.3.1.6. Atividade partidária subjetiva, por nível de escolaridade, em %.

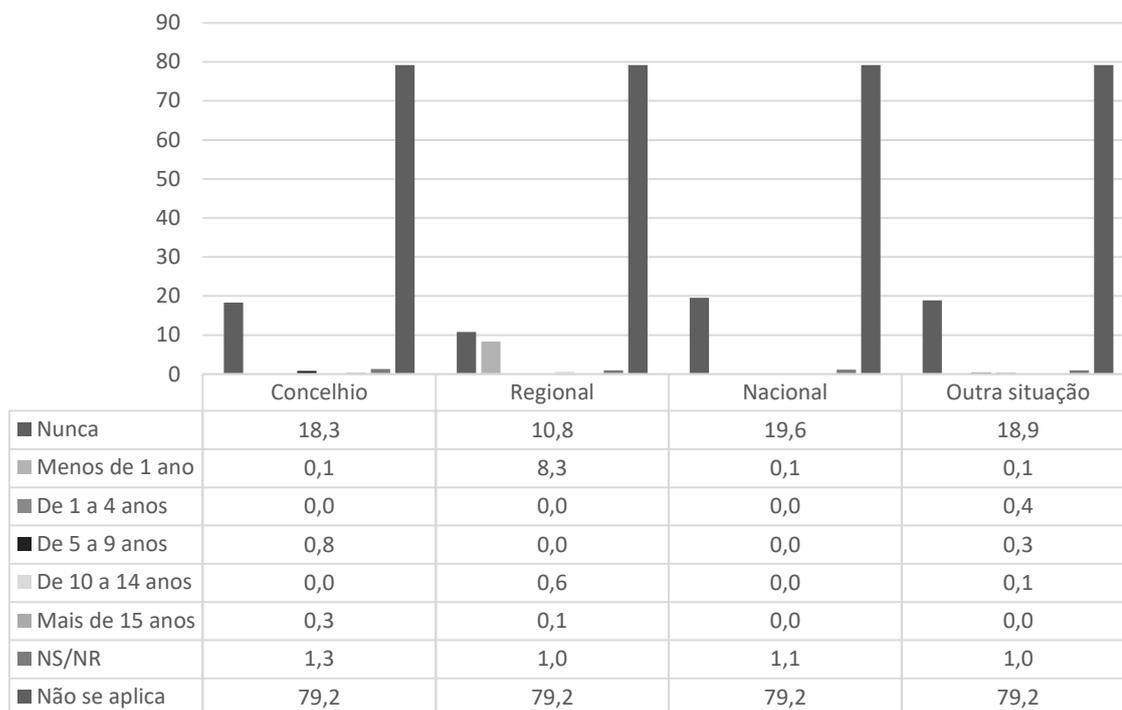


Temos, portanto, uma militância partidária mais no masculino do que no feminino, em dois grandes grupos etários e mais consistente nos que possuem o ensino superior e caracterizando-se ainda por ser uma militância que é recente a par de outra que é mais antiga e podia-se designar como de grande fidelização partidária. A atividade tende para ser avaliada como difusa. Vejamos como se caracteriza na solidez do desempenho de cargos dirigentes.

11.3.2. Assunção de cargos dirigentes partidários

Na assunção de cargos dirigentes observamos valores ainda menos expressivos, como atrás se indiciava, e como se verifica no gráfico seguinte. Contando todos os inquiridos, o não se aplica refere-se aos não militantes (N = 570). Assim, e para a região, 18,3% nunca assumiram um cargo concelhio, 10,8 um cargo regional e 19,6% um nacional. Como a leitura está facilitada pela inexistência, é, contudo, imperioso notar que, em termos regionais, há 8,6% que já pertenceram menos do que 1 ano.

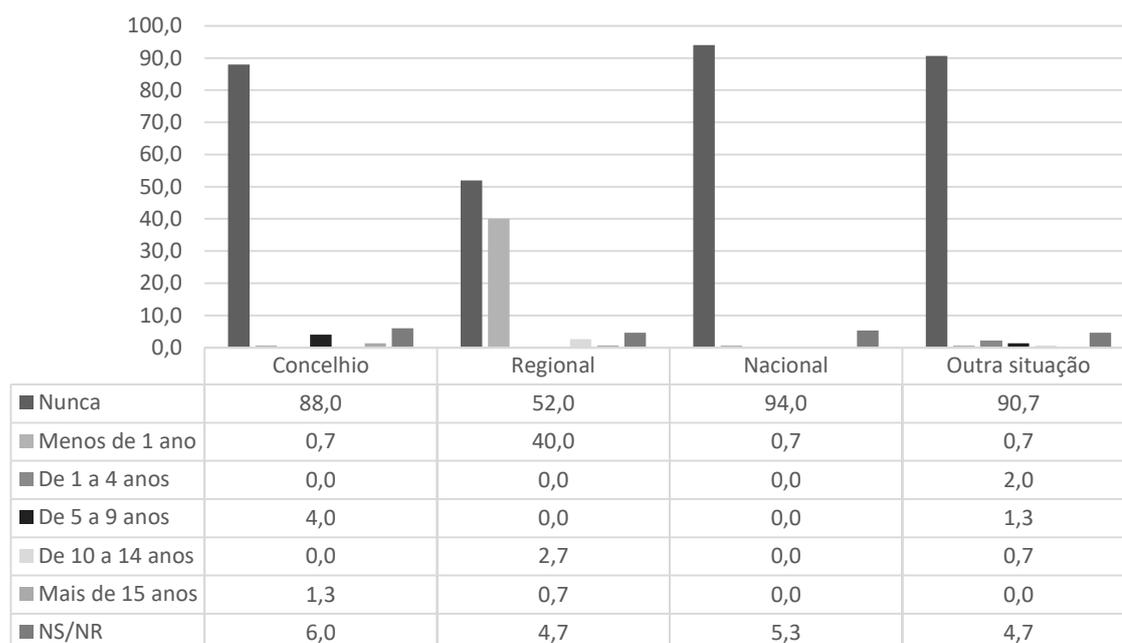
Gráfico 11.3.2.1. Assunção de cargo dirigente partidário, por períodos e relevância territorial, em %.



Se verificarmos esta mesma distribuição, por períodos de tempo e relevância territorial, mas retirando os não militantes, e fazendo corresponder ao total, a totalidade dos militantes, a situação é ainda mais significativa²². O nunca ter atingido um cargo, atinge, no conjunto dos militantes, um valor expressivo 90,7%, superior em termos nacionais (94%), inferior em termos regionais (52%), mas também elevado em termos concelhios (88%). Deste modo, é em termos concelhios, onde os cargos duram mais tempo, apesar de apresentarem uma percentagem muito baixa, com 1,3%, como se pode ver no gráfico seguinte.

²² A totalidade de militantes é de 150.

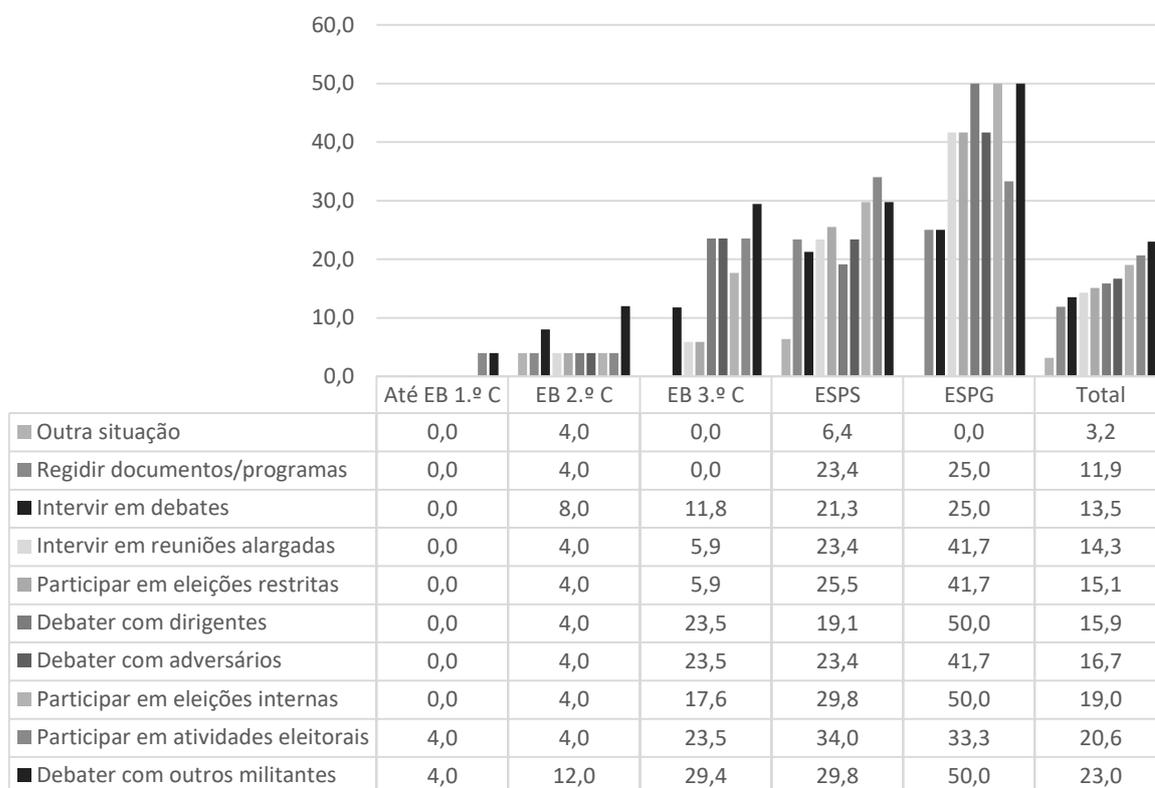
Gráfico 11.3.2.2. Assunção de cargo dirigente partidário, por períodos e relevância territorial, em %.



À partida, podia-se ser levado a levantar duas hipóteses explicativas: ou a rotatividade de dirigentes é elevada ou o fechamento em termos dirigentes é elevado. Se a rotatividade de dirigentes for elevada, isso significa que os militantes estariam sempre a assumir cargos e, como tal, o tempo seria curto, justamente, porque seriam mudados com frequência. Mas o valor de nunca desmente esta hipótese e mostra que o fechamento a cargos dirigentes é que é elevado. Aliás, se a rotatividade fosse elevada, devia haver uma tendência para o desempenho de cargos dirigentes ser mais elevado a nível concelhio – onde existem mais estruturas – e ir diminuindo gradualmente ao nível regional e nacional, acompanhando as possibilidades reais de cargos. Mas não é isso que se passa, nem existe a gradualidade mencionada.

Ainda dentro da atividade interna, os sujeitos foram questionados sobre o tipo de ações preferidas. Dentro de um conjunto amplo de sugestões, eram convidados a escolher de acordo com uma escala de atitudes de muita a nenhuma preferência. O gráfico seguinte mostra e a alguma preferência, que foram agregadas para a análise, mostrando que a atividade preferida é debater com outros militantes, assumindo 23%, mas para os detentores do ensino superior o seu valor é de 50%, e desce à medida que desce a escolaridade, embora registre sempre alguma preferência. Segue-se o participar em atividades eleitorais, com 20,6%, sendo mais intensa nos com o 3.º ciclo e o secundário – 34 e 33,3%, respetivamente. Em terceiro lugar, vem participar em eleições internas, com 19%, mas novamente registando 50% para os do ensino superior e descendo com a descida da escolaridade.

Gráfico 11.3.2.3. Atividades preferidas dos militantes dos partidos, nas atitudes muita e alguma preferência, por nível de escolaridade, em %.



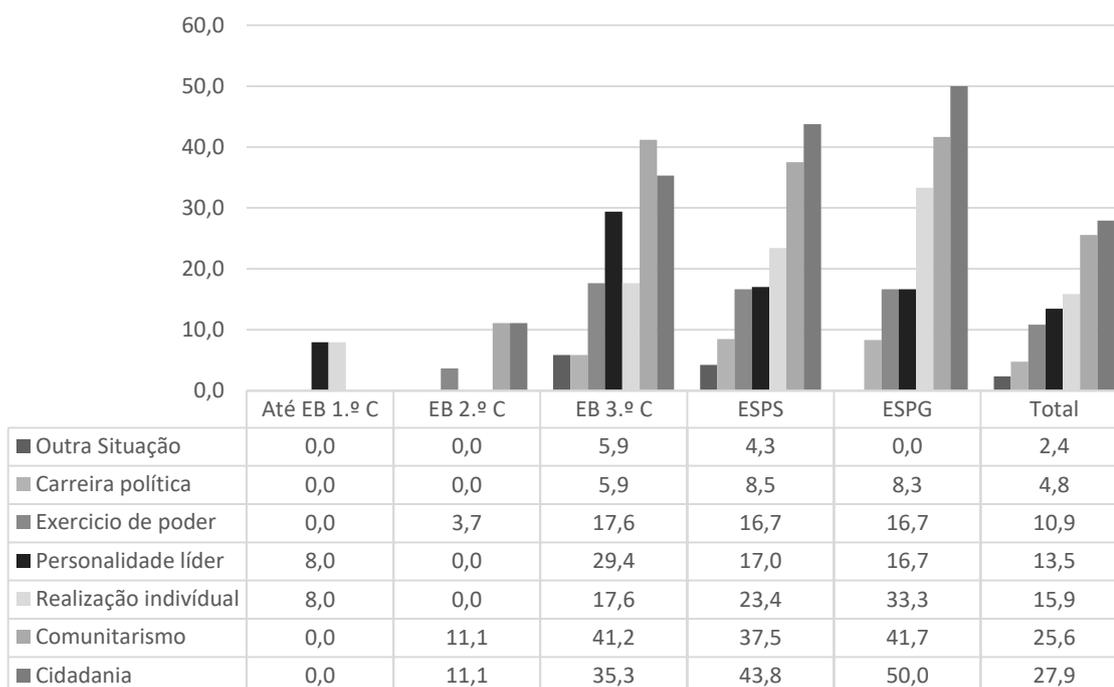
Atividades com valores médios muito próximos, são debater com adversários (16,7%), debater com dirigentes (15,9%), participar em eleições restritas (15,1%) e o intervir em reuniões alargadas (14,3%). Em qualquer delas, os possuidores do ensino superior são os que mais contribuem para estas atividades com valores sempre superiores à média. O intervir em debates e o redigir documentos e programas são as menos preferidas, com 13,5% e 11,9%. No nível de escolaridade mais baixo, só as duas mais preferidas acolheram adesão, todas as outras são pontuadas com zero. Aliás, o gráfico mostra que há claramente uma tendência crescente na atividade pelo nível de escolaridade.

11.3.3. Razões para a militância partidária

Falta, para terminar este ponto, entender as razões percecionadas motivadoras da militância partidária. Para isso foi construído um indicador que sugeria diversas razões, também cruzado

com uma escala de atitudes, de muitas vezes a nunca. Como das vezes anteriores, preferiu-se apenas fazer a análise junto das atitudes muitas e algumas vezes, agregadas para efeitos de leitura. Observa-se que a razão mais apontada é cidadania, com 27,9%, que atinge 50% para os possuidores do ensino superior e desce com a descida da escolaridade. Em segundo lugar, o comunitarismo, com 25,6%, também mais elevado no ensino superior (41,7%) e com tendência de descida para o nível de ensino mais baixo. Segue-se a realização individual e a personalidade do líder, com valores muito próximos – 15,9% e 13,5%, respetivamente. A realização individual apresenta um valor mais elevado dos que possuem o ensino superior (33,3%), mas a personalidade do líder é a preferida dos possuem o 3.º ciclo (29,4%). Assinale-se ainda que a realização individual e a personalidade do líder são as duas únicas razões escolhidas pelos que possuem até o 1.º ciclo, ambas com 8%.

Gráfico 11.3.3.1. Razões para a militância partidária, nas atitudes muitas e algumas vezes, por nível de escolaridade, em %.



O exercício do poder reparte-se de forma quase idêntica pelos 3 grupos mais escolarizados, com um valor médio de 10,9% e o fazer carreira política não é de todo uma razão preferida, com escassos 4,8%. A repartição pelo sexo, que não se reproduz, mostra uma tendência de preferência dos mesmos valores, mas mais acentuada nos homens do que nas mulheres. Em resumo, é um quadro de afirmação de valores sociopolíticos democráticos e de participação cívica, mas também

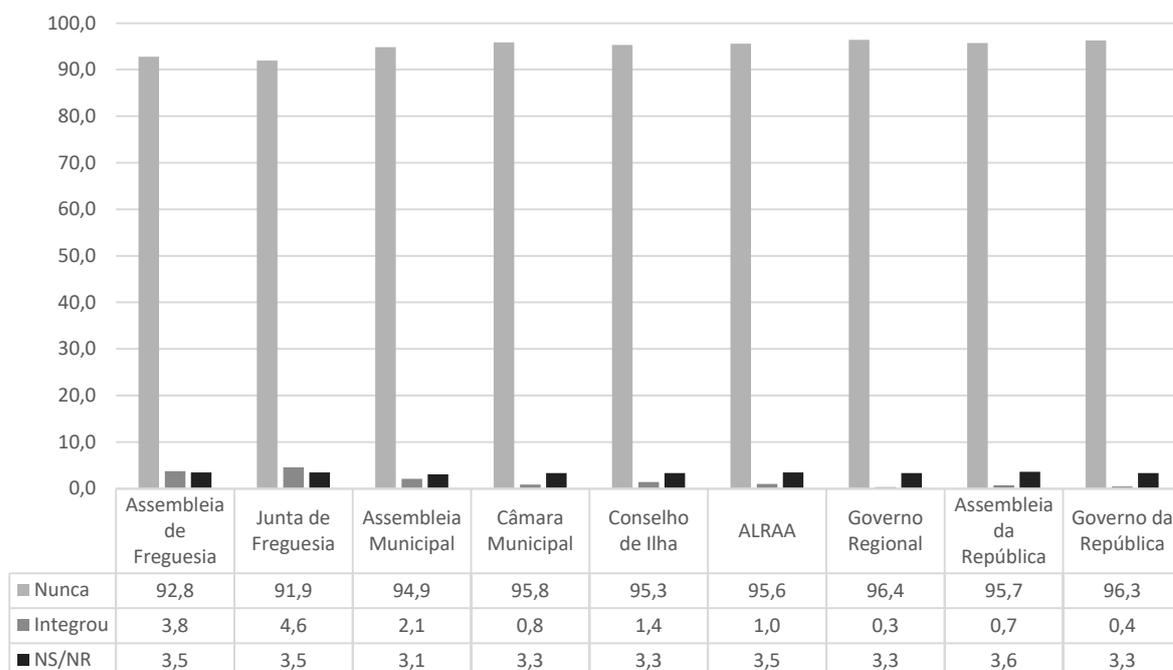
de reivindicação de direitos de participação – cidadania – o qual não se vê desligado da realização individual e da contribuição comunitário. Numa palavra, podia-se dizer que se trata de um conjunto de razões que parecem apelar a valores de um quotidiano socio centrados (Machado; Costa; Almeida; 1989: 201).

11.4. Participação organizacional – a participação institucional

O quadro da participação organizacional e institucional foi reduzido ao mínimo e para se ter, ao menos, um indicador que ajude a complementaridade da análise. Entre as várias questões possíveis, optou-se pela mais básica que foi sugerir os diferentes níveis de participação nos órgãos do Estado, desde a Assembleia de Freguesia até ao Governo da República. A resposta era também concedida através de uma escala temporal que iniciava em nunca e terminava até mais de 12 anos.

Como a participação nos órgãos do Estado é, de facto, muito fraca, optou-se por apenas mostrar se integrou ou não. Como se observa no gráfico seguinte, o nunca é sempre atingido na casa dos 90%.

Gráfico 11.4.1. Assunção de cargos em diversos órgãos do Estado, por órgão e integração, em %.



Em termos de assunção de cargo, o valor mais elevado para a Junta de Freguesia, com 4,6%, seguindo-se a Assembleia de Freguesia, com 3,8%, seguida da Assembleia Municipal, com 2,1%. Entre os menos participados, estão o Governo Regional e o Governo da República, com 0,3% e 0,4%, respetivamente. A diferença não é de todo significativa. Mesmo a participação na ALRAA atinge escassos 1%.

Trata-se, em suma, de uma participação organizacional fraca e que indicia fraca rotatividade. O estudo de 1999 sobre as mulheres, indicava justamente que o número de mulheres que já integrado órgãos das Autarquias Locais era de cerca de 2% (Rocha; Medeiros; Tomás; Madeira; Borralho, 1999: 158). Outro mais recente e analisando a renovação política na ALRAA e no Governo Regional, nos anos de 1976 a 1995, concluiu que o Índice de Renovação Política, criado para o efeito, eram baixos, em especial o do Governo Regional. Ambos começados em 1 (o máximo que coincide com as primeiras eleições), descem significativamente ao longo dos anos, ficando em 0,38 para o Governo e 0,59 para a ALRAA (Borralho, 2013: 174).

11.5. Atitudes sociopolíticas face à democracia

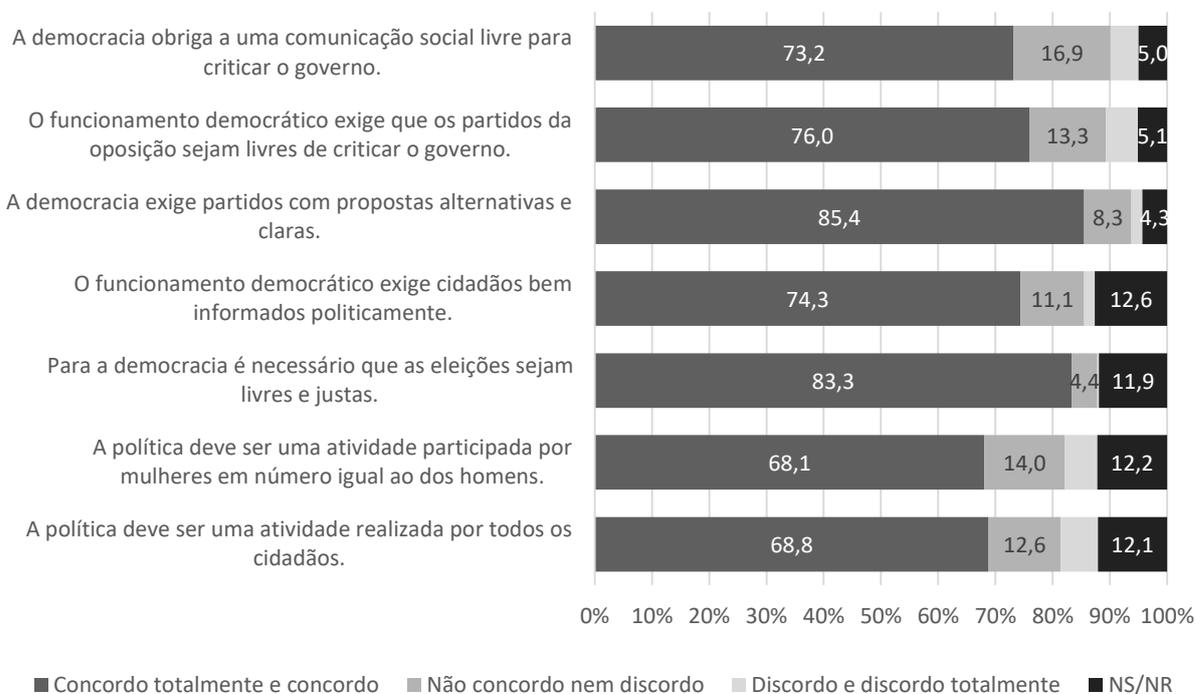
A terminar este capítulo, como se disse no princípio, faz-se a análise de um conjunto de atitudes sociopolítica face à democracia, em geral, e face à avaliação da democracia açoriana. Trata-se da análise de dois blocos de questões a que os inquiridos teriam de responder numa escala de atitudes, de concordo totalmente a discordo totalmente. Este conjunto de atitudes mais gerais à democracia são também, por definição, atitudes que se encontram nos Açores e no País, não particularizando a situação de cada um. São atitudes gerais à democracia açoriana, no primeiro grupo, e num segundo grupo, mais ligadas a aspetos particulares e individuais da situação da Região.

Para a leitura do primeiro gráfico, e dado que os valores de discordo e discordo totalmente são muito reduzidos, omitiram-se no gráfico para não dificultar a leitura. Estes valores correspondem à penúltima fração da barra, logo antes da mais escura que representa o NS/NR.

A atitude sociopolítica mais valorizada é que afirma a democracia exigir partidos com propostas alternativas e claras onde o concordo totalmente e concordo (CTC) atinge 85,4%. Segue-se a da democracia necessitar de eleições livres e justas, com 83,3%. Estas duas atitudes formam o primeiro grupo, seguindo-se um segundo, com valores na casa dos 70%, e próximos, que afirmam

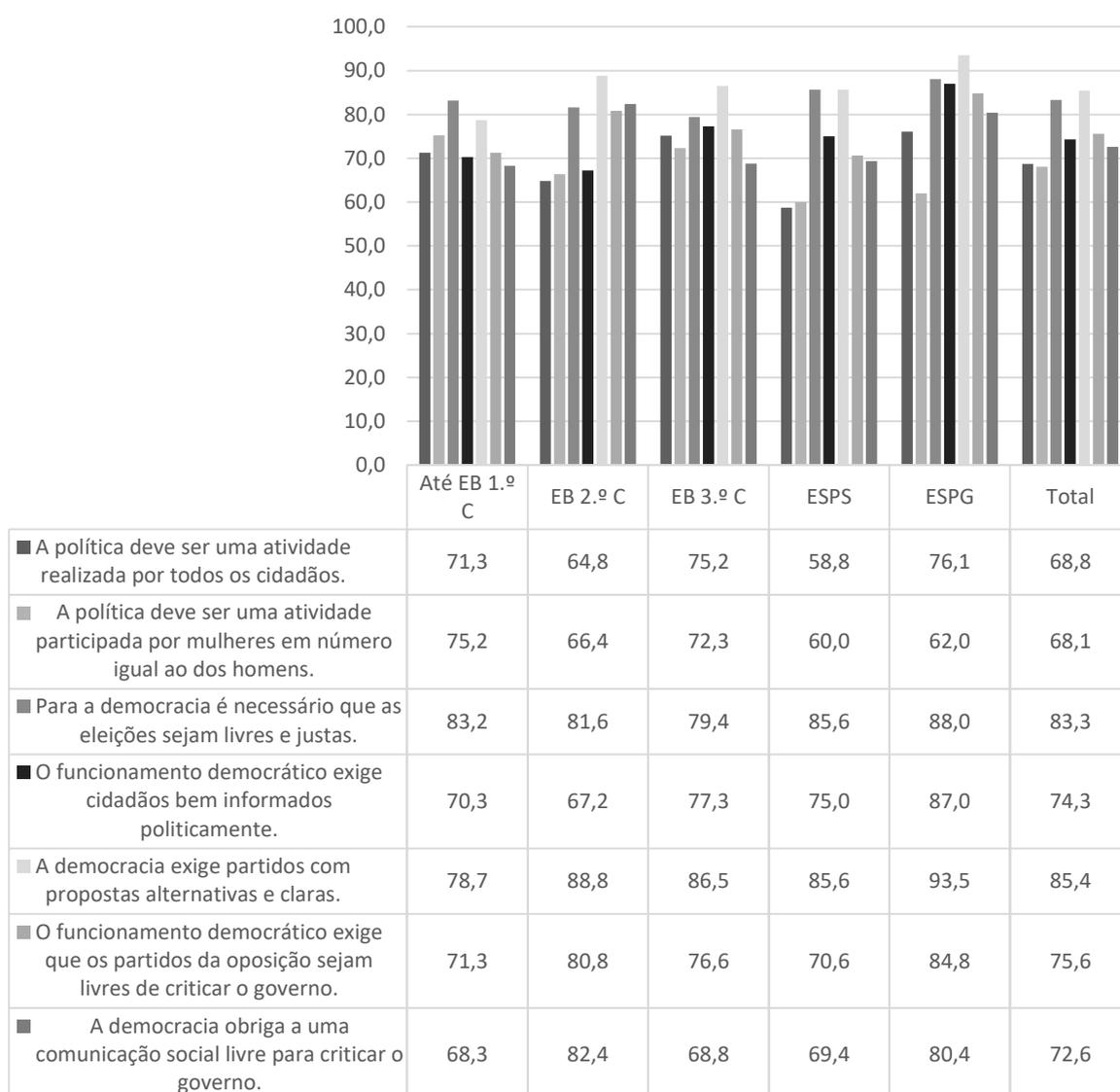
que o funcionamento democrático exige que os partidos da oposição sejam livres de criticar o governo (76%), assim como cidadãos bem informados politicamente (74,3%) e a democracia obriga a uma comunicação social livre para criticar o governo, com 73,2%).

Gráfico 11.5.1. Atitudes sociopolíticas face à democracia, por escala de atitudes, em %.



Um terceiro grupo afirma que a política deve ser uma atividade realizada por todos os cidadãos (68,8%) e também deve ser uma atividade participada por mulheres em número igual ao dos homens (68,1%). Em geral, são atitudes sociopolíticas de afirmação da democracia pluralista, partidária, representativa e constituída por partidos como elementos representativos da vontade popular. Apesar de algumas diferenças, os valores de discordância são ténues, bem menos significativos dos que a indiferença (nem concordo nem discordo) ou do NS/NR. A indiferença aqui também não pode ser vista como se fosse uma total indiferença, pois muitos inquiridos dão por adquiridas certas atitudes ou tendem a vê-las como se não estivessem ameaçadas.

Gráfico 11.5.2. Atitudes sociopolíticas face à democracia, por escala de atitudes, concordo totalmente e concordo, por nível de escolaridade, em %.



Correlacionando com o nível de escolaridade, e apenas nas atitudes concordo totalmente e concordo, observam-se algumas diferenças, que se traduzem, em primeiro lugar, por um reforço das atitudes nos detentores do ensino superior, à exceção do que afirma a igualdade de género na política, onde este grupo regista 62%, abaixo da média e, onde, por exemplo, os que têm o 1.º ciclo registam 75,2%. Tem também a particularidade de ser, entre todas as atitudes e entre todos os graus de ensino, o segundo valor mais baixo. Também os com o ensino secundário atribuem à igualdade de género na política, o valor mais baixo de todos, 60%.

No entanto, a atitude mais valorizada para todos – a democracia exige partidos com propostas alternativas e claras – atinge 93,5% para os do ensino superior e 88% quando se trata de eleições livres e justas.

Nas atitudes sociopolíticas mais particulares face à realidade açoriana, e sendo atitudes díspares, verifica-se um posicionamento desigual dos inquiridos. A atitude que suscita maior valor de concordo totalmente e concordo, é a que afirma os eleitores conversam sobre política com as pessoas conhecidas antes de votarem, com 62,8%. Segue-se, num segundo grupo de atitude mais valorizadas, as eleições legislativas são livres e justas, com 56,4% e a Autonomia Regional contribuiu para um maior desenvolvimento económico e social, com 55,7%. Embora nestas duas os indiferentes não sejam elevados, os valores são cerca de 27%, com o discordo e discordo totalmente a atingir 12,8% e 8,9%, respetivamente. Segue-se a comunicação social é livre para criticar o governo, com 46,4%, mas o registo de discordância já sobe para perto dos 20%.

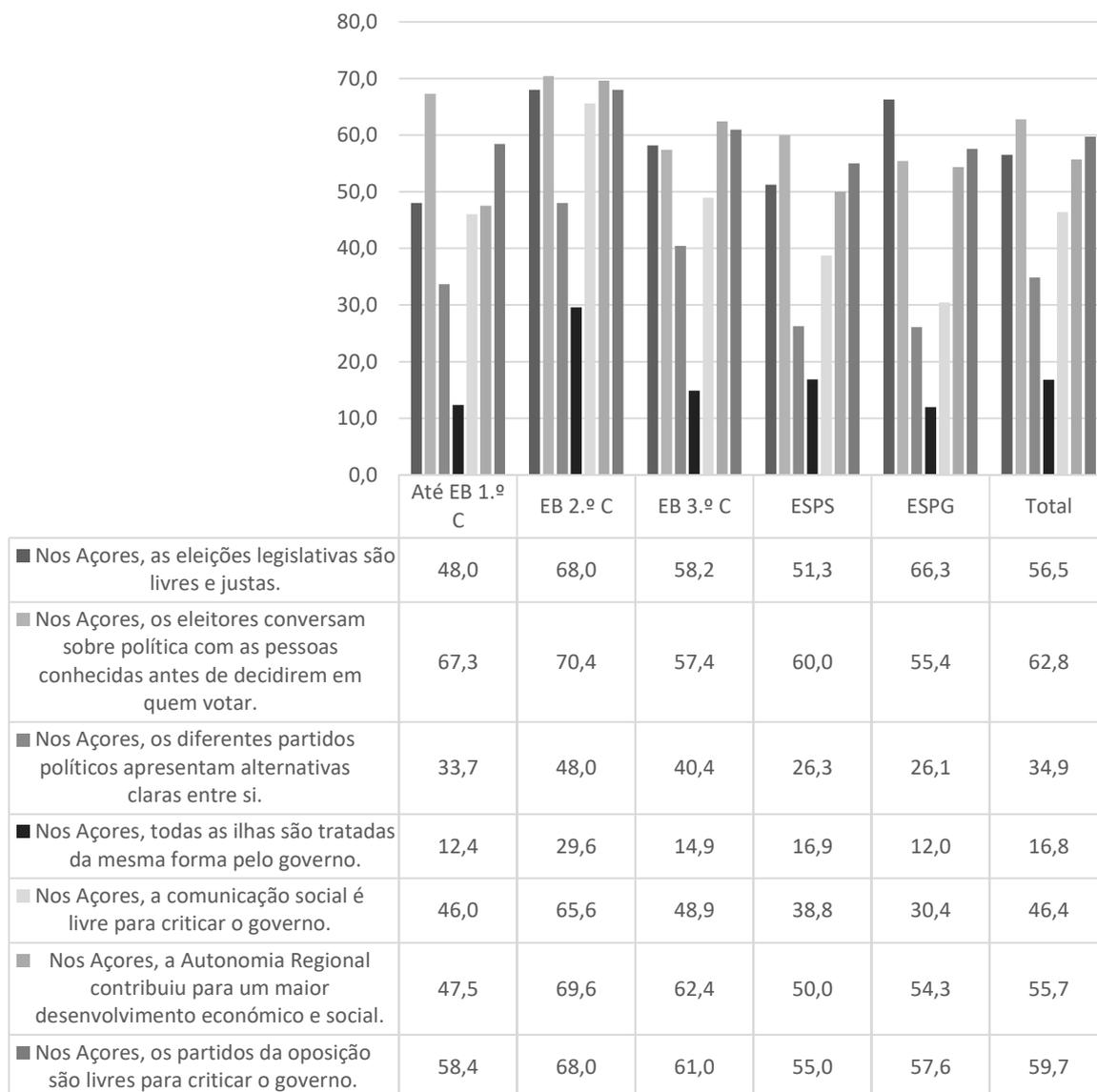
Gráfico 11.5.3. Atitudes sociopolíticas face aos Açores, por escala de atitudes, em %.



Uma atitude que gera um maior valor de indiferença consiste na afirmação de os diferentes partidos políticos apresentarem alternativas claras entre si, 36,5% e 34,8% para as afirmações de concordância, com a discordância também a assumir 21,5%. Mas, em duas atitudes, a concordância foi claramente prejudicada: em os partidos da oposição são livres para criticar o governo, a atitude de indiferença impôs-se de novo, com 23,5%, embora com uma discordância baixa, de cerca de 10%. Na outra atitude – todas as ilhas são tratadas da mesma forma pelo governo – o valor do discordo e discordo totalmente regista 57,1%, contra 16,8% de concordo totalmente e

concordo.O gráfico seguinte mostra as atitudes – concordo totalmente e concordo – pelo nível de escolaridade, tal como se fez para o conjunto anterior.

Gráfico 11.5.4. Atitudes sociopolíticas face aos Açores, por escala de atitudes, concordo totalmente e concordo, por nível de escolaridade, em %.



Para não repetir a análise anterior, importa verificar que entre os mais escolarizados as atitudes mais valorizadas são: nos Açores as eleições legislativas são livres e justas, com 66,3% - cuja média é de 56,5%. Todas as outras atitudes são menos valorizadas que a média, embora com valores muito próximos, exceção para a atitude a comunicação social é livre para criticar o governo, assumindo um valor de 30,4%.

Observa-se ainda que no lado dos menos escolarizados, as atitudes que afirmam a Autonomia como contribuição para um maior desenvolvimento económico e social e os partidos da oposição são livres para criticar são mais valorizadas ao nível do ensino de 2.º e 3.º ciclo (69,6% e 62,4%, e 68% e 61, respetivamente). Significa que estes não são os grupos etários mais novos nem os grupos etários mais novos, possuindo, na sua maioria uma idade que lhes permite traçar uma comparação com aquilo que se passava antes e depois da criação autonómica e das eleições.

No geral, e apesar das diferenças assinaladas, as atitudes sociopolíticas registadas ao nível da democracia e do funcionamento democrático nos Açores, e das questões mais particulares, mais até de apreciação do processo sociopolítico açoriano, suscitam, no geral, uma avaliação positiva por parte dos sujeitos. Está-se no terreno das avaliações subjetivas que conformam as representações sociopolíticas que por sua vez são orientadas e também são constitutivas dos valores sociais. Logo, existe sempre uma avaliação que é influenciada não só pelas características sociais dos sujeitos, mas também pela presença das expectativas que os sujeitos alimentam sobre o seu quotidiano e sobre o seu futuro (Almeida, 1990). Por outras palavras, as atitudes aqui avaliadas refletem sobretudo a prática e o comportamento dos sujeitos perante as práticas. E têm quase sempre uma orientação normativa, ou seja, um quadro ideológico e simbólico, onde se movem. Sendo leituras da realidade, ajudam a lê-la e lêem-na de acordo com as posições ideológicas e culturais que influenciam o comportamento dos sujeitos.

12. Ensaio para criação de uma tipologia da abstenção

Com o propósito de realizar uma abordagem relacional sobre as múltiplas variáveis que caracterizam os sujeitos em estudo, foi utilizada uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM). Esta técnica multivariada permite a identificação da especificidade das associações entre as categorias das múltiplas variáveis em análise, permitindo assim detetar a existência de relações de associação ou de oposição entre os grupos. As configurações definidas pela associação entre as categorias de múltiplas variáveis permite aferir da existência de diferentes perfis. Com a ACM há a possibilidade de representar, graficamente, as correspondências múltiplas. Em primeiro lugar, possibilita visualizar a configuração de cada um dos perfis. Em segundo lugar, permite analisar a disposição dos diferentes perfis e, em terceiro lugar, aferir da existência de relações de associação ou de oposição.

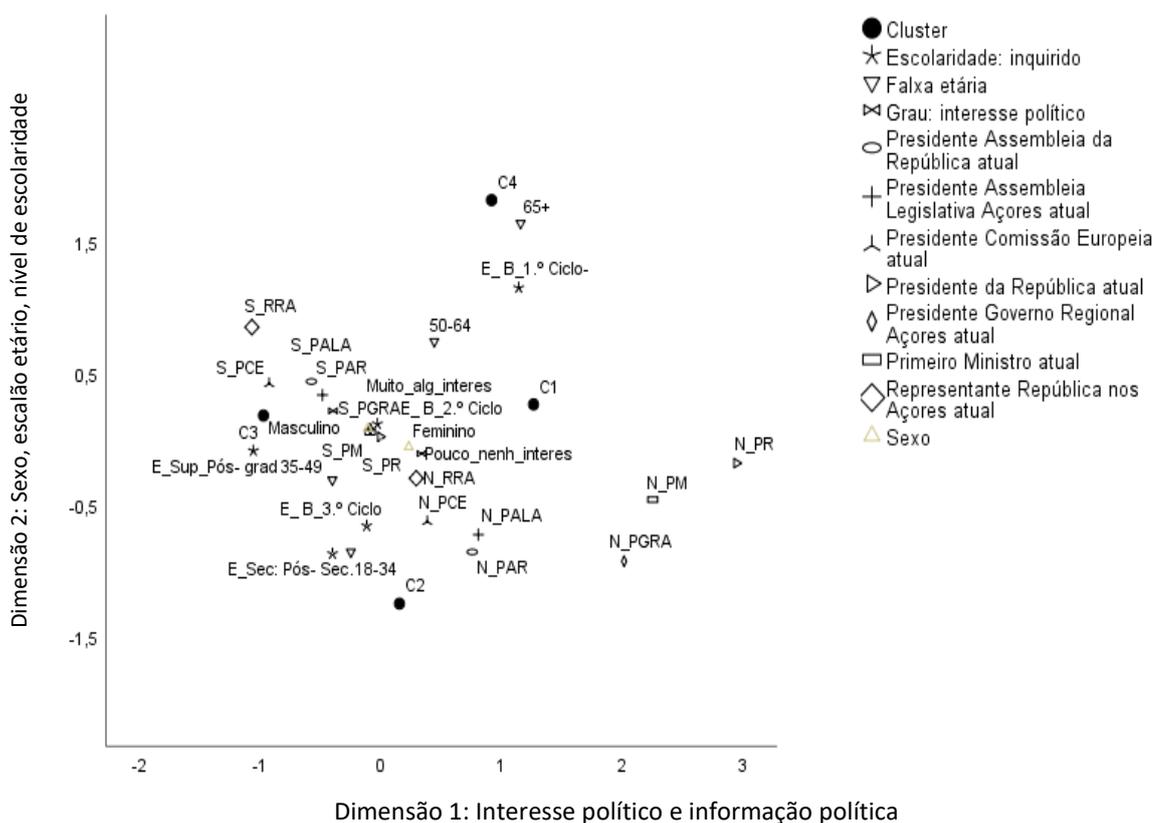
12.1. Criação de perfis com base em clusters

Com o objetivo de identificar perfis dos cidadãos com 18 anos ou mais, relativamente ao seu interesse e informação política, realizou-se a ACM tendo sido selecionadas duas dimensões enquanto eixos estruturantes do espaço das representações. A ACM foi realizada considerando, inicialmente, todas as variáveis sociodemográficas, assim como as referentes ao interesse e informação política como variáveis ativas. No entanto, verificou-se a existência de algumas variáveis que apresentaram pouco poder discriminativo, na definição da ACM, pelo que se optou por considerá-las variáveis suplementares, como é o caso da variável sexo, e de outras, por não cumprirem os pressupostos para averiguação do teste de independência do qui-quadrado, mesmo após se ter procedido à recodificação e agregação de categorias, como é o caso da variável rendimento do agregado familiar.

Tendo por base as coordenadas dos indivíduos nas duas componentes principais retidas na ACM, foi aplicado o método não hierárquico das k-médias (k-means), de forma a maximizar as diferenças entre os indivíduos incluídos em classes diferentes, com o intuito de agrupar os indivíduos nessas classes, e de se confirmar os perfis identificados na ACM.

Assim, as principais características dos 720 inquiridos, avaliadas para cada um dos quatro *clusters* encontrados, foram as seguintes. O primeiro cluster (C1) contém 126 indivíduos (17,5%), o segundo (C2) 224 (31,1%), o terceiro (C3) 256 (35,6%) e o quarto (C4) compreende 114 indivíduos (15,8%). Com base no mapa percentual, que é apresentado no gráfico seguinte, pode-se ver estes quatro grupos de sujeitos, também designados perfis. Foram usadas, para caracterização, na dimensão 1, os indicadores interesse pela política e a identificação dos protagonistas políticos tidas como informação política. Na dimensão 2, foram usadas as variáveis sexo, escalão etário, nível de escolaridade e rendimento do agregado familiar.

Gráfico 12.1.1. Mapa de configuração dos perfis com base em interesse político e informação política, e sexo, escalão etário e nível de escolaridade (ACM).



O perfil 1 (C1) (17,5%) – representado à direita e a meio do mapa – possui maioritariamente o 2.º ciclo do Ensino Básico, ou menos (92,1%), é do sexo feminino (53,5%), posiciona-se no escalão etário dos 50-64 anos (52,4%), tem como rendimento do seu agregado familiar um valor inferior a 1200 euros (78%). Cerca de 75,5% destes sujeitos revelam pouco ou nenhum interesse político. Dos políticos atualmente em atividade, identificam acertadamente o

Presidente da República (90,5%), o Presidente do Governo Regional (78,6%) e o Primeiro-ministro (75,4%). Não reconhecem o Representante da República na Região (65,9%), enquanto a maioria não responde para o Presidente da Comissão Europeia (50,8%), para o Presidente da Assembleia da República (47,6%) e para a Presidente da Assembleia da República (46%).

O perfil 2 (C2) – representado no mapa a meio e em baixo –, representando cerca de 31% dos inquiridos, é sobretudo do sexo feminino (60,3%), está entre os 18 e os 34 anos (62,9%), possui uma escolarizada média – tendo em conta o seu escalão etário –, situada no 3.º ciclo do Ensino Básico e no secundário e pós-secundário (76,8%), possui um rendimento do agregado familiar, maioritariamente, entre os 600 e os 1200 euros (49,5%). Em termos de interesse político, denota pouco ou nenhum interesse (78,8%), mas identifica acertadamente os atuais detentores de cargos políticos: o Presidente da República (97%), o Primeiro-ministro (85,7%), o Presidente do Governo Regional (81,2). Também os outros detentores de cargos são maioritariamente identificados de modo correto, embora com valores mais baixos, mas não identifica acertadamente o Representante da República.

O perfil 3 (C3) – representado no mapa a meio, à esquerda –, representa 35,6% dos inquiridos – o grupo mais elevado –, sendo maioritariamente masculino (58,6%), possui o ensino secundário e pós-secundário e o superior e pós-superior (56,3%) e tem idades compreendidas entre os 18 e os 49 anos (75,4%) e um rendimento familiar superior aos 1200 euros. Denota muito e algum interesse pela política (57,8%), identifica corretamente todos os protagonistas políticos – Presidente da República (100%), Presidente do Governo Regional (99,2%), Primeiro-ministro (99,8%). Sabe quem é a Presidente da ALRAA (68,2%) e da Assembleia da República (78,5%), conhece o Presidente da Comissão Europeia (54,5%), mas prefere não responder à identificação do Representante da República.

O perfil 4 (C4) – representado a meio do mapa ao cimo –, e agregando 15,8% dos inquiridos, é maioritariamente do sexo feminino (53,5%), tem idade superior a 65 anos (57,5%) – de 100% superior 50 anos –, possui a escolaridade mais baixa (até ao 1.º ciclo) (93,9%), e tem um rendimento familiar menor que 1200 euros (78,6%) e cerca de metade desta percentagem abaixo dos 600 euros. O grau de interesse político é pouco ou nenhum (65,8%). Sabem quem é o Chefe de Estado (97,4%), o Presidente do Governo Regional (92,7%), o Primeiro-ministro (89,5%). Mas preferem não responder na identificação dos restantes protagonistas políticos, tendo claramente a perceção que não sabem quem são.

Estes 4 perfis permitem traçar um quadro em que os clusters sejam identificados por outras características. Assim, o C3 corresponde aos Interessados – um grupo mais coeso do ponto de vista social em que avultam recursos sociais – económicos, culturais e sociais – elevados. Podia-se chamar a este grupo os Interessados.

O C4 também é um grupo muito coeso do ponto de vista social, designadamente pela idade – são os mais idosos –, com menos escolaridade, com menores rendimentos. Denotam pouco interesse pela política, mas conhecem os protagonistas. Podia-se dizer que são os Atentos.

Segue-se o C2, feminino, maioritariamente jovem, escolaridade média, denota pouco ou nenhum interesse, mas conhece e reconhece mais facilmente quem é quem na política. Serão os Intermitentes.

Por fim o C1, também maioritariamente feminino, mas menos que o anterior, idade acima dos 50 anos, escolaridade baixa, rendimento baixo, pouco interesse pela política, menor grau de informação. Serão os Desinformados.

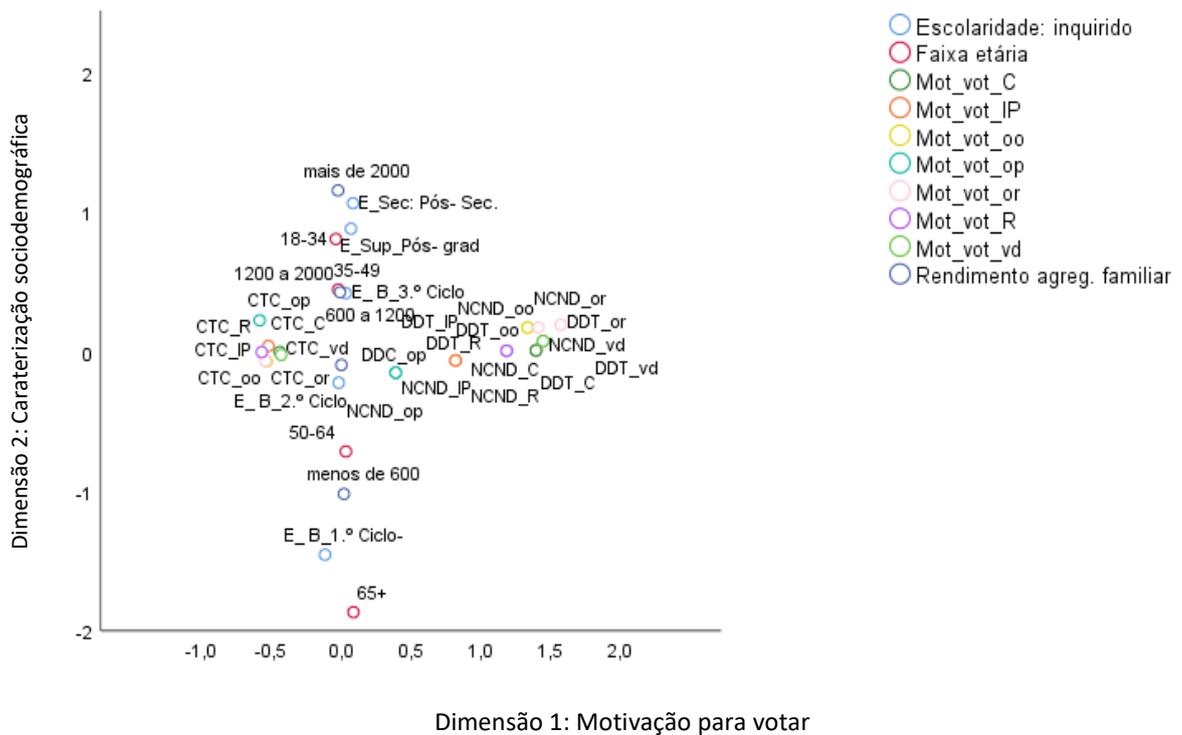
12.2. Perfis de participação e de abstenção

Com base nos perfis anteriormente criados e procurando fundamentar a tipologia que foi apresentada para o interesse e a informação política – Interessados, Atentos, Intermitentes e Desinformados –, vai-se agora verificar como cada cluster se comporta em termos de comportamento eleitoral, usando na dimensão 2 o mesmo tipo de variáveis, e para a dimensão 1 a motivação para votar.

Os mais motivados a votar – para a ALRAA – são o grupo dos Interessados, onde o sempre e o muitas vezes alcança 62,5%, seguindo-se os Atentos (61,4%) e os Desinformados (50%). Em termos de disposição a votar, os Intermitentes são os que registam piores resultados (39,7%). Os resultados melhoram, para todos, na eleição para o Presidente da República, mas, em especial, para as Autarquias Locais: Interessados (70%), Atentos (66%), Desinformados (56%) e Intermitentes (51%)²³. A eleição para o Parlamento Europeu desmotiva todos os grupos.

²³ Para simplificação da leitura e da análise, os valores serão apresentados a partir de agora, arredondados à unidade.

Gráfico 12.2.1. Mapa de configuração dos perfis com base em motivação para votar e caracterização sociodemográfica (ACM).



Porém, a tipologia só ficará completa se a ela adicionarmos o comportamento eleitoral efetivo, ou seja, se costuma votar. Aqui, e para a ALRAA, vem, de novo, em primeiro lugar os Interessados (75%), seguidos dos Atentos (76,3%), Desinformados (51,6%) e Intermitentes (46%). Os resultados pioram ligeiramente para a Assembleia da República, mas melhoram para o Presidente da República e para as Autarquias Locais. Para esta última, regista-se 73% para os Interessados, 77% para os Atentos, 59% para os Desinformados e 54% para os Intermitentes. A eleição do Parlamento Europeu melhora, para os Interessados e para os Atentos, mas não para os Desinformados e os Intermitentes.

Finalmente, revendo a tipologia, dir-se-ia que o grupo cuja designação são os Interessados denota, de facto, o grupo mais coeso e mais inclusivo politicamente. As características sociais que o compõem já tinham sido apresentadas para estudos para a realidade portuguesa como o grupo que social e politicamente mais cidadania exerce (Cabral, 1995). Trata-se de um grupo em que o interesse se alia ao debate, à disputa, e à polémica, não temendo o conflito político. É o grupo de onde se recrutam a maior parte dos ativistas políticos e partidários, os deputados e os governantes, e são simultaneamente os que mais recompensas, sociais, económicas e políticas

recebem de uma cidadania ativa. São escolarizados, têm uma vida ativa, são profissionais. Como refere o estudo acima citado, quanto mais recompensados socialmente, mais empenhados politicamente. O seu voto indicia ser volátil: a recompensa pelo voto é a recompensa pelo que se obtém em termos de ganhos sociais e não necessariamente económicos. Pode-se encontrar abstencionistas neste grupo, mas é bem mais provável encontrar eleitores assíduos.

Os Atentos são algo bem diferente dos primeiros. A sua base social diferenciada, a sua grande homogeneidade etária, a escolaridade e o rendimento baixo, fazem deles o grupo que são menos ativos socialmente, reformados quase todos, têm uma relação atenta com a política por força das suas fragilidades sociais. Sabem que necessitam de apoios, para o seu bem-estar social e saúde, e têm no Estado o seu apoio basilar – também na doença – e realizaram um percurso social – socialização – que lhes mostra que vivem melhor hoje do que os seus antepassados em situação similar. A relação com a política é distante, no conhecimento e no desvelamento da complexidade política, em especial, do que está em causa quando se a complexidade atinge o jargão económico, os problemas orçamentais, ou as opções estruturais para o desenvolvimento do País. Interessa-lhes menos isso, até pela dificuldade de decifração e compreensão, do que manter um quotidiano digno e respeitável. O seu canal informativo primordial, senão mesmo único, é a televisão e não espanta a sua capacidade de identificação dos principais protagonistas políticos do País e da Região. São ainda os que votam com maior fidelidade, se mantêm na relação política com sentido de compromisso e a sua fidelização faz-se, sobretudo, em torno de uma ideia ou conjunto de ideias simples, que pode também ser facilmente entendida como a fidelidade a um líder, a uma convenção. É seguro encontrar aqui abstencionistas, mas não tanto como nos grupos seguintes.

Os Desinformados – que correspondiam ao grupo C1 – são também mulheres, com baixa escolaridade, e são a geração abaixo da anterior. Mais escolarizadas, em idade ativa, com rendimentos baixos, são domésticas e mulheres profissionais em grupos socioprofissionais mal remunerados. Têm menos informação política que os Atentos e menos disposição em votar. Poder-se-ia dizer que alguma dessa relação afastada com a política advém das dificuldades do quotidiano, de algum desencanto em não melhorar o seu nível de vida, enfim, a incapacidade em realizar mobilidade social. Não admira se alguma da censura política realizada não seja, justamente, por esta mobilidade social desejada, mas que se é incapaz de realizar. Trata-se da geração jovem à data do 25 de Abril de 1974. A política deve ter sido bastante vivida na sua juventude, mais nos seus aspetos libertários, mas foi dando lugar aos compromissos sociais, ao trabalho, e à família, onde os fracos recursos sociais, em especial, a escolaridade, não permitem

uma cidadania mais do que difusa. Será seguro encontrar aqui um núcleo substancial de abstencionistas.

Finalmente, os Intermitentes, grupo C2, também maioritariamente feminino e jovem, que correspondem aos filhos dos Desinformados e dos Atentos, e até, eventualmente, netos deste último. Possuem mais escolaridade do que os dois grupos anteriores, e mais informação, sobretudo, por força dos canais de informação que dominam quando os grupos anteriores têm, sobretudo, a televisão como meio informativo. Estão mais desligados deste último, recebem uma informação mais difusa e não a obtêm em meios eruditos; mas estão ligados aos novos meios digitais. Por isso têm mais informação, mas canalizam-na menos para a motivação. Já apanharam a liberdade e a democracia constituídas e o desinteresse dos pais. Logo, têm menos empenho em votar. O votar, ao que tudo indica, é precedido de um julgamento de oportunidade e de recompensa. Se os dois elementos se combinarem, talvez votem; se falharem ou se um deles for desmerecedor, o mais provável é não votar. O facto de terem recompensas sociais e económicas um pouco mais vantajosas que os grupos anteriores, isso não lhes permite um bem-estar social e económico ao dos Interessados. Mas são o grupo que está mais próximo, socialmente dizendo, destes, que frequentam os mesmos espaços sociais, que aspiram ao mesmo consumo, que eventualmente laboram lado-a-lado ou estão profissionalmente dependentes do primeiro grupo, o que não significa uma relação de patrão e empregado. São, portanto, mais voláteis da sua ação: não possuem a fidelização política e ideológica dos Atentos, mas também não possuem as características dos Desinteressados. Serão os mais desenraizados politicamente e, seguramente, encontram-se aqui boa parte dos abstencionistas. A designação Intermitentes foi colocada, justamente, porque não são completamente desinteressados, possuem esse maior conhecimento, mas têm um comportamento mais intermitente e mais difuso do que o dos grupos anteriores.

CONCLUSÃO

Nenhum estudo abrangente sobre as modalidades de participação política, especialmente, centrado nas modalidades de participação eleitoral, e realizado pela primeira vez numa realidade social com fortes disparidades sociais, económicas e geográficas, pode ser entendido como final e definitivo. Acresce ainda a este conjunto de contingências, factos que não são estranhos à realidade sociopolítica dos sistemas políticos como sejam a sua hiperdinâmica, alterações constantes, competitividade assinalável e volatilidade eleitoral (Cruz, 1995). Com efeito, a realidade muda, e também muda a partir das análises que a ciência faz dela, num jogo intrincado entre realidade e análise que se influenciam mutuamente como bem assinalava Max Weber no início do século XX, (Weber, 1993; Weber, 1975).

I

Ao longo do estudo teve-se a oportunidade de verificar que a abstenção eleitoral é um fenómeno que conhece crescimentos maiores e menores e também ritmos mais lentos ou mais dinâmicos. As eleições que geram menor abstenção eleitoral nos Açores, são as Eleições Autárquicas e isso deve estar ligado ao efeito de serem estas a mobilizar mais candidatos, quer dizer, mais eleitores. Com efeito, nas últimas eleições para as Autarquias, em 2017, foram eleitos 569 autarcas (107 para as Câmaras Municipais, 312 para as Assembleias Municipais e 150 para as Assembleias e Juntas de Freguesia). Se a estes eleitos, juntarmos todos os candidatos que concorreram e não foram eleitos, pelos diferentes partidos, ter-se-á um número de vários milhares de candidatos. Isto é, o número de envolvidos é de tal ordem que a mobilização individual e o interconhecimento, entre candidatos e eleitores, criam uma dinâmica de participação que supera todas as outras eleições.

O segundo ato eleitoral onde existe maior participação é, efetivamente, a eleição da ALRAA, que também envolve um número apreciável de candidatos, mas em menor número do que nas Autarquias.

Como se disse, a análise da abstenção eleitoral concentrou-se na eleição para a ALRAA. No entanto, ela não ocorre desligada de outros atos eleitorais e foi por isso necessário caracterizar o contexto. Como se viu, a abstenção eleitoral oficial tem aumentado, em especial de 2004 para

2008, onde se registou em aumento de 43,4% para 53,2%. Este aumento, como se viu antes, foi acompanhado pela abstenção real, embora com valores menores, de 40,3% para 51,5%. Significa que tudo leva a crer que o aumento não se fica a dever à abstenção técnica, que é de 1,8%, mas a uma menor mobilização do eleitorado nestas eleições.

A situação muda, contudo, a partir de 2008 para 2012, quando a abstenção oficial desce de 53,2% para 52,1%, mas a abstenção real desceu de 51,5% para 43,5%. Ou seja, a abstenção real para a ALRAA em 2012 desceu para os valores próximos da abstenção oficial dos atos eleitorais de finais da década de 1990 e princípios da década de 2000.

Como se viu, esta sobre contabilização de eleitores é mais forte nas ilhas mais populosas, em especial em São Miguel, embora a Terceira também registe um número de eleitores fictícios não despidiendos.

A razão para este inflacionamento artificial de eleitores inscritos pode dever-se ao efeito da entrada em funcionamento do Cartão de Cidadão – introduzido em 2008 – e teve como efeito um acréscimo de inscritos no recenseamento, sem ter havido a necessária atualização. Ou seja, entraram mais eleitores porque passaram a estarem recenseados automaticamente, mas desconhece-se se houve sobreposição de eleitores inscritos e se houve uma real atualização dos cadernos.

No entanto, a população eleitoral – com 18 ou mais anos – também cresceu neste período, e, como tal, os inscritos reais aumentaram neste período. Desconhece-se se a esta entrada de eleitores inscritos oficialmente pela obtenção do Cartão do Cidadão leva a uma devida atualização dos cadernos eleitorais – inscritos oficiais – seja para efeitos de abatimentos dos óbitos, seja para efeitos de dedução dos cidadãos que deixam de residir nos Açores ou que mudam a sua residência da freguesia onde se encontram recenseados. Como o recenseamento é feito nas freguesias, pode haver dinâmicas muito diferentes de atualização dos cadernos eleitorais.

A confirmação destes procedimentos administrativos estava fora do âmbito do estudo e não é possível confirmar como se verifica o processo administrativo. Hoje, mais ainda, até pelo efeito da legislação de proteção de dados, mais restritiva. Para se obter uma real comprovação das hipóteses que são aqui levantados, será necessário à administração regional proceder a um rigoroso levantamento. As hipóteses que se levantam para a manutenção desta abstenção técnica, e sobre contabilização de eleitores, poderá ficar a dever-se ao seguinte.

Em primeiro lugar, e a começar, a fatores de ordem administrativa, permitindo que as diferentes entidades administrativas envolvidas no processo não passem a informação ou não cruzem os dados do Cartão de Cidadão com os do recenseamento eleitoral.

Em segundo lugar, pode haver fatores de mobilidade geográfica de cidadãos, – estudantes, trabalhadores, emigrantes, etc. –, que necessitam do Cartão de Cidadão como meio de identificação, ficando registados automaticamente no recenseamento eleitoral açoriano, mas deslocando-se para outros locais onde passam a residir, alterando assim a realidade da população eleitoral. Esta migração, pode ser mais longa ou mais curta, mas acaba por produzir um aumento da abstenção eleitoral que, nalguns casos – por exemplo o dos estudantes – também não se pode considerar, em bom rigor, abstenção técnica. Se estes cidadãos residem na área do seu recenseamento eleitoral e estão meramente ausentes no dia das eleições – não importando qual o motivo –, não se pode considerar abstenção técnica. Ou seja, não há uma sobre contabilização de eleitores, mas sim um desfasamento momentâneo entre o local de residência e o local onde se vota.

A questão da emigração é ainda mais complexa pela inexistência de dados estatísticos que permitam comprovar as saídas.

Em terceiro lugar, pode ainda haver locais onde a atualização dos cadernos eleitorais não se tenha chegado a realizar e se deva fazer uma atualização mais circunstanciada. Como se disse, podem existir dinâmicas diferentes de atualização ou ainda outros aspetos que têm a ver com a complexidade do processo e que escapam à lógica do presente estudo.

Seria de toda a conveniência que a abstenção técnica continuasse a ser apurada, mas isso só parece ser possível se houver cruzamento de dados de diversas fontes. Mas, por exemplo, o estudo pediu os dados relativos ao Cartão de Cidadão para os Açores, para 2018, ao Instituto dos Registos e do Notariado, e a informação foi prestada, mas é claramente insuficiente para cruzar ou confrontar com os dados da população, uma vez que os dados são da totalidade de cartões emitidos e não há repartição por sexo, idades ou freguesias.

Assim, neste âmbito, reafirma-se, qualquer solução a ser adotada tem de ser pensada no quadro administrativo e na possibilidade cruzar dados, pois só as entidades administrativas poderão ter acesso a estes dados, mais fortemente protegidos, pela legislação mais restritiva a que se fez referência.

II

Dito isto, importa, contudo, não escamotear que a abstenção aumentou ao longo das décadas. Se é verdade que a abstenção real terá descido nas eleições já assinaladas, a mobilização de eleitores, melhor dizendo, de alguns eleitores, também está a perder força.

A inquirição direta dos eleitores, com todas contingências que isso acarreta, e que constitui a terceira parte do estudo, mostra a existência clara de um intervalo de potenciais abstencionistas reais, que oscila entre os 47,5% e os 59,6% dos eleitores. Este intervalo é dinâmico, por ser constituído por uma população eleitores que todos os anos se renova: todos os anos há óbitos – e cidadãos que saem do recenseamento e todos os anos há novos eleitores – os que fizeram 18 anos ou que se mudaram para a ou Região. Quer isto dizer, que o intervalo pode conhecer, para algumas eleições, limites inferiores e superior diferentes, de acordo com a mobilização que cada ato eleitoral gera.

Os abstencionistas são eleitores que não votam e, tal como os que votam, não são estáticos nos seus comportamentos, fazem as suas apreciações, avaliações e pautam as suas atitudes e condutas pela dinâmica que o interesse e a participação política geram. Se umas vezes se sentem mais motivados, outras sentem-se menos, e um valor de abstenção real será sempre de esperar.

Ao traçar o perfil destes sujeitos, não se pode falar do abstencionista, mas de abstencionistas, ou seja, de diferentes grupos que reúnem características sociais, económicas e culturais diferentes, sendo este conjunto de recursos o que os faz reagir, politicamente, também de modo diferenciado. Em todos eles haverá, por certo, abstencionistas, mas num deles – os Interessados como foram designados – o número será bem reduzido. Não valerá a pena estar a repetir as características de cada grupo, mas este é um agregado muito coeso socialmente e o mais disposto a intervir politicamente. Se extrapolarmos para a realidade açoriana, representam cerca de 36% dos eleitores inscritos. Na verdade, são os cidadãos mais ativos social e politicamente, ou seja, não são os que mais se abstêm, mas os mais assíduos nas eleições e mais participativos.

Os restantes grupos, apesar de, internamente, apresentarem características fortes de convergência, em especial os Atentos, a sua participação será, por força dos seus baixos recursos, mais difusa e mais esporádica.

Nenhum estudo sociológico poderá isolar apenas uma variável explicativa que sirva de fundamento a toda a análise. Principalmente num estudo desta natureza que reúne pessoas com recursos, idades, percursos e expectativas tão díspares. A existência de uma sociedade, isto é, de um grupo minimamente coeso e que vive sob um conjunto de valores e práticas comuns, não autoriza a que não se encontre desigualdades, e algumas fortes desigualdades, como aliás, é o caso da sociedade portuguesa, lógica a que a sociedade açoriana não escapa. Mas o estudo pôs em evidência

uma variável, tendo até permitir ver que a maioria das associações estatísticas significativas, são possibilitadas por ela, tratando-se do nível de escolaridade, como se viu.

Não se pode reduzir toda a complexidade do estudo ao nível de escolaridade. Nem tudo se pode justificar por esta variável, como se foi chamando a atenção ao longo da análise. Mas o capital educativo continua a ser – como muito estudos o comprovam para a sociedade portuguesa – o recurso mais diferenciador de todos, em especial, quando se comparam comportamentos de sujeitos com elevado e baixo capital. E isto, para afirmar, que aquilo que marca em especial a diferença entre os Interessados e os restantes grupos é o capital educativo. Claro que esse recurso é acompanhado de outras características como o sexo, a idade e o rendimento. Mas estas variáveis – sexo, idade, rendimento – também estão fortemente ligadas ao capital educativo. Os Interessados não são apenas homens, mas são maioritariamente do sexo masculino (59%) contra 41% do sexo feminino. Apesar de as mulheres estarem mais presentes no ensino superior, atualmente, isso significa que boa parte delas já está neste grupo, mas as outras situam-se nos sobrantes. Os homens deste grupo – os Interessados – representam 21% dos açorianos e as mulheres 15%, ou seja os 36% da população açoriana como se referiu antes.

Os restantes grupos são maioritariamente femininos – onde também existem homens, como não podia deixar de ser –, mas a idade é mais elevada – nos Atentos, quase sempre, e nos Desinformados, na maioria – e os recursos económicos – rendimento do agregado familiar – é, a par do capital educativo, sempre mais baixo. No caso do grupo designado os Intermitentes, segundo grupo mais populoso (31%), vê-se genericamente uma população jovem (97% com menos de 49 anos), feminina, e com a escolaridade obrigatória praticamente cumprida, se se tiver em atenção a sua idade e o facto de a própria escolaridade obrigatória ter aumentado. Trata-se de um grupo também coeso do qual se devia esperar um comportamento eleitoral mais efetivo. Apesar de ter informação, conhecer os protagonistas políticos e denotar alguma motivação eleitoral, o interesse pela política é o mais diminuto de todos. Significa que a efetivação de votar depende de contingências, identificações, atitudes que não estão inscritas na maior parte das suas atitudes, mas que podem ser acionadas e motivadas em momentos decisivos. Que momento serão esses, podia-se perguntar? São, justamente, aqueles em que se sentem mais ouvidos, sentindo uma resposta mais adequada aos seus anseios e aspirações, no fundo, cumprindo as suas expectativas de cidadãos. O cumprimento deste desiderato poderá ser, assim, a adoção de um comportamento político diferenciado por parte dos agentes apolíticos, como se desenvolve no ponto seguinte.

Concluindo, há, portanto, uma forte distinção social entre os grupos e isto origina, necessariamente, comportamentos políticos diferenciados. E isso acontece sem que se deixem de sentir pertença à mesma realidade ou à mesma sociedade. Só que, inevitavelmente, produzem valores e representações sociopolíticas diferentes, com fundamentações e explicações diferenciadas, bem como, expectativas e comportamentos também eles diferentes. O estudo mostra esta diversidade, mas lendo esta diversidade, e algumas das suas especificidades, pode-se também encontrar formas de combater quer a falta de participação política, quer a abstenção eleitoral.

III

O pedido para o estudo apelava ainda a um contributo para soluções para a abstenção técnica e para a “abstenção consciente”. Como se viu, as sugestões para combater a abstenção técnica têm de passar por um estudo administrativo, que só a administração poderá fazer e realizar, baseado ou não nas hipóteses que aqui foram levantados.

Já no que diz respeito à “abstenção consciente”, ou como se prefere chamar a falta de participação política e eleitoral, há um conjunto efetivo de sugestões que partem da análise e da conclusão feita no ponto II.

Em primeiro lugar, é preciso partir de um princípio elementar: não há participação eleitoral se não houver participação política e vice-versa. Isto é, se não houver motivos de interesse político, práticas e atitudes políticas – como debater, ouvir propostas, identificação ideológica, confrontar posições partidárias, contacto com os partidos e com os eleitos, confiança nos governantes e nas instituições, etc. –, não há lugar à construção de ideias, saberes e comportamentos que ligam os sujeitos à política. Em suma, se não houver aquilo a que se chama socialização política, não há participação. E por socialização não se está a pensar que os cidadãos estejam todos os dias permanentemente em contacto com o quotidiano da decisão política – governo, parlamento, câmara, freguesia –, mas que em certos momentos da sua vida, e não só em eleições, se sintam chamados a intervir, a dialogar, a expor as suas motivações, a gerar o debate, mesmo que isso parece inútil ou que, à partida, seja dado como pouco participativo. Se se deixar toda a participação política para o momento das eleições, que ainda assim é a altura em que as pessoas denotam maior atenção, será pouco. Portanto, a construção de uma política pública de cidadania ativa será fundamental.

Isto terá, sobretudo, consequências, ao nível dos grupos menos interessados que atrás foram identificados. Para os Interessados, bastará que pertençam ao grupo, ou seja, que reúnam o conjunto de recursos que já possuem. Não se vê como se poderá fazer mais, para quem tem mais recursos e capital de cidadania.

Em segundo lugar, é preciso ter presente que a melhoria da escolaridade também contribuirá para a proximidade dos cidadãos com a política. Não querendo abrir uma linha de discussão com algumas pesquisas muito recentes, e mesmo com alguma análise que só vê o resultado disso a longo prazo, o facto é que se se proporcionar aos grupos com menos recursos, outros objetivos, isso será um fator de inclusão. Se a este fator se associar a melhoria das condições de vida, o aumento do rendimento, melhores condições laborais – o que sociologicamente se designa por fatores de mobilidade social ascendente –, a inclusão política também será melhorada.

Isto não impede que a Escola – o sistema de ensino – possa, como já faz, integrar a matéria da cidadania nos seus currículos. Mas seria interessante se a matéria relativa à cidadania permitisse a discussão de temas que dividem os cidadãos e têm diretamente a ver com as escolhas que fazem e que orientam o seu quotidiano. Ou seja, que não sejam apenas matéria que obriga a conhecer e a saber o que são as instituições. Por exemplo, o que é o governo, como se elege o parlamento, ou as câmaras municipais, o que é a constituição ou quais os poderes do Presidente da República – a matéria constitucional por assim dizer –, mas que o conhecimento da cidadania fosse ao âmago do debate e das possibilidades reais de alterar determinadas condições sociais de existência. O âmago da política, afinal.

Em terceiro lugar, e dando expressão a um conjunto muito bem definido de atitudes dos cidadãos, o reforço dos laços de confiança entre cidadãos e protagonistas. Como se viu, estes laços são forte com os atuais protagonistas, apesar de algumas diferenças, e até mesmo a confiança nas instituições, com a exceção da Justiça e dos Partidos. Como da Justiça não se irá falar, o trabalho a desenvolver está do lado dos partidos. Reforçar estes laços será, nas próprias sugestões dos inquiridos, implica que os partidos se abram mais à participação, ao debate e ao diálogo com os cidadãos, se responsabilizem pelas propostas feitas junto dos eleitores e apresentem propostas claras e alternativas entre eles. Estas foram claramente atitudes apontadas pelos cidadãos que os partidos devem ter. Talvez isso possa por haver formas de participação partidária mais descentralizada, ir ao encontro dos cidadãos, sob a forma de debate, jornadas, etc. que coloquem os cidadãos a dialogar diretamente com os partidos e não apenas com os governantes. Estas formas de participação estão hoje plenamente configuradas ao nível das autarquias e do governo regional. Mas o

parlamento regional, parece poder mais no sentido de dialogar com os cidadãos, em termos de aproximação de eleitos e de eleitores, e, fundamentalmente, desenvolver uma política pública em termos de cidadania ativa, como já tinha referido.

Esta será a quarta e última sugestão. A ALRAA já realiza uma experiência muito interessante no sentido de motivar a participação da juventude escolar, que é o Parlamento dos Jovens, numa iniciativa e em articulação com a Assembleia da República. Seria interessante pensar em realizar, tal como nesta iniciativa, um conjunto de iniciativas de participação dos cidadãos, para além dos meios institucionais de participação – Conselhos de Ilha, Conselho Económico e Social, etc. – que ouvisse e debatesse diretamente com os eleitores e não apenas com os seus representantes de ilha, socioprofissionais, etc. Isto poderia ser feito, se julgado conveniente, por uma equipa da ALRAA, com outras entidades e pessoas, que construíssem e articulassem uma proposta de política pública a ser levada a efeito não para ter efeitos imediatos, mas de médio e longo prazo. Teria de ser um programa que juntasse os elementos constitutivos das políticas públicas, designadamente, agentes, regras e recursos (Subirats et al, 2012:32). Por outras palavras, um programa de ação pública a desenvolver com vista a promover a participação dos cidadãos, sem colidir com outras iniciativas desenvolvidas pela ALRAA – por exemplo, a Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia –, que respondesse aos desafios da participação mais no sentido de a defender e de a integrar no quotidiano política da Região, do que no sentido de combater a sua ausência ou a abstenção. A decisão de integrar a participação, como instrumento fundador da democracia, pode muito bem articular-se com instrumentos de democracia participativa sem que isso colida ou menore a democracia representativa, em especial, se estes instrumentos forem regulados e tenham a participação dos representantes eleitos e provenham do parlamento a sua definição e regulação.

Uma política pública pela participação cidadã pode, muito bem, ser o instrumento de combate à abstenção, que está por realizar e, até pelo efeito de ser criada e posta em andamento, traduzir-se no primeiro passo para aumentar a participação eleitoral nos Açores.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, João Ferreira (1995), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Almeida, João Ferreira de (1990), *Portugal – Os Próximos 20 anos. Valores e Representações Sociais*, VIII volume, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira de, Pinto, José Madureira (1982), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença.
- Almond, Gabriel A.; Powell, G. Bingham Jr. (1980), *Uma Teoria de Política Comparada*, Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- Belchior, Ana Maria (2015), *Confiança nas Instituições Políticas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Berger, Peter; Luckmann, Thomas (1997), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- Borrvalho, Álvaro (2002), “Formas de participação social e política das mulheres nos Açores”, *Passados recentes, Futuros próximos. Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, [https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dfd10e58f4_1.pdf]
- Borrvalho, Álvaro (2013), *A Sagrada Aliança. Campo religioso e campo político nos Açores, 1974 – 1996*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bryman, Alan; Cramer, Duncan (1993), *Análise de Dados em Ciências Sociais. Introdução às técnicas utilizando o SPSS*, Oeiras, Celta Ed.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta Ed.
- Cabral, Manuel Villaverde (1998), “Atitudes políticas e simpatias partidárias dos jovens portugueses”, Cabral, Manuel Villaverde; Pais, José Machado, *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Ed.
- Carrilho, Maria José (2002), *Evolução Demográfica no período intercensitário 1991-2001*, Seminário Censos 2001 – Resultados definitivos, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
[https://censos.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=107079&att_display=n&att_download=y]
- Cot, Jean-Pierre; Mounier, Jean-Pierre (1976), *Para uma Sociologia Política*, Lisboa, Liv. Bertrand.
- Cruz, Manuel Braga da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand Ed.

- Delicado, Ana (2006), "Associativismo, Voluntariado e Cidadania: os jovens em Portugal e na Europa"; in Colóquio Internacional Movimento Estudantil: dilemas e perspectivas, Coimbra, FE/UC, [<http://cjuvenis.ces.uc.pt/general/ADelicado.pdf>].
- Diogo, Fernando (coord.); Palos, Ana Cristina; Diogo, Ana Matias; Tomás, Licínio M. Vicente; Silva, Osvaldo (2017), *Juventude Açoriana e Mundo do Trabalho*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Dowse, Robert E.; Hughes, John, A. (1993), *Sociología política*, Madrid, Alianza Editorial.
- Duverger, Maurice (1980), *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- Duverger, Maurice (1983), *Sociologia da Política*, Coimbra, Almedina.
- Easton, David (1992), *Esquema para el análisis político*, Buenos Aires, Amorrortu Ed.
- Fernandes, António Teixeira (1988), *Os Fenómenos Políticos. Sociologia do Poder*, Porto, Ed. Afrontamento.
- Fernandes, António Teixeira (1997), *A Sociedade e o Estado. Sociologia das formações políticas*, Porto, Ed. Afrontamento.
- Fortin, Marie-Fabienne (1999), *O processo de investigação, da concepção à realização*, Loures, Décarie éditeur, Lusociência.
- Freire, André; Magalhães, Pedro (2002), *A abstenção eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André (2015), "A governação democrática portuguesa perante a intervenção da Troika: padrões de governação-oposição e determinantes individuais ao regime e da confiança política"; Borralho, Álvaro (org.), *Revolução e Democracia. 40 anos após Abril de 1974*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin (1977, 2001), *O Inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Ed.
- Hill, Manuela Magalhães; Hill, Andrew (2000), *Investigação por questionário*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Justel, Manuel (1994), *La Abstención Electoral En España, 1977-1993- Factores Individuales Y De Contexto*, Facultad de Ciencias Políticas Y Sociología, Universidad Complutense de Madrid.
- Lagroye, Jacques (1993), *Sociología Política*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- Lima, Maria Luísa Pedroso de (1997), "Atitudes"; Vala, Jorge; Monteiro, Maria Benedicta (1997), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Machado, Fernando Luís; Costa, António Firmino da; Almeida, João Ferreira de (1989), “Identidades e Orientações dos Estudantes – Classes, convergências, especificidades”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 27/28, Coimbra, Junho.
- Medeiros, Octávio H. Ribeiro de (2004), *Os Trilhos da Fé. Práticas e representações religiosas em S. Miguel*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Mosca, Gaetano (1995), “A classe política”; in CRUZ, Manuel Braga da, *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos*, (antologia de textos), Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pareto, Vilfredo (1968), *Traité de Sociologie Générale*, Genève, Droz.
- Percheron, Annick (1993), *La Socialisation Politique*, Paris, Armand Colin.
- Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (1995, 1997), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (1995, 1997), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rocha, Gilberta (1989), *Dinâmica populacional dos Açores no século XX: unidade – permanência – diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes; Lalanda-Gonçalves, Rolando; Tomás, Licínio; Diogo, Fernando; Borralho, Álvaro (2016), “Dinâmicas Sociais nos Açores”, in Machado, Fernando Luís; Almeida, Ana Nunes de; Costa, António Firmino (orgs.), *Sociologia e Sociedade. Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida*, Lisboa, Ed. Mundos Sociais
- Rocha, Gilberta; Medeiros, Octávio; Tomás, Licínio; Madeira, Artur; Borralho, Álvaro (1999), *A Situação das Mulheres nos Açores*, Ponta Delgada, Assembleia Legislativa Regional dos Açores – Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- Sartori, Giovanni (1992), *Partidos y sistemas de partidos*, Madrid, Alianza Ed.
- Schwartzberg, Roger-Gérard (1979) *Sociologia Política*, Difel, Rio de Janeiro.
- Subirats, Joan; Knoepfel, Peter; Larrue, Corrine; Varone, Frédéric (2012), *Análises y gestión de políticas públicas*, Barcelona, Ariel.
- Tocqueville, Alexis (2001), *Da Democracia na América*, Cascais, Principia.
- Vala, Jorge; Monteiro, Maria Benedicta (coords.) (1997), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Viegas, José M. Leite (1996), *Nacionalizações e Privatizações. Elites e cultura política na história política recente de Portugal*, Oeiras, Celta Ed.

- Viegas, José M. P. L.; Faria, Sérgio (1999), “Participação política feminina: percursos, constrangimentos e incentivos”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 30, Oeiras, Celta Ed.
- Viegas, José Manuel Leite; Faria, Sérgio (1999), *As Mulheres na Política*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Viegas, José Manuel Leite Viegas (2015), “Efeitos da crise económica nos níveis e formas de participação política: Portugal no contexto europeu”; Borralho, Álvaro (org.), *Revolução e Democracia. 40 anos após Abril de 1974*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Weber, Max (1922, 1993), *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Weber, Max (1973), *O Político e o Cientista*, Lisboa, Ed. Presença.

FONTES

- Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (2019), Deputados, [<http://www.alra.pt/index.php/deputados/deputados>].
- Associação Portuguesa de Sociologia (1992), *Código Deontológico*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Comissão Nacional de Eleições (2018), Resultados eleitorais, [<http://eleicoes.cne.pt/>].
- Governo Regional dos Açores (2018), Resultados Eleitorais, [<http://www.resultadoseleitorais.azores.gov.pt/>].
- Instituto Nacional de Estatística (1991), *XIII Recenseamento Geral da População e da Habitação*, Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2001), *XIV Recenseamento Geral da População e da Habitação*, Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2011), *XV Recenseamento Geral da População e da Habitação*, Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2018), *Estimativas Anuais da População Residente*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008), Relatório de imigração, fronteiras e asilo, Oeiras, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras,
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2016), *Estrangeiros Residentes: Açores*, Lisboa, SEFT.
- Serviço Regional de Estatística do Açores (2016), *Estimativas da População Residente* [<https://srea.azores.gov.pt/>]
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (2018), *Óbitos*. Lisboa, Serviço Regional de Estatística dos Açores.
- Universidade dos Açores (2015), *Código de Ética*, Diário da República, 2.ª Série, N.º 167, 27 de agosto de 2015.

ANEXOS

ANEXO I
POPULAÇÃO E AMOSTRA

Tabela 1 - População dos Açores: valores absolutos.

Ilha	Concelho	Grupos etários por Sexo										Soma		Total
		0 - 17 anos		18 - 34 anos		35 - 49 anos		50 - 64 anos		Mais 65 anos		F	M	
		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M			
Santa Maria	Vila do Porto	617	605	684	677	609	599	519	526	441	275	2870	2682	5552
São Miguel	Lagoa	1841	1876	1879	1991	1662	1712	1024	1016	869	572	7275	7167	14442
	Nordeste	515	539	543	555	513	554	402	443	519	354	2492	2445	4937
	Ponta Delgada	7503	7869	9181	9319	8081	7798	5734	5524	4794	3006	35293	33516	68809
	Povoação	703	695	765	747	719	752	508	527	541	370	3236	3091	6327
	Ribeira Grande	4405	4687	4529	4757	3322	3559	2019	2077	1653	1104	15928	16184	32112
	Vila Franca do Campo	1319	1403	1473	1506	1238	1273	847	861	767	542	5644	5585	11229
Terceira	Angra do Heroísmo	3513	3628	4282	4357	3880	3964	3323	3244	3139	2072	18137	17265	35402
	Vila da Praia da Vitória	2016	2131	2609	2782	2376	2323	1959	1958	1643	1238	10603	10432	21035
Graciosa	Santa Cruz da Graciosa	370	430	497	499	443	449	394	431	513	365	2217	2174	4391
São Jorge	Calheta	329	355	403	434	391	411	369	328	405	348	1897	1876	3773
	Velas	461	505	625	661	583	608	484	477	556	438	2709	2689	5398
Pico	Lajes do Pico	381	381	481	498	496	549	444	446	582	453	2384	2327	4711
	Madalena	543	557	678	690	651	708	562	551	652	457	3086	2963	6049
	São Roque do Pico	267	307	368	394	382	380	320	310	385	275	1722	1666	3388
Faial	Horta	1425	1509	1765	1719	1709	1809	1410	1364	1365	919	7674	7320	14994
Flores	Lajes das Flores	129	141	133	166	159	198	149	146	154	129	724	780	1504
	Santa Cruz das Flores	198	189	272	283	243	273	200	219	244	168	1157	1132	2289
Corvo	Corvo	33	40	51	58	36	63	33	45	37	34	190	240	430
Total		26568	27847	31218	32093	27493	27982	20700	20493	19259	13119	125238	121534	246772

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação - Censos 2011.

https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006349&selTab=tab10

Tabela 2 - População dos Açores: em %.

Ilha	Concelho	Grupos etários por Sexo										Soma		Total
		0 - 17 anos		18 - 34 anos		35 - 49 anos		50 - 64 anos		Mais 65 anos		F	M	
		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M			
Santa Maria	Vila do Porto	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	1,2	1,1	2,2
São Miguel	Lagoa	0,7	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,4	0,4	0,4	0,2	2,9	2,9	5,9
	Nordeste	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	1,0	1,0	2,0
	Ponta Delgada	3,0	3,2	3,7	3,8	3,3	3,2	2,3	2,2	1,9	1,2	14,3	13,6	27,9
	Povoação	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	1,3	1,3	2,6
	Ribeira Grande	1,8	1,9	1,8	1,9	1,3	1,4	0,8	0,8	0,7	0,4	6,5	6,6	13,0
	Vila Franca do Campo	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,3	0,3	0,3	0,2	2,3	2,3	4,6
Terceira	Angra do Heroísmo	1,4	1,5	1,7	1,8	1,6	1,6	1,3	1,3	1,3	0,8	7,3	7,0	14,3
	Vila da Praia da Vitória	0,8	0,9	1,1	1,1	1,0	0,9	0,8	0,8	0,7	0,5	4,3	4,2	8,5
Graciosa	Santa Cruz da Graciosa	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,9	0,9	1,8
São Jorge	Calheta	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,8	0,8	1,5
	Velas	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1,1	1,1	2,2
Pico	Lajes do Pico	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1,0	0,9	1,9
	Madalena	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	1,3	1,2	2,5
	São Roque do Pico	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,7	0,7	1,4
Faial	Horta	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,4	3,1	3,0	6,1
Flores	Lajes das Flores	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,6
	Santa Cruz das Flores	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,5	0,5	0,9
Corvo	Corvo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2
Total		10,8	11,3	12,7	13,0	11,1	11,3	8,4	8,3	7,8	5,3	50,8	49,2	100,0

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação - Censos 2011.

Tabela 3 - População alvo para efeitos da seleção da amostra: valores absolutos.

Ilha	Concelho	Grupos etários por Sexo								Soma		Total
		18 - 34 anos		35 - 49 anos		50 - 64 anos		Mais 65 anos		F	M	
		F	M	F	M	F	M	F	M			
São Miguel	Lagoa	1879	1991	1662	1712	1024	1016	869	572	5434	5291	10725
	Nordeste	543	555	513	554	402	443	519	354	1977	1906	3883
	Ponta Delgada	9181	9319	8081	7798	5734	5524	4794	3006	27790	25647	53437
	Povoação	765	747	719	752	508	527	541	370	2533	2396	4929
	Ribeira Grande	4529	4757	3322	3559	2019	2077	1653	1104	11523	11497	23020
	Vila Franca do Campo	1473	1506	1238	1273	847	861	767	542	4325	4182	8507
Terceira	Angra do Heroísmo	4282	4357	3880	3964	3323	3244	3139	2072	14624	13637	28261
	Vila da Praia da Vitória	2609	2782	2376	2323	1959	1958	1643	1238	8587	8301	16888
São Jorge	Calheta	403	434	391	411	369	328	405	348	1568	1521	3089
	Velas	625	661	583	608	484	477	556	438	2248	2184	4432
Pico	Lajes do Pico	481	498	496	549	444	446	582	453	2003	1946	3949
	Madalena	678	690	651	708	562	551	652	457	2543	2406	4949
	São Roque do Pico	368	394	382	380	320	310	385	275	1455	1359	2814
Faial	Horta	1765	1719	1709	1809	1410	1364	1365	919	6249	5811	12060
Total das 5 ilhas		29581	30410	26003	26400	19405	19126	17870	12148	92859	88084	180943
Açores		31218	32093	27493	27982	20700	20493	19259	13119	98670	93687	192357
Diferença (Açores -Total das 5 ilhas)		1637	1683	1490	1582	1295	1367	1389	971	5811	5603	11414

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação - Censos 2011.

Tabela 4 - População alvo para efeitos da seleção da amostra: em %.

Ilha	Concelho	Grupos etários por Sexo								Soma		Total
		18 - 34 anos		35 - 49 anos		50 - 64 anos		Mais 65 anos		F	M	
		F	M	F	M	F	M	F	M			
São Miguel	Lagoa	1,0	1,1	0,9	0,9	0,6	0,6	0,5	0,3	3,0	2,9	5,9
	Nordeste	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	1,1	1,1	2,1
	Ponta Delgada	5,1	5,2	4,5	4,3	3,2	3,1	2,6	1,7	15,4	14,2	29,5
	Povoação	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	1,4	1,3	2,7
	Ribeira Grande	2,5	2,6	1,8	2,0	1,1	1,1	0,9	0,6	6,4	6,4	12,7
	Vila Franca do Campo	0,8	0,8	0,7	0,7	0,5	0,5	0,4	0,3	2,4	2,3	4,7
Terceira	Angra do Heroísmo	2,4	2,4	2,1	2,2	1,8	1,8	1,7	1,1	8,1	7,5	15,6
	Vila da Praia da Vitória	1,4	1,5	1,3	1,3	1,1	1,1	0,9	0,7	4,7	4,6	9,3
São Jorge	Calheta	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,9	0,8	1,7
	Velas	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	1,2	1,2	2,4
Pico	Lajes do Pico	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	1,1	1,1	2,2
	Madalena	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	1,4	1,3	2,7
	São Roque do Pico	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,8	0,8	1,6
Faial	Horta	1,0	1,0	0,9	1,0	0,8	0,8	0,8	0,5	3,5	3,2	6,7
Total das 5 ilhas		16,3	16,8	14,4	14,6	10,7	10,6	9,9	6,7	51,3	48,7	100,0
Açores		12,7	13,0	11,1	11,3	8,4	8,3	7,8	5,3	50,8	49,2	100,0
Diferença (Total das 5 ilhas - Açores)		3,7	3,8	3,2	3,3	2,3	2,3	2,1	1,4	0,6	-0,6	0,0

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação - Censos 2011.

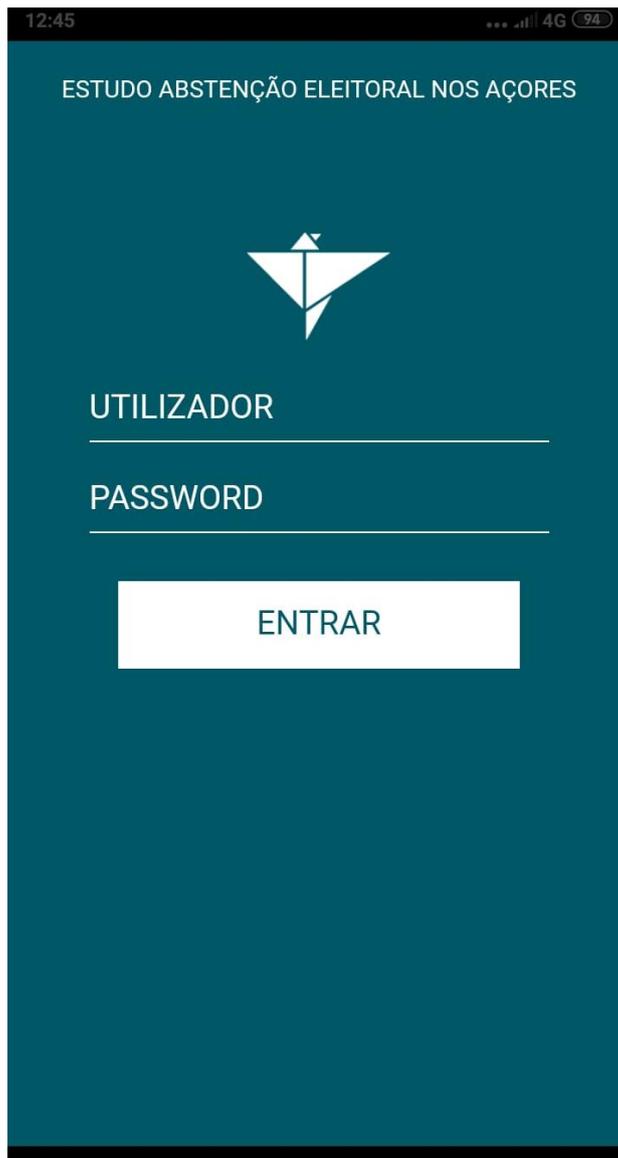
Tabela 5 - Amostra: em %.

Ilha	Concelho	Grupos etários por Sexo								Soma		Total
		18 - 34 anos		35 - 49 anos		50 - 64 anos		Mais 65 anos		F	M	
		F	M	F	M	F	M	F	M			
São Miguel	Lagoa	0,8	1,0	1,9	1,8	0,4	0,3	1,0	0,8	4,2	3,9	8,1
	Nordeste	0,8	0,4	0,1	0,4	0,7	0,7	0,6	0,3	2,2	1,8	4,0
	Ponta Delgada	5,6	5,4	4,4	4,3	4,7	4,6	2,5	1,5	17,2	15,8	33,1
	Povoação	1,1	0,7	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	1,3	1,0	2,2
	Ribeira Grande	4,0	4,2	3,5	3,6	2,5	2,5	1,7	1,3	11,7	11,5	23,2
	Vila Franca do Campo	0,4	1,4	0,6	0,1	0,6	0,4	0,0	0,0	1,5	1,9	3,5
Terceira	Angra do Heroísmo	1,3	1,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	2,4	2,2	4,6
	Vila da Praia da Vitória	0,7	0,6	0,6	0,3	0,7	0,7	0,7	0,1	2,6	1,7	4,3
São Jorge	Calheta	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3
	Velas	0,4	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,0	0,6	0,6	1,1
Pico	Lajes do Pico	0,3	0,3	0,6	0,6	0,7	0,7	0,0	0,0	1,5	1,5	3,1
	Madalena	0,6	0,4	0,0	0,0	0,4	0,1	0,4	0,7	1,4	1,3	2,6
	São Roque do Pico	0,0	0,1	0,3	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,8	0,8	1,7
Faial	Horta	1,8	2,6	1,0	0,6	1,0	0,6	0,6	0,3	4,3	4,0	8,3
Total		17,9	18,6	13,5	12,3	12,5	11,7	7,9	5,6	51,8	48,2	100,0

Tabela 6 - Diferença entre os valores percentuais da população alvo e os da amostra obtida.

Ilha	Concelho	Grupos etários por Sexo								Soma		Total
		18 - 34 anos		35 - 49 anos		50 - 64 anos		Mais 65 anos		F	M	
		F	M	F	M	F	M	F	M			
São Miguel	Lagoa	0,2	0,1	-1,0	-0,9	0,1	0,3	-0,5	-0,5	-1,2	-1,0	-2,1
	Nordeste	-0,5	-0,1	0,1	-0,1	-0,5	-0,4	-0,3	-0,1	-1,1	-0,7	-1,9
	Ponta Delgada	-0,5	-0,3	0,0	0,0	-1,6	-1,5	0,1	0,1	-1,9	-1,7	-3,5
	Povoação	-0,7	-0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,1	0,4	0,5
	Ribeira Grande	-1,5	-1,5	-1,6	-1,6	-1,4	-1,4	-0,8	-0,6	-5,3	-5,2	-10,5
	Vila Franca do Campo	0,4	-0,6	0,1	0,6	-0,1	0,1	0,4	0,3	0,9	0,4	1,2
Terceira	Angra do Heroísmo	1,1	1,2	1,7	1,9	1,4	1,4	1,5	0,9	5,7	5,3	11,0
	Vila da Praia da Vitória	0,7	1,0	0,8	1,0	0,4	0,4	0,2	0,5	2,1	2,9	5,0
São Jorge	Calheta	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,7	0,7	1,4
	Velas	-0,1	0,2	0,3	0,2	0,1	0,0	0,3	0,2	0,7	0,7	1,3
Pico	Lajes do Pico	0,0	0,0	-0,3	-0,3	-0,4	-0,4	0,3	0,3	-0,4	-0,5	-0,9
	Madalena	-0,2	0,0	0,4	0,4	-0,1	0,2	-0,1	-0,4	0,0	0,1	0,1
	São Roque do Pico	0,2	0,1	-0,1	0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	-0,1	-0,1
Faial	Horta	-0,8	-1,7	0,0	0,4	-0,2	0,2	0,2	0,2	-0,9	-0,8	-1,7
Total		-1,6	-1,8	0,9	2,3	-1,8	-1,1	2,0	1,1	-0,5	0,5	0,0

ANEXO II
INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO



Aplicação para p preenchimento do Inquérito em ambiente Android e iOS
(Entrada)

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

ESTUDO ABSTENÇÃO ELEITORAL NOS AÇORES

INQUÉRITO SOCIOLOGICO

O presente questionário destina-se a um projecto de estudo sobre a Abstenção Eleitoral nos Açores, pedido pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), que financia este mesmo Estudo.

Consiste numa caracterização das modalidades de participação política, designadamente as motivações e as práticas de participação. O estudo é realizado pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores (CICS.UAc) durante o ano de 2018. Toda a informação recolhida é estritamente anónima e confidencial. As suas opiniões são importantes para um conhecimento mais aprofundado da realidade, permitindo esclarecer e informar, neste domínio, os órgãos competentes.

Neste sentido, são dadas as seguintes garantias:

1. Os autores do Estudo seguem e cumprem o Código de Ética da Universidade dos Açores, publicado no Diário da República, 2.^a série, N.º 167, 27 de agosto de 2015, assim como o Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia.
2. Está assegurada a confidencialidade e uso exclusivo dos dados recolhidos para o estudo que se reveste de um carácter científico.
3. O anonimato do respondente, não sendo possível a sua identificação através das respostas concedidas no âmbito do estudo.
4. O contacto telefónico a conceder será apenas para comprovação da resposta que nunca será tornada pública.
5. Todos os contactos serão realizados em ambiente de privacidade de modo a permitir o anonimato e a confidencialidade das respostas.
6. O inquirido pode recusar a continuar participar no estudo, em qualquer altura, sem qualquer consequência, devendo ser informado disso mesmo no início do inquérito, podendo essa desistência decorrer em qualquer altura da aplicação do mesmo.
7. O inquirido toma conhecimento dos responsáveis pelo Estudo - em baixo - caso os queira contactar ou reclamar de algum aspecto na abordagem feita pelo inquiridor.
8. Os dados recolhidos, para fins meramente estatísticos, serão armazenados digitalmente em suporte fiável e à guarda do CICS.UAc, cumprindo a legislação em vigor, nunca serão identificados individualmente, vendidos ou passados a terceiros para outros usos que não sejam o do próprio estudo.
9. O Estudo poderá ser divulgado publicamente, em moldes a definir pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ou em outros estudos de carácter científico, que respeitarão todas as garantias anteriormente referidas.
10. No final desta apresentação, o inquirido caso aceite responder ao inquérito, concede a sua autorização neste Termo de Consentimento Informado onde constam todas as informações relevantes para o sujeito.

Conhecedor destas garantias, dos objectivos e das motivações subjacentes ao Estudo, o inquirido decidiu por livre vontade e de forma voluntária conceder as respostas no âmbito da presente inquirição.

Data: ____/____/____

Assinatura do inquirido

Contactos:

Investigador responsável: Prof. Doutor Álvaro Borralho . Investigador coordenador
E-mail: alvaro.ag.borralho@uac.pt

CICS.UAc - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Dr.ª Paula Oliveira

Tel: 296 650 139

E-mail: paula.cm.oliveira@uac.pt

ESTUDO ABSTENÇÃO ELEITORAL NOS AÇORES

INQUÉRITO SOCIOLÓGICO

O presente questionário destina-se a um projecto de estudo sobre a Abstenção Eleitoral nos Açores, pedido pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), que financia o Estudo, consistindo numa caracterização das modalidades de participação política, designadamente as motivações e as práticas de participação. O estudo é realizado pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores (CICS.UAc) durante o ano de 2018. Toda a informação recolhida é estritamente anónima e confidencial. As suas opiniões são importantes para um conhecimento mais aprofundado da realidade, permitindo esclarecer e informar, neste domínio, os órgãos competentes.

Contactos:

Investigador responsável: Prof. Doutor Álvaro Borralho . Investigador coordenador

E-mail: alvaro.ag.borralho@uac.pt

CICS.UAc - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Dr.ª Paula Oliveira

Tel: 296 650 139

E-mail: paula.cm.oliveira@uac.pt

Instruções de preenchimento - inquiridor:

1. Assinale sempre as suas respostas com X. Se necessitar de corrigir, preencha o quadrado anterior a negro e preencha com X a nova opção. Assim:
 2. Não preencha mais do que uma resposta a não ser quando isso é permitido - resposta múltipla.
 3. Todas as questões estão no masculino pelo que devem ser adaptadas quando se trata de mulheres (inquiridas).
-

Hora de início: ____:____

Hora de fim: ____:____

Código inquiridor _____

1. CARACTERIZAÇÃO

1.1. Sexo: (não se pergunta)

Feminino 1

Masculino 2

NS/NR

99

1.2. Idade: anos

99

1.3. Estado civil:

Solteiro 1

Casado 2

Unido de facto 3

Divorciado 4

Separado 5

Viúvo 6

99

1.4. Residência:

1.4.1. Freguesia

1.4.2. Concelho

1.4.3. Ilha

99

99

99

1.5. Nível de escolaridade do inquirido e dos familiares directos:

	1.5.1. Inquirido	1.5.2. Cônjuge	1.5.3. Pai	1.5.4. Mãe
Não lê, nem escreve	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Lê e escreve	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Ensino Básico 1.º Ciclo (4.ª classe)	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Ensino Básico 2.º Ciclo (ciclo prep.)	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Ensino Básico 3.º Ciclo (9.º ano)	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Ensino Secundário (10.º - 12.º)	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
Ensino Pós-Secundário	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7
Ensino Superior (licenciatura)	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8
Pós-graduação (mestrado, doutor.)	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9
NS/NR	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99

1.6. Profissão (descrever o que faz ou o que fez, por exemplo: funcionário administrativo da Câmara)

1.6.1. Inquirido	(se estiver aposentado, colocar a última profissão)	NS/NR
	<input type="text"/>	<input type="text"/> 99
1.6.2. Cônjuge	(se estiver aposentado ou já tiver falecido, coloque a última profissão conhecida)	
	<input type="text"/>	<input type="text"/> 99
1.6.3. Pai	(se estiver aposentado ou já tiver falecido, coloque a última profissão conhecida)	
	<input type="text"/>	<input type="text"/> 99
1.6.4. Mãe	(se estiver aposentado ou já tiver falecido, coloque a última profissão conhecida)	
	<input type="text"/>	<input type="text"/> 99

1.7. Situação na profissão do inquirido e dos familiares directos: (se houver aposentado/falecido, colocar última situação)

	1.7.1. Inquirido	1.7.2. Cônjuge	1.7.3. Pai	1.7.4. Mãe
Desempregado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Doméstica	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Empregado por conta de outrem	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Empregado por conta própria	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Profissional Liberal	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Outra situação	<input type="checkbox"/> 95	<input type="checkbox"/> 95	<input type="checkbox"/> 95	<input type="checkbox"/> 95
NS/NR	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99

1.8. Ocupação do inquirido e dos familiares directos: (se houver aposentado/falecido, colocar última situação)

	1.8.1. Inquirido	1.8.2. Cônjuge	1.8.3. Pai	1.8.4. Mãe
Emprego a tempo completo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Emprego a tempo parcial	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Desempregado	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Estudante	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Procura o 1.º emprego	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Reformado/pensionista	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
Programa Ocupacional	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7
Sem trabalho e sem ocupação	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8
Outra situação	<input type="checkbox"/> 95	<input type="checkbox"/> 95	<input type="checkbox"/> 95	<input type="checkbox"/> 95
NS/NR	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99

1.9. Qual a sua religião, do seu cônjuge e pais?

	1.9.1. Inquirido	1.9.2. Cônjuge	1.9.3. Pai	1.9.4. Mãe
Agnóstico/ateu	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Católico	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Evangélico	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Budista	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Judeu	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Muçulmano/islâmico	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
Ortodoxo	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7
Testemunha de Jeová	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8
Outra cristã	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9
Outra não cristã	<input type="checkbox"/> 10	<input type="checkbox"/> 10	<input type="checkbox"/> 10	<input type="checkbox"/> 10
Sem religião	<input type="checkbox"/> 11	<input type="checkbox"/> 11	<input type="checkbox"/> 11	<input type="checkbox"/> 11
NS/NR	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99	<input type="checkbox"/> 99

1.10. Em termos de prática religiosa, considera-se:

Muito praticante 1 Praticante 2 Pouco praticante 3 Nada praticante 4 NS/NR 99

1.11. Em termos de classe social, a qual destas considera pertencer?

1.11.1. Inquirido:	1.11.2. Pais:
Alta <input type="checkbox"/> 1	Alta <input type="checkbox"/> 1
Média/alta <input type="checkbox"/> 2	Média/alta <input type="checkbox"/> 2
Média <input type="checkbox"/> 3	Média <input type="checkbox"/> 3
Média/baixa <input type="checkbox"/> 4	Média/baixa <input type="checkbox"/> 4
Baixa <input type="checkbox"/> 5	Baixa <input type="checkbox"/> 5
Sem classe <input type="checkbox"/> 6	Sem classe <input type="checkbox"/> 6
NS/NR <input type="checkbox"/> 99	NS/NR <input type="checkbox"/> 99

1.12. E a qual gostaria de pertencer?

1.12.1. Inquirido:
Alta <input type="checkbox"/> 1
Média/alta <input type="checkbox"/> 2
Média <input type="checkbox"/> 3
Média/baixa <input type="checkbox"/> 4
Baixa <input type="checkbox"/> 5
Sem classe <input type="checkbox"/> 6
NS/NR <input type="checkbox"/> 99

1.13. Rendimento do agregado familiar - rendimento médio bruto por mês:

Menos de 600 euros 1 De 600 a 1200 euros 2 De 1200 a 2000 euros 3 NS/NR 99
 De 2000 a 4000 euros 4 De 4000 a 5000 euros 5 Mais de 5000 euros 6

2. ASSOCIATIVISMO

2.1. A que tipos de associações pertence e qual a actividade que tem (resposta múltipla):

	Tipo de associação:	Actividade:					NS/NR
		Muito activo	Activo	Pouco activo	Nada activo	Não pertence	
2.1.1. Ambiental	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.2. Associação de pais	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.3. Apoio social	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.4. Cívica	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.5. Clube desportivo	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.6. Cultural/patrimonial	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.7. Defesa consumidor	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.8. Humanitária/Bombeiros	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.9. Juvenil	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.10. Musical	<input type="checkbox"/> 10	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.11. Religiosa	<input type="checkbox"/> 11	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
2.1.12. Sindical/profissional	<input type="checkbox"/> 12	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 95	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

2.2. Já desempenhou cargos directivos nas associações a que pertence?

Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99

2.3. Que importância tem para si participar em associações:

Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99

2.4. Diga o seu grau de concordância com a seguinte frase:

Participar nas associações permite-me ter uma cidadania activa e contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade.

Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

2.5. Se pudesse dedicar mais tempo ao associativismo o que gostaria de fazer?

2.5.1. _____	NS/NR
2.5.3. _____	<input type="checkbox"/> 99
2.5.3. _____	

3. INTERESSE E INFORMAÇÃO POLÍTICA

3.1. De um modo geral, qual o seu interesse pela política:

Muito interesse	Algum interesse	Pouco interesse	Nenhum interesse	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99

3.2. O seu interesse pela política manifesta-se como nestas alturas?

	Aumenta muito	Aumenta	Nem aumenta nem diminui	Diminui	Diminui muito	NS/NR
3.2.1. Em alturas de eleições	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.2.2. Fora do período eleitoral	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.2.3. Durante acontecimentos políticos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.2.4. Quando há debates televisivos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.2.5. Durante crises	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

3.3. De entre os seguintes assuntos, diga quais os mais interessantes para si: (responder de forma ordenada de 1 - menos - a 10 - mais).

	Mínimo interesse										Máximo interesse										NS/NR	
3.3.1. Agricultura	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.2. Ambiente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.3. Ciência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.4. Defesa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.5. Economia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.6. Educação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.7. Justiça	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.8. Política	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.9. Religião	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.10. Saúde	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99
3.3.11. Trabalho	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>	99

3.4. Com quem e como costuma falar de assuntos de carácter político?

	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR
3.4.1. Cônjuge (marido/mulher)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.4.2. Filhos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.4.3. Pais	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.4.4. Amigos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.4.5. Colegas de trabalho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.4.6. Vizinhos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99

3.5. De que suportes recebe mais informação sobre a política?

	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR
3.5.1. Conversa com outras pessoas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.5.2. Internet	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.5.3. Jornais	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.5.4. Livros	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.5.5. Rádio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.5.6. Revistas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.5.7. Televisão	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99

3.6. E deste tipo de fontes de informação, como é o seu grau de confiança?

	Confia muito	Confia	Não confia nem desconfia	Desconfia	Desconfia muito	NS/NR
3.6.1. Conversa com outras pessoas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.6.2. Na Internet	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.6.3. Nos Jornais	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.6.4. Em Livros	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.6.5. Na Rádio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.6.6. Em Revistas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
3.6.7. Na Televisão	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

3.7. Em que iniciativas políticas participa e com que frequência:

	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR
3.7.1. Comícios e sessões partidárias	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.7.2. Nas eleições	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.7.3. Nas campanhas eleitorais	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.7.4. Nas festas dos partidos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
3.7.5. Em reuniões com dirigentes político-partidários	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99

3.8. Pode dizer quem é neste momento o Presidente da República?

- 1 Aníbal Cavaco Silva
- 2 António Costa
- 3 António Ramalho Eanes
- 4 Jorge Sampaio
- 5 Marcelo Rebelo de Sousa
- 6 Mário Soares
- 7 Pedro Passos Coelho
- 95 Nenhum destes
- 99 NS/NR

3.8.1. Numa escala de 0 (menos) a 10 (mais), qual o seu grau de confiança no actual Presidente da República?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Nenhuma
confiança

Toda a
confiança

NS/NR
 99

3.9. E quem é neste momento o Primeiro-ministro?

- 1 Aníbal Cavaco Silva
- 2 António Costa
- 3 José Sócrates
- 4 Durão Barroso
- 5 Mário Soares
- 6 Pedro Passos Coelho
- 95 Nenhum destes
- 99 NS/NR

3.9.1. Numa escala de 0 (menos) a 10 (mais), qual o seu grau de confiança no actual Primeiro-ministro?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Nenhuma
confiança

Toda a
confiança

NS/NR
 99

3.10. Pode dizer quem é o actual Presidente da Assembleia da República (parlamento nacional) ?

- 1 António Almeida Santos
- 2 António Costa
- 3 Assunção Esteves
- 4 Eduardo Ferro Rodrigues
- 5 Jaime Gama
- 6 João Bosco Mota Amaral
- 95 Nenhum destes
- 99 NS/NR

3.10.1. Numa escala de 0 (menos) a 10 (mais), qual o seu grau de confiança no actual Presidente da Assembleia da República?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Nenhuma
confiança

Toda a
confiança

NS/NR
 99

3.11. Pode dizer quem é o actual Representante da República nos Açores (antigo ministro da República)?

- 1 Álvaro Laborinho Lúcio
- 2 Carlos César
- 3 João Bosco Mota Amaral
- 4 José António Mesquita
- 5 Pedro Catarino
- 6 Vasco Cordeiro
- 95 Nenhum destes
- 99 NS/NR

3.11.1. Numa escala de 0 (menos) a 10 (mais), qual o seu grau de confiança no actual Representante da República para os Açores?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Nenhuma
confiança

Toda a
confiança

NS/NR
 99

3.12. Pode dizer quem é o actual Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores (parlamento regional)?

- 1 Ana Luís
- 2 Carlos César
- 3 Fernando Meneses
- 4 Francisco Coelho
- 5 João Bosco Mota Amaral
- 6 Vasco Cordeiro
- 95 Nenhum destes
- 99 NS/NR

3.12.1. Numa escala de 0 (menos) a 10 (mais), qual o seu grau de confiança no actual Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Nenhuma
confiança

Toda a
confiança

NS/NR
 99

3.13. E quem é neste momento o Presidente do Governo Regional dos Açores?

- 1 Artur Lima
- 2 Carlos César
- 3 Duarte de Freitas
- 4 João Bosco Mota Amaral
- 5 Sérgio Ávila
- 6 Vasco Cordeiro
- 95 Nenhum destes
- 99 NS/NR

3.13.1. Numa escala de 0 (menos) a 10 (mais), qual o seu grau de confiança no actual Presidente do Governo Regional dos Açores?

Nenhuma

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

 Toda a

confiança

confiança

NS/NR
 99

3.14. Pode dizer quem é actualmente o Presidente da Comissão Europeia?

- Durão Barroso 1
- Jacques Delors 2
- Jean-Claude Juncker 3
- Emmanuel Macron 4
- Pedro Sanchez 5
- Romano Prodi 6
- Nenhum destes 95
- NS/NR 99

3.14.1. Numa escala de 0 (menos) a 10 (mais), qual o seu grau de confiança no actual Presidente da Comissão Europeia?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Nenhuma
confiança

Toda a
confiança

NS/NR
 99

3.15. Diga que deputados da Assembleia Legislativa dos Açores mais aprecia: (indicar até 3 nomes e registar o que inquirido disser)

- 3.15.1. _____
- 3.15.2. _____
- 3.15.3. _____

NS/NR
 99

3.16. Diga qual a sua confiança pessoal nas seguintes instituições:

	Nenhuma confiança											Toda a confiança											NS/NR
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
3.16.1. Assembleia Legislativa dos Açores	<input type="checkbox"/> 99																						
3.16.2. Assembleia da República	<input type="checkbox"/> 99																						
3.16.3. Governo dos Açores	<input type="checkbox"/> 99																						
3.16.4. Governo da República	<input type="checkbox"/> 99																						
3.16.5. Parlamento Europeu	<input type="checkbox"/> 99																						
3.16.6. Partidos políticos	<input type="checkbox"/> 99																						
3.16.7. Tribunais e sistema de justiça	<input type="checkbox"/> 99																						
3.16.8. União Europeia	<input type="checkbox"/> 99																						

3.17. Diga qual o nível de poder mais apto a resolver estes problemas:

	Junta freguesia	Câmara Municipal	Conselho de ilha	Governo Regional	Governo República	Todos	Nenhum	NS/NR
3.17.1. Da sua rua	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.17.2. Da sua freguesia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.17.3. Do seu concelho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.17.4. Da sua ilha	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.17.5. Da sua região	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.17.6. Do seu país	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99

3.18. Diga qual o nível de poder mais apto a resolver estes problemas:

	Junta freguesia	Câmara Municipal	Conselho de ilha	Governo Regional	Governo República	Todos	Nenhum	NS/NR
3.18.1. Desemprego	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.18.2. Habitação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.18.3. Saúde	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.18.4. Educação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.18.5. Justiça	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.18.6. Apoio social	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.18.7. Toxicod dependência	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
3.18.8. Transportes	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99

4. PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

4.1. Diga em que circunstâncias se recenseou:

- Quando fez 18 anos e se dirigiu à Junta de Freguesia 1
- Numa outra altura, tendo-se dirigido à Junta de Freguesia 2
- Quando passou a ter o Cartão de Cidadão (recenseamento automático) 3
- Não se recorda como, mas está recenseado 4
- Nunca se recenseou 5
- Foi forçado a recensear-se 6
- Outra situação 95
- NS/NR 99

4.2. Diga se costuma votar nas seguintes eleições:

	Sempre	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raro	Nunca	NS/NR
4.2.1. Assembleia Regional dos Açores (Parlamento e governo regionais)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.2.2. Assembleia da República (Parlamento e governo nacionais)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.2.3. Presidente da República	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.2.4. Autarquias (Câmara e assembleia municipal e junta de freguesia)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.2.5. Parlamento Europeu	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99

4.3. Em qual destas eleições se sente mais motivado a votar?

	Sempre	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raro	Nunca	NS/NR
4.3.1. Assembleia Regional dos Açores (Parlamento e governo regionais)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.3.2. Assembleia da República (Parlamento e governo nacionais)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.3.3. Presidente da República	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.3.4. Autarquias (Câmara e assembleia municipal e junta de freguesia)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.3.5. Parlamento Europeu	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99

4.4. No ano passado (Outubro 2017) houve eleição para as Autarquias (Câmara e Assembleia Municipais e Junta de Freguesia). Votou?

Sim 1 Não 2 NS/NR 99

4.4.1. Se respondeu Não, porquê?

Não voto 1
 Não me interessou 2
 Não tive conhecimento 3
 Não gostei dos candidatos 4
 Não me senti representado 5
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.4.2. Se respondeu Sim, pode dizer em quem votou (Câmara Municipal)?

Bloco de Esquerda BE 1
 Centro Democrático Social CDS-PP 2
 Coligação Democrática Unitária PCP-PEV 3
 Partido Social Democrata PSD 4
 Partido Socialista PS 5
 Em branco 7
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.5. Há dois anos (Outubro de 2016) houve eleição para a Assembleia Regional (Parlamento e Governo Regionais). Votou?

Sim 1 Não 2 NS/NR 99

4.5.1. Se respondeu Não, porquê?

Não voto 1
 Não me interessou 2
 Não tive conhecimento 3
 Não gostei dos candidatos 4
 Não me senti representado 5
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.5.2. Se respondeu Sim, pode dizer em quem votou?

Bloco de Esquerda BE 1
 Centro Democrático Social CDS-PP 2
 Coligação Democrática Unitária PCP-PEV 3
 Partido Social Democrata PSD 4
 Partido Socialista PS 5
 Em branco 7
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.6. Há três anos (Setembro 2015) houve eleição para a Assembleia da República (Parlamento e Governo nacionais). Votou?

Sim 1 Não 2 NS/NR 99

4.6.1. Se respondeu Não, porquê?

Não voto 1
 Não me interessou 2
 Não tive conhecimento 3
 Não gostei dos candidatos 4
 Não me senti representado 5
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.6.2. Se respondeu Sim, pode dizer em quem votou?

Bloco de Esquerda BE 1
 Centro Democrático Social CDS-PP 2
 Coligação Democrática Unitária PCP-PEV 3
 Partido Social Democrata PSD 4
 Partido Socialista PS 5
 Em branco 7
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.7. Também há três anos (2015) houve eleição para o Presidente da República. Votou?

Sim 1 Não 2

NS/NR 99

4.7.1. Se respondeu Não, porquê?

Não voto 1
 Não me interessou 2
 Não tive conhecimento 3
 Não gostei dos candidatos 4
 Não me senti representado 5
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.7.2. Se respondeu Sim, pode dizer em quem votou?

António Sampaio da Nóvoa 1
 Edgar Silva 2
 Henrique Neto 3
 Marcelo Rebelo de Sousa 4
 Maria de Belém Roseira 5
 Marisa Matias 6
 Em branco 7
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.8. Há quatro anos (Maio 2014) houve eleição para o Parlamento Europeu (parlamento da União Europeia). Votou?

Sim 1 Não 2

NS/NR 99

4.8.1. Se respondeu Não, porquê?

Não voto 1
 Não me interessou 2
 Não tive conhecimento 3
 Não gostei dos candidatos 4
 Não me senti representado 5
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.8.2. Se respondeu Sim, pode dizer em quem votou?

Bloco de Esquerda BE 1
 Centro Democrático Social CDS-PP 2
 Coligação Democrática Unitária PCP-PEV 3
 Partido Social Democrata PSD 4
 Partido Socialista PS 5
 Em branco 7
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.9. Votou no último referendo que se realizou em Portugal (referendo sobre o aborto em 2007)?

Sim 1 Não 2

NS/NR 99

4.9.1. Se respondeu Não, porquê?

Não voto 1
 Não me interessou 2
 Não tive conhecimento 3
 Não concordo com o referendo 4
 Não senti a minha opinião representada 5
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.9.2. Se respondeu Sim, pode dizer como votou?

Votou Não 1
 Votou Sim 2
 Em branco 7
 Outra situação 95
 NS/NR 99

4.10. Em qual partido costuma votar ou votou?

		Sempre	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raro	Nunca	NS/NR
4.10.1. Bloco de Esquerda	BE	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.2. Centro Democrático Social	CDS-PP	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.3. Coligação Democrática Unitária	PCP-PEV	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.4. Livre/Tempo de Avançar	L/TDA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.5. Movimento Alternativa Socialista	MAS	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.6. Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	PCTP/MRPP	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.7. Partido Democrático do Atlântico	PDA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.8. Partido Democrático Republicano	PDR	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.9. Partido Popular Monárquico	PPM	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.10. Partido Social Democrata	PSD	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.11. Partido Socialista	PS	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.12. Partido da Terra	MPT	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.13. Pessoas-Animais-Natureza	PAN	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.14. Partido Unido dos Reformados e Pensionistas	PURP	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.10.15. Noutro partido que não está na lista		<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação		<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99

4.11. Deixou de votar?

Sim

Não	De 1 a 4 anos	De 4 a 9 anos	De 10 a 14 anos	De 15 a 19 anos	Mais de 20 anos	NS/NR
<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 11	<input type="checkbox"/> 12	<input type="checkbox"/> 13	<input type="checkbox"/> 14	<input type="checkbox"/> 15	<input type="checkbox"/> 99

4.12. O que poderia acontecer para continuar a votar nas eleições?

	Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
4.12.1. Readquirir o interesse pela política	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.12.2. Readquirir confiança nos candidatos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.12.3. Sentir-se mais representado pelos partidos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.12.4. Sentir a sua opinião mais respeitada	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.12.5. Sentir que a sua opinião é mais ouvida	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.12.6. Haver outras opções políticas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.12.7. Sentir que o seu voto faz diferença	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.12.8. Nada o fará mudar de comportamento	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

4.13. Considera votar em próximas eleições?

Muito provável	Provável	Nem provável nem improvável	Improvável	Muito improvável	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

4.14. Concorda que a abstenção (deixar de votar) está a aumentar?

Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

4.15. Quem são, na sua opinião, os responsáveis por isso:

	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR
4.15.1. As pessoas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.15.2. Os partidos políticos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.15.3. Os deputados	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.15.4. Os governantes	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.15.5. A comunicação social	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.15.6. A escola	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
4.15.7. A vida em geral	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99

4.16. A abstenção deve-se,

4.16.1. No que diz respeito às pessoas:

Por falta de interesse	<input type="checkbox"/> 1
Por falta de conhecimento	<input type="checkbox"/> 2
Por falta de tempo	<input type="checkbox"/> 3
Por falta de educação	<input type="checkbox"/> 4
Por falta de cidadania	<input type="checkbox"/> 5
Outra situação	<input type="checkbox"/> 95
NS/NR	<input type="checkbox"/> 99

4.16.2. No que diz respeito aos partidos:

Estarem afastados das pessoas	<input type="checkbox"/> 1
Estarem interessados em si mesmos	<input type="checkbox"/> 2
Estarem muito fechados	<input type="checkbox"/> 3
Estarem a perder credibilidade	<input type="checkbox"/> 4
Serem todos iguais	<input type="checkbox"/> 5
Outra situação	<input type="checkbox"/> 95
NS/NR	<input type="checkbox"/> 99

4.17. Como votam as pessoas mais próxima de si?

(se algum tiver falecido, fazer a pergunta à data da sua morte).

	Sempre	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raro	Nunca	Não se aplica	NS/NR
4.17.1. Avô mais próximo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.2. Avó mais próxima	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.3. Pai	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.4. Mãe	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.5. Cônjuge	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.6. Filho 1 (1.º mais velho, com mais 18 anos)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.7. Filho 2 (2.º mais velho, com mais 18 anos)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.8. Filho 3 (3.º mais velho, com mais 18 anos)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.9. Filho 4 (4.º mais velho, com mais 18 anos)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.10. Tio mais próximo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.11. Tia mais próxima	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.12. Primo mais próximo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.17.13. Prima mais próxima	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99

4.18. Como votam outras pessoas mais próximas que conhece?

(pensar em 2 colegas, vizinhos e amigos - mais próximos)

	Sempre	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raro	Nunca	Não se aplica	NS/NR
4.18.1. Colega de trabalho mais próximo 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.18.2. Colega de trabalho mais próximo 2	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.18.3. Vizinho mais próximo 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.18.4. Vizinho mais próximo 2	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.18.5. Amigo mais próximo 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99
4.18.6. Amigo mais próximo 2	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 98	<input type="checkbox"/> 99

4.19. Diga se concorda com a seguinte frase:

Em minha opinião a abstenção ainda pode ser reduzida se os partidos políticos e os governantes adoptarem medidas que envolvam mais os cidadãos na política.

Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

4.20. Se se tornar o voto obrigatório, deve haver penalizações para quem não votar?

Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

4.21. Diga se concorda com o voto obrigatório?

Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

4.22. O que poderia ser feito para tornar mais acessível o acto de votar?

	Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
4.22.1. Aumentar o número de mesas de voto	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.22.2. Aumentar o número de dias para votar	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.22.3. Realizar a votação sempre aos sábados e domingos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.22.4. Poder votar antecipadamente com mais facilidade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.22.5. Poder votar através da Internet	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.22.6. Poder haver mesas de voto em locais de fácil acesso	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.22.7. Dar um incentivo monetário para as pessoas votarem	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.22.8. Dar um incentivo não monetário para se votar	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

4.23. Tem alguma sugestão para aumentar o número de pessoas que votam?

NS/NR
 99

4.24. Diga se concorda com as seguintes frases:

	Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
4.24.1. Nos Açores, a abstenção resulta do desinteresse das pessoas pelos partidos.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.24.2. Nos Açores, a abstenção resulta do desinteresse dos partidos pelas pessoas.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.24.3. Nos Açores, a abstenção deve-se ao fraco desempenho dos partidos.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.24.4. Nos Açores, a abstenção deve-se ao fraco desempenho dos governantes.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.24.5. Nos Açores, a abstenção é maior nas ilhas com mais população.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.24.6. Nos Açores, a abstenção é maior nas ilhas com menos população.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
4.24.7. Nos Açores, a abstenção é devida aos níveis de vida dos açorianos.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

5. IDENTIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

5.1. Diga qual o seu posicionamento ideológico na seguinte escala:

Esquerda 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Direita NS/NR 99

5.2. Diga qual o posicionamento ideológico dos seus pais: (se algum tiver falecido, fazer a pergunta à data da sua morte).

5.2.1. Pai Esquerda 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Direita NS/NR 99

5.2.2. Mãe Esquerda 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Direita NS/NR 99

5.3. Qual o partido com que mais se identifica, vote ou não nele:

Partido _____ NS/NR 99

5.4. Quais os políticos portugueses com que mais se identifica, vivos ou não: (indicar até 3 nomes e registar o que inquirido disser)

5.4.1. _____ NS/NR 99

5.4.2. _____

5.4.3. _____

5.5. Qual o político internacional com que mais se identifica, vivo ou não:

5.5.1. _____ NS/NR 99

5.6. Diga se é militante de algum partido, qual o partido e o seu tempo de militância:

Sim 1 Não (passa à questão 5.7.) NS/NR 99

5.6.2. Qual? _____ NS/NR 99

5.6.3. Tempo de militância

Menos de 1 ano 1 De 1 a 4 anos 2 De 5 a 9 anos 3 De 10 a 14 anos 4 De 14 a 19 anos 5 Mais de 20 anos 6

NS/NR 99

5.7. Antes deste, foi militante noutra? Por quanto tempo?

Sim 1 Não 2 (passa à questão 5.10.)

NS/NR 99

5.7.2. Qual? _____

5.7.3. Tempo de militância

Menos de 1 ano 1 De 1 a 4 anos 2 De 5 a 9 anos 3 De 10 a 14 anos 4 De 14 a 19 anos 5 Mais de 20 anos 6

NS/NR 99

5.8. Que tipo de cargos assumiu no partido do qual é militante actualmente?

	Nunca	Menos 1 ano	De 1 a 4 anos	De 5 a 9 anos	De 10 a 14 anos	De 14 a 19 anos	Mais de 20 anos	NS/NR
5.8.1. Dirigente concelhio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
5.8.2. Dirigente regional	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
5.8.3. Dirigente nacional	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 99

5.9. Como considera a sua actividade no partido?

Muito activo 1 Activo 2 Pouco activo 3 Nada activo 4

NS/NR 99

5.10. E pertenceu a alguma organização política de juventude?

Sim 1 Não 2 (Passa à questão 5.14.)

NS/NR 99

NS/NR 99

5.10.2. Qual? _____

5.10.3. Tempo de militância

Menos de 1 ano 1 De 1 a 4 anos 2 De 5 a 9 anos 3 De 10 a 14 anos 4 Mais de 15 anos 5

NS/NR 99

5.11. E foi dirigente desta organização política de juventude? Por quanto tempo?

	Menos 1 ano	De 1 a 4 anos	De 5 a 9 anos	Mais de 10 anos	NS/NR
5.11.1. Dirigente concelhio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.11.2. Dirigente regional	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.11.3. Dirigente nacional	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99

5.12. Diga quais as razões que mais o motivam a pertencer/ter pertencido a estas organizações:

	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR
5.12.1. Contribuição para a comunidade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
5.12.2. Dever de cidadania	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
5.12.3. Exercício do poder	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
5.12.4. Possibilidade de ter carreira política	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
5.12.5. Realização individual	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
5.12.6. Adesão a um líder/personalidade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 99

5.13. Diga que actividades dentro da actividade partidária prefere:

	Muita preferência	Alguma preferência	Pouca preferência	Nenhuma preferência	NS/NR
5.13.1. Debater com adversários	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.15.2. Debater com dirigentes	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.13.3. Debater com outros militantes	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.13.4. Intervir em debates públicos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.13.5. Intervir em reuniões alargadas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.13.6. Intervir nas eleições internas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.13.7. Participar em reuniões mais restritas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.13.8. Participar nas actividades eleitorais	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
5.13.9. Redigir documentos/programas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 99

5.14. Se já foi eleito para algum cargo político, diga quais e por quanto tempo:

	Nunca	Menos de 1 ano	De 1 a 4 anos	De 4 a 8 anos	De 8 a 12 anos	Mais de 12 anos	NS/NR
5.14.1. Assembleia de Freguesia	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.14.2. Junta de Freguesia	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.14.3. Assembleia Municipal	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.14.4. Câmara Municipal	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.14.5. Conselho de Ilha	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.14.6. Assembl. Legislativa dos Açores	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.14.7. Governo Regional	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.14.8. Assembleia da República	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.14.9. Governo da República	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
95 Outra situação	<input type="checkbox"/> 90	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

5.15. Diga se concorda com as seguintes afirmações:

	Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
5.15.1. A política deve ser uma actividade realizada por todos os cidadãos.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.15.2. A política deve ser uma actividade participada por mulheres em número igual ao dos homens.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.15.3. Para a democracia é necessário que as eleições sejam livres e justas.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.15.4. O funcionamento democrático exige cidadãos bem informados politicamente.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.15.5. A democracia exige partidos com propostas alternativas e claras.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.15.6. O funcionamento democrático exige que os partidos da oposição sejam livres de criticar o governo.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.15.7. A democracia obriga a uma comunicação social livre para criticar o governo.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

5.16. Diga se concorda com as seguintes afirmações respeitantes à política e à democracia nos Açores:

	Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
5.16.1. Nos Açores, as eleições legislativas são livres e justas.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.16.2. Nos Açores, os eleitores conversam sobre política com as pessoas conhecidas antes de decidirem em quem votar.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.16.3. Nos Açores, os diferentes partidos políticos apresentam alternativas claras entre si.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.16.4. Nos Açores, todas as ilhas são tratadas da mesma forma pelo governo.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.16.5. Nos Açores, a comunicação social é livre para criticar o governo.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.16.6. Nos Açores, a Autonomia Regional contribuiu para um maior desenvolvimento económico e	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99
5.16.7. Nos Açores, os partidos da oposição são livres para criticar o governo.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

5.17. Diga se concorda com a seguinte afirmação:

Este inquérito por questionário é importante para conhecer a opinião dos açorianos sobre a realidade política da região, tendo as perguntas sido feitas de maneira correcta e apreciei que a minha opinião tivesse sido ouvida.

Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente	NS/NR
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 99

Antes de terminar, pode deixar o seu número de telefone/telemóvel para confirmação da sua resposta?

(Não escrever o nome do inquirido).

O inquérito terminou. Muito obrigado pela sua colaboração.

ANEXO III
RESULTADOS DO INQUÉRITO

1. Caracterização

Sexo	Fi	%
Feminino	373	51,8
Masculino	347	48,2
Total	720	100,0

Escalões etários	Fi	%
18 – 34 Anos	263	36,5
35 – 49 Anos	186	25,8
50 – 64 Anos	174	24,2
+ De 65 Anos	97	13,5
Total	720	100,0

Estado civil	Fi	%
Solteiro	229	31,8
Casado	347	48,2
União de facto	36	5,0
Divorciado	54	7,5
Separado	7	1,0
Viúvo	45	6,3
NS/NR	2	0,3
Total	720	100,0

Ilha	Fi	%
Faial	60	8,3
Pico	53	7,4
São Jorge	10	1,4
São Miguel	533	74,0
Terceira	64	8,9
Total	720	100,0

Tabela 5 – Concelho de residência		
Concelho	Fi	%
Angra do Heroísmo	33	4,6
Calhetas	2	0,3
Horta	60	8,3
Lagoa	58	8,1
Lajes do Pico	22	3,1
Madalena	19	2,6
Nordeste	29	4,0
Ponta Delgada	238	33,1
Povoação	16	2,2
Praia da Vitória	31	4,3
Ribeira Grande	167	23,2
São Roque	12	1,7
Velas	8	1,1
Vila Franca do Campo	25	3,5
Total	720	100,0

Tabela 6 – Freguesia de residência								
Achada	21	2,9	Lajes do Pico	4	0,6	Ribeirinha	23	3,2
Água de Alto	4	0,6	Livramento	19	2,6	Rosais	1	0,1
Água de Pau	3	0,4	Lomba da Fazenda	3	0,4	Rosário	39	5,4
Água Retorta	1	0,1	Lomba da Maia	22	3,1	Salão	2	0,3
Aqualva	1	0,1	Lomba de São Pedro	5	0,7	Salga	1	0,1
Angústias	10	1,4	Madalena	9	1,3	Santa Bárbara	4	0,6
Arrifes	13	1,8	Maia	48	6,7	Santa Clara	8	1,1
Bandeiras	3	0,4	Matriz	21	2,9	Santa Cruz	21	2,9
Bretanha	1	0,1	Nordeste	2	0,3	Santa Luzia	5	0,7
Cabo da Praia	1	0,1	Norte Grande	2	0,3	Santana	2	0,3
Cabouco	7	1,0	Norte Pequeno	1	0,1	Santo Amaro	2	0,3
Calheta de Nesquim	1	0,1	Pedro Miguel	3	0,4	Santo António	9	1,3
Calhetas	10	1,4	Pico da Pedra	13	1,8	São Bento	2	0,3
Candelária	2	0,3	Piedade	5	0,7	São Caetano	2	0,3
Capelas	2	0,3	Pilar da Bretanha	3	0,4	São João	2	0,3
Capelo	4	0,6	Ponta Garça	6	0,8	São José	21	2,9
Castelo Branco	6	0,8	Porto Formoso	9	1,3	São Mateus	4	0,6
Cedros	2	0,3	Porto Judeu	6	0,8	São Mateus da Calheta	2	0,3
Conceição	19	2,6	Porto Martins	2	0,3	São Miguel	3	0,4
Covoada	4	0,6	Posto Santo	2	0,3	São Pedro	54	7,5
Criação Velha	1	0,1	Povoação	3	0,4	São Roque	26	3,6
Doze Ribeiras	3	0,4	Praia do Almojarife	2	0,3	São Roque do Pico	5	0,7
Fajã de Baixo	25	3,5	Prainha	2	0,3	São Sebastião	21	2,9
Fajã de Cima	4	0,6	Quatro Ribeiras	1	0,1	São Vicente Ferreira	6	0,8
Fenais da Ajuda	1	0,1	Rabo de Peixe	16	2,2	Sé	2	0,3
Fenais da Luz	4	0,6	Raminho	1	0,1	Sete Cidades	3	0,4
Feteira	7	1,0	Relva	9	1,3	Terra Chã	1	0,1
Feteiras	2	0,3	Remédios	3	0,4	Urzelina	1	0,1
Flamengos	6	0,8	Ribeira Chã	3	0,4	Velas	3	0,4
Fonte do Bastardo	1	0,1	Ribeira das Tainhas	2	0,3	Vila das Capelas	7	1,0
Fontinhas	2	0,3	Ribeira Quente	3	0,4	Vila das Lajes	6	0,8
Furnas	7	1,0	Ribeira Seca	9	1,3	Vila do Topo	1	0,1
João Bom	1	0,1	Ribeiras	10	1,4	Vila Nova	2	0,3
NS/NR	1	0,1						
Soma	180	24,9	Soma	249	34,7	Soma	291	40,4
Total	720	100,0						

Escolaridade	Inquirido		Cônjuge		Pai		Mãe	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
EB 1.º C	202	28,1	165	22,9	456	63,3	439	61,0
EB 2.º C	125	17,4	85	11,8	72	10,0	74	10,3
EB 3.º C	141	19,6	65	9,0	55	7,6	64	8,9
ESPS	160	22,2	79	11,0	46	6,4	57	7,9
ESPG	92	12,8	49	6,8	17	2,4	25	3,5
NS/NR	0	0,0	277	38,5	74	10,3	61	8,5
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Profissão	Inquirido		Cônjuge		Pai		Mãe	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Profissões das Forças Armadas	4	0,6	4	0,6	15	2,1	1	0,1
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	19	2,6	14	1,9	36	5,0	10	1,4
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	39	5,4	36	5,0	13	1,8	31	4,3
Técnicos e profissões de nível intermédio	56	7,8	21	2,9	20	2,8	14	1,9
Pessoal administrativo	42	5,8	25	3,5	46	6,4	35	4,9
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	183	25,4	99	13,8	95	13,2	89	12,4
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	54	7,5	48	6,7	216	30,0	4	0,6
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	51	7,1	77	10,7	130	18,1	22	3,1
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	14	1,9	20	2,8	28	3,9	1	0,1
Trabalhadores não qualificados	32	4,4	16	2,2	35	4,9	40	5,6
NS/NR	226	31,4	358	49,7	86	11,9	473	65,7
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Situação na profissão	Inquirido		Cônjuge		Pai		Mãe	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Desempregado	82	11,4	21	2,9	17	2,4	15	2,1
Doméstica	70	9,7	54	7,5	0	0,0	336	46,7
Empregado por conta de outrem	368	51,1	265	36,8	310	43,1	186	25,8
Empregado por conta própria	67	9,3	58	8,1	176	24,4	48	6,7
Profissional Liberal	5	0,7	4	0,6	5	0,7	2	0,3
Outra situação	112	15,6	41	5,7	124	17,2	69	9,6
NS/NR	16	2,2	277	38,5	88	12,2	64	8,9
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Ocupação na profissão	Inquirido		Cônjuge		Pai		Mãe	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Emprego a tempo completo	384	53,3	277	38,5	394	54,7	214	29,7
Emprego a tempo parcial	31	4,3	19	2,6	15	2,1	24	3,3
Desempregado	60	8,3	39	5,4	11	1,5	62	8,6
Estudante	94	13,1	7	1,0	1	0,1	0	0,0
Procura o 1.º emprego	2	0,3	1	0,1	0	0,0	0	0,0
Reformado/pensionista	78	10,8	60	8,3	128	17,8	91	12,6
Programa Ocupacional	16	2,2	4	0,6	1	0,1	0	0,0
Sem trabalho e sem ocupação	21	2,9	15	2,1	6	0,8	99	13,8
Outra Situação	31	4,3	34	4,7	90	12,5	172	23,9
NS/NR	3	0,4	264	36,7	74	10,3	58	8,1
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Religião	Inquirido		Cônjuge		Pai		Mãe	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Agnóstico/ateu	22	3,1	8	1,1	6	0,8	2	0,3
Católico	668	92,8	450	62,5	674	93,6	688	95,6
Evangélico	6	0,8	2	0,3	4	0,6	6	0,8
Budista	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1
Judeu	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0
Muçulmano/islâmico	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1
Ortodoxo	3	0,4	3	0,4	3	0,4	3	0,4
Testemunha de Jeová	0	0,0	0	0,0	2	0,3	2	0,3
Outra cristã	2	0,3	1	0,1	1	0,1	2	0,3
Outra não cristã	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0
Sem religião	18	2,5	3	0,4	5	0,7	2	0,3
NS/NR	1	0,1	252	35,0	21	2,9	13	1,8
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Tabela 12 – Prática religiosa		
Prática religiosa	Fi	%
Muito praticante	79	11,0
Praticante	212	29,4
Pouco praticante	274	38,1
Nada praticante	146	20,3
NS/NR	9	1,3
Total	720	100,0

Tabela 13 – Classe social do inquirido e dos pais				
Classe social subjetiva	Inquirido		Pais	
	Fi	%	Fi	%
Alta	1	0,1	1	0,1
Média/alta	32	4,4	32	4,4
Média	335	46,5	306	42,5
Média/baixa	241	33,5	218	30,3
Baixa	90	12,5	125	17,4
Sem classe	16	2,2	17	2,4
NS/NR	5	0,7	21	2,9
Total	720	100,0	720	100,0

Tabela 14 – Classe social pretendida		
Classe social	Fi	%
Alta	205	28,5
Média/alta	232	32,2
Média	204	28,3
Média/baixa	31	4,3
Baixa	14	1,9
Sem classe	20	2,8
NS/NR	14	1,9
Total	720	100,0

Tabela 15 – Rendimento do agregado familiar		
Rendimento do agregado familiar	Fi	%
Menos de 600 euros	135	18,8
De 600 a 1200 euros	290	40,3
De 1200 a 2000 euros	169	23,5
De 2000 a 4000 euros	52	7,2
De 4000 a 5000 euros	11	1,5
Mais de 5000 euros	5	0,7
NS/NR	58	8,1
Total	720	100,0

2. Associativismo

Tipo de associações	Pertença							
	Não pertence		Pertence		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Ambiental	698	96,9	16	2,2	6	0,8	720	100,0
Associação de pais	704	97,8	10	1,4	6	0,8	720	100,0
Apoio social	702	97,5	10	1,4	8	1,1	720	100,0
Cívica	703	97,6	10	1,4	7	1,0	720	100,0
Clube desportivo	680	94,4	31	4,3	9	1,3	720	100,0
Cultural/patrimonial	695	96,5	18	2,5	7	1,0	720	100,0
Defesa do consumidor	713	99,0	1	0,1	6	0,8	720	100,0
Humanitária/Bombeiros	706	98,1	8	1,1	6	0,8	720	100,0
Juvenil	699	97,1	15	2,1	6	0,8	720	100,0
Musical	679	93,9	37	5,1	7	1,0	720	100,0
Religiosa	664	92,2	49	6,8	7	1,0	720	100,0
Sindical/profissional	700	97,2	2	0,3	13	1,8	720	100,0
Outra situação	631	87,6	41	5,7	48	6,7	720	100,0

Tipos de associações	Grau de atividade									
	Muito ativo e ativo		Pouco ativo e nada ativo		Não pertence		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Ambiental	10	1,4	6	0,8	698	96,9	6	0,8	720	100,0
Associação de pais	4	0,6	6	0,8	704	97,8	6	0,8	720	100,0
Apoio social	7	1,0	3	0,4	702	97,5	8	1,1	720	100,0
Cívica	9	1,3	1	0,1	703	97,6	7	1,0	720	100,0
Clube desportivo	22	3,1	9	1,3	680	94,4	9	1,3	720	100,0
Cultural/patrimonial	15	2,1	3	0,4	695	96,5	7	1,0	720	100,0
Defesa do consumidor	0	0,0	1	1,1	713	99,0	0	0,0	720	100,0
Humanitária/Bombeiros	4	0,6	4	0,6	706	98,1	6	0,8	720	100,0
Juvenil	13	1,8	2	0,3	699	97,1	6	0,8	720	100,0
Musical	31	4,3	6	0,8	676	93,9	7	1,0	720	100,0
Religiosa	40	5,6	9	1,3	664	92,2	7	1,0	720	100,0
Sindical/profissional	7	1,0	4	0,6	703	97,6	6	0,8	720	100,0
Outra situação	29	4,0	12	7,1	631	87,6	48	6,7	720	100,0

Frequência	Fi	%
Muitas vezes	39	5,4
Algumas vezes	58	8,1
Poucas vezes	22	3,1
Raramente	16	2,2
Nunca	516	71,7
NS/NR	69	9,6
Total	720	100,0

Grau de importância	Fi	%
Muito importante	149	20,7
Importante	315	43,8
Pouco importante	125	17,4
Nada importante	99	13,8
NS/NR	32	4,4
Total	720	100,0

Grau de concordância	Fi	%
Concorda totalmente	181	25,1
Concorda	360	50,0
Não concorda nem discorda	129	17,9
Discorda	18	2,5
Discorda totalmente	9	1,3
NS/NR	23	3,2
Total	720	100,0

Tipo de associativismo	Fi	%
Apoio humanitário, social e voluntariado	106	14,7
Associativismo religioso	8	1,1
Atividade cívica, política e sindical	9	1,3
Atividade desportiva, musical e recreativa	34	4,7
Defesa ambiental, cultural e patrimonial	19	2,6
Associativismo juvenil	6	0,8
Outra situação	9	1,3
NS/NR	529	73,5
Total	720	100,0

3. Interesse e informação política

Grau de interesse	Fi	%
Muito e algum interesse	266	36,9
Pouco e nenhum interesse	450	62,5
NS/NR	4	0,6
Total	720	100,0

Grau de interesse	Alturas em que se manifesta					
	Nas eleições		Fora das eleições		Durante acontecimentos políticos	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Aumenta muito	67	9,3	11	1,5	30	4,2
Aumenta	302	41,9	40	5,6	235	32,6
Nem aumenta nem diminui	300	41,7	531	73,8	395	54,9
Diminui	23	3,2	81	11,3	28	3,9
Diminui muito	13	1,8	40	5,6	16	2,2
NS/NR	15	2,1	17	2,4	16	2,2
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Grau de interesse	Alturas em que se manifesta					
	Quando há debates televisivos		Durante crises		Outra situação	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Aumenta muito	37	5,1	73	10,1	9	1,3
Aumenta	203	28,2	229	31,8	30	4,2
Nem aumenta nem diminui	400	55,6	354	49,2	339	47,1
Diminui	34	4,7	25	3,5	17	2,4
Diminui muito	25	3,5	20	2,8	8	1,1
NS/NR	21	2,9	19	2,6	317	44,0
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Assuntos	Grau de interesse											
	1		2		3		4		5		6	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Agricultura	26	3,6	23	3,2	37	5,1	43	6,0	95	13,2	59	8,2
Ambiente	6	0,8	3	0,4	19	2,6	18	2,5	52	7,2	64	8,9
Ciência	22	3,1	30	4,2	31	4,3	63	8,8	95	13,2	72	10,0
Defesa	14	1,9	12	1,7	47	6,5	52	7,2	92	12,8	68	9,4
Economia	17	2,4	15	2,1	25	3,5	45	6,3	64	8,9	73	10,1
Educação	1	0,1	7	1,0	4	0,6	8	1,1	36	5,0	41	5,7
Justiça	10	1,4	11	1,5	16	2,2	24	3,3	51	7,1	46	6,4
Política	96	13,3	65	9,0	80	11	69	9,6	114	15,8	59	8,2
Religião	53	7,4	30	4,2	48	6,7	55	7,6	103	14,3	67	9,3
Saúde	0	0,0	3	0,4	6	0,8	5	0,7	28	3,9	25	3,5
Trabalho	5	0,7	4	0,6	3	0,4	3	0,4	4	0,6	22	3,1

Assuntos	Grau de interesse											
	7		8		9		10		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Agricultura	97	13,5	103	14,3	63	8,8	159	22,1	15	2,1	720	100,0
Ambiente	113	15,7	123	17,1	106	14,7	206	28,6	10	1,4	720	100,0
Ciência	109	15,1	125	17,4	58	8,1	98	13,6	17	2,4	720	100,0
Defesa	108	15,0	115	16,0	67	9,3	127	17,6	18	2,5	720	100,0
Economia	111	15,4	129	17,9	85	11,8	136	18,9	20	2,8	720	100,0
Educação	78	10,8	134	18,6	117	16,3	282	39,2	12	1,7	720	100,0
Justiça	93	12,9	121	16,8	100	13,9	233	32,4	15	2,1	720	100,0
Política	90	12,5	63	8,8	40	5,6	29	4,0	15	2,1	720	100,0
Religião	80	11,1	76	10,6	65	9,0	124	17,2	19	2,6	720	100,0
Saúde	59	8,2	87	12,1	127	17,6	367	51,0	13	1,8	720	100,0
Trabalho	34	4,7	57	7,9	107	14,9	325	45,1	13	1,8	720	100,0

Situação	Frequência									
	Muitas e algumas vezes		Poucas vezes		Raramente e nunca		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Cônjuge	163	22,6	88	12,2	221	30,7	248	34,4	720	100,0
Filhos	108	15,0	63	8,8	295	41,0	254	35,3	720	100,0
Pais	157	21,8	97	13,5	384	53,3	82	11,4	720	100,0
Amigos	289	40,1	132	18,3	290	40,3	9	1,3	720	100,0
Colegas de trabalho	198	27,5	106	14,7	304	42,2	112	15,6	720	100,0
Vizinhos	67	9,3	83	11,5	541	75,1	29	4,0	720	100,0
Outra situação	50	6,9	36	5,0	260	36,1	374	51,9	720	100,0
Total	147,4	20,5	86,4	12,0	327,9	45,5	158,3	22,0	720	100,0

Tabela 26 – Informação política										
Tipos de fontes de informação	Frequência									
	Muitas e algumas vezes		Poucas vezes		Raramente e nunca		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Conversa com outras pessoas	320	44,4	157	21,8	233	32,4	10	1,4	720	100,0
Internet	335	46,5	97	13,5	275	38,2	13	1,8	720	100,0
Jornais	330	45,8	103	14,3	278	38,6	9	1,3	720	100,0
Livros	64	8,9	89	12,4	553	76,8	14	1,9	720	100,0
Rádio	340	47,2	110	15,3	260	36,1	10	1,4	720	100,0
Revistas	108	15,0	101	14,0	491	68,2	20	2,8	720	100,0
Televisão	590	81,9	53	7,4	71	9,9	6	0,8	720	100,0
Outra situação	42	5,8	37	5,1	261	36,3	380	52,8	720	100,0
Total	266,1	41,0	93,4	14,4	301,5	46,7	57,8	8,9	720	100,0

Tabela 27 – Grau de confiança nas fontes de informação										
Tipos de fontes de informação	Grau de confiança									
	Confia muito e confia		Não confia nem desconfia		Desconfia e desconfia muito		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Conversa com outras pessoas	566	78,6	110	15,3	44	6,1	0	0,0	720	100,0
Internet	434	60,3	164	22,8	122	16,9	0	0,0	720	100,0
Jornais	303	42,1	248	34,4	91	12,6	78	10,8	720	100,0
Livros	156	21,7	260	36,1	81	11,3	223	31,0	720	100,0
Rádio	331	46,0	241	33,5	73	10,1	75	10,4	720	100,0
Revistas	572	79,4	73	10,1	0	0,0	75	10,4	720	100,0
Televisão	393	54,6	214	29,7	93	12,9	20	2,8	720	100,0
Outra situação	29	4,0	172	23,9	34	4,7	485	67,4	720	100,0
Total	346,8	53,7	185,3	25,7	67,3	9,3	119,5	18,4	720	100,0

Tabela 28 – Participação de iniciativas políticas										
Iniciativas políticas	Frequência									
	Muitas e algumas vezes		Poucas vezes		Raramente e nunca		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Comícios e sessões partidárias	72	10,0	57	7,9	576	80,0	15	2,1	720	100,0
Eleições	394	54,7	60	8,3	259	36,0	7	1,0	720	100,0
Campanhas eleitorais	107	14,9	44	6,1	558	77,5	11	1,5	720	100,0
Festas de partidos	72	10,0	62	8,6	577	80,1	9	1,3	720	100,0
Reuniões com dirigentes político-partidários	45	6,3	21	2,9	643	89,3	11	1,5	720	100,0
Outra situação	16	2,2	11	1,5	393	54,6	300	41,7	720	100,0
Total	117,7	13,6	42,5	4,9	501	58,0	58,8	6,8	720	100,0

Tabela 29 – Grau de confiança nos protagonistas políticos (continua)									
Grau de confiança	Presidentes/ Representantes								
	Presidente da República		Presidente da Assembleia da República		Primeiro-ministro		Representante da República nos Açores		
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	
0-mínimo	7	1,0	16	2,2	27	3,8	17	2,4	
1	3	0,4	14	1,9	15	2,1	7	1,0	
2	4	0,6	14	1,9	30	4,2	11	1,5	
3	5	0,7	22	3,1	42	5,8	15	2,1	
4	9	1,3	32	4,4	57	7,9	32	4,4	
5	43	6,0	87	12,1	126	17,5	78	10,8	
6	36	5,0	53	7,4	90	12,5	54	7,5	
7	80	11,1	64	8,9	98	13,6	57	7,9	
8	157	21,8	29	4,0	66	9,2	37	5,1	
9	119	16,5	22	3,1	40	5,6	18	2,5	
10-máximo	229	31,8	29	4,0	53	7,4	44	6,1	
NS/NR	28	3,9	338	46,9	76	10,6	350	48,6	
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0	

Tabela 29 – Grau de confiança nos protagonistas políticos (continuação)						
Grau de confiança	Presidentes/Representantes					
	Presidente da ALRAA		Presidente do Governo Regional dos Açores		Presidente da Comissão Europeia	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
0-mínimo	23	3,2	18	2,5	17	2,4
1	9	1,3	10	1,4	10	1,4
2	11	1,5	17	2,4	16	2,2
3	21	2,9	33	4,6	15	2,1
4	26	3,6	55	7,6	33	4,6
5	67	9,3	110	15,3	78	10,8
6	36	5,0	71	9,9	36	5,0
7	61	8,5	93	12,9	49	6,8
8	42	5,8	77	10,7	41	5,7
9	20	2,8	60	8,3	23	3,2
10-máximo	39	5,4	87	12,1	19	2,6
NS/NR	365	50,7	89	12,4	383	53,2
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Tabela 30 – Identificação do Presidente da República		
Políticos	Fi	%
Aníbal Cavaco Silva	2	0,3
António Costa	2	0,3
Jorge Sampaio	2	0,3
Marcelo Rebelo de Sousa	698	96,9
Mário Soares	1	0,1
Pedro Passos Coelho	1	0,1
Nenhum destes	3	0,4
NS/NR	11	1,5
Total	720	100,0

Tabela 31 – Identificação do Presidente da Assembleia da República		
Políticos	Fi	%
António Almeida Santos	25	3,5
António Costa	15	2,1
Assunção Esteves	32	4,4
Eduardo Ferro Rodrigues	302	41,9
Jaime Gama	10	1,4
João Bosco Mota Amaral	24	3,3
Nenhum destes	20	2,8
NS/NR	292	40,6
Total	720	100,0

Tabela 32 – Identificação do Primeiro-ministro		
Políticos	Fi	%
Aníbal Cavaco Silva	6	0,8
António Costa	642	89,2
José Sócrates	2	0,3
Durão Barroso	7	1,0
Mário Soares	2	0,3
Pedro Passos Coelho	3	0,4
Nenhum destes	6	0,8
NS/NR	52	7,2
Total	720	100,0

Tabela 33 – Identificação do Representante da República nos Açores		
Políticos	Fi	%
Álvaro Laborinho Lúcio	26	3,6
Carlos César	168	23,3
João Bosco Mota Amaral	18	2,5
José António Mesquita	31	4,3
Pedro Catarino	91	12,6
Vasco Cordeiro	80	11,1
Nenhum destes	14	1,9
NS/NR	292	40,6
Total	720	100,0

Tabela 34 – Identificação do Presidente da ALRAA		
Políticos	Fi	%
Ana Luís	295	41,0
Carlos César	31	4,3
Fernando Meneses	23	3,2
Francisco Coelho	9	1,3
João Bosco Mota Amaral	11	1,5
Vasco Cordeiro	26	3,6
Nenhum destes	13	1,8
NS/NR	312	43,3
Total	720	100,0

Tabela 35 – Identificação do Presidente do Governo Regional dos Açores		
Políticos	Fi	%
Artur Lima	1	0,1
Carlos César	15	2,1
Duarte de Freitas	5	0,7
João Bosco Mota Amaral	1	0,1
Sérgio Ávila	5	0,7
Vasco Cordeiro	640	88,9
Nenhum destes	2	0,3
NS/NR	51	7,1
Total	720	100,0

Políticos	Fi	%
Durão Barroso	168	23,3
Jacques Delors	17	2,4
Jean-Claude Juncker	174	24,2
Emmanuel Macron	6	0,8
Pedro Sanchez	3	0,4
Romano Prodi	0	0,0
Nenhum destes	17	2,4
NS/NR	335	46,5
Total	720	100,0

Deputados	Preferência					
	Deputado 1		Deputado 2		Deputado 3	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Deputado do BE	4	0,6	1	0,1	6	0,8
Deputado do CDS-PP	11	1,5	10	1,4	4	0,6
Deputado do PCP	3	0,4	0	0,0	1	0,1
Deputado do PPM	7	1,0	3	0,4	3	0,4
Deputado do PS	48	6,7	47	6,5	27	3,8
Deputado do PSD	30	4,2	26	3,6	26	3,6
Político regional não parlamentar	26	3,6	33	4,6	29	4,0
Político nacional	32	4,4	24	3,3	27	3,8
Outra situação	7	1,0	6	0,8	3	0,4
NS/NR	552	76,7	570	79,2	594	82,5
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Grau de confiança	Instituições							
	ALRAA		Assembleia da República		Governo dos Açores		Governo da República	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
0-mínimo	27	3,8	18	2,5	22	3,1	17	2,4
1	8	1,1	12	1,7	10	1,4	7	1,0
2	33	4,6	26	3,6	29	4,0	31	4,3
3	37	5,1	31	4,3	34	4,7	30	4,2
4	51	7,1	62	8,6	49	6,8	53	7,4
5	135	18,8	137	19,0	121	16,8	129	17,9
6	97	13,5	85	11,8	86	11,9	89	12,4
7	104	14,4	118	16,4	120	16,7	92	12,8
8	78	10,8	70	9,7	106	14,7	92	12,8
9	25	3,5	31	4,3	45	6,3	51	7,1
10-máximo	22	3,1	32	4,4	45	6,3	64	8,9
NS/NR	103	14,3	98	13,6	53	7,4	65	9,0
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Tabela 38 – Grau de confiança nas instituições políticas (continuação)								
Grau de confiança	Instituições							
	Parlamento Europeu		Partidos Políticos		Tribunais e sistema de justiça		União Europeia	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
0-mínimo	19	2,6	61	8,5	37	5,1	23	3,2
1	12	1,7	35	4,9	15	2,1	15	2,1
2	26	3,6	65	9,0	40	5,6	19	2,6
3	36	5,0	87	12,1	54	7,5	35	4,9
4	50	6,9	99	13,8	72	10,0	53	7,4
5	142	19,7	146	20,3	122	16,9	126	17,5
6	88	12,2	60	8,3	83	11,5	75	10,4
7	107	14,9	52	7,2	84	11,7	118	16,4
8	84	11,7	33	4,6	76	10,6	83	11,5
9	25	3,5	8	1,1	39	5,4	41	5,7
10-máximo	21	2,9	6	0,8	36	5,0	32	4,4
NS/NR	110	15,3	68	9,4	62	8,6	100	13,9
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Tabela 39 – Nível de poder mais apto a resolver problemas (continua)						
Resolução de problema	Problema					
	Rua		Freguesia		Concelho	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Junta de Freguesia	562	78,1	512	71,1	16	2,2
Câmara Municipal	108	15,0	165	22,9	580	80,6
Concelho de ilha	1	0,1	5	0,7	35	4,9
Governo Regional	2	0,3	2	0,3	48	6,7
Governo República	3	0,4	0	0,0	1	0,1
Todos	18	2,5	14	1,9	19	2,6
Nenhum	15	2,1	12	1,7	9	1,3
NS/NR	11	1,5	10	1,4	12	1,7
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Tabela 39 – Nível de poder mais apto a resolver problemas (continuação)						
Resolução de problema	Problema					
	Ilha		Região		País	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Junta de Freguesia	5	0,7	9	1,3	2	0,3
Câmara Municipal	78	10,8	15	2,1	7	1,0
Concelho de ilha	177	24,6	2	0,3	3	0,4
Governo Regional	386	53,6	587	81,5	36	5,0
Governo República	8	1,1	26	3,6	536	74,4
Todos	36	5,0	48	6,7	105	14,6
Nenhum	11	1,5	14	1,9	14	1,9
NS/NR	19	2,6	19	2,6	17	2,4
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Tabela 40 – Poder mais apto a resolver alguns problemas (continua)								
Resolução de problema	Problema							
	Desemp.		Habitação		Saúde		Educação	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Junta de Freguesia	68	9,4	44	6,1	6	0,8	7	1,0
Câmara Municipal	49	6,8	135	18,8	27	3,8	17	2,4
Concelho de Ilha	9	1,3	7	1,0	13	1,8	6	0,8
Governo Regional	237	32,9	244	33,9	300	41,7	282	39,2
Governo República	112	15,6	67	9,3	157	21,8	185	25,7
Todos	200	27,8	183	25,4	179	24,9	190	26,4
Nenhum	25	3,5	18	2,5	13	1,8	11	1,5
NS/NR	20	2,8	22	3,1	25	3,5	22	3,1
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Tabela 40 – Poder mais apto a resolver alguns problemas (continuação)								
Resolução de problema	Problema							
	Justiça		Apoio social		Toxicod.		Transportes	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Junta de Freguesia	4	0,6	18	2,5	22	3,1	16	2,2
Câmara Municipal	11	1,5	53	7,4	29	4,0	111	15,4
Concelho de Ilha	8	1,1	5	0,7	19	2,6	13	1,8
Governo Regional	191	26,5	274	38,1	243	33,8	247	34,3
Governo República	278	38,6	118	16,4	105	14,6	96	13,3
Todos	183	25,4	220	30,6	234	32,5	189	26,3
Nenhum	20	2,8	15	2,1	24	3,3	11	1,5
NS/NR	25	3,5	17	2,4	44	6,1	37	5,1
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

4. Participação Eleitoral

Circunstâncias	Fi	%
Quando fez 18 anos e se dirigiu à Junta de Freguesia	428	59,4
Numa outra altura, tendo-se dirigido à Junta de Freguesia	81	11,3
Quando passou a ter o Cartão de Cidadão	59	8,2
Não se recorda como, mas está recenseado	114	15,8
Nunca se recenseou	11	1,5
Foi forçado a recensear-se	4	0,6
Outra situação	12	1,7
NS/NR	11	1,5
Total	720	100,0

Frequência de voto	Eleições									
	ALRAA		Assembleia da República		Presidente da República		Autarquias		Parlamento Europeu	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Sempre e muitas vezes	446	61,9	541	75,1	459	63,7	471	65,4	437	60,7
Algumas e poucas vezes	113	15,7	166	23,1	104	14,4	104	14,4	251	34,9
Raro e nunca	151	21,0	2	0,3	145	20,1	133	18,5	1	0,1
NS/NR	10	1,4	11	1,5	12	1,7	12	1,7	31	4,3
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Frequência	Eleições									
	ALRAA		Assembleia da República		Presidente da República		Autarquias		Parlamento Europeu	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Sempre e muitas vezes	382	53,1	361	50,1	433	60,1	440	61,1	228	31,7
Algumas e poucas vezes	187	26,0	195	27,1	152	21,1	153	21,3	219	30,4
Raro e nunca	135	18,8	141	19,6	117	16,3	111	15,4	236	32,8
NS/NR	16	2,2	23	3,2	18	2,5	16	2,2	37	5,1
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100

Tabela 44 – Participação eleitoral na última eleição para as Autarquias Locais		
Participação eleitoral	Fi	%
Sim	531	73,8
Não	176	24,4
NS/NR	13	1,8
Total	720	100,0

Tabela 45 – Motivo da abstenção na última eleição para as Autarquias Locais		
Motivo	Fi	%
Não se aplica	544	75,6
Não voto	38	5,3
Não me interessou	48	6,7
Não tive conhecimento	3	0,4
Não gostei dos candidatos	14	1,9
Não me senti representado	10	1,4
Outra situação	57	7,9
NS/NR	6	0,8
Total	720	100,0

Tabela 46 – Opção de voto na última eleição para as Autarquias Locais		
Opção de voto	Fi	%
Não se aplica	189	26,3
BE	18	2,5
CD-PP	3	0,4
PCP-PEV	4	0,6
PSD	194	26,9
PS	199	27,6
Em branco	14	1,9
Outra situação	18	2,5
NS/NR	81	11,3
Total	720	100,0

Tabela 47 – Participação eleitoral na última eleição para a ALRAA		
Participação eleitoral	Fi	%
Sim	487	67,6
Não	206	28,6
NS/NR	27	3,8
Total	720	100,0

Tabela 48 – Motivo da abstenção na última eleição para a ALRAA		
Motivo	Fi	%
Não se aplica	514	71,4
Não voto	48	6,7
Não me interessou	63	8,8
Não tive conhecimento	2	0,3
Não gostei dos candidatos	8	1,1
Não me senti representado	15	2,1
Outra situação	60	8,3
NS/NR	10	1,4
Total	720	100,0

Tabela 49 – Opção de voto na última eleição para a ALRAA		
Opção de voto	Fi	%
Não se aplica	233	32,4
BE	27	3,8
CDS-PP	7	1,0
PCP-PEV	1	0,1
PSD	132	18,3
PS	211	29,3
Em branco	14	1,9
Outra situação	12	1,7
NS/NR	83	11,5
Total	720	100,0

Tabela 50 – Participação eleitoral na última eleição para a Assembleia da República		
Participação eleitoral	Fi	%
Sim	445	61,8
Não	234	32,5
NS/NR	41	5,7
Total	720	100,0

Tabela 51 – Motivo da abstenção na última eleição para a Assembleia da República		
Motivo	Fi	%
Não se aplica	486	67,5
Não voto	55	7,6
Não me interessou	67	9,3
Não tive conhecimento	5	0,7
Não gostei dos candidatos	12	1,7
Não me senti representado	11	1,5
Outra situação	71	9,9
NS/NR	13	1,8
Total	720	100,0

Opção de voto	Fi	%
Não se aplica	275	38,2
BE	34	4,7
CDS-PP	4	0,6
PCP-PEV	3	0,4
PSD	121	16,8
PS	173	24,0
Em branco	14	1,9
Outra situação	15	2,1
NS/NR	81	11,3
Total	720	100,0

Participação eleitoral	Fi	%
Sim	494	68,6
Não	194	26,9
NS/NR	32	4,4
Total	720	100,0

Motivo	Fi	%
Não se aplica	526	73,1
Não Voto	49	6,8
Não me interessou	55	7,6
Não tive conhecimento	3	0,4
Não gostei dos candidatos	3	0,4
Não me senti representado	6	0,8
Outra situação	67	9,3
NS/NR	11	1,5
Total	720	100,0

Opção de voto	Fi	%
Não se aplica	226	31,4
António Sampaio da Nóvoa	32	4,4
Edgar Silva	1	0,1
Henrique Melo	2	0,3
Marcelo Rebelo de Sousa	364	50,6
Maria de Belém Roseira	5	0,7
Marisa Matias	7	1,0
Em branco	9	1,3
Outra situação	7	1,0
NS/NR	67	9,3
Total	720	100,0

Participação eleitoral	Fi	%
Sim	322	44,7
Não	328	45,6
NS/NR	70	9,7
Total	720	100,0

Motivo	Fi	%
Não se aplica	392	54,4
Não Voto	77	10,7
Não me interessou	91	12,6
Não tive conhecimento	33	4,6
Não gostei dos candidatos	7	1,0
Não me senti representado	12	1,7
Outra situação	94	13,1
NS/NR	14	1,9
Total	720	100,0

Opção de voto	Fi	%
Não se aplica	398	55,3
BE	15	2,1
CDS-PP	2	0,3
PCP-PEV	3	0,4
PSD	84	11,7
PS	106	14,7
Em branco	11	1,5
Outra situação	11	1,5
NS/NR	90	12,5
Total	720	100,0

Participação eleitoral	Fi	%
Sim	267	37,1
Não	370	51,4
NS/NR	83	11,5
Total	720	100,0

Motivo	Fi	%
Não se aplica	350	48,6
Não Voto	79	11,0
Não me interessou	70	9,7
Não tive conhecimento	47	6,5
Não gostei dos candidatos	3	0,4
Não me senti representado	11	1,5
Outra situação	137	19,0
NS/NR	23	3,2
Total	720	100,0

Opção de voto	Fi	%
Não se aplica	453	62,9
Votou Não	149	20,7
Votou Sim	72	10,0
Em branco	9	1,3
Outra situação	5	0,7
NS/NR	32	4,4
Total	720	100,0

Partido	Frequência de voto					
	Sempre e muitas vezes		Algumas vezes		Poucas vezes e raro	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Bloco de Esquerda	16	2,2	21	2,9	81	11,3
Centro Democrático Social	13	1,8	19	2,6	71	9,9
Coligação Democrática Unitária	3	0,4	6	0,8	45	6,3
Livre/Tempo de Avançar	1	0,1	3	0,4	36	5,0
Movimento Alternativa Socialista	0	0,0	7	1,0	29	4,0
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	0	0,0	6	0,8	42	5,8
Partido Democrático do Atlântico	0	0,0	5	0,7	34	4,7
Partido Democrático Republicano	3	0,4	7	1,0	34	4,7
Partido Popular Monárquico	3	0,4	3	0,4	38	5,3
Partido Social Democrata	182	25,3	119	16,5	107	14,9
Partido Socialista	239	33,2	111	15,4	89	12,4
Movimento Partido da Terra	4	0,6	7	1,0	41	5,7
Pessoas-Animais-Natureza	10	1,4	16	2,2	63	8,8
Partido Unido dos Reformados e Pensionistas	7	1,0	12	1,7	35	4,9
Noutro partido que não está na lista	4	0,6	5	0,7	32	4,4
Outra opção	3	0,4	3	0,4	18	2,5

Tabela 62 – Partido em que costuma votar (continuação)						
Partido	Frequência de voto					
	Nunca		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Bloco de Esquerda	526	73,1	76	10,6	720	100,0
Centro Democrático Social	545	75,7	72	10,0	720	100,0
Coligação Democrática Unitária	594	82,5	72	10,0	720	100,0
Livre/Tempo de Avançar	612	85,0	68	9,4	720	100,0
Movimento Alternativa Socialista	614	85,3	70	9,7	720	100,0
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	603	83,8	69	9,6	720	100,0
Partido Democrático do Atlântico	612	85,0	69	9,6	720	100,0
Partido Democrático Republicano	602	83,6	74	10,3	720	100,0
Partido Popular Monárquico	605	84,0	71	9,9	720	100,0
Partido Social Democrata	242	33,6	70	9,7	720	100,0
Partido Socialista	219	30,4	62	8,6	720	100,0
Movimento Partido da Terra	595	82,6	73	10,1	720	100,0
Pessoas-Animais-Natureza	561	77,9	70	9,7	720	100,0
Partido Unido dos Reformados e Pensionistas	595	82,6	71	9,9	720	100,0
Noutro partido que não está na lista	550	76,4	129	17,9	720	100,0
Outra opção	421	58,5	275	38,2	720	100,0

Tabela 63 – Abstenção		
Abstenção	Fi	%
Sim	152	21,1
Não	568	78,9
Total	720	100,0

Tabela 64 – Duração da abstenção		
Duração da abstenção	Fi	%
Não se aplica	578	78,9
De 1 a 4 anos	70	9,7
De 5 a 9 anos	21	2,9
De 10 a 14 anos	18	2,5
De 15 a 19 anos	6	0,8
Mais de 20 anos	18	2,5
NS/NR	19	2,6
Total	720	100,0

Tabela 65 – Grau de concordância com motivos para readquirir interesse pela política										
Motivos	Grau de concordância									
	Concorda totalmente e concorda		Não concorda nem discorda		Discorda e discorda totalmente		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Readquirir o interesse pela política	397	55,1	181	25,1	76	10,6	66	9,2	720	100,0
Readquirir confiança nos candidatos	507	70,4	123	17,1	35	4,9	55	7,6	720	100,0
Sentir-se mais representado pelos partidos	442	61,4	164	23,8	50	6,9	64	8,9	720	100,0
Sentir a sua opinião mais respeitada	475	66,0	146	20,3	33	4,6	66	9,2	720	100,0
Sentir que a sua opinião é mais ouvida	471	65,4	148	20,6	40	5,6	61	8,5	720	100,0
Haver outras opções políticas	259	36,0	226	31,4	158	21,9	77	10,7	720	100,0
Sentir que o seu voto faz diferença	506	70,3	115	16,0	34	4,7	65	9,0	720	100,0
Nada o fará mudar de comportamento	145	20,1	236	32,8	224	31,1	115	16,0	720	100,0
Outra situação	40	5,6	163	22,6	24	3,3	493	68,5	720	100,0

Tabela 66 – Probabilidade de votar nas próximas eleições		
Grau de probabilidade	Fi	%
Muito provável	384	53,3
Provável	183	25,4
Nem provável nem improvável	66	9,2
Improvável	24	3,3
Muito improvável	40	5,6
NS/NR	23	3,2
Total	720	100,0

Tabela 67 – Grau de concordância com o aumento da abstenção		
Grau de concordância	Fi	%
Concorda totalmente	249	34,6
Concorda	354	49,2
Não concorda nem discorda	57	7,9
Discorda	21	2,9
Discorda totalmente	7	1,0
NS/NR	32	4,4
Total	720	100,0

Tabela 68 – Responsáveis pela abstenção										
Responsáveis pela abstenção	Frequência									
	Muitas e algumas vezes		Poucas vezes e raramente		Nunca		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
As pessoas	492	68,3	117	16,2	71	9,9	40	5,6	720	100,0
Os partidos políticos	635	88,2	38	5,3	12	1,7	35	4,9	720	100,0
Os deputados	623	86,5	47	6,5	11	1,5	39	5,4	720	100,0
Os governantes	639	88,8	38	5,3	8	1,1	35	4,9	720	100,0
A comunicação social	358	49,7	241	33,5	68	9,4	53	7,4	720	100,0
A escola	139	19,3	255	35,4	258	35,8	68	9,4	720	100,0
A vida em geral	423	58,8	170	23,6	61	8,5	66	9,2	720	100,0
Outra situação	70	9,7	73	10,1	80	11,1	497	69,0	720	100,0

Tabela 69 – A que se deve a abstenção, no que diz respeito às pessoas		
Motivos	Fi	%
Por falta de interesse	431	59,9
Por falta de conhecimento	59	8,2
Por falta de tempo	27	3,8
Por falta de educação	18	2,5
Por falta de cidadania	92	12,8
Outra situação	65	9,0
NS/NR	28	3,9
Total	720	100,0

Tabela 70 – A que se deve a abstenção, no que diz respeito aos partidos		
Motivos	Fi	%
Estarem afastados das pessoas	109	15,1
Estarem interessados em si mesmos	241	33,5
Estarem muito fechados	19	2,6
Estarem a perder credibilidade	214	29,7
Serem todos iguais	99	13,8
Outra situação	7	1,0
NS/NR	31	4,3
Total	720	100,0

Pessoas mais próximas	Frequência de voto							
	Sempre e muitas vezes		Algumas vezes		Poucas vezes e raro		Nunca	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Avô mais próximo	182	25,3	28	5,3	26	3,6	28	3,9
Avó mais próxima	183	25,4	45	6,3	43	6,0	39	5,4
Pai	404	56,1	67	9,3	39	5,4	28	3,9
Mãe	409	56,8	90	12,5	56	7,8	27	3,8
Cônjuge	301	41,8	68	9,4	45	6,3	13	1,8
Filho 1	152	21,1	55	7,6	28	3,9	32	4,4
Filho 2	124	17,2	36	5,0	20	2,8	21	2,9
Filho 3	54	7,5	24	3,3	15	2,1	20	2,8
Filho 4	21	2,9	14	1,9	4	0,6	9	1,3
Tio mais próximo	222	30,8	71	9,9	31	4,3	14	1,9
Tia mais próxima	225	31,3	75	10,4	29	4,0	11	1,5
Primo mais próximo	187	26,0	87	12,1	36	5,0	16	2,2
Prima mais próxima	189	26,3	80	11,1	33	4,6	14	1,9

Pessoas mais próximas	Frequência de voto					
	Não se aplica		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Avô mais próximo	203	28,2	243	33,8	720	100,0
Avó mais próxima	191	26,5	219	30,4	720	100,0
Pai	87	12,1	95	13,2	720	100,0
Mãe	64	8,9	74	10,3	720	100,0
Cônjuge	218	30,3	75	10,4	720	100,0
Filho 1	382	53,1	71	9,9	720	100,0
Filho 2	456	63,3	63	8,8	720	100,0
Filho 3	545	75,7	62	8,6	720	100,0
Filho 4	607	84,3	65	9,0	720	100,0
Tio mais próximo	98	13,6	284	39,4	720	100,0
Tia mais próxima	93	12,9	287	39,9	720	100,0
Primo mais próximo	74	10,3	320	44,4	720	100,0
Prima mais próxima	80	11,1	324	45,0	720	100,0

Outras pessoas mais próximas	Frequência de voto							
	Sempre e muitas vezes		Algumas vezes		Poucas vezes e raro		Nunca	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Colega de trabalho mais próximo 1	185	25,7	94	13,1	42	5,8	15	2,1
Colega de trabalho mais próximo 2	167	23,2	85	11,8	47	6,5	11	1,5
Vizinho mais próximo 1	168	23,3	109	15,1	52	7,2	11	1,5
Vizinho mais próximo 2	160	22,2	100	13,9	52	7,2	11	1,5
Amigo mais próximo 1	282	39,2	122	16,9	63	8,8	30	4,2
Amigo mais próximo 2	268	37,2	116	16,1	62	8,6	35	4,9

Outras pessoas mais próximas	Frequência de voto					
	Não se aplica		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Colega de trabalho mais próximo 1	173	24,0	211	29,3	720	100,0
Colega de trabalho mais próximo 2	190	26,4	220	30,6	720	100,0
Vizinho mais próximo 1	30	1,5	350	48,6	720	100,0
Vizinho mais próximo 2	43	6,0	354	49,2	720	100,0
Amigo mais próximo 1	17	2,4	206	28,6	720	100,0
Amigo mais próximo 2	26	3,6	213	29,6	720	100,0

Grau de concordância	Fi	%
Concorda totalmente e concorda	552	76,7
Não concorda nem discorda	110	15,3
Discorda e discorda totalmente	30	4,2
NS/NR	28	3,9
Total	720	100,0

Grau de concordância	Fi	%
Concorda totalmente e concorda	287	39,9
Não concorda nem discorda	100	13,9
Discorda e discorda totalmente	317	44,0
NS/NR	16	2,2
Total	720	100,0

Grau de concordância	Fi	%
Concorda totalmente e concorda	292	40,6
Não concorda nem discorda	95	13,2
Discorda e discorda totalmente	317	44,0
NS/NR	16	2,2
Total	720	100,0

Medidas para aumentar votação	Grau de concordância									
	Concorda totalmente e concorda		Não concorda nem discorda		Discorda e discorda totalmente		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Aumentar o número de mesas de voto	217	30,1	228	31,7	228	31,7	47	6,5	720	100,0
Aumentar o número de dias para votar	244	33,9	194	26,9	245	34,0	37	5,1	720	100,0
Realizar a votação sempre aos sábados e domingos	430	59,7	169	23,5	89	12,4	32	4,4	720	100,0
Poder votar antecipadamente com mais facilidade	374	52,9	160	22,2	140	19,4	46	6,4	720	100,0
Poder votar através da Internet	423	58,8	96	13,3	170	23,6	31	4,3	720	100,0
Poder haver mesas de voto em locais de fácil acesso	428	59,4	173	24,4	80	11,1	39	5,4	720	100,0
Dar um incentivo monetário para as pessoas votarem	105	14,6	68	9,4	522	72,5	25	3,5	720	100,0
Dar um incentivo não monetário para se votar	159	22,1	90	12,5	441	61,3	30	4,2	720	100,0

Sugestões	Fi	%
Alterar dias e locais de voto	3	0,4
Aplicar as novas tecnologias às eleições	13	1,8
Aumentar informação sobre atividade parlamentar	6	0,8
Conceder incentivos materiais aos eleitores	7	1,0
Desterritorializar o local de voto	7	1,0
Dotar os eleitores de mais conhecimento e formação cívica/política	23	3,2
Implementar o voto obrigatório	13	1,8
Maior responsabilização dos eleitos perante os eleitores	79	11,0
Outra situação	12	1,7
NS/NR	557	77,4
Total	720	100,0

Tabela 78 – Grau de concordância com motivos de aumento da abstenção										
Motivos da abstenção	Grau de concordância									
	Concorda totalmente e concorda		Não concorda nem discorda		Discorda e discorda totalmente		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Nos Açores, a abstenção resulta do desinteresse das pessoas pelos partidos.	536	74,4	115	16,0	42	5,8	27	3,8	720	100,0
Nos Açores, a abstenção resulta do desinteresse dos partidos pelas pessoas.	499	69,3	129	17,9	59	8,2	33	4,6	720	100,0
Nos Açores, a abstenção deve-se ao fraco desempenho dos partidos.	498	69,2	145	20,1	43	6,0	34	4,7	720	100,0
Nos Açores, a abstenção deve-se ao fraco desempenho dos governantes.	500	69,4	139	19,3	49	6,8	32	4,4	720	100,0
Nos Açores, a abstenção é maior nas ilhas com mais população.	397	55,1	137	19,0	48	6,7	138	19,2	720	100,0
Nos Açores, a abstenção é maior nas ilhas com menos população.	94	13,1	171	23,8	314	43,6	141	19,6	720	100,0
Nos Açores, a abstenção é devida aos níveis de vida dos Açorianos.	267	37,1	193	26,8	213	29,6	47	6,5	720	100,0

5. Identificação e participação política

Posicionamento ideológico	Inquirido		Pai		Mãe	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
1-Esquerda	37	5,1	29	4,0	35	4,9
2	34	4,7	21	2,9	17	2,4
3	55	7,6	33	4,6	36	5,0
4	57	7,9	42	5,8	44	6,1
5	128	17,8	76	10,6	77	10,7
6	38	5,3	35	4,9	35	4,9
7	54	7,5	49	6,8	56	7,8
8	45	6,3	40	5,6	46	6,4
9	24	3,3	21	2,9	21	2,9
10-Direita	47	6,5	56	7,8	50	6,9
NS/NR	201	27,9	318	44,2	303	42,1
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Partido político	Fi	%
BE	25	3,5
CDS-PP	4	0,6
L-TDA	0	0,0
PCP	3	0,4
PPM	1	0,1
PSD	204	28,3
PS	223	31,0
PAN	7	1,0
Outra situação	6	0,8
NS/NR	247	34,3
Total	720	100,0

Tabela 81 – Político nacional com quem mais se identifica		
Político nacional	Fi	%
Alexandre Gaudêncio	15	0,7
António Costa	41	1,9
António Guterres	19	0,9
António Ramalho Eanes	23	1,1
Carlos César	46	2,1
Francisco Sá Carneiro	21	1,0
João Bosco Mota Amaral	25	1,2
Marcelo Rebelo de Sousa	129	6,0
Mário Soares	55	2,5
Vasco Cordeiro	36	1,7
Outra situação	179	8,3
NS/NR	1571	72,7
Total	2160	100,0

Tabela 82 – Político internacional com quem mais se identifica		
Político internacional	Fi	%
Angela Merkel	11	1,5
António Guterres	3	0,4
Barack Obama	82	11,4
Donald Trump	5	0,7
Emmanuel Macron	4	0,6
Jacques Delors	3	0,4
José Durão Barroso	9	1,3
Nelson Mandela	4	0,6
Outra situação	28	3,9
NS/NR	571	79,3
Total	720	100,0

Tabela 83 – Militância partidária		
Participação organizacional	Fi	%
Sim	74	10,3
Não	570	79,2
NS/NR	76	10,6
Total	720	100,0

Tabela 84 – Partido de militância atual		
Partido	Fi	%
BE	6	0,8
CDS-PP	3	0,4
PCP	1	0,1
PSD	40	5,6
PS	21	2,9
Outra situação	3	0,4
NS/NR	646	89,7
Total	720	100,0

Tabela 85 – Tempo de militância no partido atual		
Tempo de militância	Fi	%
Menos de 1 ano	9	1,3
De 1 a 4 anos	22	3,1
De 5 a 9 anos	13	1,8
De 10 a 14 anos	6	0,8
De 14 a 19 anos	4	0,6
Mais de 20 anos	18	2,5
NS/NR	648	90,0
Total	720	100,0

Tabela 86 – Militância partidária noutro partido		
Participação organizacional	Fi	%
Sim	6	0,8
Não	714	99,2
NS/NR	0	0,0
Total	720	100,0

Tabela 87 – Outro partido de militância		
Partido	Fi	%
BE	8	1,1
CDS-PP	65	9,0
PCP	2	0,3
PDA	1	0,1
PSD	3	0,4
PS	2	0,3
NS/NR	639	88,8
Total	720	100,0

Tabela 88 – Tempo de militância noutra partido		
Tempo de militância	Fi	%
Menos de 1 ano	3	0,4
De 1 a 4 anos	0	0,0
De 5 a 9 anos	1	0,1
De 10 a 14 anos	1	0,1
De 14 a 19 anos	0	0,0
Mais de 20 anos	0	0,0
NS/NR	1	0,1
Não se aplica	714	99,2
Total	720	100,0

Tabela 89 – Cargos assumidos no partido de militância atual									
Tempo de militância	Cargos assumidos								
	Dirigente concelhio		Dirigente regional		Dirigente nacional		Outra situação		
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	
Nunca	132	18,3	78	10,8	141	19,6	136	18,9	
Menos 1 ano	1	0,1	60	8,3	1	0,1	1	0,1	
De 1 a 4 anos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,4	
De 5 a 9 anos	6	0,8	0	0,0	0	0,0	2	0,3	
De 10 a 14 anos	0	0,0	4	0,6	0	0,0	1	0,1	
Mais de 15 anos	2	0,3	1	0,1	0	0,0	0	0,0	
NS/NR	9	1,3	7	1,0	8	1,1	7	1,0	
Não se aplica	570	20,8	570	79,2	570	79,2	570	79,2	
Total	150	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0	

Tabela 90 – Grau de atividade no partido		
Grau de atividade	Fi	%
Muito ativo	7	1,0
Ativo	5	0,7
Pouco ativo	0	0,0
Nada ativo	1	0,1
NS/NR	137	19,0
Não se aplica	570	79,2
Total	720	100,0

Tabela 91 – Participação numa organização política de juventude		
Participação organizacional	Fi	%
Sim	58	8,1
Não	591	82,1
NS/NR	71	9,9
Total	720	100,0

Organização política de juventude	Fi	%
JC	2	0,3
JCP	2	0,3
JS	6	0,8
JSD	24	3,3
Outra situação	7	1,0
NS/NR	679	94,3
Total	720	100,0

Tempo de militância	Fi	%
Menos de 1 ano	6	0,8
De 1 a 4 anos	20	2,8
De 5 a 9 anos	14	1,9
De 10 a 14 anos	4	0,6
Mais de 15 anos	1	0,1
NS/NR	675	93,8
Total	720	100,0

Tempo de militância	Cargos assumidos							
	Dirigente concelhio		Dirigente regional		Dirigente nacional		Outra situação	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Menos 1 ano	4	0,6	3	0,4	0	0,0	2	0,3
De 1 a 4 anos	6	0,8	65	9,0	0	0,0	3	0,4
De 5 a 9 anos	2	0,3	0	0,0	0	0,0	4	0,6
Mais de 10 anos	2	0,3	1	0,1	0	0,0	0	0,0
NS/NR	115	16,0	60	8,3	129	17,9	120	16,7
Não se aplica	591	17,9	591	82,1	591	82,1	591	82,1
Total	720	100,0	720	100,0	720	100,0	720	100,0

Motivos	Frequência					
	Muitas vezes e algumas vezes		Poucas vezes		Raramente e nunca	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Contribuição para a comunidade	33	4,6	5	0,7	5	0,7
Dever de cidadania	36	5,0	3	0,4	5	0,7
Exercício do poder	14	1,9	6	0,8	23	3,2
Possibilidade de ter carreira política	6	0,8	6	0,8	35	4,9
Realização individual	20	2,8	8	1,1	18	2,5
Adesão a um líder/personalidade	17	2,4	4	0,6	26	3,6
Outra situação	3	0,4	3	0,4	18	2,5

Tabela 95 – Motivos de pertença em organizações (continuação)						
Motivos	Frequência					
	NS/NR		Não se aplica		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Contribuição para a comunidade	86	11,9	591	82,1	720	100,0
Dever de cidadania	85	11,8	591	82,1	720	100,0
Exercício do poder	86	11,9	591	82,1	720	100,0
Possibilidade de ter carreira política	79	11,0	594	82,5	720	100,0
Realização individual	80	11,1	594	82,5	720	100,0
Adesão a um líder/personalidade	79	11,0	594	82,5	720	100,0
Outra situação	102	14,2	594	82,5	720	100,0

Tabela 96 – Atividades preferidas dentro da atividade partidária										
Atividades	Preferência									
	Muita e alguma preferência		Pouca e nenhuma preferência		NS/NR		Não se aplica		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Debater com adversários	21	2,9	24	3,3	81	11,3	594	82,5	720	100,0
Debater com dirigentes	20	2,8	25	3,5	81	11,3	594	82,5	720	100,0
Debater com outros militantes	29	4,0	16	2,2	81	11,3	594	82,5	720	100,0
Intervir em debates públicos	17	2,4	27	3,8	82	11,4	594	82,5	720	100,0
Intervir em reuniões alargadas	18	2,5	28	3,9	80	11,1	594	82,5	720	100,0
Intervir nas eleições internas	24	3,3	22	3,1	80	11,1	594	82,5	720	100,0
Participar em reuniões mais restritas	19	2,6	27	3,8	80	11,1	594	82,5	720	100,0
Participar nas atividades eleitorais	26	3,6	21	2,9	79	11,0	594	82,5	720	100,0
Redigir documentos/programas	15	2,1	31	4,3	80	11,1	594	82,5	720	100,0
Outra situação	4	0,6	19	2,6	103	14,3	594	82,5	720	100,0

Tabela 97 – Tempo de ocupação de cargos políticos (continua)								
Cargos políticos	Tempo							
	Nunca		Menos de 1 ano		De 1 a 4 anos		De 4 a 8 anos	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Assembleia de Freguesia	668	92,8	4	0,6	11	1,5	5	0,7
Junta de Freguesia	662	91,9	8	1,1	14	1,9	3	0,4
Assembleia Municipal	683	94,9	3	0,4	6	0,8	2	0,3
Câmara Municipal	690	95,8	0	0,0	3	0,4	1	0,1
Concelho de Ilha	686	95,3	2	0,3	3	0,4	3	0,4
ALRAA	688	95,6	2	0,3	1	0,1	1	0,1
Governo Regional	694	96,4	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Assembleia da República	689	95,7	1	0,1	2	0,3	0	0,0
Governo da República	693	96,3	1	0,1	1	0,1	0	0,0
Outra situação	632	87,8	3	0,4	2	0,3	2	0,3

Tabela 97 – Tempo de ocupação de cargos políticos (continuação)								
Cargos políticos	Tempo							
	De 8 a 12 anos		Mais de 12 anos		NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Assembleia de Freguesia	5	0,7	2	0,3	25	3,5	720	100,0
Junta de Freguesia	6	0,8	2	0,3	25	3,5	720	100,0
Assembleia Municipal	2	0,3	2	0,3	22	3,1	720	100,0
Câmara Municipal	1	0,1	1	0,1	24	3,3	720	100,0
Concelho de Ilha	1	0,1	1	0,1	24	3,3	720	100,0
ALRAA	2	0,3	1	0,1	25	3,5	720	100,0
Governo Regional	1	0,1	0	0,0	24	3,3	720	100,0
Assembleia da República	2	0,3	0	0,0	26	3,6	720	100,0
Governo da República	1	0,1	0	0,0	24	3,3	720	100,0
Outra situação	0	0,0	0	0,0	81	11,3	720	100,0

Tabela 98 – Grau de concordância com afirmações de carácter político (continua)						
Afirmações de carácter político	Grau de concordância					
	Concorda totalmente e concorda		Não concorda nem discorda		Discorda e discorda totalmente	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
A política deve ser uma atividade realizada por todos os cidadãos.	495	68,8	91	12,6	47	6,5
A política deve ser uma atividade participada por mulheres em número igual ao dos homens.	490	68,1	101	14,0	41	5,7
Para a democracia é necessário que as eleições sejam livres e justas.	600	83,3	32	4,4	2	0,3
O funcionamento democrático exige cidadãos bem informados politicamente.	535	74,3	80	11,1	14	1,9
A democracia exige partidos com propostas alternativas e claras.	615	85,4	60	8,3	14	1,9
O funcionamento democrático exige que os partidos da oposição sejam livres de criticar o governo.	547	76,0	96	13,3	40	5,6
A democracia obriga a uma comunicação social livre para criticar o governo.	527	73,2	122	16,9	35	4,9

Tabela 98 – Grau de concordância com afirmações de carácter político (continuação)				
Afirmações de carácter político	Grau de concordância			
	NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%
A política deve ser uma atividade realizada por todos os cidadãos.	87	12,1	720	100,0
A política deve ser uma atividade participada por mulheres em número igual ao dos homens.	88	12,2	720	100,0
Para a democracia é necessário que as eleições sejam livres e justas.	86	11,9	720	100,0
O funcionamento democrático exige cidadãos bem informados politicamente.	91	12,6	720	100,0
A democracia exige partidos com propostas alternativas e claras.	31	4,3	720	100,0
O funcionamento democrático exige que os partidos da oposição sejam livres de criticar o governo.	37	5,1	720	100,0
A democracia obriga a uma comunicação social livre para criticar o governo.	36	5,0	720	100,0

Tabela 99 – Grau de concordância com afirmações respeitantes à política e à democracia nos Açores (continua)						
Afirmações de carácter político	Grau de concordância					
	Concorda totalmente e concorda		Não concorda nem discorda		Discorda e discorda totalmente	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Nos Açores, as eleições legislativas são livres e justas.	406	56,4	192	26,7	92	12,8
Nos Açores, os eleitores conversam sobre política com as pessoas conhecidas antes de decidirem em quem votar.	452	62,8	160	22,2	54	7,5
Nos Açores, os diferentes partidos políticos apresentam alternativas claras entre si.	251	34,8	263	36,5	155	21,5
Nos Açores, todas as ilhas são tratadas da mesma forma pelo governo.	121	16,8	144	20,0	411	57,1
Nos Açores, a comunicação social é livre para criticar o governo.	334	46,4	197	27,4	142	19,7
Nos Açores, a Autonomia Regional contribuiu para um maior desenvolvimento económico e social.	401	55,7	197	27,4	64	8,9
Nos Açores, os partidos da oposição são livres para criticar o governo.	430	14,7	169	23,5	73	10,2

Tabela 99 – Grau de concordância com afirmações respeitantes à política e à democracia nos Açores (continuação)				
Afirmações de carácter político	Grau de concordância			
	NS/NR		Total	
	Fi	%	Fi	%
Nos Açores, as eleições legislativas são livres e justas.	30	4,2	720	100,0
Nos Açores, os eleitores conversam sobre política com as pessoas conhecidas antes de decidirem em quem votar.	54	7,5	720	100,0
Nos Açores, os diferentes partidos políticos apresentam alternativas claras entre si.	51	7,1	720	100,0
Nos Açores, todas as ilhas são tratadas da mesma forma pelo governo.	44	6,1	720	100,0
Nos Açores, a comunicação social é livre para criticar o governo.	47	6,5	720	100,0
Nos Açores, a Autonomia Regional contribuiu para um maior desenvolvimento económico e social.	58	8,1	720	100,0
Nos Açores, os partidos da oposição são livres para criticar o governo.	48	6,7	720	100,0

Tabela 100 – Grau de concordância com a importância do inquérito, correção da sua aplicação e auscultação da opinião		
Grau de concordância	Fi	%
Concorda totalmente	249	34,6
Concorda	352	48,9
Não concorda nem discorda	51	7,1
Discorda	39	5,4
Discorda totalmente	17	2,4
NS/NR	12	1,7
Total	720	100,0

ERRATA		
Pág.	Onde se lê	Deve-se ler
23	Gráfico 2.5.1., eixo do x ou abcissas (eixo dos anos): 0 0 0 0 0 0 0	1987 1989 1994 1999 2004 2009 2014
39	Gráfico 3.3.3., eixo do x ou abcissas (eixo das ilhas): Santa São	Santa São Maria Miguel